

Tiago Martins Goulart

As Histórias Marginais:  
Os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no  
interior do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2007

A Eloisa. Por tudo...

Aos mestres, pelas contribuições na construção do conhecimento.

Aos colegas, pelo convívio na jornada.

Aos amigos, pela força e descontração.

À Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pela orientação segura e competente.

Aos familiares, pelo apoio e estímulo.

À mãe Eloisa, pelo maior presente e privilégio de todos, a vida...

“Pensa-se como se vive”

*Demóstenes*

## **AS HISTÓRIAS MARGINAIS**

### Os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no interior do Rio Grande do Sul

Esta dissertação consiste numa análise do que se entendia e muitas vezes ainda se entende por história no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente fora dos meios acadêmicos, bem como das relações entre o conhecimento histórico produzido e uma memória social coletiva específica. Para tanto procedemos ao estudo de cinco obras de autores diferentes, através do qual procuramos explicitar as formas de perceber a história e de fazer um trabalho de cunho histórico. Concentramos nosso foco no período entre as décadas de 1930 e 1980 e o espaço regional contemplado abrange os municípios de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Nosso trabalho teve como objetivo detectar e apresentar os elementos componentes de um modo peculiar de pensar a história e de escrever uma obra desta natureza, bem como localizar a origem destes elementos e os fatores que permitem perceber as obras analisadas como componentes de um quadro de produção específico. Para alcançar nossos objetivos fizemos uso sistemático do método comparativo, organizando o trabalho em dois grandes eixos, um centrado nos elementos de caráter historiográfico e outro voltado para a questão da memória social coletiva e sua relação com o conhecimento histórico analisado. No primeiro, procuramos fazer uma breve apresentação da trajetória do pensar e do “fazer história” no Rio Grande do Sul e no Brasil desde o século XIX, com destaque para as instituições que controlaram a produção histórica durante um bom tempo – o Instituto

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em seguida apresentamos os elementos que possibilitam perceber a existência de um outro quadro de produção histórica, verificado no espaço e período já aludidos. As obras e autores são alvo de considerações no restante do trabalho, permitindo que demonstremos, de maneira concreta, a existência do quadro de produção que apontamos, suas características e fatores determinantes, seu contexto e suas implicações sociais. Ao realizar este trabalho esperamos, em última análise, incentivar e contribuir para uma reflexão mais profunda e sistemática sobre nossas próprias posturas, ou seja, sobre nossas formas de perceber e “fazer história”.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul contemporâneo, história, historiografia, memorialistas locais, memória.

## **THE MARGINAL HISTORIES**

### The memorialists and the historic knowledge production in the Rio Grande do Sul countryside

This dissertation consists in an analysis of what was understood and many times still is as history in the countryside of Rio Grande do Sul, most especially out of the academic middle, as well as the relations between the historic knowledge produced and a specific social collective memory. For that, we carried out the study of five works by five different authors, through that we tried to make clear the forms of perceiving the history and making a historic work. We concentrated our interest in the period between the 1930 and 1980 decades and the regional contemplated space including the cities of Santa Maria, Cruz Alta and Palmeira das Missões. Our work had as objective to detect and to present the component elements of a peculiar way of thinking the history and writing a paper of this nature, as well as to locate the origin of these elements and the factors that permit to see the works analyzed works as components of a specific production situation. To be succeed in our objectives we made a systematic use of the comparative method, organized in two big axes, one centered in the elements of historiographic nature and another turned to the question of the social collective memories and its relation with the analyzed historic knowledge. In the first, we searched for a rescue of the thinking and the “making history” in the Rio Grande do Sul since the XIX century, with prominence of the institutions that used to control the historic production during a long time - the Historic and Geographic Rio Grande do Sul’s Institute and the Historic and

Geographic Brazilian Institute. Next we presented the elements that make possible to perceive the existence of one other historic production situation, verified in the space and period already alluded. The books and their authors are object of specific considerations in the rest of the work, permitting that we come to demonstrate, in a concrete way, the existence of the situation production that we appointed, its characteristics and determinates factors, its context and social implications. With this paper we hope, in a late analysis, to incentive and contribute to a deeper and more systematic reflection about our own attitudes, about our own forms of perceiving and “making history”.

Key-words: Contemporary Rio Grande do Sul, history, historiography, local memorialists, memory.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A PRODUÇÃO HISTÓRICA NO RIO GRANDE DO SUL – <i>Em que consistia “fazer história no Rio Grande do Sul até o surgimento dos cursos superiores em história</i> .....	27
1.1. A produção literária de cunho histórico no Rio Grande do Sul durante o século XIX.	27
1.2. As relações entre a literatura ficcional e a produção de natureza histórica.....	32
1.3. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como produtor de conhecimento histórico .....	37
1.4. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como produtor de conhecimento histórico em nível nacional .....	43
1.5. Os historiadores que não se formaram em história.....	48
1.6. A produção histórica do interior do Rio Grande do Sul: características e influências .	53
2. A HISTÓRIA ESTÁ DADA, NOS CABE APENAS RELATÁ-LA – <i>A História de Santa Maria na visão de João Belém e Romeu Beltrão</i> .....	68
2.1. Os autores .....	68
2.2. Fontes: percepção.....	71
2.3. Fontes: utilização .....	87
2.4. Quem trabalha com as fontes: “fazer história” e ser historiador .....	100
2.5. Os limites do que se entende por história: o tempo e a verdade.....	111
2.6. Como a história deve ser: a linearidade, os fatos e os atores históricos.....	117
2.7. A unicidade e o espaço da história.....	128
3. SE O PASSADO TEM DONO, O PRESENTE É HERANÇA DE QUEM? – <i>A disputa pela legitimidade da História de Cruz Alta</i> .....	132
3.1. Os autores .....	132
3.2. O documento como fonte de legitimidade.....	135
3.3. “Muito homem e poucos homens” .....	156

4. SE COMEMORAR É PRECISO, É PRECISO CRIAR O QUE COMEMORAR – <i>O esforço de construção da História de Palmeira das Missões</i> .....	173
4.1. O autor.....	173
4.2. A erudição e o conhecimento: a história que não precisa de historiador .....	175
4.3. As memórias válidas e as memórias não-válidas.....	187
4.4. A história que se tem e a memória que se quer .....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
BIBLIOGRAFIA .....	206
ANEXOS .....	211

## INTRODUÇÃO

As obras que tematizaram eventos considerados históricos ocorridos no espaço que configura atualmente o território sul-rio-grandense podem ser verificadas desde as primeiras décadas do século XIX. É possível considerar *Anais da Capitania de São Pedro*, de 1819<sup>1</sup>, como trabalho pioneiro na historiografia sulina<sup>2</sup>. Seu autor foi José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais conhecido pelo título nobiliárquico de Visconde de São Leopoldo. A partir de então várias outras obras foram elaboradas por autores com origens e formações diversas. Mesmo que os eventuais contatos entre tais autores tenham sido esporádicos, não podemos negar que suas obras, se analisadas por uma perspectiva temporalmente mais ampla, constituem um incipiente quadro de produção de conhecimento histórico. Tal quadro era pouco articulado e apresentava todas as necessárias implicações que a falta de pressupostos teórico-metodológicos sistematizados poderia acarretar. Mesmo assim, a contribuição dos autores que tematizaram a história sul-rio-grandense no século XIX foi capital para os trabalhos que se seguiriam nas décadas seguintes.

Os elementos que caracterizaram o conhecimento histórico sul-rio-grandense desde o século XIX se mantiveram pelo menos até a década de 1920, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Este momento pode ser considerado como uma espécie de marco divisório no quadro de produção sulino no que diz respeito à sua estruturação e articulação<sup>3</sup>. O IHGRGS foi, de certa forma, a primeira instituição regional

---

<sup>1</sup> A obra ganharia nova edição alguns anos depois, com o nome de *Anais da Província de São Pedro*, título que refletia a nova condição do Rio Grande do Sul, transformado em província com a separação política entre Brasil e Portugal.

<sup>2</sup> CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971, p.131.

<sup>3</sup> FIOREZE, Zélia. *A Invenção do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Clio, 2002, p. 68.

voltada para a produção de conhecimento histórico<sup>4</sup>, e o fez de maneira quase que exclusiva até a metade do século XX, detendo, além da prerrogativa de criar, a de legitimar o que era história no e do Rio Grande do Sul<sup>5</sup>. Mesmo com o surgimento do primeiro curso de formação superior na área, na década de 1940<sup>6</sup>, o instituto sulino manteve por um bom tempo o reconhecimento comum e mesmo acadêmico quanto ao peso e pertinência de sua produção, pois os primeiros trabalhos mais consistentes oriundos dos cursos superiores surgiram apenas a partir da década de 1980<sup>7</sup>. Além disso, muitos dos membros do IHGRGS foram incorporados pelas academias como professores, fato que evidencia o reconhecimento de sua condição como produtores de conhecimento histórico.

Nesta perspectiva, a última grande alteração no quadro de produção historiográfico sulino se deu com o surgimento, desenvolvimento e consolidação dos trabalhos oriundos das faculdades e universidades. Estes acabaram por substituir aqueles elaborados pelos autores do IHGRGS, retirando desta instituição, por conseguinte, a condição de local de produção do conhecimento histórico por excelência no Rio Grande do Sul. As décadas finais do século XX assistiram, portanto, à transferência das prerrogativas anteriormente detidas pelo instituto sulino, isto é, de criação e legitimação do saber histórico e, conseqüentemente, do que é história.

Contudo, perceber a produção de conhecimento histórico apenas por esta perspectiva seria incorrer numa linearidade simplista e, na mesma medida, deformadora da realidade histórica. Os quadros de produção verificados no século XIX, no IHGRGS e nas faculdades/universidades não podem ser percebidos como fruto de uma relação linear de causa e conseqüência, ou seja, como resultados necessários de um processo de certa forma evolutivo. São quadros que tiveram motivações próprias e específicas, ainda que não independentes e, sendo assim, em boa medida ligados com aspectos daqueles que se verificaram em momentos anteriores ou posteriores, mas que não necessariamente os antecederam ou sucederam. O que liga tais quadros e que permite – no caso dos anteriores às

---

<sup>4</sup> Temos conhecimento das iniciativas de fundação do IHGRGS anteriores à 1920, mas não as enfocamos devido ao fato de que a existência da instituição nestas oportunidades foi bastante efêmera e sua produtividade relativamente pouco significativa em relação àquela verificada a partir da segunda década do século XX.

<sup>5</sup> FIOREZE. op. cit., p.18-22.

<sup>6</sup> O primeiro curso de ensino superior na área da história foi a Faculdade Geografia e História da então Universidade de Porto Alegre, embrião da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sobre o tema Ver: RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/UFRGS – 1943-1950*. 2002. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2002.

<sup>7</sup> NEDEL, Letícia Borges. *O Rio Grande do Sul e a construção da identidade regional no espaço platino: a memória de um lugar em um lugar de memória, o caso Sepé e o IHGRS*. In: CICLO DE PALESTRAS “REVISÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL: O RIO GRANDE DO SUL E A REGIÃO PLATINA”, 5, 2002, s/l.

faculdades e universidades – percebê-los como sendo de natureza histórica é, justamente, a tentativa de tematização do passado sulino, ou seja, da história sul-rio-grandense.

Da mesma forma, um outro quadro de produção do conhecimento histórico, isto é, que teve como pretensão tematizar aquilo que entende por história, foi e ainda pode ser verificado no Rio Grande do Sul. Isto porque, como já apontamos, o principal elemento que une os quadros de produção é, sem dúvida, a temática. As obras elaboradas pelos diversos autores e nos diversos momentos, tiveram como foco, via de regra, aquilo que percebiam ser o processo histórico sul-rio-grandense como um todo. A perspectiva era sempre de conjunto ou totalidade. O trabalho já citado de Fernandes Pinheiro é, nesse sentido, exemplar, e tal como este a grande maioria das obras subseqüentes tentaram contemplar a história da capitania, da província, do estado. Sob tal ponto de vista interessava a formação e consolidação territorial do espaço sul-rio-grandense e suas relações com o restante do país ou com os vizinhos platinos<sup>8</sup>. Os eventos considerados históricos abordados em cada trabalho eram entendidos como a história do Rio Grande do Sul, ou seja, diziam respeito a toda a extensão territorial do espaço sul-rio-grandense e, conseqüentemente, a todos os habitantes deste.

Nesta perspectiva não caberiam, de fato, aqueles eventos mais localizados, circunscritos a limites espaciais muito restritos. A fundação do forte de Jesus-Maria-José, por exemplo, não seria apenas o marco de fundação da cidade de Rio Grande, mas o próprio início da ocupação lusitana através da ação estatal direta, algo que diria respeito não somente aos rio-grandinos, mas a toda a população sul-rio-grandense. Por outro lado, a fixação do acampamento militar que deu início ao povoamento da atual cidade de Santa Maria, ainda que tenha originado uma peça constituinte do mosaico sul-rio-grandense, não consistiria num fato com amplitude necessária para alçá-lo à condição de “história do Rio Grande do Sul” e, conseqüentemente, contemplá-lo numa obra que tivesse tal tema. Assim sendo, essa perspectiva de totalidade da história do espaço sulino acabou por realizar os necessários recortes e filtragens verificados em qualquer trabalho de natureza histórica – desde os mais carentes de fundamentação teórico-metodológica até os consistentes trabalhos acadêmicos da atualidade. Contudo, este processo de escolha acabou por excluir da pretensa história sul-rio-grandense não apenas fatos e acontecimentos, mas também os grupos e populações a eles ligados de alguma maneira. Fazendo uso dos mesmos exemplos utilizados logo acima, os santa-marienses estariam, de certa maneira, excluídos da “história do Rio Grande do Sul”, pelo menos no que diz respeito aos acontecimentos que não estivessem relacionados a eventos

---

<sup>8</sup> Ver: FIOREZE. Op. Cit., e GUTFREIND. Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

de maior dimensão – provincial, estadual, nacional, etc. Por certo que outros fatos acabavam por realizar tal tarefa, de dar visibilidade histórica ao município, ou, melhor dizendo, de fazer com que determinado evento ocorrido lá fosse “história”. Mas nem todos os fatos ocorridos em Santa Maria – ou em qualquer outra cidade do atual estado do Rio Grande do Sul – poderiam ser “história do Rio Grande do Sul”. Poderiam ser, neste caso, “história de Santa Maria”. Para tanto, porém, seria fundamental uma perspectiva não do espaço sulino como um todo, mas sim do espaço local, da cidade. Esta redução no recorte espacial teria duas implicações imediatas e capitais, a exclusão de uma série de acontecimentos que, apesar de considerados históricos em nível provincial/estadual, não consistiriam em acontecimentos históricos para o determinado município; e, em contrapartida, a inclusão de eventos que sob a perspectiva mais ampla não teriam espaço nem historicidade, mas que neste recorte localizado seriam alçados à condição de história.

É bastante comum encontrar em diversas cidades sul-rio-grandenses alguma obra intitulada “a história de” ou que tenha pelo menos esta pretensão, isto é, de resgatar e publicar a história de um determinado município. Todas elas trazem de forma inerente o referido recorte espacial, a fim de contemplar aqueles acontecimentos entendidos como integrantes da história local. Mesmo que não consistam num trabalho acadêmico ou nem mesmo elaborado por algum profissional da área da história, tais obras acabam sendo reconhecidas localmente como um trabalho de cunho histórico, ou melhor, como “o” livro da história da cidade, que a comporta plenamente. Tivemos a oportunidade de entrar em contato com vários trabalhos dessa natureza, oriundos de várias cidades. Via de regra são obras elaboradas por autores que nasceram ou viveram no município tematizado, ou então que com este mantinham algum laço de ligação e afetividade, e que tinham pouca ou mesmo nenhuma ligação com a atividade de produção do conhecimento histórico. Mesmo assim, todas as obras apresentavam as mesmas características com relação à elaboração, à organização e, sobretudo, ao entendimento da história enquanto forma de conhecimento e processo humano.

Diante desta constatação surgiu a primeira e fundamental motivação desta pesquisa. Por que obras elaboradas por autores locais, que aparentemente pouco ou nenhum contato tiveram entre si, são tão semelhantes? O que teria proporcionado as similaridades na forma de perceber e “fazer história”? Nossa inquietação tornou-se ainda maior ao perceber que além de tais obras terem sido elaboradas em locais diferentes, elas também o foram em épocas diferentes, em alguns casos bastante distantes. Nos deparamos, portanto, com uma série de trabalhos concebidos em lugares e tempos distintos, que teriam como semelhança apenas a pretensão de apresentar a história do local onde foram elaborados. Entretanto, a semelhança

ultrapassa a temática e permeia as formas de perceber e “fazer” a história. Detectar as motivações para tal semelhança tornou-se, assim, algo que passamos a buscar. Tanto mais porque, ao procurarmos algum material bibliográfico para iluminar nossas dúvidas, não encontramos nada que se dedicasse especificamente ao tema.

A maior parte dos estudos que se ocupam da produção historiográfica no Rio Grande do Sul direcionam seu foco aos trabalhos verificados nas instituições ou locais privilegiados e mais evidenciados. Quando utilizamos tais expressões nos referimos, de fato, às obras produzidas por autores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, àquelas elaboradas nas universidades e àquelas que, ainda que produzidas fora dos meios institucionais, foram elaboradas por autores imersos na produção cultural verificada em Porto Alegre, inegavelmente o pólo desta produção em nível provincial/estadual. Destacamos, nesse sentido, as obras de Guilhermino César<sup>9</sup>, Ieda Gutfreind<sup>10</sup>, Astor Diehl<sup>11</sup> e Zélia Fioreze<sup>12</sup>, além de alguns artigos de Sandra Pesavento<sup>13</sup>, Silvia Petersen<sup>14</sup> e Nelson Boeira<sup>15</sup>. Entretanto, tais estudos não contemplam esta outra realidade de produção já aludida, verificada no interior do estado. Isto significa que as obras locais são de certa forma colocadas à margem das pesquisas e olhares acadêmicos, da mesma forma como ocorreu sua elaboração, ou seja, à margem dos quadros de produção privilegiados ou institucionalizados. Por conseguinte, não se tem ainda noção da amplitude e da contribuição que os trabalhos elaborados em nível local tiveram para a produção de conhecimento histórico no Rio Grande do Sul.

Dado termos como hipótese justamente a idéia de que as produções elaboradas nas cidades do interior do estado constituem, de fato, algo que poderíamos chamar de quadro de produção, nosso trabalho de pesquisa irá seguir em duas direções complementares. A primeira consiste na busca e apresentação dos elementos de similaridade que permitem perceber as obras locais como integrantes de um mesmo quadro de produção. Seria um trabalho fundamentalmente de análise bibliográfica. A segunda, por sua vez, se configura numa atividade onde a natureza investigativa se sobressai, posto que é a origem das similaridades e laços de ligação, e não apenas sua constatação, que buscamos.

---

<sup>9</sup> CÉSAR, G. op. cit.

<sup>10</sup> GUTFREIND. op. cit.

<sup>11</sup> DIEHL, Astor. *A Cultura Historiográfica Brasileira – Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: UPF, 1998.

<sup>12</sup> FIOREZE. op. cit.

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra. *Historiografia e Ideologia*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

<sup>14</sup> PETERSEN, Sílvia Regina. *Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (coord.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

<sup>15</sup> BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL; GONZAGA (Orgs.). op. cit.

Sendo assim, acreditamos não apenas necessário, mas mesmo fundamental o estudo desta realidade de produção historiográfica verificada no interior do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, temos como material de pesquisa cinco obras, elaboradas por cinco autores diferentes de três cidades sul-rio-grandenses. São elas: História do município de Santa Maria – 1797-1933<sup>16</sup>, de João Belém; Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho – 1787-1930<sup>17</sup>, de Romeu Beltrão; História de Cruz Alta<sup>18</sup>, de Prudêncio Rocha; Cruz Alta – Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta<sup>19</sup>, de Isaltina Vidal do Pilar Rosa; e Santo Antônio da Palmeira<sup>20</sup>, de Mozart Pereira Soares. Estas obras referem-se aos municípios de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões e foram elaboradas entre as décadas de 1930 e 1980.

A escolha de tais trabalhos se deu tendo em consideração a distância temporal entre as datas de suas elaborações e publicações, bem como a distância espacial entre as cidades às quais seus autores pertenceram ou tematizaram. Suas publicações ocorreram, respectivamente, nos anos de 1933, 1958, 1964, 1981 e 1974. Por outro lado, Santa Maria é distante de Cruz Alta cerca de 120 km, e Palmeira das Missões dista desta por volta de 100 km. Dessa forma, temos algo em torno de 220 km de recorte espacial.<sup>21</sup> Acreditamos que a amplitude de tais dimensões no tempo e no espaço permite uma maior segurança na proposição de um quadro de produção, posto ser indicativo de um elevado grau de permanência e abrangência das características de um “fazer história” que o define como tal.

Mas que modo é este “fazer história”? O que é história nesta perspectiva? Que elementos a compõem, de maneira a torná-la uma forma de conhecimento? Como se trabalha com esta forma de conhecimento e quem estaria apto a realizar tal tarefa?

Para responder nossos questionamentos, como já apontamos, nosso instrumento principal será o estudo das obras dos autores locais. Pretendemos analisar estes trabalhos a fim de mostrar de maneira clara e sistematizada os elementos que caracterizam o “fazer história” de que falamos, bem como a percepção acerca da história inerente a esta postura.

Além disso, faremos a necessária menção a alguns traços biográficos dos autores, posto serem seus trabalhos fruto de suas visões acerca da história como forma de

<sup>16</sup> BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797-1933*. Santa Maria: UFSM, 1989.

<sup>17</sup> BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Santa Maria: Pallotti, 1958.

<sup>18</sup> ROCHA, Prudêncio. *História de Cruz Alta*. 2ª. Ed. Cruz Alta: Mercúrio, 1980.

<sup>19</sup> ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. *Cruz Alta – Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981.

<sup>20</sup> SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

<sup>21</sup> Ver em Anexo A – Localização de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões no mapa do Rio Grande do Sul.



conhecimento e mesmo de suas percepções sobre a realidade histórica. Procederemos desta maneira devido ao fato de que as obras devem ser entendidas como fruto de uma determinada realidade de produção, da qual seus autores são, evidentemente, parte integrante. Assim, seria de certa forma problemático trabalhar suas obras sem perceber suas posições nas sociedades em que viviam e suas visões de mundo.

Não obstante, alguns elementos comuns entre tais autores permitem, da mesma maneira que suas obras, percebê-los como integrantes de uma mesma realidade e, em nossa análise, de um mesmo quadro de produção. Isto porque nenhum deles possuía formação na área da história e nem em áreas afins. Dados seus períodos de estudos, a formação específica em história era para quase todos impossível, pois, como já aludimos, o surgimento da primeira faculdade se deu apenas na década de 1940. Mas, por outro lado, as profissões de cada um não favoreciam em grande medida o contato com conhecimentos de natureza histórica, pelo menos não de maneira profunda e sistematizada. Os autores estudados possuíam como área de formação ou atuação principal o jornalismo, a medicina, o magistério, a contabilidade e a medicina veterinária. Como veremos, desempenharam também outros tipos de atividades, mas estas não implicavam no contato com elementos que possibilitassem a familiarização com o “fazer história”. O que une tais autores é justamente o fato de, mesmo não sendo historiadores de ofício, terem elaborado um trabalho de natureza histórica.

É importante ressaltar, nesse sentido, que mesmo não havendo um curso superior de formação em história no Rio Grande do Sul, havia historiadores, ou seja, existiam profissionais voltados para a produção de conhecimento histórico, e que tinham tal atividade como principal ou pelo menos a exerciam de maneira mais freqüente, compromissada e embasada. Não utilizaremos aqui alguma concepção atual de historiador para qualificar ou desqualificar os autores locais estudados ou outros mencionados no decorrer da análise. Mas também não faremos tábua rasa da atividade de historiador, relativizando-a totalmente de acordo com as realidades em que se verificou. Ser um historiador, como veremos num ponto mais avançado do trabalho, ainda que não significasse possuir uma formação específica, implicava, por um lado, em dominar uma série de conhecimentos e procedimentos que de forma alguma eram de uso comum, mesmo nos meios mais ilustrados, e por outro, em gozar de um reconhecimento social ou ao menos de seus pares.

Assim, procuraremos ao estabelecer em que consistia a figura do historiador no contexto estudado detectar a real dimensão do trabalho e das obras dos autores analisados e, dessa maneira, definir aquele que entendemos ser o tratamento e a percepção mais apropriados e condizentes com suas contribuições. Mais precisamente, ao analisarmos as

obras de cunho histórico sobre as cidades de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões, pretendemos detectar e caracterizar as semelhanças e diferenças entre as mesmas, relacionando-as ao contexto em que foram elaboradas e, por conseguinte, evidenciando os elementos que permitem classificá-las como integrantes de um quadro de produção comum.

Contudo, nossa pesquisa não deve se restringir aos elementos e conclusões de caráter historiográfico. Não podemos ignorar que uma obra de cunho histórico, ou que assim se pretenda, realiza, de forma inerente, um trabalho de seleção. Os recortes temporais e espaciais que anteriormente citamos como característicos de outras obras e mesmo aqueles por nós adotados evidenciam este fato. Entretanto, tal seleção não se limita apenas ao tempo e ao espaço, nem atende apenas às necessidades de pesquisa. Ao se trabalhar com a história está se trabalhando também com a memória, ou melhor dizendo, com uma determinada memória ou tipo de memória. Não queremos com isso afirmar que história e memória são a mesma coisa, mas sim ressaltar que apesar de serem figuras distintas, estão intrinsecamente ligadas<sup>22</sup>. O fato que devemos considerar como capital é que não há história ou memória, mas sim histórias e memórias. Aqui nos interessa, mais especificamente, aquilo que podemos chamar de memória social coletiva, isto é, a visão que um determinado grupo social tem acerca de si mesmo e de seu passado histórico. Por outro lado, um trabalho de cunho histórico muitas vezes consiste na transformação da memória social de um determinado grupo em história de toda uma comunidade. Em nossa pesquisa, procuraremos demonstrar que memória social foi contemplada e alçada à condição de história dos municípios pelos autores das obras estudadas, tanto através da análise das obras em si quanto das condições de sua produção e da posição social de seus autores, pois ao realizar tal tarefa estes acabam se colocando como representantes de um determinado grupo social, ainda que por vezes não deliberadamente. É nesse sentido que utilizamos a expressão “memorialista”, já evidenciada no título deste trabalho, com relação aos autores locais.

Finalmente, ao evidenciar que grupo social teve sua memória elevada à condição de história, buscaremos detectar a finalidade e as conseqüências de tal processo, bem como a história resultante deste quadro de produção que acabou por consagrar um determinado tipo de memória.

Para tanto, procuramos estruturar o resultado de nossa pesquisa em quatro capítulos. O primeiro deles dedicado aos quadros de produção dominantes ou pelo menos mais privilegiados e evidentes no Rio Grande do Sul, desde o início do século XIX até o

---

<sup>22</sup> Sobre o tema Ver LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. e FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

surgimento e consolidação do IHGRGS como local de produção e legitimação do conhecimento histórico. Nesse sentido, procederemos a uma apresentação das obras e autores que procuraram tematizar a história sul-rio-grandense, bem como dos laços de interação que a produção de cunho histórico manteve com a de natureza ficcional verificada na mesma época e no mesmo espaço. Logo após, centraremos nosso foco nas figuras do IHGRGS e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a fim de evidenciar em que consistia o “fazer história” nos pólos de produção de conhecimento histórico anteriores às faculdades e universidades, e, conseqüentemente, apresentaremos em que consistia a figura do historiador neste contexto. Por fim, explanaremos de forma geral e sucinta os elementos que caracterizaram a produção de cunho histórico elaborada no interior do Rio Grande do Sul, a fim de apresentar os fatores que levaram às similaridades nas formas de pensar e escrever verificadas nos memorialistas locais analisados.

Cada um dos capítulos seguintes tem como eixo condutor os elementos que se mostram mais evidentes nos trabalhos sobre uma determinada cidade, para num segundo momento apresentar as similaridades e laços de ligação com as obras dos autores das outras cidades contempladas em nossa análise. Para tanto, antes de proceder à exposição das características próprias de cada obra, é feita uma pequena apresentação da biografia dos autores do município que possui maior destaque no determinado capítulo.

Sendo assim, o segundo capítulo partirá daqueles elementos fundamentais em qualquer trabalho que se pretenda de natureza histórica, ou seja, as fontes e seu tratamento, para, num momento seguinte, apresentar a própria concepção de história característica dos autores e, portanto, presente em suas obras. Como tais elementos estão bastante evidentes nos trabalhos que tematizaram a história de Santa Maria, os exemplos e explicações os tomarão como eixo, para em seguida apresentar as semelhanças com os trabalhos elaborados pelos autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões.

O terceiro capítulo terá como foco central a figura do documento, que, como veremos, é entendida e tratada pelos autores como algo diferente de fonte, ou melhor dizendo, como uma dentre as fontes, com foro e atenção especial. Trataremos também neste ponto do caráter acentuadamente biográfico e individualizante das obras. Dada a peculiaridade dos trabalhos dos autores cruz-altenses quanto a esses fatores, os tomaremos como eixo condutor deste capítulo, procedendo da mesma maneira que no anterior.

Por fim, o quarto e último capítulo tem como objetivo apresentar as influências teóricas que de alguma maneira permearam o pensamento e as obras dos memorialistas locais. Em seguida, procuraremos apontar o caráter de reconhecimento social proporcionado pela

erudição demonstrada pelos autores, o que, em última análise, os habilitaria a escrever “a história” de seus municípios. Por fim, passaremos a delinear os critérios de seleção e a natureza da memória selecionada pelos autores para ser elevada à condição de história, destacando os contextos de produção, os grupos envolvidos ou interessados, bem como as motivações e conseqüências deste trabalho. Neste capítulo o autor mais enfocado será o memorialista de Palmeira das Missões.

Consideramos fundamental ressaltar que toda nossa pesquisa se estrutura numa atividade permanente de comparação, embasada num recorte espacial bastante específico e peculiar. Cabe, portanto, uma maior explicação sobre tais elementos.

Nosso trabalho está, de fato, alicerçado em uma figura teórica e em uma metodologia de pesquisa e análise que, ao nosso ver, são indissociáveis. Nossa proposta consiste no estudo de uma determinada realidade histórica verificada num determinado espaço, os quais – realidade histórica e espaço – assumem a condição de região quando comparados com outros, percebidos seja como totalidade da qual fazem parte ou apenas como congêneres quanto a esta mesma condição.

Dessa forma, a idéia de região somente assume plena inteligibilidade dentro de uma perspectiva comparativa, a qual permite a percepção dos elementos singulares e próprios de uma determinada realidade e de um determinado espaço, tornando assim possível e até mesmo necessária sua configuração e seu tratamento enquanto região. Na mesma medida, a constatação não das peculiaridades, mas sim das semelhanças, permite que se relacione tais realidade e espaço com outros, com os quais estabelece laços de complementaridade. Assim sendo, a região somente existe diante de outras regiões, e todas elas, por sua vez, somente dentro de um quadro de totalidade, no qual se inserem<sup>23</sup>.

Sendo a região, portanto, uma espécie de recorte, a história regional não se constitui propriamente num método e, por outro lado, tampouco possui um corpo teórico próprio e devidamente sistematizado<sup>24</sup>. Dessa forma, um trabalho de história regional consiste justamente numa opção de recorte espacial do objeto estudado<sup>25</sup>. Não obstante, acreditamos serem espaço e tempo indissociáveis e que ambas estas idéias dependem de maneira fundamental da percepção que delas tem o observador. Compartilhamos, em nosso trabalho, da concepção de Bourdieu, de que a região não existe na realidade, pois esta mesma realidade

---

<sup>23</sup> TARGA, Luiz R. P. “Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional”. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991, p. 265

<sup>24</sup> VISCARDI, Claudia. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

é a representação que dela fazemos<sup>26</sup>. Seguindo esta mesma perspectiva, Priori afirma que a região, dentro de um estudo regional, é construída em função dos interesses do sujeito do conhecimento, ou seja, levando em consideração as perguntas que este faz e deseja ver respondidas<sup>27</sup>. O mesmo autor ressalta, porém, que ainda que os padrões para a construção e delimitação da região sejam próprios do sujeito, isso não significa que estes não sejam fundamentados na realidade existente. Sendo assim, para nós o recorte regional não significa apenas a seleção de um determinado espaço, mas sim, como apontamos anteriormente, de uma determinada realidade histórica.

Nesse sentido, a região que propomos neste estudo existe em duas dimensões complementares, ou seja, uma real ou – levando-se em consideração a imprecisão e as controvérsias teóricas sobre este termo – pelo menos já consolidada como espaço regional pelo senso comum; e outra construída pelas necessidades e pelo trabalho de pesquisa. Nosso recorte regional faz uso de uma divisão político-administrativa arbitrária, que teve sua construção histórica baseada em boa medida nas orientações estatais e que é tida pela maioria das pessoas como “natural”. Esta divisão consiste no estado do Rio Grande do Sul, percebido como a totalidade dentro da qual se configuram outras regiões. Procuramos com este apontamento demonstrar que temos consciência do caráter arbitrário e historicamente determinado pela ação do Estado que possui a construção e a percepção deste espaço como uma unidade federativa do Brasil – perspectiva esta que o colocaria, neste caso, como uma região. Ainda que nosso estudo seja de natureza historiográfica e que não precise, necessariamente, se pautar pelos parâmetros político-administrativos, levamos em consideração o fato de que as obras aqui analisadas consideram a província ou o estado do Rio Grande do Sul como o limite para suas observações. O espaço sul-rio-grandense seria, assim, o todo, do qual os municípios dos quais se ocupam os autores locais aqui analisados seriam parte.

Dentro desta totalidade procuramos estabelecer duas outras regiões, distintas devido aos seus traços particulares, mas que mantêm entre si laços de interação e complementaridade. Os termos pelos quais trataremos tais regiões são de domínio comum, mas não estão relacionados necessariamente às percepções que o senso comum tem sobre os mesmos. A divisão que estabelecemos nesta totalidade foi entre interior e capital. Desta feita, porém, não procedemos tendo como parâmetro principal o critério político-administrativo que denomina como capital o município que sedia as instituições decisórias e como interior todo o espaço

---

<sup>26</sup> VISCARDI. op. cit., p. 87-88.

<sup>27</sup> PRIORI. apud.VISCARDI. op. cit., p. 89.

restante dentro da província ou unidade federativa. O fato de a capital concentrar o poder político decisório não consiste, de fato, num elemento que a diferencie do restante do espaço sul-rio-grandense no que diz respeito à produção historiográfica, objeto que aqui analisamos. Entretanto, dado o caráter centrífugo que exerce este poder, muitos outros elementos acabaram por se concentrar na capital. Estes sim possuem maior peso no estabelecimento das regiões que propomos.

Como capital provincial ou estadual, Porto Alegre acabou por concentrar, além do poder político, boa parte da produção cultural elaborada no espaço sul-rio-grandense, algo que lhe conferiu uma posição diferenciada dentro do quadro cultural sulino. Tal posição poderia também ser chamada de centro, e diante dela todos os demais municípios seriam, de certa forma, tributários. Assim, se por outros parâmetros os municípios do Rio Grande do Sul possuem diferenças entre si, que não permitem muitas vezes enxergá-los como um bloco único, a condição da capital como pólo de produção cultural acaba por configurar todo o espaço que lhe é externo como uma outra região, posto possuir peculiaridades e características diferentes. Esta outra região chamaremos de interior.

Esperamos assim esclarecer que as denominações “capital” e “interior” coincidem com as definições político-administrativas, mas não se alicerçam apenas nelas, posto ser nosso critério outro, o qual acreditamos estabelecer uma homogeneidade muito maior no caso do interior que o critério estatal.

O interior que contemplamos aqui não se trata, portanto, propriamente do espaço dos demais municípios que não desfrutam da condição de capital. Este interior consiste numa região espacialmente bastante ampla em comparação com a qual estabelece a relação de alteridade. Dada essa amplitude espacial e a evidente impossibilidade de contemplar todas as cidades que compõem esta região, procuramos contemplar apenas três municípios – ou melhor dizendo, a produção elaborada em três municípios – que acreditamos serem representativos do quadro de produção historiográfica abordado e bastante ilustrativos em nossos propósitos.

Os municípios de que aqui nos ocuparemos são Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões. E o critério para a escolha destes, como já apontamos, foi a abrangência temporal e espacial que estes ofereciam para a análise. Sob o ponto de vista histórico, Santa Maria e Palmeira das Missões mantiveram relações constantes e significativas com Cruz Alta, por motivos vários que não cabe aqui aprofundar. Entretanto, dada a distância, os contatos entre as duas primeiras cidades citadas eram poucos e esporádicos. Mesmo assim, e com o adendo da época diferente, ambas foram palco para a elaboração de obras de cunho histórico, com

visões de mundo e história extremamente semelhantes. Dessa forma, mesmo tendo a distância e as características sócio-econômicas como elementos de diferenciação e que, portanto, não permitiriam a inclusão destas cidades num mesmo espaço regional, as semelhanças entre obras, seus autores, suas propostas de recorte regional e seu “fazer história” não apenas possibilitam, mas exigem que sejam percebidas e tratadas como componentes de uma mesma região e, por conseguinte, de uma mesma realidade.

Dessa forma temos uma totalidade, o Rio Grande do Sul, dentro do qual percebemos dois espaços e duas realidades históricas diferenciadas, ou seja, duas regiões, que somente existem e ganham sentido uma diante da outra. Os critérios para o estabelecimento de tais espaços regionais por nós escolhidos levaram em consideração as necessidades e objetivos de pesquisa, mas são alicerçados em elementos reais e não apenas criações puras e simples oriundas de nossas percepções individuais. Mesmo que se aponte serem estes elementos – que aqui tratamos por reais – representações acerca do real, o fato é que mesmo sendo representações, são de uso e domínio comum, são parte constituinte das percepções usadas pelo senso comum sobre sua própria existência e sobre o mundo que o rodeia.

Sendo assim, apresentaremos, num primeiro momento, em que consiste a totalidade de que falamos, o Rio Grande do Sul e a produção de cunho histórico nele elaborada. Em seguida, demonstraremos quais dos elementos tidos como característicos da totalidade são, de fato, peculiares apenas a uma região específica, e não comum a todo o espaço e à realidade sulina, configurando assim a primeira das regiões integrantes de nosso trabalho, a capital. O estabelecimento desta primeira região é fundamental, mas não constitui a tema central de nosso trabalho. A apresentação de seus elementos característicos se realiza para que possamos, através da comparação, demonstrar a existência e estabelecer os limites de uma outra região, o interior, sobre a qual nosso foco se centra.

Por outro lado, fica evidente que nosso estudo, desde sua gênese, apóia-se e até mesmo depende do método comparativo. Dada a natureza e a finalidade deste trabalho, a utilização de tal método mostrou-se algo não apenas recomendável, mas sim indispensável, pois a própria configuração do projeto de pesquisa que agora se traduz em dissertação de mestrado teve como base um viés comparativo. Como já apontamos nas considerações anteriores, uma região somente pode ser concebida diante de uma totalidade e, ao mesmo tempo, de outra região ou outras regiões. Dessa forma, foi o trabalho de comparação que permitiu vislumbrar na realidade e no espaço propostos uma região, pois somente assim seus elementos próprios e peculiaridades foram evidenciados aos olhos do pesquisador.

Entretanto, temos consciência de que o método comparativo não se resume à comparação pura e simples entre duas realidades ou dois espaços. É fundamental, para a validade e eficiência de tal método, a percepção de sua finalidade, a qual, acreditamos, pode ser definida pelas necessidades do historiador, mas deve atender a critérios bem definidos a fim de manter a coerência. Para Marc Bloch, a analogia seria o recurso mais apropriado e as semelhanças os elementos fundamentais das conclusões do estudo<sup>28</sup>. Targa, por sua vez, considera que no caso de uma análise regional seriam as diferenças e não as similitudes o objetivo do historiador<sup>29</sup>. O ponto de vista de Bloch, autor medievalista, ressaltava sempre as características que apontavam na direção de uma Europa anterior às fronteiras nacionais modernas. Sendo assim, para salientar os traços comuns da Europa medieval e a validade de suas proposições, Bloch tinha, necessariamente, que apontar as semelhanças em detrimento das diferenças, ainda que não ignorasse estas, pois para ele ao método comparativo cumpria, ao mesmo tempo, localizar as diferenças e os fatores que as determinam, e fixar as regularidades manifestadas entre os dois processos observados<sup>30</sup>.

Targa poderia parecer ir numa direção oposta à de Bloch, pois para ele numa análise comparativa entre regiões é o momento do contraste que se deve privilegiar<sup>31</sup>, posto ser justamente tal postura que permite perceber uma região e sua diferenciação diante de outra. É a particularidade que dá existência a uma região, pois a diferencia do todo – no caso da perspectiva de Targa, do país – e das demais regiões que houver. Entretanto, devemos atentar não para o uso que fazem do método comparativo tais referenciais, mas sim suas finalidades. Como já apontamos, o medievalista francês buscava os elementos que permitissem perceber boa parte do espaço europeu como uma totalidade, mais tarde dividida pelas diferenças que possibilitaram o surgimento dos Estados-nação modernos. Já Targa não busca a totalidade, apesar de trabalhar com ela – o país –, mas sim a região, o recorte de um determinado espaço e de uma determinada realidade histórica, o qual somente é possível dentro de uma perspectiva que contempla não as semelhanças – que homogeneizam – mas as distinções – que diferenciam e que de certa maneira dividem.

De nossa parte, acreditamos que ambas as perspectivas apontadas são válidas e pertinentes, pois sua utilização depende, como já aludimos, daquilo que se busca e se quer demonstrar. Em nosso caso, tal como fizemos na própria gênese do trabalho de pesquisa,

---

<sup>28</sup> Perspectiva que pode ser identificada de maneira marcante nas obras *Os Reis Taumaturgos* e *A Sociedade Feudal*.

<sup>29</sup> TARGA. op. cit., p. 266-267.

<sup>30</sup> BRIGNOLI, Héctor Pérez; CARDOSO, Ciro F. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 416.

<sup>31</sup> TARGA. op. cit., p. 268.



faremos uso de ambas as perspectivas. Não de maneira indiscriminada e aleatória, mas sim tendo em vista as necessidades intrínsecas à nossa pesquisa. Neste trabalho, portanto, o método comparativo verificar-se-á em duas dimensões, não opostas, mas sim complementares. A primeira delas busca as similaridades entre os elementos constituintes do pensamento dos autores locais estudados e, por conseguinte, de suas obras. Somente assim será possível demonstrar os pontos que nos levaram a perceber as realidades e os espaços estudados como uma região. Por outro lado, buscaremos demonstrar que a configuração desta região somente é possível e plausível se contrastada com outra realidade e outro espaço. Dessa forma, procuraremos apontar os contrastes entre a região por nos estudada e uma outra, que sob esta perspectiva a torna, justamente, uma região também.

Como já assinalamos, tais regiões se constituem naquilo que aqui chamaremos de interior e capital, e com método comparativo buscaremos demonstrar os elementos que diferenciam ambas, na mesma medida em que procuraremos apresentar as similaridades que permitem perceber Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões como partes integrantes de uma mesma região, e por conseguinte as obras elaboradas por seus autores como integrantes de um mesmo quadro de produção.

Por esse ponto de vista, pode parecer bastante simples fazer uso do método comparativo, até mesmo porque tal procedimento de pesquisa e análise ainda padece de uma relativa falta de sistematização. Entretanto, a utilização apressada e indiscriminada do método comparativo pode levar a erros analíticos graves, que comprometem toda a validade da pesquisa feita.

O primeiro e fundamental cuidado que se deve ter consiste em saber o que se compara. Nem tudo é comparável<sup>32</sup>, sobretudo quando falamos em espaços e realidades históricas distintas. É necessário manter sempre em vista a individualidade de cada objeto e os elementos que permitam realizar a comparação, para que seu resultado não seja uma simples justaposição de elementos<sup>33</sup>. O trabalho comparativo consiste não apenas em detectar as semelhanças e/ou diferenças, mas sim os processos pelas quais surgem e as suas implicações para uma determinada realidade histórica. Somente assim podemos distinguir o que são analogias superficiais e semelhanças profundas, ou então diferenças furtivas de traços peculiares significativos.

É importante ressaltar que temos conhecimento das idéias de Marcel Detienne, sintetizadas na frase “comparar o incomparável” e que consistem na proposta da comparação

---

<sup>32</sup> BRIGNOLI; CARDOSO. op. cit., p. 413-415.

<sup>33</sup> Idem., p. 415.

como construção de conjuntos comparáveis<sup>34</sup>. Consideramos tal perspectiva válida e pertinente, mas aqui procederemos à comparação daquilo que é mais convenientemente comparável, isto é, realidades temporalmente concomitantes e espacialmente relacionadas.

No caso deste trabalho, como já apontamos, consideramos comparáveis dois aspectos distintos, mas complementares. Por um lado, o da procura pelas diferenças, o fato de ambas as regiões alvo do trabalho serem constituintes de uma mesma totalidade permite, e até mesmo exige, que se faça recurso ao método comparativo. Por outro, o fato das obras e autores estudados pertencerem a um mesmo quadro de produção historiográfico e as similaridades entre suas realidades históricas também demandam um trabalho comparativo, a fim de que se perceba se tais semelhanças são furtivas e superficiais ou realmente profundas e fruto de um processo histórico digno de atenção.

Sendo assim, em nosso trabalho a idéia de região e o método comparativo mostram-se não apenas como alicerces fundamentais que possuem laços de interação e complementaridade, mas sim como elementos indissociáveis, pois as proposições e conclusões a partir de um somente ganham inteligibilidade pelo prisma do outro.

Por fim, nosso trabalho consiste, em última instância, numa reflexão sobre as formas de perceber e “fazer história” não apenas nos meios tematizados, mas principalmente no meio em que convivemos, o acadêmico. Acreditamos que uma das formas mais eficientes para este tipo de reflexão seja, justamente, a observação e a análise daquilo que por ventura não consideramos história ou pelo menos não em sua forma plena, e tal plenitude em nossas perspectivas consiste, via de regra, no ambiente e na produção acadêmica. Avaliando o que não seria propriamente história teremos condições de perceber de maneira mais clara o conhecimento histórico que nós mesmos produzimos.

---

<sup>34</sup> Ver: DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

## 1. A PRODUÇÃO HISTÓRICA NO RIO GRANDE DO SUL

*Em que consistia o “fazer história” no Rio Grande do Sul  
até o surgimento dos cursos superiores de História*

### 1.1. A produção literária de cunho histórico no Rio Grande do Sul durante o século XIX

É possível afirmar que o nascimento da produção histórica sobre o atual Rio Grande do Sul data do início do século XIX, após a fuga da família real portuguesa e a conseqüente transferência da sede do império português para o Brasil, que neste momento deixou de ser, se não formalmente, pelo menos de fato, colônia. O advento da transferência da monarquia portuguesa não foi, evidentemente, o motivo imediato do surgimento de uma produção de cunho histórico em terras sulinas. Contudo, é necessário ter-se em consideração o fato de que a vinda da corte deu significativo impulso e incremento à pobre vida cultural colonial. Os efeitos destes estímulos foram sentidos não somente na então sede do império português – o Rio de Janeiro –, mas também, ainda que posteriormente, em outras regiões brasileiras, mesmo as periféricas, e aqui nos referimos especialmente à capitania de São Pedro do Rio Grande.

A primeira obra que pode ser considerada como de caráter histórico é *Anais da Capitania de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. Considerado o pai da historiografia local<sup>35</sup>, Pinheiro publicou o primeiro volume de seu trabalho em 1819, ainda quando a condição política do Rio Grande do Sul era a de capitania, sendo que, em 1839, a obra, completa, ganharia nova edição, agora sob o nome de *Anais da Província de São Pedro*, título que refletia a nova condição na organização política do Brasil independente. É possível supor, portanto, que a vinda da família real portuguesa, na primeira

---

<sup>35</sup> CÉSAR, G. op. cit., p. 131.

década do século XIX, tenha sido o primeiro elemento a dar condições ao nascimento de uma produção historiográfica. Isto porque a transformação da colônia em sede do império, formalizada com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido com Portugal e Algarves, exigiu uma relativa complexificação da administração. A criação dos primeiros municípios sul-rio-grandenses – Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo – atestam o esforço neste sentido. E para controlar e gerir o sistema administrativo que se delineava tornou-se indispensável o recrutamento de homens ilustrados, detentores do conhecimento e da erudição necessários para desempenhar a tarefa de administradores das “cousas do rei”. Nesse sentido, a independência política brasileira, em 1822, teria não somente reafirmado esta situação, mas possivelmente ampliado-a, mesmo que modestamente.

Fernandes Pinheiro mostrou-se desde cedo homem talhado para as lides políticas, tendo desempenhado as funções de deputado nas Cortes de Lisboa, quando da Revolta Liberal do Porto, e na constituinte brasileira de 1823, além de ter sido o primeiro presidente da província de São Pedro após da independência política brasileira. Sua figura personifica exemplarmente o que significava pesquisar e “fazer história” no Rio Grande do Sul durante praticamente todo o século XIX. As responsabilidades de administrador e político não impediram o gosto e a busca pela pesquisa. As atividades de tradução de obras em inglês e francês teriam contribuído, também, para aprofundar sua erudição e seu interesse por estudos históricos. Dessa forma, *Anais da Capitania de São Pedro* deve ser considerada como resultado de um esforço pessoal de descoberta, ordenação e, em certa medida, análise de documentos, em sua maioria inéditos, posto que nada se havia escrito anteriormente, numa visão de conjunto, sobre a formação e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A presença e a contribuição de Fernandes Pinheiro e seu trabalho como pesquisador no campo da história são inegáveis. Não por acaso o Visconde de São Leopoldo foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo também seu primeiro presidente e, após o término de seu mandato, presidente perpétuo, espécie de titulação pela qual o IHGB prestava reconhecimento à sua pessoa e ao seu trabalho. É fundamental assinalar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a primeira, por muitos anos a única e, por conseguinte, mais importante instituição de âmbito nacional – ou que assim se pretendia – dedicada à pesquisa e publicação de trabalhos históricos.

Pretendemos aqui demonstrar que, desde o surgimento da pesquisa histórica sobre o Rio Grande do Sul, a tarefa de “fazer história” coube a certos intelectuais e eruditos, homens com uma carga significativa de instrução e conhecimento, ligados às atividades públicas, não raro de natureza administrativa. Ressaltamos, contudo, que os termos intelectual ou erudito

não remetem, necessariamente, à formação acadêmica. Dessa forma, a designação de historiador era comum a todo aquele que tratasse de um tema histórico.

Sendo assim, para podermos definir com maior precisão o que era ser historiador – e por conseguinte perceber que tipo de história estes nos legaram – torna-se necessário elencar alguns daqueles que sucederam Fernandes Pinheiro na tarefa de pesquisa e publicação de trabalhos históricos sobre o Rio Grande do Sul.

Tendo publicado várias obras desde a década de 1830 – a maior parte centrada no estudo e ensino da língua portuguesa – Antônio Álvares Pereira Coruja produziu Lições de História do Brasil, além de algumas páginas vivazes sobre a história do cotidiano de Porto Alegre, as quais permitiram acrescentar às qualificações de político e educador, também a de historiador<sup>36</sup>. O professor João Carlos Moré e o padre João Pedro Gay, franceses radicados no Rio Grande do Sul, afeiçoaram-se também aos estudos históricos. O segundo, mais especificamente, ressaltados certos problemas no que se refere às suas suposições ou hipóteses, reuniu opulento acervo de documentos e informes<sup>37</sup>. Trabalho tido por modesto, mas de grande proveito para os pesquisadores posteriores, foi Dicionário Histórico e Geográfico de São Pedro, publicado em 1865 pelo engenheiro Domingos de Araújo e Silva<sup>38</sup>. Na mesma linha, o jornalista de intensa atividade política Eleutério de Camargo publicou, em 1868, um quadro estatístico e geográfico, trabalho seguido por outros tidos como de história, sobre a vida dos generais Osório e Câmara<sup>39</sup>.

Passando dos nomes às temáticas, até 1870 os historiadores canalizaram seus esforços para a tentativa de esclarecer as origens do Rio Grande do Sul. O término da Guerra do Paraguai, marcou, nesse sentido, um ponto de inflexão, pois o foco dos pesquisadores voltou-se justamente para o estudo do conflito recém terminado e, por outro lado, com os primeiros efeitos da propaganda republicana, para o estudo e valorização do episódio da secessão farroupilha<sup>40</sup>.

De fato, após o grande conflito de 1864-1870, o republicanismo ganhou força e consistência entre alguns setores da sociedade sulina. A contestação ao regime monárquico contagiou alguns acadêmicos sul-rio-grandenses – estudantes nas cidades de Recife e São Paulo –, sendo que o campo historiográfico parece ter desempenhado duplo sentido neste contexto, pois se por um lado refletia os anseios republicanos, por outro respaldava e

---

<sup>36</sup> CÉSAR. G. op. cit., p. 133-134.

<sup>37</sup> Idem., p. 135.

<sup>38</sup> Idem., p. 135-136.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> Ibidem.

legitimava os mesmos através dos exemplos históricos – a Guerra do Paraguai e a Guerra Farrroupilha.<sup>41</sup>

Contudo, se a temática sofreu algumas alterações, o perfil dos historiadores se manteve ou, no máximo, acrescentou a formação na área do direito – a única além da medicina existente no Brasil. Vale ressaltar que a formação na área não significava, necessariamente, a atividade jurídica, posto ser o direito uma das únicas possibilidades de obtenção do grau superior, com a titulação de “doutor”, que tantos ganhos agregava ao homem em termos de status social.<sup>42</sup>

Neste sentido, as obras de Alcides Lima, jornalista, e Assis Brasil, político, ambos com formação em direito, demonstravam uma preocupação em rever o passado sulino sob o prisma das idéias liberais. O primeiro publicou, em 1882, *História Popular do Rio Grande do Sul*, obra que tratava dos fatores que teriam levado à secessão farrroupilha. No mesmo ano, o segundo publicou, entre outras obras onde o caráter historiográfico também se fez presente, *História da República Rio-Grandense*, obra que destaca os fatores naturais como determinantes da configuração da província e, por conseguinte, da experiência republicana. Dessa forma, Assis Brasil utiliza o modelo de Taine para explicar os motivos da Guerra Farrroupilha. Entretanto, o autor não deixou de lado os fatos políticos e as causas que os geraram, colocando-os numa perspectiva de evolução, como até então não se fizera. Pode-se dizer que as obras de Alcides Lima e Assis Brasil apresentaram, relativamente, uma nova orientação nos rumos teórico-metodológicos – considerando-se aqui as visíveis limitações que tal expressão tem diante das condições e da produção da época – da historiografia sul-riograndense, até então basicamente episódico-narrativa.<sup>43</sup>

De forma geral, a importância fundamental da figura do documento foi uma constante, e alguns autores destacaram-se pelo esforço contumaz por uma fidelidade objetiva ao mesmo. João Cezimbra Jacques, militar, conseguiu aliar ao agudo senso documental a evocação da vida da campanha em *Ensaios sobre os costumes do Rio Grande do Sul*, publicado em 1883<sup>44</sup>. Todavia, foi com Alfredo Varela, de formação na área do direito, que o apego ao documento ganhou dimensões até então não verificadas entre os historiadores sul-riograndenses. Criador de um modo de interpretação da história sulina – a matriz platina<sup>45</sup> – o autor não apenas não

<sup>41</sup> CÉSAR. G. op. cit., p. 359.

<sup>42</sup> Sobre o tema Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>43</sup> CÉSAR. G. op. cit., p. 359-362.

<sup>44</sup> Idem., p. 363.

<sup>45</sup> O termo “platinismo” não é novidade, sendo utilizado já por Guilhermino César. Contudo, o estudo e a sistematização do que consistiu a matriz histórica platinista e, em contraponto, a matriz histórica lusitanista,

escondeu suas opiniões, como demonstrou mesmo um “temperamento panfletário”<sup>46</sup>, mas estes “defeitos” não desmereceram seus trabalhos, como *Constituição Rio-Grandense*, de 1894, e *História da Grande Revolução*, de 1933. Aliás, somados à qualidade de “amor” ao documento levaram à afirmação de César de que ninguém teria se apresentado com maiores cabedais do que ele ao cultivo das letras históricas.<sup>47</sup>

Por sua vez, apesar de bastante incidental, a preocupação com a história do elemento autóctone não era propriamente uma novidade. Apenas Cezimbra Jacques havia demonstrado maior dedicação ao tema, até a publicação, em 1887, de *Notícia Descritiva da Região Missioneira*. Contudo, o grande aspecto a ser ressaltado nessa obra do comerciante, português de nascimento, Evaristo Afonso de Castro, é o fato de consistir numa resenha histórica não apenas da fundação e da destruição das missões jesuíticas, mas também do surgimento e da evolução de municípios como Cruz Alta, São Martinho, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Soledade, Santo Ângelo, São Luis, Boqueirão, São Borja, São Francisco de Assis, São Vicente e Itaqui<sup>48</sup>. Dessa forma, num momento em que as pesquisas sobre as cidades do interior ainda não haviam se desenvolvido, a obra de Evaristo antecipou-se em muito às monografias municipais publicadas no século XX.

Entretanto, os trabalhos publicados nas décadas finais do século XIX foram marcados, também, por dois outros grandes prismas de certa forma relacionados. O primeiro foi, notadamente, o de uma visão que poderíamos taxar de história militar, seja mais voltada para os aspectos de um determinado conflito, seja centrada na participação de algum militar tido como digno de destaque. Cabe citar, neste sentido, o cearense José Artur Montenegro, que transitou entre as carreiras de militar, político, administrador público e funcionário de uma ferrovia. Sua obra não teve grande repercussão nem é merecedora de grande destaque. O que vale ressaltar de *Fragmentos Históricos*, de 1900, coletânea de retratos de oficiais brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai, é a busca pela averiguação minuciosa em busca dos detalhes, a fim de eliminar qualquer possível dúvida, dando à narrativa um grau de certeza que fosse inquestionável.

---

sobre a história do Rio Grande do Sul, foram mérito do trabalho de GUTFREIND, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed da Universidade /UFRGS, 1992.

<sup>46</sup> CÉSAR, G. op. cit., p. 364-365

<sup>47</sup> *Ibidem*.

<sup>48</sup> *Idem.*, p. 365-366.

A Guerra do Paraguai e a Guerra Farroupilha, como já apontado, permaneceram sendo as temáticas por excelência na produção histórica. Destacam-se neste sentido os trabalhos de José Bernardino Bormann, sobre a primeira, e Ramiro Fortes de Barcelos, sobre a segunda<sup>49</sup>.

O segundo prisma sob o qual os trabalhos históricos foram realizados foi o das biografias, ou, pelo menos, dos estudos sobre os feitos de determinadas personagens em certos momentos, tidos como de grande significatividade. Nas décadas finais do século XIX, o jornalista Eudoro Berlink produziu – mas não chegou a publicar – Apontamentos para a história militar do Duque de Caxias; e Fernando Luis Osório, filho do general Osório, publicou História do General Osório<sup>50</sup>.

É evidente que muitos outros autores dedicaram-se à pesquisa e produção de obras históricas no e sobre o Rio Grande do Sul. Contudo, os exemplos até aqui mencionados nos parecem suficientes para delinear um panorama do que era “fazer história” no sul durante o século XIX.

Mas este “fazer história” não pode ser compreendido nem estudado como algo separado de todo um quadro cultural mais amplo. De fato, as obras que aqui apresentamos como sendo de cunho histórico consistem numa parcela de uma produção literária mais ampla. Torna-se necessário, pois, resgatar um pouco da formação da cultura literária<sup>51</sup> sulina, atentando também para as outras formas pelas quais se manifestou e, por conseguinte, detectando as maneiras e os momentos em que a produção histórica manteve relações com outras, sobretudo a de natureza ficcional.

## **1.2. As relações entre a literatura ficcional e a produção de natureza histórica**

O modo de ocupação e colonização efetivado no território sulino, baseado no caráter estratégico-militar e na grande propriedade rural escravista, retardou por um bom tempo o desenvolvimento de uma cultura literária. Assim, os primeiros trabalhos escritos produzidos no atual Rio Grande do Sul consistiram, de forma geral, nas crônicas e relatos de estrangeiros, incluídos entre estes os padres jesuítas que aqui estiveram à serviço da coroa espanhola. O caráter descritivo e a minuciosidade das informações tornaram tais trabalhos fonte primordial

---

<sup>49</sup> CÉSAR, G. op. cit., p. 368.

<sup>50</sup> Idem., p. 367-368.

<sup>51</sup> ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha*. Temas e Figuras da Ficção e da Poesia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1985, p.10-11.



para as pesquisas históricas posteriores acerca do território. A mais antiga descrição foi realizada pelo padre Roque González de Santa Cruz, num relatório de viagem de 1627, ampliada em 1698 pelo alemão também jesuíta Antônio Sepp.

Além dos jesuítas, representantes oficiais das coroas ibéricas e viajantes de outras nações européias também produziram trabalhos escritos sobre o Rio Grande do Sul. Guilhermino César destaca entre estes o livro do major inglês J. C. Semple Lisle, de 1709; a obra do representante espanhol na demarcação dos limites do Tratado de Santo Ildefonso, Félix de Azara, publicada no início do século XIX; o trabalho do mercador inglês John Luccock, certamente publicada após 1818, ano de término de sua estadia no Brasil; parte da obra de John Mawe; os livros dos franceses Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle; e o trabalho de Nicolau Dreys<sup>52</sup>.

Como podemos perceber, a criação literária no Rio Grande do Sul, até pelo menos o início do século XIX, restringiu-se às crônicas e relatos, elaborados fundamentalmente por estrangeiros. Tal situação evidenciava o profundo atraso cultural<sup>53</sup> de que padecia o território até este período, e que se prolongaria por mais um bom tempo. A primeira escola primária em terras sul-rio-grandenses foi fundada somente em 1800, bastante modesta em possibilidades. Vinte anos depois havia apenas uma única escola de latim em todo o território. Os letrados, durante as primeiras décadas do século XIX, eram apenas uns poucos. Esta ausência de produção e formalização de conhecimentos favoreceu, em larga medida, a aplicação do *era uma vez* na explicação dos eventos cotidianos<sup>54</sup> e, na mesma medida, históricos.

Mesmo assim, uma produção literária digna de tal denominação surgiu somente a partir 1868, com a fundação da Sociedade Partenon Literário em Porto Alegre. Não se pode ignorar o fato de que o período da Guerra Farroupilha tenha proporcionado o contato com valores culturais oriundos do norte e do centro do país, que deram à incipiente cultura literária sul-rio-grandense características de maior maturidade e um feitiço de certa maneira próprio<sup>55</sup>. Contudo, o grande marco de mudança do quadro literário, e conseqüentemente cultural sulino, foi a produção dos autores concentrados no Partenon, como Apolinário Porto Alegre, Caldre e

---

<sup>52</sup> CÉSAR, G. op. cit. p. 129-131.

<sup>53</sup> Cultura entendida aqui como cultura escrita e de certa forma oficial ou elitista, pois não desconsideramos a riqueza das manifestações culturais tanto indígenas quanto dos híbridos resultantes do processo de conquista das terras sulinas.

<sup>54</sup> MAROBIN, Luiz. *Painéis da Literatura Gaúcha*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, p.35.

<sup>55</sup> MAROBIN, Luiz. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. Aspectos temáticos e estéticos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. p. 43.

Fião, Taveira Júnior, Múcio Teixeira, Lobo da Costa, entre outros. Havia entre estes vários autores diferenças de orientação e idéias, mas o elo que os unia era justamente a literatura<sup>56</sup>.

De fato, a Sociedade Partenon Literário consistiu na primeira iniciativa de produção conjunta na área da literatura, tendo a ficção como seu foco fundamental. Por esse motivo Zilberman credits aos seus autores o título de fundadores da literatura sul-rio-grandense<sup>57</sup>, pois somente a partir do trabalho destes teve início efetivo a literatura no Rio Grande do Sul<sup>58</sup>.

Dessa forma, se até cerca da metade do século XIX a literatura sulina consistia em crônicas e relatos de viajantes estrangeiros, a partir de então surgiram alguns esparsos trabalhos na área da história e da literatura ficcional, produzidos por autores sul-rio-grandenses ou pelo menos brasileiros, mesmo que a presença de estrangeiros ainda fosse sentida, como no caso já citado dos franceses Moré e Gay. Acreditamos ser necessário ressaltar que quando falamos em história, esta área não possuía as mesmas delimitações que as atuais, sendo que as obras que aqui apresentamos como de cunho histórico traziam consigo elementos que mais tarde seriam componentes de outras formas de conhecimento, em geral agrupadas naquilo que hoje chamamos de ciências humanas e sociais.

Mas o que pretendemos demonstrar é que as formas de produção literária, tanto histórica quando ficcional, durante a maior parte do século XIX apenas esboçam seus primeiros passos. E dada a sua incipiência, não é de se admirar que tenham mantido, história e ficção, significativas relações.

De acordo com Zilberman, as criações literárias deste período podem ser reunidas em duas grandes vertentes temáticas, ambas ligadas também ao contexto literário verificado no centro-sul do país. A primeira seria a linhagem romântica e a segunda a apropriação dos motivos regionais. É basicamente nesta última em que se evidenciam de maneira mais flagrante os laços com a história, seja quando da utilização épica do tipo humano sul-rio-grandense idealizado, seja enquanto exaltação da memória do pretérito glorioso da província, enfatizando-se o índio como matriz do campeiro e a Guerra Farrroupilha como marco da história local<sup>59</sup>.

Nesse sentido, Marobin chega a afirmar que a história, desde os primórdios da literatura sul-rio-grandense, passa com extrema facilidade para a *estória*<sup>60</sup>. Os livros *O Vaqueano* (1869), de Apolinário Porto Alegre, e *Os Farrapos* (1896), de Oliveira Belo –

<sup>56</sup> MAROBIN, L. op. cit. (1985), p. 44.

<sup>57</sup> ZILBERMAN, Regina. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. 3ª. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 48.

<sup>58</sup> Idem., p.13.

<sup>59</sup> Idem., p.14.

<sup>60</sup> MAROBIN, L. op. cit. (1985) p. 24

ambos autores membros do Partenon Literário – são exemplares para tal afirmação, pois história e ficção correm concomitantemente, sendo a primeira fonte para a segunda. Nestas, como em outras obras, personagens históricos conduzem a narrativa, ou pelo menos servem de inspiração para a construção dos romances<sup>61</sup>. Mas é importante frisar que as obras literárias, tanto na vertente romântica quanto na regionalista, não consistem propriamente em ficção histórica. Isto porque os eventos históricos não aparecem apenas como passado distante, como pano de fundo para uma ação que se desenrola sem maiores interesses no presente em que se lê a obra. Tais eventos são abordados como algo vivo, pois são permeados por ideais ainda presentes no momento de produção e publicação, inspiradores e estimulantes de posicionamentos e manifestações políticas<sup>62</sup>.

Sendo assim, a história não se constitui apenas numa simples temática, num recurso artístico a fim de tornar uma obra mais aprazível ou interessante. A história é componente indissociável da produção literária ficcional desde suas primeiras manifestações mais consistentes. Dessa forma, da mesma maneira que a literatura ficcional se servira da história, também esta fez uso do canal proporcionado pelas obras de ficção.

Como já apontamos, a temática da Guerra Farroupilha foi largamente abordada pelas produções de cunho histórico que se seguiram ao dito conflito. Na literatura ficcional não foi diferente, pois até pelo menos a década de 1930 ela será o grande tema das obras produzidas no Rio Grande do Sul<sup>63</sup>. Mas não será o único. Manoelito de Ornellas, em Tiaraju, mescla obra literária e considerações de natureza histórica numa tentativa de explicar a formação do território e do povo sulino<sup>64</sup>.

De fato, não é propriamente o Rio Grande do Sul o alvo sob o qual se concentram as obras de literatura ficcional produzidas desde o surgimento da Sociedade Partenon Literário até as primeiras décadas do século XX. Mais do que o território, é tipo humano que o habita, o “gaúcho”, que concentra a atenção e os esforços dos autores. É para a construção de tal tipo que se faz uso recorrente da história. Assim, na mesma medida em que a história constrói um gaúcho nas obras de ficção, o gaúcho ganha contornos históricos através das mesmas. Esse parece ter sido o grande legado da vertente regionalista, esta construção que provavelmente teria sido impossível sem o uso de contribuições buscadas na história, pois, de um modo

---

<sup>61</sup> MAROBIN, L. op. cit. (1985) p. 24.

<sup>62</sup> ZILBERMAN. op. cit. (1992). p. 109.

<sup>63</sup> Idem., p. 109-110.

<sup>64</sup> Idem., p. 111.

geral, os fatores que caracterizaram a literatura regionalista foram o tipo humano escolhido, o meio e a fixação de um determinado tempo histórico<sup>65</sup>.

Mas o que nos interessa aqui não é necessariamente o uso – com suas seleções e deformações – de que a corrente regionalista fez da história. O que procuramos demonstrar é que ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma incipiente produção de cunho histórico durante o século XIX, a partir da década de 1860 surgiu também uma outra forma de produção literária que não apenas fez uso da história, mas também serviu de canal de difusão e que, dessa maneira, manteve constantes laços de interação.

Além das obras ficcionais propriamente ditas, nas últimas décadas do século XIX os almanaques, que consistiam em compilações de poesias, contos e informações, tiveram grande voga e prestígio. Também nestes se faziam presentes alguns trabalhos de natureza histórica, sendo que seu formato fazia de tais almanaques os melhores ou pelo menos mais populares – ressalvadas as restrições que tal termo tem com relação à realidade da época – meios de difusão não apenas da literatura, mas também dos estudos históricos.<sup>66</sup>

Dessa forma, até pelo menos a década de 1920, mais precisamente com o surgimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, história e literatura ficcional mantiveram esta relação de proximidade. A principal diferença entre a produção historiográfica e a produção literária ficcional foi, de fato, a presença do documento. Fonte não apenas de dados, mas de veracidade e legitimidade, a riqueza documental foi o grande – senão o único – suporte da produção historiográfica enquanto forma de conhecimento autônoma – ou que assim o pretendia ser. O IHGRGS será a grande iniciativa no sentido de dar um status científico à produção histórica, ou pelo menos, se atentarmos para as concepções de ciência vigentes na época, no sentido de separar definitivamente o que era “estória” e o que era história.

---

<sup>65</sup> MIGUEL-PEREIRA. apud. ZILBERMAN. op. cit. (1992). p. 45.

<sup>66</sup> CÉSAR, G. op. cit., p. 370.

### **1.3. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como produtor de conhecimento histórico**

É importante ter-se em consideração que os traços gerais do panorama da produção de cunho histórico sul-rio-grandense desde seu surgimento até o final do século XIX são verificados também no início do século XX. Isto porque o contexto e as formas de produção pouco se alteraram até 1920, ano de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e seu advento significou mais um incremento ao quadro de produção historiográfico do que a introdução de novos postulados e percepções acerca da história. A grande importância de tal instituição consistiu no fato de ser a primeira iniciativa de reunião dos pesquisadores em história e, por conseguinte, de sistematização do conhecimento histórico que já vinha sendo elaborado anteriormente, até mesmo por muitos dos escritores que agora se agrupavam sob sua égide. Não por acaso o IHGRGS exerceu, desde sua fundação até o surgimento de pesquisas mais consistentes nas academias, o monopólio do pensar e do “fazer história” no Rio Grande do Sul<sup>67</sup>.

Como vimos, o conhecimento histórico produzido desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX possuiu características variadas, presentes com maior ou menor intensidade em determinados momentos. Entretanto, alguns elementos podem ser considerados como constantes e comuns, característicos, portanto, do “fazer história” no Rio Grande do Sul durante este período. As obras anteriormente citadas fazem uso, via de regra, da narrativa cronológica e linear, centrada em grandes personagens ou instituições; a narrativa é basicamente factual e os acontecimentos contemplados são fundamentalmente político-administrativos e/ou militares. Não obstante, o elemento de maior valor e maior preocupação em todas as obras e, por conseguinte, para todos os autores anteriores ao IHGRGS, foi o documento, entendido como única origem e único meio para se chegar ao fim de todos os historiadores, ou seja, a história.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por sua vez, não apresentou grandes alterações nesta forma e nesta concepção de se “fazer história”. A grande contribuição do Instituto sulino foi a busca por uma sistematização do conhecimento histórico já produzido e dos procedimentos pelos quais o mesmo era produzido. Dessa forma, o que o IHGRGS proporcionou não foi exatamente uma inovação, mas sim uma maior reflexão acerca

---

<sup>67</sup> FIOREZE. op. cit., p. 18.

deste “fazer história” realizado pelos pesquisadores, numa postura que ia diretamente ao encontro dos anseios cientificistas europeus do século XIX e que ainda se faziam sentir no Brasil das primeiras décadas do século XX<sup>68</sup>.

Dessa forma, poderíamos considerar o IHGRGS como marco de início de um novo período no quadro de produção de cunho histórico no sentido de incremento num panorama cultural bastante limitado até pelo menos a década de 1920<sup>69</sup>. No que diz respeito ao “fazer história”, há interpretações que percebem apenas neste momento o nascimento de uma historiografia sul-rio-grandense. Marobin, nesse sentido, destaca o ano de 1918 como marco de publicação do primeiro trabalho digno de ser qualificado como historiográfico, a obra *História do Rio Grande do Sul nos primeiros séculos*, do padre Teschauer<sup>70</sup>. De nossa parte, como já evidenciamos, acreditamos que os esforços e trabalhos dos séculos XIX e XX, anteriores ao IHGRGS, merecem reconhecimento. Por certo que esta produção sulina anterior ao Instituto não possuía grandes laços de articulação entre si, mas não pode ser ignorada nem desconsiderada, pois se observada em seu conjunto constitui, realmente, um quadro de produção relevante. Não obstante estes trabalhos possuem, do ponto de vista dos postulados adotados, elementos que permitem perceber uma certa continuidade entre a produção do período anterior e a produção elaborada pelo IHGRGS.

Por outro lado, se a fundação do Instituto sulino trouxe ânimo e dinamismo ao panorama cultural sul-rio-grandense – panorama este restrito quase que exclusivamente à capital – não se pode negar que outros elementos também contribuíram de maneira importante para que isto acontecesse. Entre estes Regina Zilberman destaca o papel catalisador que a Livraria do Globo exerceu diante da intelectualidade sul-rio-grandense nas décadas de 1920 e 1930 e ressalta o progresso verificado no estado na área da escolarização<sup>71</sup>.

Sendo assim, os elementos que caracterizaram a produção de cunho histórico anterior à fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foram mantidos na produção elaborada pelos autores deste. Tais elementos, em seu conjunto, foram taxados sistematicamente pelos poucos trabalhos que tematizaram a historiografia sul-rio-grandense de “positivistas”<sup>72</sup>.

<sup>68</sup> Sobre o assunto ver SCHWARCZ, L. op. cit.

<sup>69</sup> GUTFREIND. op. cit., p. 23.

<sup>70</sup> MAROBIN, L. op. cit. (1995) p. 37.

<sup>71</sup> ZILBERMAN, R. op. cit. (1985). p. 16.

<sup>72</sup> Silvia Petersen elenca as características que têm sido atribuídas à produção histórica sul-rio-grandense e que de maneira simplificadoras são chamadas de positivistas: a narrativa cronológica, voltada para os grandes personagens, para as instituições e para os acontecimentos políticos; a cientificidade dos fatos estabelecida pela fidelidade ao conteúdo das fontes, em geral documentos públicos a qual o historiador podia alcançar de forma absolutamente objetiva e valorativamente neutra. Ver PETERSEN, Silvia. *Historiografia positivista e*

Contudo, mais recentemente, a definição de positivista foi convenientemente revista por Ieda Gutfreind, que propôs sua substituição pelo termo *tradicional*<sup>73</sup>, o qual pretende abarcar os elementos característicos da produção histórica sulina dentro de princípios teórico-metodológicos mais próximos daqueles que identificamos com a chamada Escola Metódica Francesa, corrente de produção histórica que mesclava contribuições tanto do positivismo como do historicismo alemão.

De fato, os historiadores sul-rio-grandenses ligados ao IHGRGS faziam uso de referenciais teóricos e autores do positivismo, mas faziam o mesmo com relação a outras correntes de pensamento:

Reconhecemos a influência do Positivismo na produção histórica sobre o Rio Grande do Sul, mas nos acautelamos ao utilizar o termo e no momento, preferimos o vocábulo tradicional, reconhecendo que, tanto Comte, Taine, Gustave Le Bon, Gabriel Tarde e tantos outros como Oliveira Vianna, Sarmiento, Spencer também se fizeram presentes em seus discursos. Em todos eles o meio, a raça e o momento, portanto, não apenas Comte, mas Taine, Gobineau entre outros, se apresentam...<sup>74</sup>

Além disso, como assinala Gutfreind, este recurso sistemático a autores de diversas correntes consiste, também, numa tentativa de demonstrar ilustração<sup>75</sup>. O contato com esta variedade de referenciais e autores deve-se, acreditamos, à diversidade de campos profissionais e áreas de estudo a que estavam ligados os historiadores de então, aspecto que também corrobora, por sua vez, a certa continuidade com a realidade anterior a que fizemos alusão. Ou seja, o perfil profissional dos historiadores da primeira metade do século XX era muito semelhante ao daqueles que os antecederam. Pode-se dizer, nesse sentido, que o uso do termo historiador para os pesquisadores do IHGRGS devia-se ao respaldo social e intelectual de que gozavam – para o qual o Instituto deve ter contribuído de maneira capital – e não a uma formação diferenciada, voltada especificamente para a pesquisa histórica<sup>76</sup>.

---

positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (coord.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998, p.44.

<sup>73</sup> GUTFREIND, Ieda. *Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano*. In: GRAEBIN; LEAL. op. cit., p. 56-57.

<sup>74</sup> Idem., p. 57.

<sup>75</sup> Idem., p. 49-50.

<sup>76</sup> Francisco Falcon, ao analisar a figura do historiador em nível nacional antes do surgimento das instituições de ensino superior na área da história, afirma ser este um autodidata, que precisava e, portanto, tornava-se um historiador unicamente através do reconhecimento de seus pares. FALCON, Francisco. *A Identidade do Historiador*. In: XVIII Simpósio Nacional da ANPUH. Recife, julho de 1995.

Tal como no século XIX e no início do século seguinte, o esforço dos historiadores, de uma forma geral, dirigia-se para a determinação dos fatos, através da reunião e da análise de documentos. A história resultante consistia, como já apontamos, numa narrativa cronológica, centrada em grandes personagens, instituições e acontecimentos políticos tidos como dignos de destaque. Nesta perspectiva, a credibilidade e, por conseguinte, a validade da obra e do conhecimento histórico produzido repousava sobre a autenticidade dos documentos, garantida, via de regra, por seu caráter oficial. O peso documental de que falamos consistia, basicamente, na idéia de que o documento era, de certa forma, auto-explicativo e completo. Sendo assim, a veracidade e a validade de um documento era afixada, por um lado, pela sua própria existência, e, por outro, pela credulidade do pesquisador e, em última análise, do leitor.

É sobre este aspecto que a influência do IHGRGS se mostraria mais significativa. Como apontamos, os autores que compunham a instituição, bem como a própria iniciativa de fundá-la, estavam imersos na idéia de cientificidade. Para os parâmetros novecentistas europeus que foram adotados – com incompletude, deformações e incongruências<sup>77</sup> – no Brasil e, neste caso mais especificamente, no Rio Grande do Sul, a idéia de cientificidade era indissociável da idéia de objetividade por parte do cientista ou do pesquisador. Sendo assim, dotar o conhecimento histórico de caráter plenamente científico consistia, necessariamente, em torná-lo fundamentalmente objetivo. E para tanto o único meio seria a adoção de um método claro, rígido e sistematizado, em suma, um método científico.

De fato, a idéia de ciência enquanto forma de conhecimento sistematizado, com forma e conteúdo próprios, e da história como tal, não eram desconhecidas mesmo para os primeiros pesquisadores sulinos ou brasileiros que se dedicaram às temáticas históricas. Entretanto, os critérios de cientificidade, no que diz respeito à história, sofreram profundas modificações durante o século XIX<sup>78</sup>. E para a perspectiva de ciência que acabou por predominar no Brasil do final do século XIX e início do século XX, o elemento fundamental para a configuração de um trabalho histórico como científico – e, conseqüentemente, válido – era a objetividade. Dessa forma, a cientificidade dos fatos era estabelecida pela fidelidade ao conteúdo das

---

<sup>77</sup> BRIGNOLI; Hector Perez; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, pp.13, 64.

<sup>78</sup> MARTINS, Estevão de Rezende. *A época dos grandes paradigmas*. Disponível em: [http://www.criticanarede.com/fil\\_historia](http://www.criticanarede.com/fil_historia). Acesso em: 20 jun 2006. Sobre esta questão ver também: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001, p. 43-49.



fontes, as quais o historiador deveria abordar de maneira absolutamente objetiva e valorativamente neutra.<sup>79</sup>

Como, no entender destes mesmos autores que buscavam tal cientificidade, a objetividade caminhava juntamente com a neutralidade, esta passou a ser percebida como a bússola condutora nos estudos, tornando o “fazer história”, em muitos casos, um trabalho de transposição das informações dos documentos, sem acréscimos ou decréscimos – ao menos conscientemente. Nesta perspectiva de cientificidade, não havia nada de mais oposto que a ficção, as elaborações que não estivessem firmemente documentadas, os floreios e criações que preenchessem as lacunas documentais. História e literatura ficcional divorciam-se, assim, de maneira irreparável. Para o pesquisador ser um historiador era imprescindível, fundamental, que nesta atividade não fosse também um romancista, um criador. Seu trabalho não era de criação, mas de investigação. Seu objeto eram os fatos, os quais deveriam ser verídicos, e tal veracidade somente seria garantida se observados o método e a integridade total do documento – sua fonte. Qualquer contribuição que viesse do historiador e não de sua fonte corroeria a cientificidade do trabalho e comprometeria profundamente o resultado final.

Dessa forma, os trabalhos elaborados pelos autores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul deram continuidade a um perfil de produção historiográfica que vinha se desenvolvendo no território sulino desde as primeiras décadas do século XIX, mas, ao mesmo tempo, acrescentaram, ou ao menos deram consistência, aos aspectos do método e, conseqüentemente, da objetividade. Como conseqüência, o “fazer história” passou a centrar-se não mais no historiador, que descobria, organizava e publicava o documento, mas no próprio documento, que suplanta a figura e mesmo a autonomia do profissional. O historiador era quem aplicava o método, mas a história estava fundamentalmente no documento.

O surgimento do primeiro curso superior em história no Rio Grande do Sul, na década de 1940<sup>80</sup>, demoraria alguns anos para trazer novas formas de se “fazer história”<sup>81</sup>, as quais poderíamos chamar com mais segurança de teorias e metodologias. Somente, portanto, nas décadas seguintes, o IHGRGS perderia o status de local de produção do conhecimento histórico “par excellence”. As inovações e novas perspectivas historiográficas difundidas pelos trabalhos acadêmicos acabaram por suplantar, ou pelo menos relegar a um segundo plano, a produção dos antigos historiadores. Contudo, há que se considerar que se os trabalhos

<sup>79</sup> PETERSEN. In: GRAEBIN; LEAL. op. cit. p. 44.

<sup>80</sup> RODRIGUES, M. C. de M. op. cit.

<sup>81</sup> Falcon, ao analisar o perfil dos primeiros cursos de graduação em história surgidos no Brasil, diluídos nas Faculdades de Filosofia da USP e da UDF (antiga Universidade do Brasil), considera que as reais possibilidades de inovação ainda demoraram pelo menos duas décadas para se tornarem concretas. FALCON. op. cit.

de autores como Arthur Ferreira Filho, Aurélio Porto, Souza Docca, Moyses Vellinho, entre outros, deixaram de ser referencial teórico, por outro lado, permaneceram como fonte de dados, utilizados de maneira sistemática.

Não podemos, entretanto, encerrar as considerações sobre a produção do conhecimento histórico elaborada no Rio Grande do Sul, antes que as academias se apropriassem de tal prerrogativa, sem tecer algumas considerações sobre esta mesma produção em nível nacional. Isto porque, ao contrário do que poderia parecer, as ligações entre o IHGRGS e o IHGB não foram de filiação institucional<sup>82</sup>. Além disso, a produção do conhecimento histórico em nível nacional<sup>83</sup> e no caso sul-rio-grandense percorreram caminhos relativamente diferentes. Enquanto que no primeiro caso um quadro de produção propriamente dito surgiu somente com a fundação da instituição que tomou para si a responsabilidade de elaborá-lo; no segundo as diversas obras permitem afirmar a existência de um quadro anterior ao elaborado pela instituição regional. Mesmo assim, com trajetórias um tanto distintas e sem laços formais mais evidentes, ambos os institutos acabaram por apresentar características bastante semelhantes no que diz respeito às concepções e métodos de se “fazer história”. Dessa forma, o quadro de produção sulino aparece, dadas as similaridades que mostraremos, como uma parte dentro de uma realidade maior, a qual, para dar continuidade à nossa análise, não poderíamos negligenciar. Não se trata, portanto, de uma redução do foco de análise, mas sim do exercício comparativo fomentado pela constatação de coexistência entre duas realidades de produção, uma mais restrita no que diz respeito aos aspectos espaciais e temáticos, que pode ser considerada como parte – autônoma, não podemos esquecer – de outra, a qual, por sua vez, mostra-se mais ampla, mas evidencia os laços de ligação que permitem, justamente, percebê-las como parte e todo.

---

<sup>82</sup> FIOREZE. *op. cit.* p.53.

<sup>83</sup> Ao utilizarmos expressões e termos como “nacional” e “no Brasil”, estamos cientes de que a produção da qual tratamos verificou-se não em nível propriamente nacional, mas sim no seu centro dinâmico, seja do ponto de vista político-econômico ou sócio-cultural. Fazemos esta ressalva para que não se pense que ignoramos ou desconsideramos a produção elaborada em outras regiões do país, ainda que não tenhamos tido, de fato, contato com esta.

#### **1.4. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como produtor de conhecimento histórico em nível nacional**

Dentre os colonizadores europeus na América, os portugueses foram notadamente aqueles que mais restrições impuseram à criação e difusão de conhecimentos, desde seus níveis mais elementares até o ensino superior. Enquanto alguns centros dinâmicos da colonização espanhola já contavam com instituições de ensino superior desde o século XVI, a América portuguesa somente teve a oportunidade de sediar instituições de tal natureza no século XIX, após a fuga da família real. Ainda assim, estas não se constituíam em universidades, mas sim em faculdades isoladas, voltadas para a formação em duas únicas áreas: a medicina, com escolas no Rio de Janeiro e em Salvador; e o direito, com escolas em Recife e São Paulo. Tais instituições, mais do que atender a uma necessidade de criação e difusão de conhecimentos específicos, consistiam no canal pelo qual a elite brasileira se nobilitava intelectualmente, isto é, obtinha a titulação de doutor<sup>84</sup>.

Esta situação pouco se alterou durante todo o século XIX e, podemos dizer, até mesmo nas primeiras décadas do século XX. A primeira universidade brasileira foi a chamada Universidade do Rio de Janeiro<sup>85</sup>, criada a partir da reunião das escolas superiores existentes na capital federal na década de 1920. Contudo, a criação desta instituição deu-se apenas para que o governo brasileiro pudesse oferecer o título de doutor honoris causa ao rei Alberto II, da Bélgica, que visitou o país por ocasião do centenário da independência política. Fica assim evidente que ainda no início do século XX a educação e o conhecimento, de forma geral, eram percebidos e tratados – senão pela maioria da população ao menos pelo governo e pela elite que o controlava – de forma negligente.

A primeira universidade digna de tal denominação surgiu somente em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP). Ao contrário das iniciativas anteriores com relação ao ensino superior, que concentraram seu foco nas ciências médicas e jurídicas, a USP centrou sua atenção nas ciências humanas e sociais. Para tanto, trouxe pesquisadores europeus, que naquele momento constituíam uma vanguarda e se ainda não eram referenciais intelectuais em nível mundial, posteriormente viriam a sê-lo.

---

<sup>84</sup> Ver: SCHWARCZ, L. op. cit.

<sup>85</sup> Com a reforma Francisco Campos, em 1931, a Universidade do Rio de Janeiro passou a se chamar Universidade do Brasil, embrião da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que hoje é uma instituição respeitável e de grande qualidade.

Assim, podemos dizer que somente a partir da década de 1930 teve início o ensino e a pesquisa em nível acadêmico na área da história. Entretanto, isto não significa, de forma alguma, que o ensino e a pesquisa histórica não tivessem existido no Brasil. Já no século XIX o país passou a contar com uma instituição voltada para a criação e difusão de conhecimentos ligados à área da história, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838.

De acordo com José Honório Rodrigues, a fundação do IHGB significou o nascimento da pesquisa histórica mais consistente e sistematizada no Brasil<sup>86</sup>. Por certo que existiram trabalhos anteriores ao Instituto, mas estes consistiram apenas na pesquisa individual e desarticulada, fruto do esforço de alguns poucos estudiosos. Além disso, dada a época e o contexto em que foi fundado, o IHGB teve como pilar fundamental os princípios que acabavam de ser lançados pela chamada escola alemã.<sup>87</sup>

Eis aí um ponto que acreditamos ser essencial para o esclarecimento da natureza da produção historiográfica verificada no Brasil durante o século XIX e boa parte do século XX. Muitos são os estudos e muitas também são as definições para o tipo de produção elaborada, principalmente, sob a égide do IHGB. Ocorre, tal como no já aludido exemplo sulino, a utilização apressada e, muitas vezes, pejorativa, do termo “positivista”. Os desacordos diante deste tema devem-se, sobretudo, às várias atribuições dadas àqueles que, de fato, foram os grandes referenciais para os pesquisadores brasileiros. Os grandes historiadores nacionais do século XIX e do início do século XX, sobretudo Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>88</sup> e Capistrano de Abreu<sup>89</sup>, são associados às idéias de culto ao documento escrito e rigor do método crítico, o qual assegurava o vínculo entre verdade histórica e prova documental. Estes dois aspectos, alçados à condição de verdadeiros postulados na construção da historiografia brasileira nascida a partir do século XIX<sup>90</sup>, têm sua gênese identificada, via de regra, na figura e na produção de Leopold Von Ranke, e é nesta identificação, ou mais especificamente nas atribuições que a ela se seguem, que se encontram os desacordos e confusões a que fizemos alusão logo acima.

A célebre frase de Ranke *apenas mostrar como realmente aconteceu*<sup>91</sup> é tomada como a expressão que resume o “fazer história” proposto por este autor, no qual o historiador não era alguém que reconstruía o passado, mas sim alguém que o apreendia como realmente havia

<sup>86</sup> RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982, p. 37.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Considerado por José Honório Rodrigues o pai da pesquisa histórica nacional. Ver: Idem.

<sup>89</sup> Considerado por Ângela Gomes como responsável pelo nascimento da historiografia no Brasil. Ver GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>90</sup> Idem., p. 122.

<sup>91</sup> “Es will bloss zeigen wie es eigentlich gewesen ist”. Frase citada In: WEHLING. op. cit., p. 97.

sido<sup>92</sup>. O meio para alcançar tal objetivo seria o rigor metodológico, isto é, o tratamento das fontes a partir de uma série de procedimentos bem sistematizados, os quais consistiriam o único instrumental de que o historiador poderia e deveria fazer uso, pois qualquer interpretação fora dos documentos seria, nesta perspectiva, necessariamente anticientífica<sup>93</sup>. É necessário perceber que Ranke não excluía qualquer tipo de interpretação, mas sim aquela que não tivesse o documento como origem fundamental.<sup>94</sup>

Entretanto, o peso da figura do documento e o rigor metodológico não são suficientes para caracterizar o tipo de produção elaborada por Ranke de positivista<sup>95</sup>. Wehling assinala que a historiografia rankeana caracterizou-se pelo uso do método crítico; pelo predomínio do caráter político; pelo destaque às idéias imanentes, apreciadas em seu contexto; pela historicização do documento; e pelo reconhecimento das limitações do historiador, ressaltando a necessidade de sua inserção, mas descartando o “ideológico” de seu trabalho<sup>96</sup>. Além disso, o mesmo autor ressalta que Ranke apresentou uma recusa sistemática à busca de leis históricas, ponto fundamental para a historiografia positivista<sup>97</sup>.

O que Ranke fez, bem como muitos daqueles autores que lhe sucederam, foi uma combinação de princípios historicistas de caráter individualizante do método histórico com as exigências de objetividade características do positivismo. Wehling utiliza a expressão “objetivismo interpretativo não-participante”<sup>98</sup>, mas não tem problemas em afirmar que Ranke representava, seguramente, o historicismo romântico/erudito, ou simplesmente historicismo alemão.

De nossa parte, como já apontamos anteriormente, preferimos usar a expressão simplificadora, mas de maneira alguma simplista, utilizada por Bourd e e Martin. Tais autores, tendo em vista que a grande característica deste tipo de produção iniciada por Ranke foi o rigor metodológico, mas que, ao mesmo tempo, os maiores seguidores de tal postura foram na sua maioria franceses, sobretudo Charles Langlois e Charles Seignobos, adotaram a expressão Escola Metódica Francesa<sup>99</sup>. Isto porque o grau de elementos oriundos do positivismo ou do

---

<sup>92</sup> WEHLING, A. op. cit., p. 97.

<sup>93</sup> Idem., p. 97-101.

<sup>94</sup> Idem., p. 102-105.

<sup>95</sup> Idem., p. 105.

<sup>96</sup> Idem., p. 115.

<sup>97</sup> Idem., p. 113.

<sup>98</sup> Idem., p. 115.

<sup>99</sup> Para saber mais sobre a chamada Escola Metódica Francesa ver: BOURD E, Guy; MARTIN, Herv e. *As Escolas Históricas*. 2<sup>a</sup>. Ed. Lisboa: Publica es América, 2003. FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. *A influência do positivismo e do historicismo na educa o e no ensino de história*. Acta Scientiarum, Maringá, 23(1):157-166, 2001. LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdu o aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

historicismo, bem como seu peso nas elaborações, variaram de acordo com cada autor, seja no caso europeu ou mesmo no que diz respeito à aplicação desta postura teórico-metodológica por autores brasileiros.

Tomemos como exemplo, novamente, o caso de Capistrano de Abreu, para o qual a imparcialidade e o caráter científico eram fundamentais e estariam garantidos pelos procedimentos metodológicos que assegurassem tanto a confiabilidade das fontes quanto o cumprimento das regras que tornassem a visão do historiador livre de “verdades” dogmáticas ou apriorísticas<sup>100</sup>.

Mas não nos apressemos em realizar simplificações, tal como aquelas que aqui procuramos combater. Como mostrado anteriormente, o documento era a fonte fundamental, a origem do conhecimento histórico poderíamos dizer. A verdade dos fatos, por sua vez, seria seu resultado necessário, ou seja, seu fim. Entre estes dois pontos havia um meio, em ambos os sentidos, pois era parte do caminho e, ao mesmo tempo, a maneira pela qual se deveria percorrê-lo. Este meio era, justamente, o método. Entretanto, com relação à produção sulina, com a qual mantivemos maior contato para as considerações de nosso trabalho, a idéia de método esteve durante muito tempo bastante distante do rigor e da sistematização que lhe deram os autores europeus. Os pesquisadores sul-rio-grandenses, como assinalamos anteriormente, buscavam claramente a verdade e acreditavam que somente através da utilização correta do documento chegariam a ela. Mas não há nenhum traço que indique uma maior consistência do método para tanto. Ao que pudemos perceber, o método, ou seja, a forma pela qual os historiadores sulinos produziam o conhecimento histórico, consistia basicamente na transposição do conteúdo do documento. A figura da crítica, ponto fundamental do método sistematizado por Langlois e Seignobos, esteve ausente nos primeiros trabalhos e aparecerá de modo gradual, apresentando-se de maneira consistente apenas com a criação do IHGRGS ou nas produções que lhe antecederam em pouco tempo, posto que foram produzidas pelos mesmos autores.

De fato, podemos afirmar que o tipo de conhecimento histórico elaborado no Brasil desde o surgimento das primeiras pesquisas mais consistentes, com a criação do IHGB, até as primeiras décadas do século XX, esteve filiado fundamentalmente, ainda que em muitos casos com pouca consistência, aos pressupostos da chamada Escola Metódica Francesa. É necessário, porém, ter-se em consideração que, como o próprio nome da corrente de produção já evidencia, tais pressupostos foram importados, procedimento que se verifica de maneira

---

<sup>100</sup> GOMES, A. de C. op. cit., p. 124.

recorrente até a atualidade no quadro de produção historiográfico brasileiro. Não obstante, outras correntes de pensamento também foram trazidas e mescladas aos postulados metódicos, sendo verificadas suas presenças em trabalhos de cunho histórico até mesmo nas décadas de 1960 e 1970<sup>101</sup>. Nesse sentido, Brignoli e Cardoso, ao tratar dos usos dos métodos da história pelos historiadores brasileiros, apontam como os elementos teórico-metodológicos estrangeiros chegam sempre com atraso variável e de modo incompleto, sendo utilizados, via de regra, de maneira incongruente diante da realidade histórica do país<sup>102</sup>. Além disso, na busca por solucionar este problema da aplicabilidade o recurso utilizado foi, na maioria das vezes, uma espécie de ecletismo, que consistia em nada mais do que a justaposição ou combinação de elementos isolados de diversas teorias ou tendências interpretativas, mal e parcialmente conhecidas e assimiladas<sup>103</sup>. Devemos, porém, atentar para o fato de que tais adaptações nem sempre tiveram como alvo a interpretação da realidade histórica, mas sim a criação ou legitimação de posições políticas, de grupos sociais ou do próprio Estado<sup>104</sup>.

Fica evidente, portanto, diante da constatação da utilização de forma sistemática dos postulados da Escola Metódica Francesa, que as produções do conhecimento histórico verificadas no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir do século XIX até as primeiras décadas do século XX, compartilham da mesma matriz de pensamento e ação. Mesmo que em nível nacional este tipo de pesquisa tenha nascido justamente a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico, enquanto que no caso sulino tal produção tenha antecedido em um bom tempo não apenas a criação da entidade, mas a própria utilização da maioria de seus pressupostos, o que devemos considerar é que as produções de cunho histórico brasileira e sulina compartilharam de vários elementos comuns. Acreditamos ser não apenas conveniente, mas mesmo necessário, citar, dentre os vários, aqueles que notadamente são os mais importantes e recorrentes: a figura fundamental do documento e o rigor metodológico.

Além disso, da mesma forma que o tipo de história elaborado em nível nacional e regional possuem elementos comuns, também a figura do historiador, em cada um destes níveis, possuiu significativas similaridades.

---

<sup>101</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira*. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo, EdiUPF, 1998, p. 93.

<sup>102</sup> BRIGNOLI; CARDOSO. op. cit., p. 13-64.

<sup>103</sup> Idem., p. 64.

<sup>104</sup> DIEHL, A. op. cit., p. 93-94.

### 1.5. Os historiadores que não se formaram em história

O primeiro ponto a se considerar é que o termo “historiador” foi – e por vezes ainda é – utilizado largamente e sem critérios muito bem definidos. Tal designação era – e em muitos casos até hoje é – aplicada a todos aqueles que escreveram um texto ou um livro sobre um tema histórico. É evidente que não podemos perceber esta postura como equivocada, dada a inexistência de cursos superiores para a formação de historiadores até a década de 1930, em nível nacional, e até a década de 1940, em nível regional. Assim sendo, não poderíamos esperar que um historiador fosse um profissional com formação na área da história, nem que esta fosse sua atividade exclusiva, ou pelo menos principal<sup>105</sup>.

No caso sul-rio-grandense, verificamos que a maioria dos escritores anteriormente citados teve, de fato, uma formação humanística, ou seja, relacionada àquilo que se classifica como ciências humanas, sociais e jurídicas. Até a década de 1870, sobressaíam-se as atividades de administrador público e professor, após, verifica-se a preponderância da formação em direito, da carreira militar e da atividade de jornalista. A todas se somava, de maneira sistemática, a atuação política, de diversas formas. O que permitiu colocar toda esta gama de profissionais sob a denominação comum de historiador foi o esforço de busca, organização e publicação de documentos e, na mesma medida, o seu interesse pelos temas que diziam respeito ao passado sul-rio-grandense. Nesse sentido, o caso dos pesquisadores filiados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foge um pouco a esta “regra”, pois ainda que estes tivessem outras áreas de atuação profissional, não era apenas a produção de cunho histórico que os definia como historiadores, mas sim a própria condição de membros do IHGRGS.

Assim sendo, ser historiador era – e não se entenda esta expressão em seu sentido romântico – um apaixonado pela história, com formação em áreas que possibilitavam, e mesmo fomentavam, familiaridade e contato com documentos e, dessa forma, permitiam aventurar-se pelas “letras históricas”. O já citado Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, consiste num exemplo bastante ilustrativo para tal afirmação.

Notemos, entretanto, que a figura do historiador e sua postura diante do documento sofreram, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, uma alteração que

---

<sup>105</sup> Nesse sentido voltamos a utilizar as considerações de Falcon, que identifica o historiador anterior aos cursos de formação superior como um autodidata que necessitava apenas do reconhecimento pelos seus pares. FALCON. op. cit.



não pode ser ignorada. Enquanto que, até então, o “fazer história” permitia um envolvimento e um posicionamento definidos por parte do historiador, além de significativa liberdade de escrita; o período marcado pela ascendência do IHGRGS, ao contrário, teve como característica uma grande restrição à liberdade de criação e de opinião dos pesquisadores, dadas as exigências de objetividade e, em última análise, cientificidade.

O elemento-chave, portanto, para a configuração de um pesquisador em um historiador não era a formação, mas sim a própria atividade, a qual, quando encampada pelo Instituto sulino, passou a necessitar de sua legitimação. Mas esta condição não implicou em nenhuma alteração nos demais procedimentos que deveria seguir um historiador. O trabalho consistia, basicamente, na descoberta, ordenação e publicação de documentos, através de uma metodologia que se tornou gradualmente mais rígida e sistematizada.

Em nível nacional, até os anos 1940 eram historiadores, de forma geral, todos aqueles que haviam produzido alguma espécie de “estudo histórico”, normalmente pessoas que exerciam paralelamente outros tipos de atividades, haja visto a inconsistência da compartimentação intelectual e profissional do campo da história na época<sup>106</sup>. Dessa forma, os historiadores eram também poetas, romancistas, juristas, jornalistas, etc. Como verificamos anteriormente, neste aspecto o caso sul-rio-grandense em nada difere do quadro verificado nacionalmente, isto é, da atuação paralela na área da história e em outros ramos profissionais. Acreditamos que, dada justamente esta certa informalidade da atividade como historiador, esta consistisse notadamente numa atividade complementar. Dessa forma, seria difícil encontrar alguém que fosse apenas historiador. Aqueles que se dedicassem a alguma espécie de pesquisa ou estudo histórico teriam quase sempre uma outra profissão, a qual seria de fato a sua atividade profissional propriamente dita.

Ângela de Castro Gomes, em seu estudo sobre a história e os historiadores considerados como clássicos no Brasil até meados dos anos 1940, apresenta as características principais que cada uma dessas figuras apresentava<sup>107</sup>. De uma forma geral, exerciam a atividade de historiador alguns homens bem-nascidos e bem-educados, a quase totalidade com estudos em nível superior<sup>108</sup>. Eram, portanto, intelectuais. Ou melhor, mais do que apenas intelectuais, eram dotados de maturidade intelectual, eram “homens de letras”. Mas não era

<sup>106</sup> GOMES, A. de C. op. cit., p. 37-38.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Ângela de Castro Gomes afirma que, dada esta formação superior dos autores, a verificação do autodidatismo é bastante restrita. É importante, entretanto, perceber que no campo da história, devido à inexistência de cursos acadêmicos de formação superior, o autodidatismo não seria apenas possível, mas necessário. Acreditamos que a autora pretendesse, com sua afirmação, apontar que os autores por ela estudados não eram apenas eruditos sem formação específica, mas sim homens graduados nas áreas profissionais em que atuavam além da história. Ver: Idem., p. 44.

este o elemento fundamental que os tornava historiadores. Além do caráter intelectual, tais homens possuíam um elevado nível de erudição e de familiarização com arquivos, isto é, tinham conhecimentos consistentes adquiridos não apenas pelos meios formais, fruto de um esforço longo, regular e direcionado; além do acesso e manuseio de documentação tida como histórica. Nesse sentido, Gomes considera o termo erudito a palavra-chave para uma distinção primeira e capital da figura do historiador<sup>109</sup>.

O erudito era basicamente um pesquisador, mas não apenas um pesquisador. Por mais que precisasse da pesquisa como do próprio ar<sup>110</sup>, tinha que dar sentido às fontes, numa postura semelhante à do filósofo, e dotar a apresentação da pesquisa de um estilo de escrita, tal como um escritor<sup>111</sup>.

Dessa forma, podemos dizer que os historiadores anteriores às academias eram, via de regra, intelectuais e eruditos, oriundos das elites sócio-econômicas de um Brasil ainda predominantemente pobre e rural. Mas como a própria Ângela de Castro Gomes constata, apesar de serem elementos constituintes da figura do historiador, não são a erudição nem a intelectualidade que o definem como tal. O que fazia de um estudioso um historiador era justamente o trabalho histórico, isto é, o resultado de suas pesquisas. Mais especificamente, era a sua contribuição para o campo de conhecimento da história que o tornava um historiador<sup>112</sup>, pois era através desta que obtinha o reconhecimento de seus pares e até mesmo do meio comum que viesse entrar em contato com seu trabalho.

Sendo assim, tanto em nível nacional como regional os historiadores exerciam suas atividades de maneira complementar ou paralela, e o que os definia como tal era justamente seu trabalho de pesquisa e publicação de assuntos de natureza histórica, bem como o reconhecimento que advinha desta tarefa. Da mesma forma, enquanto ainda não existiam academias para a formação de profissionais na área da história e para a produção do conhecimento histórico, ambas as prerrogativas repousaram sob a égide dos Institutos Históricos e Geográficos, isto é, evidentemente, a partir do momento que surgiram.

Enfim, se a figura do historiador era, em traços gerais, a mesma em nível nacional e regional, o tipo de história produzido por estes, de fato, também o era. Como assinalamos no caso sul-rio-grandense, o conhecimento histórico produzido desde o século XIX e mesmo aquele produzido no IHGRGS consistia basicamente na narrativa cronológica e factual, centrada na atuação de protagonistas ou instituições, de caráter político-militar e/ou

---

<sup>109</sup> GOMES, A. de C. op. cit., p. 76.

<sup>110</sup> Idem., p. 99.

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Idem., p. 55.

biográfico. Não obstante, o ponto fundamental era o embasamento na figura fundamental do documento e no rigor metodológico. Em nível nacional, Gomes verifica que eram entendidos como trabalhos históricos tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para um público escolar, e até mesmo a elaboração dos *verdadeiros e bons romances históricos*<sup>113</sup>. Contudo, em todas estas variantes, o que distinguiria o trabalho historiográfico daquele realizado por outros intelectuais seria, justamente, a relação da pesquisa, da crítica e da interpretação de fontes, que exigia a identificação, a classificação e o uso dos documentos<sup>114</sup>.

Eis, portanto, os traços gerais da produção historiográfica realizada em nível nacional e regional. Os trabalhos que compuseram este quadro assim podem ser classificados – de nacionais e regionais – não apenas pelo fato de terem sido produzidos nestes níveis, isto é, no centro dinâmico do país quando falamos em “nacional” e no centro dinâmico da/do província/estado quando falamos em “regional”. Os recortes espaciais e temáticos que apresentam também são fundamentais para tal classificação. Os trabalhos elaborados pelo IHGB contemplavam, mesmo quando apresentavam recortes espaciais mais restritos, uma visão de Brasil como conjunto, onde as particularidades e singularidades locais eram postas em segundo plano diante da idéia de nação. O caso sul-rio-grandense é semelhante, pois as temáticas, como já apontamos, concentravam-se na formação do território sulino e nos grandes conflitos armados. Esta perspectiva comportava as localidades apenas como peças integrantes do todo maior, ou seja, do Rio Grande do Sul. Os acontecimentos em nível local somente eram contemplados pelos trabalhos de cunho histórico se fossem entendidos como componentes de um evento de maior dimensão, verificado em todo o espaço sulino.

Sendo assim, os estudos históricos percebiam o território sul-rio-grandense numa perspectiva sempre mais ampla, seja de capitania, província ou estado, inserindo-o num mosaico maior, fosse do Brasil enquanto colônia ou país independente, muitas vezes atentando-se para as relações com os vizinhos do Prata. Nesse sentido, o passado histórico de um determinado município por si só, ou seja, enquanto protagonista e não enquanto elemento componente de um evento maior, não teve espaço para ser contemplado nos trabalhos historiográficos. Salvo a exceção de algumas poucas obras sobre Porto Alegre, geralmente acerca de peculiaridades e aspectos do cotidiano; da já citada obra de Evaristo Afonso de Castro, que contemplou alguns municípios do interior sul-rio-grandense; e de algumas poucas,

---

<sup>113</sup> GOMES, A. de C. op. cit., p. 38.

<sup>114</sup> Idem., p. 99.

e por isso pouco expressivas, monografias municipais produzidas no próprio IHGRGS, as histórias das cidades não tiveram espaço e condições para se desenvolver.

Isto é o que poderia parecer num primeiro momento e numa leitura que se prendesse, justamente, aos trabalhos e ao contexto até aqui tratados. Todo o retrospecto e as considerações por nós feitas no presente texto não tiveram outro fim senão apresentar um quadro de produção histórico sul-rio-grandense. Repetimos e enfatizamos, “um”, e não “o”. Não podemos perceber tal quadro como único, ainda que dominante e de maior visibilidade.

Paralelamente ao desenvolvimento deste “fazer história” sobre o Rio Grande do Sul, desenvolveram-se outros estudos, localizados em sua temática, motivações e pretensões. Estas monografias históricas<sup>115</sup> incluíam histórias de municípios, eventos históricos particulares, estudos biográficos e genealógicos, pesquisas sobre instituições, administração pública, comércio e outros. Estas obras, de maneira geral, atendiam aos anseios de uma ou algumas camadas sociais dominantes, isto é, das elites políticas, sociais ou econômicas de determinados municípios.

De acordo com Pesavento:

A História, como ciência, se incumbirá de resgatar para a classe dominante o seu passado. Um passado que, necessariamente, a deve nobilitar, exaltar suas virtudes, sua inclinação natural para o lugar merecido no topo da estratificação social. Ou ainda a História servirá para registrar o presente, justificando os atos e palavras da classe dominante perante a opinião pública.<sup>116</sup>

Assim, as histórias locais tinham como motivação e, ao mesmo tempo, finalidade, registrar um passado que interessava a certas elites classificar não apenas como história, mas como “a” história, ressaltando suas pretensas qualidades, justificando e legitimando sua posição de mando e proeminência sobre o restante da sociedade. Esta tarefa será tomada, dado o fato de não ser do interesse dos estudiosos concentrados na capital, por intelectuais e eruditos locais, membros da elite ou pelo menos com ela bem-relacionados. Suas obras, se percebidas em conjunto, constituem um riquíssimo quadro de produção de cunho histórico, não independente, mas de certa maneira marginal e, por isso mesmo, relativamente autônomo em relação ao quadro dominante, já apresentado. É necessário, pois, ter-se em consideração que não houve apenas uma forma e um contexto de produção histórica sul-rio-grandense. Os

<sup>115</sup> MAROBIN. op. cit. (1995), p. 40.

<sup>116</sup> PESAVENTO. In: DACANAL; GONZAGA. op. cit, p. 67.

pesquisadores, os historiadores, não foram poucos, e o passado histórico que nos legaram norteia, significativamente, nossas percepções da realidade e do mundo que nos rodeia, em sua perspectiva temporal e espacial. É imprescindível, portanto, para se compreender o que foram história e historiadores no Rio Grande do Sul, contemplar estas formas de produção e conhecimento.

### **1.6. A produção histórica do interior do Rio Grande do Sul: características e influências**

A constatação de que uma outra realidade de produção de natureza histórica se desenvolveu no Rio Grande do Sul ocorreu devido ao contato com certas obras que não se enquadram no quadro de produção sulino até aqui apresentado. Tal como apontamos, o caráter individual e desarticulado do quadro de produção, verificado no século XIX e no início do século XX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul cedeu lugar a uma realidade fundamentalmente articulada justamente em torno desta instituição e centrada na capital do estado.

Entretanto, concomitantemente a este quadro produção verificado sob a égide do IHGRGS, existiu um outro, que teve como palco as cidades do interior do Rio Grande do Sul. Foi o que pudemos perceber após a leitura das obras elaboradas por cinco autores diferentes, que pretendiam abarcar a história de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões. Tais obras foram elaboradas e publicadas num espaço de tempo bastante amplo, entre as décadas de 1930 e 1980, ou seja, entre um momento em que o domínio do “fazer história” pertencia ao IHGRGS e outro em que tal prerrogativa já fora cedida aos cursos superiores acadêmicos. Nesse sentido, o que importa assinalar é o fato de que enquanto um certo quadro de produção se verificava em ambientes privilegiados ou institucionalizados, balizado por critérios teórico-metodológicos relativamente bem definidos e por preocupações que podem ser entendidas como científicas; outro se desenvolvia, não de maneira independente, mas notadamente autônoma, e que tomou para si a tarefa de elaborar aquilo que entendia ser o conhecimento histórico tendo como temática o nível local.

Eis as cinco obras a que fizemos alusão: História do Município de Santa Maria – 1797-1933, de João Belém, publicada pela primeira vez em 1933; Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho – 1787-1930, de Romeu Beltrão, publicada pela primeira vez em 1958; História de Cruz Alta, de Prudêncio Rocha, publicada pela

primeira vez em 1964; Cruz Alta – Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, de Isaltina Vidal do Pilar Rosa, publicada em 1981; e Santo Antônio da Palmeira, de Mozart Pereira Soares, publicada pela primeira vez em 1974.

O contato com tais obras, anterior ao projeto de dissertação, se deu de maneira casual, em meio a um trabalho de pesquisa que fazia uso das obras acerca de Santa Maria como fontes fundamentais para o estudo de seu passado histórico<sup>117</sup>. A leitura e comparação com as obras que tematizaram Cruz Alta e Palmeira das Missões levou a uma série de conclusões iniciais e hipóteses a serem desenvolvidas, proposta desta dissertação. Em primeiro lugar, foi possível perceber que todas as obras, apesar da distância temporal e espacial no que diz respeito às suas elaborações e publicações, possuem profundas semelhanças, seja do ponto de vista da escrita e organização ou no que diz respeito às idéias acerca da história e de como se “fazer história”. Mas como estes trabalhos, dadas as ditas distâncias no tempo e no espaço, possuem tamanhas similaridades? Que tipo de elementos seus autores compartilharam para que o resultado de suas pesquisas fosse tão semelhante?

Vejamos, neste primeiro momento, que consistem estas semelhanças em cinco aspectos fundamentais para, sem seguida, procurarmos detectar suas origens.

O primeiro destes aspectos é a visão que estes autores tinham acerca da história, seja enquanto processo histórico ou como forma de conhecimento. De uma forma geral, a história percebida pelos memorialistas locais é o passado, e partir do momento em que se iniciasse, ao seu ver, o presente, a tarefa e as atribuições do pesquisador estariam terminadas. Este passado, ou seja, esta história seria eminentemente evolutiva, possuindo uma espécie de lógica própria, mas subjacente, que não é alvo de qualquer consideração, mas apenas percebida como tal. O trabalho que resultasse da pesquisa desta história teria que se concentrar nos fatos, entendidos como os tijolos da construção da qual o autor era o responsável. Estes fatos nada mais seriam do que os acontecimentos de natureza político-administrativa ou militar, ligados sempre de alguma maneira à figura do Estado, isto é, oficiais ou a este aspecto relacionados. Tais fatos, dada sua lógica evolutiva, deveriam ser encadeados de maneira linear, normalmente numa dinâmica de causa e consequência.

Há, porém, um ponto presente nas obras e, conseqüentemente, na percepção de seus autores acerca da história que pode parecer, num primeiro momento, contraditório. Numa leitura apressada poderíamos afirmar que os autores estudados entendiam o processo histórico

---

<sup>117</sup> Projeto “Panorama Histórico de Santa Maria”, desenvolvido entre agosto de 2003 e julho de 2004 no curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber e com financiamento do CNPq.

como único e singular, posto que escreviam “a” história de Santa Maria, Cruz Alta ou Palmeira das Missões. Mas como veremos mais adiante, o que tais pesquisadores acabam por fazer é estabelecer uma espécie de hierarquização dentro da história, ou seja, não negam a presença daquilo que percebem como histórias, grosso modo as trajetórias de alguma instituição ou camada social local, mas todas fariam parte de um processo histórico maior e mais importante, do qual estariam tratando em última análise.

Praticamente indissociável da percepção acerca da história é, evidentemente, a percepção sobre a própria figura do pesquisador, que aqui não chamaremos, ainda, de historiador pelo fato de que alguns dos autores procuram ressaltar que não possuem a pretensão de fazer uso de tal título. Além disso, para estes autores o pesquisador da história é justamente isto, um pesquisador. São suas qualidades na atividade de pesquisa que fariam de seu trabalho digno de ser considerado como uma obra histórica, ou seja, como a “história de...”. Este pesquisador deveria ser fundamentalmente imparcial, ou como um dos autores prefere, *desapaixonado*<sup>118</sup>. O autor que pesquisasse a história deveria ser alguém acima dos interesses e paixões presentes no momento em que ocorreram os fatos sobre os quais se debruça. A imparcialidade seria, portanto, condição “sine qua non” para que o pesquisador tivesse a paciência, a tenacidade e a sinceridade que seriam necessárias para a atividade de pesquisa. Mas a realização de um trabalho histórico não ficaria restrita apenas à pesquisa. Esta era apenas a primeira parte, na qual as fontes e documentos seriam descobertos ou desvendados. Em seguida, o material conseguido deveria ser organizado, segundo a lógica da própria história, para então ser publicado. Sendo assim, o conhecimento obtido deveria necessariamente tornar-se de domínio público, pois a finalidade da história, e, por conseguinte, a tarefa do pesquisador, era preservar e divulgar os fatos importantes do passado.

Portanto, como o trabalho do pesquisador da história significava basicamente coleta, organização e publicação dos fatos históricos, tal tarefa não consistiria numa atribuição específica de algum profissional com formação própria. Como um dos autores chega a afirmar, era um trabalho que *qualquer um que soubesse ler e escrever mais ou menos poderia fazer*<sup>119</sup>. Desconsiderando as demonstrações de falsa modéstia, o que nos importa assinalar é que um trabalho de natureza histórica não precisaria necessariamente, na visão destes autores, da figura do historiador propriamente dito.

Mas o pesquisador da história dependia, fosse um “historiador” ou não, daquele que era entendido como o elemento fundamental para a construção de idéias e conhecimentos em

---

<sup>118</sup> BELÉM. op. cit., p. 13.

<sup>119</sup> Idem., p. 03.

que consistiria o trabalho histórico. Não existiria história, tampouco historiador ou pesquisador, se não houvesse fontes e documentos para que este realizasse seu trabalho de pesquisa. Os documentos eram, na visão dos autores locais, um registro do passado, ou seja, do que aconteceu, e para isso mesmo que haviam sido criados. Nessa perspectiva, o documento era inocente e desinteressado, e, ao mesmo tempo, pleno em sua capacidade de comportar o processo histórico a que fazia referência. Assim sendo, ele não era um indício do que houvera, mas sim a prova, completa, incontestável e definitiva, daquilo que se pretendia afirmar como fato histórico.

Dessa forma, o documento deveria ser necessariamente mantido na sua integralidade, pois se comportava a história em si mesmo, qualquer mutilação significaria também uma perda dos dados e do próprio evento histórico que se procurava ilustrar. E este último termo é utilizado aqui não de maneira gratuita, pois os autores locais acreditavam, realmente, que o documento retratava, ilustrava um pedaço da história, o fato mais especificamente. O documento seria, literalmente, uma espécie de fotografia de um determinado momento. E posto mostrar um certo fato, fosse qual fosse, o documento era sempre válido e pertinente. O que poderia não ter importância histórica era o fato, mas não a fonte em que ele estava registrado.

Porém, é importante ressaltar que todos os autores apresentam uma idéia bastante abrangente de fonte e documento, incomum, sobretudo, para a época em que foi elaborada a maioria dos trabalhos aqui estudados. Não obstante, estes autores procedem a uma espécie de hierarquização entre estas fontes, estabelecendo mesmo uma diferenciação, ainda que não claramente sistematizada, entre fonte e documento, sendo este último, via de regra, o registro escrito de caráter oficial. É este documento, oficial, formal e preciso, a fonte mais importante para todos os autores e em todos os trabalhos que analisamos.

Temos, portanto, em um ponto da equação o pesquisador, em outro o documento, como resultado final deveria vir, necessariamente, a história. Mas qual o meio para chegar até ela? A postura dos autores diante dos documentos e a forma pela qual transpuseram o passado para as folhas de papel mostrou-se, tal como nos outros aspectos, significativamente semelhante. Como apontamos acima, o trabalho do pesquisador consistia em descobrir, organizar e publicar suas fontes. Como, porém, realizar tais procedimentos?

Não há nenhum tipo de passagem ou trecho nas obras que apresentem de maneira clara e sistematizada a maneira pela qual as fontes e documentos deveriam ser encontrados. A idéia de pesquisar e descobrir as fontes parece se enquadrar dentro da percepção de pesquisa mais simples e comum possível, ou seja, de ir aos arquivos e, simplesmente, achá-las. Não há



qualquer idéia, por mais tênue que seja, de postura específica. Como um dos autores afirma, *os segredos da pesquisa* – seja lá que segredos fossem esses – eram desvendados justamente com o trabalho de pesquisa<sup>120</sup>. Na mesma medida em que o pesquisador fazia a pesquisa, a pesquisa também fazia o pesquisador.

A organização das fontes, como assinalamos, consistia em colocá-las na ordem linear que lhes era própria e imanente. A detecção desta ordem, porém, não é alvo de nenhuma consideração. Ela parece ser tão natural que ao pesquisador bastaria a atenção e a imparcialidade para percebê-la. Entretanto, o fundamental quanto aos métodos utilizados pelos autores locais para realizar suas pesquisas é a ausência da figura da crítica documental. Isto significa que os documentos eram simplesmente descobertos e, em seguida, ordenados. Como o documento, na percepção destes autores, era por essência sincero, imparcial e pleno, não havia necessidade de nenhum procedimento que viesse a questionar seu conteúdo ou sua natureza. Os únicos critérios evidenciados nas obras para garantir a credibilidade das fontes eram seu caráter oficial, sua integridade, sua originalidade ou sua contemporaneidade diante dos fatos que registrava. Por outro lado, há um incipiente e pouco utilizado método comparativo, verificado quando algumas fontes discordavam em relação a algum acontecimento. Neste caso também, a oficialidade de alguma delas era o critério para determinar a validade e a credibilidade.

Após a organização das fontes e os poucos procedimentos para examinar sua validade, tinha lugar a publicação, que consistia basicamente na transcrição literal de vários dos documentos, seguidos das considerações e análises dos pesquisadores. Esta postura reflete exemplarmente a visão dos autores locais sobre os aspectos já aludidos – história, historiador e fonte –, pela qual o trabalho que realizam é o “resgate” dos fatos históricos gravados nos documentos. Para tanto, a transcrição é o procedimento mais recorrente em todas as obras. Ela seria uma espécie de demonstração e garantia da integridade das fontes de que se fazia uso e, ao mesmo tempo, da imparcialidade do autor, que apenas apresentava o que o documento trazia em si mesmo. Esta imparcialidade também era afiançada através da impessoalização da escrita e do discurso dos autores, isto é, em muitos momentos as expressões utilizadas para tratar de determinado assunto são “ouviu-se”, “diz-se”, “acredita-se”, “deve-se”, etc. Em meio a estas transcrições e apresentações de fontes, os autores procediam a narrativas e descrições, muitas vezes rebuscadas ou até mesmo romanceadas, sem acreditar estarem, com isso, desvirtuando seu trabalho ou perdendo qualidade e credibilidade. Isto porque, as fontes

---

<sup>120</sup> ROCHA. op. cit., p.206.

utilizadas muitas vezes eram relatos orais ou jornalísticos, ricos em detalhes e permeados por um vocabulário bastante requintado. Outra grande preocupação sistematicamente demonstrada e com os demais aspectos diretamente relacionada era a busca pela exatidão. A transcrição integral e literal dos documentos, fosse de uma crônica de jornal ou de uma ata do poder público, refletia exatamente esta preocupação, que não era propriamente ou apenas um fim, mas sim um meio, uma forma pela qual se alcançaria a imparcialidade e objetividade tão necessárias.

Isto porque, em última análise, os autores locais procuravam fazer aquilo que acreditavam ser a real tarefa de um pesquisador, ou seja, registravam e preservavam os fatos do passado, nada mais e nada menos do que isso. Ou, no máximo, juntamente com estas atividades, também homenageavam, posto serem os fatos de que tratavam sempre protagonizados por determinadas personalidades.

Eis aí o quarto aspecto similar entre os memorialistas locais. Os agentes históricos são, nas suas percepções, sempre individuais. São chefes políticos ou militares, administradores públicos que ocupavam altos cargos ou pessoas oriundas da elite sócio-econômica que detinham, justamente por sua posição social, uma condição de mando ou proeminência. A história destes autores seria povoada por aquilo que podemos chamar, nestes casos, de protagonistas.

Por último, os autores analisados evidenciam em suas obras a influência de diversas correntes de pensamento. Por vezes o principal referencial de uma determinada corrente é diretamente citado, como no caso de Comte<sup>121</sup>, mas na maioria das vezes o que ocorre é a utilização de perspectivas que são próprias de uma certa teoria. Assim, temos momentos em que se verificam considerações que permitem perceber influências como do determinismo geográfico; das teorias racistas do final do século XIX e do início do século XX, como a eugenia; do evolucionismo; do positivismo; e até mesmo de noções weberianas. Estas perspectivas não são utilizadas de maneira consistente e sistemática, sendo que seu uso se resume à aplicação de certas noções em trechos específicos. Além disso, os autores não utilizam sempre as mesmas perspectivas ou não o fazem da mesma maneira. Assim, temos um autor que faz uso de apenas uma destas correntes enquanto outro recorre a três ou quatro diferentes em suas considerações. Ambos, porém, o fazem de maneira superficial e bastante restrita. Ao que nos parece, a utilização destas correntes de pensamento se dá mais como demonstração de ilustração do que como uma postura analítica direcionada e bem embasada.

---

<sup>121</sup> SOARES. op. cit., p. 74.

Temos assim cinco autores, de diferentes lugares e diferentes épocas que escreveram trabalhos de cunho histórico e apresentam uma visão acerca da história extremamente semelhante. No caso já analisado dos autores que escreveram no século XIX e no início do século XX, seja sob a égide de algum Instituto Histórico e Geográfico ou não, todos apresentavam algumas características semelhantes no que diz respeito às suas formações ou atuações profissionais. Por certo que não exerciam sempre o mesmo tipo de atividade, mas como pudemos perceber, apresentavam uma formação que poderíamos chamar de humanística. Eram professores, jornalistas, bacharéis em direito, políticos, etc. Até mesmo os militares poderiam ser percebidos neste enfoque, pois o ingresso no oficialato das Forças Armadas brasileiras até boa parte do século XX se dava por critérios de posição social e não através de uma formação específica e exclusiva. Muitos eram os oficiais com formação ou pelo menos grande contato com as atividades citadas, não sendo, portanto, contraditório nem espantoso que compartilhassem das mesmas perspectivas sobre a história e as mesmas visões de mundo.

Entretanto, não é este o caso dos memorialistas locais. Além da distância no tempo e no espaço, estes autores apresentaram formações e atividades profissionais em alguns casos bastante distintas. João Belém formou-se professor, mas se destacou na área do jornalismo. Romeu Beltrão era médico e lecionou no meio acadêmico relacionado à área da saúde. Prudêncio Rocha não possuía formação superior, mas obteve a titulação de guarda-livros, equivalente ao atual técnico em contabilidade, e teve destacada atuação no meio jornalístico. Isaltina Rosa teve formação no magistério, área em que atuou de maneira permanente. Mozart Pereira Soares era médico veterinário, com destacada atuação no meio acadêmico não apenas em sua área de formação, além de ter elaborado algumas produções literárias de cunho poético.

Dessa forma, temos professores, médicos, contabilistas, jornalistas e veterinários. Áreas profissionais que, como no caso do jornalista e do médico, apresentam poucos elementos afins. Não obstante, um médico publicou, na Santa Maria de 1958, uma obra de natureza histórica muito parecida com outra, publicada por uma professora na Cruz Alta de 1981. Não acreditamos aqui em casualidade, e nem poderíamos fazê-lo. De alguma maneira estas cinco diferentes pessoas, com diferentes formações profissionais e mesmo trajetórias de vida, apresentaram cinco obras extremamente semelhantes. Como?...

A primeira e mais plausível hipótese foi a de que todos estes autores locais tivessem sofrido, de alguma maneira, a influência do pólo de produção de conhecimento histórico em nível estadual, ou seja, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Tal

possibilidade mostrou-se ainda mais pertinente ao se constatar que pelo menos dois destes autores foram membros efetivos do IHGRGS: João Belém e Mozart Pereira Soares. Mas a simples presença destes nos quadros do Instituto sulino não seria suficiente para comprovar nossa hipótese com relação aos demais autores e nem mesmo no caso dos próprios membros. Isto porque João Belém, ainda que tenha sido um dos sócios fundadores da instituição, atuou de fato como sócio-correspondente, posto viver e trabalhar em Santa Maria. Além disso, Belém faleceu em 1935, tendo participado relativamente pouco da época de maior importância de influência do IHGRGS. Mozart Pereira Soares, por sua vez, ingressou no Instituto sulino após o surgimento do curso de história e geografia da atual UFRGS, ou seja, num momento de transição das atribuições com relação ao domínio do pensar e do “fazer história”. Mesmo assim, não podemos ignorar seu contato e nem deixar de considerar como bastante provável a influência que o IHGRGS teria exercido sobre a sua percepção diante da história, bem como sobre a elaboração de sua obra neste sentido. Há também o caso de Romeu Beltrão, que pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA). Não sabemos porque este autor possuía tal ligação com a instituição de um estado tão distante, até mesmo porque sua obra de cunho histórico dizia respeito a uma cidade sul-rio-grandense. Também não temos nenhuma informação ou dado específico acerca da trajetória do IHGPA, mas, tal como no caso sulino e do próprio IHGB, acreditamos que esta instituição tenha exercido o monopólio ou ao menos o predomínio do pensar e do “fazer história” no estado do Pará até o surgimento dos cursos acadêmicos de formação superior na área. No que diz respeito às perspectivas e procedimentos adotados e difundidos, tomamos como referência a afirmação de José Honório Rodrigues, em sua obra clássica acerca da pesquisa histórica no Brasil, de que todos os institutos históricos e geográficos estaduais seguiam os mesmos postulados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>122</sup>, salientando, porém, a ressalva que fizemos com relação ao caso do Instituto sul-rio-grandense, o qual, dada sua data de fundação e a ausência de laços de filiação institucional, não seguia no sentido pleno da palavra, mas sim compartilhava os postulados adotados e utilizados pelo IHGB.

Teríamos, portanto, três autores locais com ligação direta aos Institutos Históricos e Geográficos, mais da metade dos aqui analisados. Faltaria então detectar a origem do pensamento e das similaridades dos outros dois que não possuíam nenhuma relação evidente com uma instituição desta natureza. Entretanto, como apontamos anteriormente, a simples presença nos quadros de um Instituto não consiste numa prova concreta da possível influência

---

<sup>122</sup> RODRIGUES, J. H. op. cit., p. 40.

sofrida por tais autores. Para percebermos de maneira consistente a origem do pensamento e das percepções dos memorialistas locais teríamos que proceder à pesquisa de seus referenciais teóricos, ou seja, encontrar, através de suas próprias obras, os autores que leram e utilizaram. Caso fossem na sua maioria autores oriundos do IHGRGS estaria comprovada nossa hipótese.

A listagem dos autores utilizados, porém, não contribuiu para a confirmar nossas suspeitas. De uma forma geral, os autores locais pouco citam seus referenciais ou os autores de que fazem uso. Ao contrário das preocupações e orientações acadêmicas atuais, pelas quais temos que citar sistemática e metodicamente os autores utilizados, os memorialistas locais, quando o faziam, procuravam demonstrar conhecimento e erudição e não atender a certas formalidades ou determinações.

João Belém cita em sua obra apenas oito autores, entre referenciais propriamente bibliográficos e relatos de cronistas ou viajantes. Deste total, apenas três pertenciam ao IHGRGS. Romeu Beltrão foi um pouco mais generoso, citando vinte autores em sua obra. Dentre estes, seis pertenciam ao Instituto sulino e dois publicaram na sua revista periódica apesar de não serem membros. Prudêncio Rocha citou em seu trabalho treze autores, sendo apenas três membros do IHGRGS e um com publicação na revista. Isaltina faz referência a dezesseis autores, dos quais dois eram membros do Instituto e outros dois tiveram alguma publicação em sua revista. Entre os memorialistas locais, Mozart Pereira Soares parece, neste ponto, consistir numa exceção. Isto porque, ao contrário dos demais que citaram no máximo vinte autores, faz referência, em sua obra, a cinquenta autores. Além disso, enquanto os outros memorialistas locais mencionam seus referenciais apenas no corpo do texto, muito raramente dedicando alguma nota de rodapé ou mesmo um trecho reservado à bibliografia utilizada, Mozart mostrou-se significativamente mais metódico, utilizando sistematicamente o recurso das notas e reservando a parte final de seu livro para seus esclarecimentos. Mas a exceção termina por aí. Dos cinquenta autores citados por Mozart, apenas dezessete pertenciam ao IHGRGS e três haviam publicado algo na sua revista. Este número, que poderia ser considerado expressivo, deve ser tomado em relação ao total de autores mencionados. Assim, se são mais do que todos os autores citados por Belém, por exemplo, no conjunto representam uma parcela quase que igual, ou seja, cerca de 40%<sup>123</sup>.

Dessa forma, a influência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul não poderia ter sido tão expressiva. Não obstante, não nos importa apenas a influência sobre cada um dos autores locais, mas sim sobre seu conjunto. Sendo assim, teríamos que perceber

---

<sup>123</sup> Ver Anexos – Anexo B ao Anexo F.

o quanto destes autores do IHGRGS consistiriam em referencial comum para todos. E nesse ponto a hipótese da influência do Instituto como elemento determinante das semelhanças no pensar e no “fazer história” esboroa-se completamente. Apenas cinco dos autores do IHGRGS foram utilizados por mais de um dos autores locais: Aurélio Porto, João Borges Fortes, Carlos Teschauer, Luiz Gonzaga Jaeger e Moacyr Domingues. Além disso, dentre estes nenhum é utilizado por todos os autores locais. Porto é o referencial mais freqüente, utilizado em quatro das cinco obras; Teschauer e Borges Fortes aparecem em três trabalhos; Jaeger e Domingues em dois deles<sup>124</sup>. Ainda que o uso destes autores se desse para a obtenção de dados, o contato com suas obras poderia ter influenciado a maneira dos autores locais de ver e escrever a história. A fraca presença dos autores do IHGRGS, entretanto, não leva a crer que isto tenha efetivamente ocorrido.

Mas não podemos ignorar o conjunto dos referenciais utilizados pelos memorialistas locais. Se os laços de ligação e, conseqüentemente, similaridade, não estavam nos autores do IHGRGS, poderiam estar no conjunto total de autores utilizados. Nesse sentido os números parecem um pouco mais animadores. Dos oito autores citados por Belém, há cinco presentes também em outras obras. Dos vinte citados por Beltrão, há sete em comum com os demais autores locais. Mesmo número verificado entre os treze utilizados por Prudêncio Rocha. Isaltina Rosa, por sua vez, possui cinco autores em comum dos dezesseis utilizados. E Mozart Pereira Soares, dado o maior volume de autores utilizados, apresenta treze em comum com os demais autores locais<sup>125</sup>.

Mais uma vez, entretanto, estes números devem ser apreciados de maneira mais atenta. Em seu conjunto são apenas quatorze os autores em comum. Destes, apenas um é citado por todos os autores locais: Hemetério José Velloso da Silveira, escritor do século XIX que tinha sua obra acerca das Missões tida como referência fundamental. Apenas dois referenciais foram utilizados por quatro dos cinco autores locais: o já citado Aurélio Porto e o cronista francês do século XIX Auguste de Saint-Hilaire. O mesmo número se verifica em três obras: os também já citados Teschauer e Borges Fortes. Os nove restantes verificam-se apenas em duas obras, isto considerando-se também o caso de Prudêncio Rocha, que é citado por Isaltina Rosa e por Mozart Pereira Soares<sup>126</sup>. Poderíamos dizer que, deste quadro restrito, ao menos os autores mais utilizados foram, de fato, membros do IHGRGS. Mas ainda assim tal aspecto não se constituiria num elemento determinante para as semelhanças nas formas de pensar e de

---

<sup>124</sup> Ver Anexos – Anexo B ao Anexo G.

<sup>125</sup> Ver Anexos – Anexo H ao Anexo J.

<sup>126</sup> Ver Anexos – Anexo B ao Anexo G.

“fazer história”. Além disso, a relação de combinação entre os referenciais utilizados pelos autores locais torna ainda mais restrito seu número e, por conseguinte, o alcance de sua possível influência<sup>127</sup>.

A constatação de os que referenciais utilizados não eram comuns, ou pelo menos comuns o suficiente para estabelecer uma relação de influência sobre o pensar e o “fazer história” permite uma conclusão imediata: não partiu das obras e dos autores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a origem das similaridades entre os memorialistas locais. Esta conclusão, por sua vez, reafirma nossa percepção e nosso recorte, que coloca a produção de cunho histórico elaborada no interior do Rio Grande do Sul num quadro à parte daquela verificada no centro cultural do estado, ou seja, marginal, ainda que com esta mantenha alguns laços.

Mas esta conclusão não soluciona nossa problemática. Afinal, por que os memorialistas locais escreviam e, com relação à história, pensavam de maneira semelhante? As formações profissionais não apresentam nenhum aspecto que leve a crer em experiências comuns, até mesmo porque algumas das áreas de atuação, como a medicina ou a veterinária, não viabilizam, grosso modo, qualquer contato ou trabalho com conhecimentos e procedimentos relativos à história. Contudo, qualquer pessoa traz consigo algumas visões acerca da história. Estas visões, que poderíamos chamar de senso comum, se verificam tanto atualmente quanto devem ter se verificado em outras épocas. De uma forma geral, este senso comum não é algo imanente, ou seja, não nasce com ninguém, tendo origem determinada e canais de difusão. Por outro lado, tal senso não depende de formação específica ou mesmo do contato sistemático com a área da história. Um não-historiador ou não-pesquisador de história consegue, através de alguns elementos que traz consigo, identificar aquilo que acredite ser história, diferenciando-a de outros campos de conhecimento próximos ou distantes. Independentemente de que o faça de maneira correta ou equivocada, o fato é que esta pessoa estaria procedendo a um exercício de identificação através de elementos que não foram por si mesma construídos, mas transmitidos de alguma forma para que ela pudesse, mais tarde, fazer uso dos mesmos justamente para tal fim.

Ninguém nasce estudando ou conhecendo a história, e podemos constatar que são poucos que se dedicam a isso em sua vida adulta. Entretanto todos aqueles que tem acesso à vida escolar entram em contato, necessariamente, com a história. É a escola, em seu nível básico para usar uma definição atual, que ao legar uma determinada visão dos processos

---

<sup>127</sup> Ver Anexos – Anexo B ao Anexo G e Anexo K ao Anexo N.

históricos acaba por transmitir, na mesma medida, uma percepção do que seria a própria história enquanto forma de conhecimento. E esta não seria uma característica da instituição escolar na atualidade ou em determinados contextos, mais sim algo intrínseco à sua própria natureza. Dessa forma, se a escola faz isso atualmente, também poderia tê-lo feito durante a época em que os memorialistas locais a freqüentaram.

Devemos considerar, porém, que os períodos de vida escolar dos autores estudados foram, tal como suas trajetórias de vida, bastante distantes entre si. Isto implica em constatar que enquanto um destes esteve na escola ainda no século XIX, outro o teria feito após a chamada Revolução de 30. Não poderíamos, portanto, simplesmente apontar os estudos primários como a causa das similaridades verificadas em suas obras e percepções. Ainda que esta outra hipótese nos pareça também plausível, é necessário conhecer o tipo de história com que estes autores teriam tido contato durante sua vida escolar.

O primeiro ponto a identificar é o período em que se estenderam os estudos primários de todos os autores analisados. João Belém, o primeiro a nascer entre eles, freqüentou a escola provavelmente entre as décadas de 1880 e 1890. Não tivemos contato com nenhum tipo de registro que apontasse alguma data mais específica, mas levamos em consideração o nascimento do Belém, em 1874, e o fato de já em 1900 estar em Santa Maria como funcionário da viação férrea. Tendo em vista a presumível idade escolar, é bastante plausível nossa hipótese. O mesmo raciocínio utilizamos no caso de Prudêncio Rocha, pois sabemos que nasceu em 1913 e, portanto, teria de freqüentar a escola provavelmente na década de 1920. Nesta mesma década Romeu Beltrão, também nascido em 1913, cursou o Ginásio dos Irmãos Maristas de Santa Maria. Isaltina Rosa, nascida em 1903, teria cursado o então Colégio Elementar Venâncio Aires na década de 1910 e seguido para o nível secundário ainda nesta ou no início da década de 1920. Mozart Pereira Soares, o mais “jovem” entre os autores estudados, nascido em 1915, iniciou seus estudos elementares em 1927 e ingressou no nível médio em 1932.

Temos, assim, um espaço de tempo que vai da década de 1880 até os primeiros anos da década de 1930. Para identificar os pontos fundamentais do ensino de história neste período é fundamental que atentemos para as mudanças ocorridas nas diretrizes e até mesmo na estrutura educacional brasileira. Tendo em vista ser a educação uma atribuição que, quando não oferecida, pelo menos é normatizada pelo Estado, é necessário considerar que durante o período verificado ocorreram duas transformações fundamentais na estrutura político-administrativa brasileira. A primeira foi a substituição do regime monárquico pelo regime republicano. A segunda foi a derrubada de toda a estrutura republicana implantada justamente



com a referida substituição, efetivada através do golpe de Estado conhecido como Revolução de 30.

Sobre este assunto, Thaís Fonseca afirma que não se pode considerar que a República tenha alterado o ensino de história em sua essência, ou seja, no que diz respeito às concepções predominantes neste campo de conhecimento<sup>128</sup>. A mesma autora aponta que as primeiras alterações significativas ocorreram apenas após a chamada Revolução de 30, mais especificamente com as Reformas de Francisco Campos, a partir de 1931, e de Gustavo Capanema, a partir de 1942<sup>129</sup>. Sendo assim, o ensino de história teria, do ponto de vista da estruturação estatal, mantido as mesmas características e diretrizes com relação ao período de estudos dos autores analisados. Afirmamos isto mesmo considerando o fato de Mozart Pereira Soares ter iniciado seus estudos médios em 1932. Isto porque tal autor já havia, na década anterior, entrado em contato com as mesmas formas de ensino de história que os demais autores. Além disso, o Brasil da década de 1930 apresentava ainda – e podemos dizer que até hoje apresenta – uma grande defasagem entre as eventuais pretensões estatais com relação à educação e a sua real implantação.

Sendo assim, se não houve alterações significativas com relação à estruturação do ensino, cabe agora detectar os elementos que norteavam justamente este ensino. Que tipo de história era ensinado para os alunos das escolas entre o final do século XIX e o início do século XX.

Em primeiro lugar é necessário ressaltar a já mencionada posição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de controle do pensar e do “fazer história” em nível nacional. O ensino de história, neste sentido, também estaria sob as atribuições e domínio do IHGB. Isto porque o grande meio de difusão da história construída pelo Instituto era, justamente, o ensino. De acordo com Thaís Fonseca:

Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aulas por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto.<sup>130</sup>

<sup>128</sup> FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 50.

<sup>129</sup> Idem., p. 52-54.

<sup>130</sup> Idem., p. 46.

É preciso destacar também que tal como os historiadores da época, os professores de história também não possuíam formação específica, sendo, de forma geral, autodidatas ou recrutados em outras profissões liberais<sup>131</sup>. E como estes professores recebiam as diretrizes e o material didático elaborado pelo IHGB, evidentemente transmitiriam o tipo de história por esta instituição preconizado.

Como apontamos anteriormente, a história construída pelos autores e membros do IHGB enquadra-se nos parâmetros da Escola Metódica Francesa. Nesse sentido, Thaís Fonseca afirma que os programas e textos dos livros didáticos ainda do período imperial difundiam uma história eminentemente política, nacionalista, que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja e a monarquia<sup>132</sup>. Por sua vez, a reforma Francisco Campos, de 1931, recomendava que fosse reduzido ao mínimo necessário o estudo das sucessões de governos, das questões diplomáticas e militares, mas ainda admitia um caráter biográfico e episódico, sobretudo nas primeiras séries<sup>133</sup>. Isto permite perceber que, até as diretrizes estabelecidas pela reforma do grupo que ascendera ao poder em 1930, o ensino de história no Brasil manteve as mesmas características e concepções, de acordo com as quais a história seria conduzida pelos “grandes vultos”, sujeitos únicos dos acontecimentos históricos.

Outro elemento que nos permite afirmar a continuidade dos traços característicos do ensino de história é o fato de que os livros didáticos utilizados mesmo na década de 1960 ainda concentravam seu foco sobre o período colonial e, quando tratavam do período republicano, restringiam-se a enumerar presidentes, suas origens e formações e os acontecimentos considerados mais relevantes no período de seus mandatos. Isto significa que numa época bastante posterior aos anos de estudos elementares dos autores estudados, os livros de história e, conseqüentemente, o ensino de história ainda mantinham uma postura factual, biográfica e político-militar.

Em meio a este ambiente escolar estudaram os autores aqui analisados, com o ensino de uma história factual, protagonizada por “grandes vultos”, que descreve batalhas e trâmites diplomáticos, que pouco ou nada reserva aos grupos sociais e aos aspectos sócio-culturais ou econômicos, que não permite perceber a história enquanto processo. Evidentemente que as escolas e as próprias realidades de estudo destes autores tiveram suas particularidades e elas não são negligenciadas em nossa análise. Entretanto, o que nos importa assinalar é que, em traços gerais, estes autores compartilharam de um mesmo tipo de visão sobre a história

---

<sup>131</sup> LEITE, Miriam Moreira. *O Ensino de História no Primário e no Ginásio*. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 99.

<sup>132</sup> FONSECA, T. op. cit., p. 47.

<sup>133</sup> Idem., p. 52-54.

enquanto expressão humana e enquanto forma de conhecimento, e que esta visão comum teria se originado, basicamente, do tipo de história que lhes foi ensinada em seus estudos elementares e de nível médio.

Interessante notar que os memorialistas compartilham, assim, das mesmas premissas que os autores dos Institutos Históricos e Geográficos. No caso da instituição nacional a relação de ligação acaba de ser evidenciada, mas no que diz respeito à instituição de nível estadual, esta relação, como apontamos anteriormente, não houve. O que ocorre é que enquanto os autores do IHGRGS adotavam os pressupostos metódicos de maneira “consciente” ou pelo menos deliberada, os autores locais adotaram e aplicaram estes mesmos pressupostos de maneira um tanto “inconsciente”, ou pelo menos, à falta de um termo mais apropriado, sem qualquer tipo de reflexão acerca desta utilização. O faziam porque era isto que haviam aprendido como história. E se esta foi a história que aprenderam, seria também a história que transmitiriam através de suas obras. Não podemos ignorar o fato de que os canais de transmissão destes pressupostos implicavam, provavelmente, em certas alterações ou mesmo mutilações, tal como ocorria na transmissão de sua origem, a Europa, para as terras brasileiras. Da mesma maneira, o caminho percorrido entre o centro de produção – o Rio de Janeiro do IHGB – e os locais de ensino deveria acarretar algumas transformações ou filtragens. Mesmo assim, os elementos fundamentais, como foi possível perceber, sobreviveram.

Cada um destes elementos, que caracterizaram as obras dos autores locais e que permitiram estabelecer entre elas uma relação de ligação, serão analisados com maior profundidade nos capítulos a seguir.

## **2. A HISTÓRIA ESTÁ DADA, NOS CABE APENAS RELATÁ-LA**

*A História de Santa Maria na visão de João Belém e Romeu Beltrão.*

### **2.1. Os autores**

João da Silva Belém nasceu em Porto Alegre, em 14 de março de 1874. Filho de um artífice do Arsenal de Guerra, fez seus primeiros estudos na mesma cidade, tendo em seguida ingressado na Escola Normal, onde chegou a lecionar. Não conseguimos as datas específicas dos anos de início e conclusão dos seus estudos, mas é certo que tenha concluído sua formação secundária antes dos 26 anos, pois quando se transferiu para Santa Maria já era funcionário da viação férrea.

Em maio de 1900, João Belém chegou à Santa Maria, como funcionário dos escritórios da Compagnie Auxiliare des Chemins de Fer au Brésil. Não deve ter demorado a estabelecer laços de amizade entre a elite política da cidade. Em primeiro lugar porque o cargo o colocaria, acreditamos, em contato com boa parte da burocracia administrativa municipal e do empresariado local e regional. A estrada de ferro era a veia que fazia o sangue que corria pelo restante do estado e do país passar por Santa Maria. Podemos deduzir que uma função burocrática na empresa que construía e controlava as linhas férreas fosse, por si só, uma posição relevante no meio social. O fato é que já em 1902, Belém passou a exercer a função de tesoureiro do município.

Contudo, as biografias sobre João Belém apontam, sempre, sua profissão como a de jornalista. Iniciou tal atividade ainda em Porto Alegre, em 1891, como um dos redatores do semanário literário *Gazetinha*. Em Santa Maria deu prosseguimento à atividade jornalística, atuando como diretor do órgão de classe dos caixeiros viajantes, denominado *O Viajante*, e do periódico do Partido Republicano, o *14 de Julho*. Foi secretário nos jornais *O Estado*, do

mesmo partido, O Combatente e A Tribuna, que mais tarde mudou o nome para Diário do Interior. Foi um dos redatores da revista A Redação, escreveu nas revistas A Farpa e Castália. Produziu ainda, em Santa Maria, conferências, obras de cunho literário, poemas, peças teatrais e até mesmo operetas. A maioria, porém, está perdida. Pelo conjunto de sua produção, Belém ingressou na Academia Rio-Grandense de Letras, sendo patrono da cadeira 28.

Os informes sobre o autor creditam sua recusa à nomeação ao cargo de juiz distrital de Gravataí, em 1905, como prova do amor que tinha por Santa Maria. Já na década de 1920, voltou a desempenhar função pública, no cargo de Secretário do Município, no exercício do qual veio a se aposentar. Após a aposentadoria do serviço público, passou a lecionar língua portuguesa no Colégio Centenário.

João Belém foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, atuando na instituição como sócio-correspondente. Esta informação é bastante pertinente devido ao fato de que a criação do IHGRGS ocorreu no ano de 1920. Isto significa que já no início de tal década, Belém estava ligado, também, à produção de cunho histórico.

Entretanto, aquela que é considerada sua principal obra foi publicada somente no ano de 1933. História do Município de Santa Maria – 1797-1933, foi o maior e mais consistente trabalho de cunho histórico produzido na cidade até então, assumindo, desde seu surgimento, a condição de referencial para qualquer outro trabalho e de fonte fundamental para qualquer pesquisa ou curiosidade sobre a história de Santa Maria.

Belém faleceu pouco tempo depois da publicação deste trabalho, em 24 de junho de 1935. Esteve presente em seu leito de morte aquele que nos últimos anos se tornara amigo próximo, Romeu Beltrão, que publicaria, duas décadas mais tarde, Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho – 1787-1930.

O início da trajetória de Beltrão é, de certa forma, inverso ao de Belém. Nascido em Santa Maria, em 26 de junho de 1913, Romeu Calderan Beltrão cursou o Ginásio dos Irmãos Maristas durante a década de 1920. Terminados os estudos secundários, transferiu-se para Porto Alegre, onde cursou a Faculdade de Medicina. Em 1934, aos 21 anos, já estava formado. Mas se Belém, quando se mudou, adotou Santa Maria como sua própria terra, Beltrão não permaneceu na capital estadual. Retornou para sua terra natal, onde exerceu a profissão até o final dos anos 60, especializando-se em oftalmologia e otorrinolaringologia.

Contudo, se a carreira de Belém desenvolveu-se nos meios jornalístico, cultural e burocrático, a de Beltrão teve como palco fundamental o meio acadêmico. Desde 1938 atuou como professor no ensino superior, na Faculdade de Farmácia de Santa Maria, da qual foi catedrático, e nas Faculdades de Medicina e Agronomia. Dirigiu o Instituto de Ciências

Naturais da Universidade de Santa Maria. Sua ligação com o conhecimento histórico rendeu-lhe o cargo de professor de História do Rio Grande do Sul da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, também de Santa Maria.

Atuou também no meio jornalístico, tendo iniciado tal atividade ainda quando clinicava em São Pedro do Sul, antes de 1937, escrevendo no jornal O Comércio. Participou de maneira ativa dos periódicos santa-marienses, tendo publicado nos jornais Diário do Interior, Diário do Estado e A Razão, e na revista Santa Maria. Produziu outras contribuições em publicações de cunho informativo, histórico e geográfico.

Publicou, em 1958, Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho – 1787-1930, obra para a qual pretendia, de acordo com informes<sup>134</sup>, dar continuidade, numa periodização que partisse do ano de 1930. Entretanto morreu sem realizar tal intento, em 15 de novembro de 1977. Seus filhos reeditaram sua obra, anos mais tarde, com consideráveis acréscimos ao conteúdo. Não tivemos contato com esta reedição e nem procuramos ter, posto que para a análise que aqui pretendemos realizar a mesma não teria pertinência.

Tal como Belém, Romeu Beltrão era filiado a um Instituto Histórico e Geográfico. Curiosamente, entretanto, não ao Instituto sul-rio-grandense, mas ao do Pará. Não sabemos explicar o porquê disto, mas ressaltamos, e é o que nos interessa para o estudo que se seguirá, que ambos eram ligados a instituições de mesma natureza, os Institutos Históricos e Geográficos. Além do Instituto paraense, Beltrão pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Pesquisas Literárias de Porto Alegre e foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria.

As obras destes autores, História do Município de Santa Maria – 1797-1933 e Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho – 1787-1930, nos apresentam importantes elementos, que nos permitem perceber o que era “fazer história” e a própria compreensão de história que se teve no interior do Rio Grande do Sul durante uma boa parte do século XX. Sendo tais obras consideradas como as próprias personificações da história do município, a percepção que seus autores têm sobre a história acaba sendo transmitida na mesma medida que as informações presentes em seus trabalhos. Assim sendo, compreender o que tais autores entendiam como história é um passo fundamental para compreender uma percepção de história que muitas pessoas acabaram construindo e conservando ao buscar conhecer o passado histórico do local onde nasceram e/ou viveram.

---

<sup>134</sup> Rejane Flores – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria (IHGSM).

## 2.2. Fontes: percepção

Os livros História do Município de Santa Maria – 1797-1933, de João Belém, e Cronologia Histórica de Santa Maria – 1787-1930, de Romeu Beltrão, são considerados, pelo senso comum, como “as histórias” de Santa Maria, isto é, como as obras que comportam todo o processo histórico de formação e desenvolvimento da cidade, ou, se não todo, a sua parte mais pertinente. A academia, por sua vez, ainda que ciente das condições e do contexto de produção de tais obras, utiliza-as como base fundamental para qualquer estudo de cunho histórico. Dessa forma, acaba não apenas reafirmando esta condição de fonte primordial, mas também, de certa forma, institucionalizando-a.

Contudo, mesmo na academia – de onde haveria de se esperar posturas mais críticas e atentas – a utilização das obras de Belém e Beltrão se dá de forma um tanto indiscriminada. Numa análise sobre a história de Santa Maria, busca-se, antes de qualquer coisa, os trabalhos destes autores. Não contestamos aqui o caráter pioneiro e a consistência de pesquisa que estas obras apresentam. Pelo contrário. Pretendemos, através da análise dos aspectos constitutivos da percepção do que é história e do “fazer história” de seus autores, contribuir para que haja um tratamento mais coerente e até mesmo condizente com aquilo em que tais obras consistem.

Para realizar tal tarefa e concretizar nosso objetivo acreditamos que devemos partir das percepções dos autores acerca daquelas que são, tanto para eles quanto para nós historiadores na atualidade, a matéria-prima fundamental para a construção de um trabalho de cunho histórico: as fontes.

É necessário, antes de qualquer coisa, ressaltar que Belém e Beltrão procedem a uma diferenciação, que nos parece um tanto involuntária, entre fonte e documento. A idéia de fonte é bastante abrangente, comporta uma série de elementos de natureza diversa e que tem por finalidade provar ou comprovar as afirmações. A de documento, por sua vez, é profundamente mais restrita, consistindo na documentação escrita de caráter oficial, isto é, de origem estatal ou pelo menos daquelas instituições que ao poder constituído estejam ou estiveram ligadas de alguma forma.

Belém não chega a esclarecer textualmente, num determinado trecho, os elementos que entende por fonte. Beltrão, por sua vez, chega a esboçar algo neste sentido, mas somente no final de seu trabalho, quando afirma que *o conhecimento do passado de nossa terra só se*

*obtem nos arquivos públicos e particulares, nas raras coleções de jornais e publicações periódicas, e através de entrevistas com pessoas ligadas aos acontecimentos mais recentes*<sup>135</sup>.

É no decorrer da leitura que se percebe os tipos de fonte a que os autores recorrem, bem como os elementos que permitem concluir que exista esta distinção entre fonte e documento. E como não há uma preocupação mais sistemática em definir quais são suas fontes, esta diferenciação torna-se bastante tênue e pouco ordenada. Mas o fato é que fonte e documento, neste sentido, não são a mesma coisa. O documento é uma das possíveis fontes. A mais precisa, confiável e válida, como veremos num momento posterior do trabalho.

Sendo assim, como dito acima, a idéia de fonte é bastante abrangente. De uma imprecisão bastante conveniente e, até mesmo, fundamental para a elaboração de um trabalho de natureza histórica. Em nosso ofício, nós historiadores, na maioria das vezes, não refletimos acerca da natureza de nossas próprias fontes. Temos elas, sejam quais forem, simplesmente como fontes, válidas e pertinentes, posto que servem para demonstrar nossos questionamentos e embasar nossas afirmações. Ao abandonarmos os rígidos postulados da idéia de documento – que predominaram enquanto as deformações do positivismo e da Escola Metódica Francesa também o fizeram no meio historiográfico – passamos a perceber tudo como fonte, de acordo com as nossas necessidades de pesquisa. Tal afirmação pode parecer um lugar comum, uma constatação tão óbvia quanto desnecessária. Mas fazemo-la pelo fato de que esta concepção mais abrangente de fonte é fruto direto do desenvolvimento dos postulados da chamada Escola dos Annales e, portanto, posterior ao final da década de 1920. Os autores aqui estudados, contudo, demonstram esta visão aberta e flexível de fonte. Utilizam os elementos necessários para provarem as suas afirmações. Fazem recurso da documentação escrita oficial, dos relatos orais, de vestígios materiais não-escritos. Até mesmo a toponímia é utilizada não apenas como dado, mas como fonte. E o que parece tão banal para os parâmetros atuais deve ser dimensionado de outra maneira se atentarmos para as épocas e condições de produção.

O trabalho de Belém foi publicado em 1933, ou seja, num momento em que a flexibilização da idéia de fonte dava seus primeiros passos na Europa, mas estava longe de alcançar o Brasil, sobretudo no caso de uma pequena cidade (Santa Maria), relativamente próxima a um centro de produção cultural periférico (Porto Alegre). Por outro lado, a obra de Beltrão poderia parecer mais suscetível ou exposta às influências dos Annales, pois foi publicada em 1958. Contudo, é sempre necessário ter-se em vista a demora que os postulados estrangeiros – que foram e ainda são os que norteiam as produções históricas no nosso país –

---

<sup>135</sup> BELTRÃO. op. cit., postfácio.



têm para chegar ao Brasil. Além disso, até a sua chegada, são várias as suas adaptações ou mesmo deformações, isto levando em consideração os pólos culturais centrais (Rio de Janeiro e São Paulo). No caso de Santa Maria, cidade próxima a um centro de produção cultural periférico, a demora e as modificações, acreditamos, seriam ainda mais ampliadas. Não obstante, não podemos esquecer que o contato e a influência que os *Annales* exerceram deram-se, fundamentalmente, no campo acadêmico de produção histórica, com o qual Belém, jornalista, e Beltrão, médico, não deviam ter contato consistente.

Podemos dizer o mesmo acerca dos autores cruz-altenses e palmeirenses, alvo de considerações mais específicas adiante. Prudêncio Rocha publicou seu trabalho em 1964, ou seja, apenas seis anos após Beltrão em Santa Maria. Dada a proximidade das datas e a similaridade das condições – a distância dos centros de produção cultural e a inexistência de contato com a produção histórica acadêmica – faremos das considerações anteriores as mesmas para Rocha. Mozart Pereira Soares, em Palmeira das Missões, e Isaltina Rosa, em Cruz Alta, publicaram em 1974 e 1981, respectivamente. No caso do primeiro autor, o contato com o ambiente acadêmico é bastante consistente, mas no que diz respeito às ciências médicas e veterinárias. A segunda autora, por sua vez, teve um histórico de vida ligado à educação em nível fundamental e médio – ainda que as denominações não fossem estas em sua época de atividade – mas o contato com o mundo acadêmico, se houve, deve ter sido bastante restrito<sup>136</sup>.

Dessa maneira, percebemos nos autores e obras estudadas esta concepção abrangente e pragmática de fonte, mas não identificamos qualquer laço que a ligue com os postulados dos *Annales*. Esta constatação reafirma nossa idéia de recorte regional, pois coloca numa mesma realidade, dadas as suas características comuns, os trabalhos realizados pelos autores de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões e, ao mesmo tempo, diferencia-os dos trabalhos realizados nos pólos culturais, periféricos ou centrais. Nossa idéia de região é delimitada, como já demonstramos, pelas linhas comuns de uma produção de cunho histórico que é de certa forma autônoma diante do pólo de produção estadual. Marginal, portanto, porém não independente, é sempre pertinente ressaltar.

Mas voltemos às fontes dos autores. Belém e Beltrão, como já aludido, fazem uso de diversos tipos de fontes. Entre elas a fonte oral é, de fato, a mais utilizada após as fontes

---

<sup>136</sup> Não podemos ignorar a existência, a partir da década de 1980, da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Não negamos a possibilidade de algum tipo de contato entre a autora e membros da instituição, mas este não teria, aparentemente, implicado em influências sobre suas concepções acerca da história e do “fazer história”, posto não ser perceptível, em seu trabalho, nenhum traço mais consistente dos postulados propriamente acadêmicos.

escritas oficiais. Sua utilização, entretanto, é realizada de maneira bastante diversa. E queremos dizer com isto não que cada autor utiliza a fonte oral de maneira diferente, mas que os autores utilizam-na de várias formas numa mesma obra.

Por vezes o relato oral é chamado de “tradição”, como quando Belém relata a trajetória de Felipe Liberal, que *serviu nas forças revolucionárias de 35. Conta a tradição que, na campanha cruenta, em uma noite frigidíssima, ele partiu em quatro partes iguais seu magnífico poncho para abrigar três companheiros que não tinham agasalho*<sup>137</sup>.

Também Beltrão faz uso do mesmo termo:

Vende-a [uma sesmaria no Rincão de Santa Maria] logo depois ao padre Ambrósio José de Freitas, ficando conhecida como estância do padre Ambrósio, junto a qual se estabelece o acampamento da Comissão Demarcadora, em novembro de 1797, dando origem à cidade de Santa Maria, cujos primeiros terrenos foram de doação do referido padre, conforme tradição oral.<sup>138</sup>

E segue neste sentido:

Tenho pesquisado infrutiferamente a respeito desse episódio histórico, que transmito escudado na autoridade do eminente historiógrafo sulriograndense. Dêle não falam a tradição nem os documentos escritos, aliás raríssimos, sobre êsse período da vida santamariense.<sup>139</sup>

Pouco adiante Beltrão novamente utiliza a expressão, ao descrever uma situação em que *o padre Santa Bárbara reveste-se dos paramentos sacros e manda abrir a porta. Vendo-o, os assaltantes lançam-se de joelho, pedem perdão e retiram-se sem causar dano algum. Assim reza a tradição*<sup>140</sup>.

Esta “tradição”, ao que podemos perceber, consiste numa espécie de conhecimento oral de origem imprecisa, mas de domínio comum. Algo aproximado daquilo que entendemos, de forma genérica, como senso comum. O caráter não escrito e a imprecisão na origem não parecem ser empecilhos para a utilização e credibilidade desta “tradição”. À falta de outras fontes que possam comprovar aquilo que se pretende, este tipo de fonte é

<sup>137</sup> BELÉM. op. cit., p 93-94.

<sup>138</sup> BELTRÃO. op. cit. p. 20.

<sup>139</sup> Idem., p. 32.

<sup>140</sup> Idem., p. 38.

plenamente válido e confiável. De fato, sobre períodos muito distantes temporalmente, é esta uma das únicas, quando não a única fonte disponível para a construção de suas obras. E como tais autores deixam evidente que sem fontes não há história, caso não fizessem uso desta fonte, da “tradição”, os acontecimentos que elas relatavam estariam perdidos para a história. Quando há outra fonte, porém, a tradição pode ser “mentirosa”<sup>141</sup>.

Em outros momentos a fonte oral não é tratada como “tradição”, mas a imprecisão e a impessoalidade são mantidas. Belém e Beltrão apenas fazem uma inversão de termos, passando a usar expressões impessoais, como quando o primeiro, por exemplo, afirma que *sabemos, por informes, que Costa Pavão, transferido de sua residência para o novel povoado, cederá sua sesmaria de Cayboaté a José Alves Trilha que, pouco antes, casara com Maria Inacia da Pureza, sua primogênita*<sup>142</sup>.

Segue este autor no mesmo sentido ao dizer que:

Sabe-se, exatamente, a chegada do monge João Maria ao Campestre, porque tendo ali nascido nesse dia um menino, seu pai lhe poz o nome de João Maria, em homenagem, ao santo varão que àquelas plagas chegava (...). Esse menino cresceu, João Maria da Rosa, cresceu, fez-se homem, envelheceu e, sempre em dia de seu aniversário natalício, dizia às pessoas amigas que seus pais lhe deram o nome de João Maria, por ter nascido no dia da chegada do monge...<sup>143</sup>

Beltrão adota a mesma postura quando afirma que *ouvi contar que o padre João de Santa Bárbara, quando vinha à fazenda da Ramada, costumava descansar numa fina cadeira, mandada fazer para a malograda visita do imperador*<sup>144</sup>, ou quando fala, sobre um de seus protagonistas, que *consta haver sido sepultado no cemitério de Corrientes, Argentina*<sup>145</sup>.

A diferença entre a dita “tradição” e os relatos impessoais iniciados por “sabemos”, “sabe-se”, “ouvi contar”, entre outros, parece residir apenas na relativa proximidade temporal dos acontecimentos aludidos em cada caso. Temos a impressão de que, quando falam os autores na “tradição”, não possuem, realmente, qualquer indício da origem daquele tipo de conhecimento oral. Já quando o relato oral é impessoalizado, mas não é alçado à condição de “tradição”, parece que os autores tiveram contato com os mesmos de forma indireta, isto é, souberam por alguém que teria ouvido de outra pessoa, ou algo semelhante. Dada a

<sup>141</sup> BELÉM. op. cit., p. 170, 243.

<sup>142</sup> Idem., p. 50.

<sup>143</sup> Idem., p. 176.

<sup>144</sup> BELTRÃO. op. cit. 39.

<sup>145</sup> Idem., p.52

preocupação sistemática com a imparcialidade – identificada, como veremos adiante, com a idéia de veracidade – os autores optam, devido à impossibilidade de atribuir a um depoente específico, pela impessoalização do relato. Isto significa dizer que a fonte oral, ainda que não se conheça precisamente a origem, o que ocorre em ambos os casos, é passível de utilização e, à falta de outra fonte, até mesmo imprescindível.

Esta postura com relação à fonte oral também está presente nas obras dos autores cruz-altenses e palmeirenses. O termo e a idéia de “tradição” são usados com menor frequência, mas de maneira bastante semelhante. Prudêncio Rocha afirma ser *tradição que depois de concluída a guerra (do Paraguai), muitos tidos como mortos, estavam vivos, regressando a Cruz Alta*<sup>146</sup>, e segue mais adiante ao dizer que *não está comprovado que na cidade, tenha sido procedida a matança do inimigo. É tradição que muitos teriam sido assassinados e os corpos lançados nos valos, ainda hoje existentes na cidade*<sup>147</sup>. Isaltina Rosa, por sua vez, coloca que a verdade sobre a fundação de Cruz Alta seria por ela esclarecida e comprovada com o uso de documentos *aliados ao conhecimento exato verbal, no relato dos antepassados e à tradição*<sup>148</sup>. Soares também utiliza a expressão quando diz que *não encontramos na tradição palmeirense os sinais de uma luta marcante a favor da Abolição*<sup>149</sup>.

Via de regra, porém, Rocha, Rosa e Soares recorrem mais a referida impessoalização dos relatos, tendo como motivação, acreditamos, os mesmo elementos que Belém e Beltrão. É o que se pode depreender de afirmações como a de Rosa, quando fala que *sabemos por ouvir contar que a obra-prima da Redução de São João Baptista foi o relógio da torre da igreja*<sup>150</sup>. Logo em seguida, a autora adota a mesma conduta ao dizer que *conta alguém que certa vez em viagem, encontrando-se com um irmão da Ordem, e querendo conversar na língua materna alemã, o padre Antônio não mais a dominava*<sup>151</sup>.

O autor palmeirense também procede da mesma maneira, impessoalizando sua narrativa, como quando fala sobre um episódio relacionado às lutas políticas locais, no qual *relatam sobreviventes que, em determinado momento, ouviu-se um apito e, em seguida, sucessivas descargas de fuzil*<sup>152</sup>. Segue Soares na mesma direção ao dizer que:

---

<sup>146</sup> ROCHA. op. cit., p. 83

<sup>147</sup> Idem., p. 117.

<sup>148</sup> ROSA. op. cit., p. 109.

<sup>149</sup> SOARES. op. cit., p. 175

<sup>150</sup> ROSA. op. cit., p. 57.

<sup>151</sup> Idem., p. 58.

<sup>152</sup> SOARES. op. cit., p. 233.

É voz corrente que as forças atacantes dispunham de mais de mil homens. (É o que se calcula mantivesse Leonel em vários grupos na região de Palmeira) Depoimento que nos prestou um dos atacantes dessa ocasião, pessoa largamente relacionada em Palmeira, pela sua presença marcante...<sup>153</sup>

Nesse sentido, uma das colocações da memorialista cruz-altense é bastante ilustrativa da percepção das fontes orais por parte dos demais autores, ainda que estes não o digam de maneira evidente. Isaltina Rosa fala em *conhecimento verbal exato*<sup>154</sup>. De fato, todos os autores acreditam na possibilidade da exatidão do relato oral. Não são aventadas possibilidades de falhas na memória dos depoentes pelos quais o dito relato chegou aos autores, tampouco de alterações ou deformações no processo de transmissão oral das informações, ou, principalmente, de uma postura tendenciosa, seja do criador do relato ou daquele que por último o relatou, no caso, para o autor. A imparcialidade e a precisão parecem ser, no entendimento e na utilização dos autores, inerentes à fonte oral:

...para maior fixação da realidade, não levaremos em consideração aqui as pesquisas feitas em documentos “caseiros”; remeteremos o leitor desta feita a outros – às fontes incontestáveis dos registros desinteressados e singelos de pessoas como o Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello, afim de que não parem dúvidas sobre a veracidade do que afirmamos...<sup>155</sup>

Prudêncio Rocha, da mesma forma, é categórico em afirmar que *pelas informações idôneas, reproduzimos o primeiro agrupamento de casas, referentes ao período 1832-34*<sup>156</sup>.

Esta postura não se altera nem mesmo quando as fontes orais ganham maior precisão, algo que ocorre de maneira mais sistemática com Beltrão e Soares, mas que se verifica também nos outros autores. Esta precisão de que falamos consiste na obtenção da fonte oral de forma direta, isto é, de alguém diretamente relacionado aos dados ou presente aos fatos que relatou. Nestes casos, os depoentes têm nome ou, pelo menos, dados genealógicos que permitem uma melhor identificação, como fazem Isaltina Rosa, ao afirmar que determinado episódio teria sido relatado *por uma das filhas de Mello Albuquerque, o Mello Manso da Cruz*

---

<sup>153</sup> SOARES. op. cit., p. 215.

<sup>154</sup> ROSA. op. cit., p. 109.

<sup>155</sup> Ibidem.

<sup>156</sup> ROCHA. op. cit., p. 63-64.

*Alta, a quem Vidal entregou o comando da Leal divisão Cruzaltense,*<sup>157</sup> e Prudêncio Rocha, ao atribuir a origem de certos dados à Salathiel de Barros, esclarecendo que os mesmos teriam sido concedidos em uma entrevista<sup>158</sup>. Também Beltrão nomeia em certos momentos suas fontes orais:

A descrição do assalto ao quartel será feita à base de informações colhidas em apontamentos de Celso Schoreder, que entrevistou o comandante dos assaltantes; nos depoimentos que me prestaram o Cap. Raul Soveral, o Sr. Cláudio Pontes Pires, que fazia parte do grupo revolucionário, e da. Carminha Coelho, que prestou os primeiros socorros aos feridos..<sup>159</sup>

Sobre alguns são apresentadas também outras informações, como idade, profissão ou condição social, mas estas, antes de objetivarem identificar com mais clareza o depoente, procuram na verdade apresentar predicados que credibilizem seu relato ou informação – a idade avançada como prova de contemporaneidade ao que relata, a profissão ou condição social como prova de idoneidade e imparcialidade. É o que fazem Isaltina Rosa...

Faleceu há poucos anos na cidade de Cruz Alta, o respeitável ancião José Manoel Lucas Annes, sogro do Barão de S. Jacob, que foi possuidor deste manuscrito. A esse bom velho que era adolescente no começo do último século, ouvimos contar vários casos relativos ao pânico, de que se apoderaram os moradores do Rio Grande, com a notícia da aproximação do inimigo.<sup>160</sup>

...e Mozart Pereira Soares:

Assim fica, pois nossa gratidão a Cândido Westphalen, memória jovem além dos oitenta, pelas fotos, documentos e informações; a Antônio Ribeiro Martins, com a mesma idade, pelos depoimentos que prestou; a Vespasiano Mendes, Serafim de Moura Amado e Cel. Francisco Ferreira Martins, que já venceram nove décadas, pelos relatos escritos ou verbais; [...] às preciosas lembranças e aos arquivos da memorialista ilustre Professora Adelaide Magnus Lopes [...].<sup>161</sup>

<sup>157</sup> ROSA. op. cit., p.119.

<sup>158</sup> Ver ROCHA. op. cit., p. 131.

<sup>159</sup> BELTRÃO. op. cit. p. 154.

<sup>160</sup> ROSA. op. cit., p. 42.

<sup>161</sup> SOARES. op. cit., p. 10.

É o que faz também João Belém ao esclarecer que *por informação prestada pelo Sr. Aurélio Porto sabemos que Manoel Joaquim morreu em combate em defesa da vida de seu pai*<sup>162</sup>. Neste caso, por exemplo, a menção do nome de Porto não se dá apenas como simples identificação de uma fonte, mas sim como demonstração e reafirmação de sua credibilidade.

Sendo assim, percebemos a sistematicidade da utilização das fontes orais. Tal como citado anteriormente, esta utilização dá-se de forma bastante diversa por parte dos mesmos autores, desde a “tradição”, passando pelos relatos impessoais e imprecisos, até os depoimentos detalhados.

Entretanto, ainda que sejam bastante recorrentes entre as obras aqui estudadas, as fontes orais, como já dissemos, são apenas algumas dentre as várias utilizadas pelos autores. Belém, ao descrever o Cerro de São Miguel e a lenda que rodeia a origem de seu nome, utiliza, da maneira pacífica, uma pedra como elemento que comprova suas afirmações:

A pedra quadrada em que São Miguel ‘cravou os pés’ segundo a narração dos índios a José Saldanha, já lá não está. Vêem-se, porém, vários blocos que rolaram para o precipício... Quem sabe não estará lá no fundo do abismo a pedra santa?...

Entretanto, outra existe que confirma as palavras escritas de Saldanha. É uma enorme pedra com a face superior lisa, muito lisa, parecendo até trabalhada pela mão do homem, em a qual há vestígios de letras que foram escritas na sua superfície, não rasgadas a buril que seriam eternas, mas riscadas, provavelmente, com um ferro ponteagudo. Tem essa face do bloco uma forma quase elíptica e mede mais ou menos três metros quadrados.

Quanto à grande cruz de madeira de que fala o astrônomo não há vestígio, mas os antigos moradores dali e dos arredores confirmam a asserção, não porque a tenham visto, mas porque tal ouviram de seus pais.<sup>163</sup>

O uso de tal pedra, ou seja, de um elemento material não escrito como fonte, não exige qualquer esclarecimento no texto da obra. Isto significa que no entender do autor a pedra pode ser, e de fato é em seu trabalho, uma fonte, posto que serve aos seus propósitos comprobatórios. Beltrão, por sua vez, não utiliza este tipo específico de elemento material não escrito, mas faz uso de um número considerável de fotografias, dispostas ao final de sua obra.

As fotografias são, de fato, o tipo de fonte não escrita mais recorrente entre todas as obras estudadas. Belém é entre todos o autor que menos as utiliza, mas não deixa de fazê-lo. Rocha, Rosa e Soares também as utilizam significativamente, não apenas nos trechos finais

---

<sup>162</sup> BELÉM. op. cit., p. 47

<sup>163</sup> Idem., p. 18-19

das obras, onde são mais numerosas devido às próprias condições que impõem as tecnologias fotográficas, mas no decorrer de seus textos, utilizadas, literalmente, para ilustrar aquilo que pretendem os autores. Em certo momento o memorialista palmeirense chega a afirmar que *a fotografia que estampamos documenta o fato*<sup>164</sup>.

Além disso, como aludimos anteriormente, até mesmo a toponímia ultrapassa a condição de dado, sendo apresentada e tratada como fonte histórica:

O coronel José Maria da Gama foi, mais tarde, brigadeiro e agraciado com o título de Barão de Saycan. Foi-lhe também concedida uma carta de sesmarias cuja superfície abrangia quase todo o terreno que é, hoje, o 2º distrito municipal de Santa Maria. A Picada do Gama, conhecida de todos os moradores atuais do distrito mencionado, é o atestado desta verdade histórica.<sup>165</sup>

Mas não há como negar que, apesar da abertura dos autores com relação aos diversos tipos de possíveis fontes, são as de natureza escrita aquelas que sustentam seus trabalhos. Os documentos escritos, oficiais ou não oficiais, são considerados como os elementos fundamentais para a construção de um trabalho histórico. São as fontes “par excellence” da história.

A importância da fonte escrita dá-se pela sua ligação com os acontecimentos político-administrativos de caráter oficial. Evidentemente que nem toda fonte escrita é oficial, e os autores têm consciência disso. Mas quando buscam este tipo de fonte, escrita, é aos arquivos oficiais que recorrem, ou àqueles que possuam documentos desta natureza. Tal como ocorre conosco, historiadores na atualidade, a busca pelas fontes tem como referencial não a idéia de fonte em si, mas a percepção de história. Os autores estudados evidenciam em suas obras o seu entendimento da história como campo, predominantemente, dos acontecimentos políticos ou militares, oficiais ou ligados às elites dos contextos tematizados. Assim, para buscar a história destes eventos, não há outro caminho senão o dos arquivos por eles e em função deles criados.

Beltrão é categórico em afirmar que se este tipo de fonte não existe, a elaboração de um trabalho e o próprio conhecimento histórico ficam consideravelmente comprometidos:

---

<sup>164</sup> SOARES. op. cit., p. 30.

<sup>165</sup> BELÉM. op. cit., p. 50.



...deve ser lastimado o desaparecimento, que acredito haver sido proposital, de parte dos arquivos da câmara e da totalidade dos documentos da Intendência de São Martinho, com o que ficou bastante prejudicada a divulgação e apreciação de outros acontecimentos do histórico município.<sup>166</sup>

Por seu turno, João Belém deixa evidente a idéia que tem sobre as fontes escritas oficiais ao afirmar que *os ofícios que se seguem, sem a necessidade de comentários, esclarecem os fatos em toda a sua plenitude*<sup>167</sup>. Isto significa dizer que, para o autor, a fonte escrita oficial tem um caráter explicativo pleno. Ela mostra claramente. Não dá indícios nem consiste num simples vestígio, ao contrário, deixa claro, não necessitando de maiores explicações. Soares também procura ressaltar o caráter primordial deste tipo de fonte ao identificar o Livro do Tombo da Paróquia de Santo Antônio da Palmeira como *pedra fundamental*<sup>168</sup> da história do município.

Dadas as características da obra de Belém, profundamente marcada pelas genealogias e biografias, os assentamentos de batismo e os registros de casamento são as fontes oficiais mais recorrentes nos trechos que se referem ao período anterior à implantação do regime republicano no Brasil. Neste sentido, chamamos a atenção para o caráter oficial das fontes eclesiásticas devido à ligação entre Igreja e Estado no período monárquico, no qual se concentra a maior parte dos trabalhos tanto de Belém quanto de Beltrão. No caso deste último, as fontes mais utilizadas, tendo em vista a sua preocupação mais concentrada nos acontecimentos político-administrativos oficiais, são oriundos não dos arquivos eclesiásticos, mas das Câmaras Municipais.

As considerações acima dizem respeito aos documentos propriamente ditos, tendo em vista a já aludida diferenciação involuntária entre fonte e documento. Todavia, a riqueza das concepções acerca deste “documento” é tamanha que reservamos um capítulo específico para uma melhor análise. Cabe apenas antecipar que é com os autores cruz-altenses que tais concepções são mais consistentemente desenvolvidas, isto porque a base documental definiria, na visão dos autores, a credibilidade e validade de suas obras.

As fontes escritas não necessariamente oficiais também possuem, no entender dos autores, um caráter fundamental. Belém e Beltrão utilizam de maneira sistemática não apenas fontes propriamente bibliográficas, mas também outros registros escritos, tidos como fonte

---

<sup>166</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 7.

<sup>167</sup> BELÉM. op. cit., p. 21.

<sup>168</sup> SOARES. op. cit., p. 10.

escrita primária – ainda que esta definição não estivesse presente nem nos textos e nem nas percepções dos autores. O relato de José Saldanha é, neste sentido, exemplar. Belém transcreve trechos inteiros do Diário da Demarcação de Limites da América Meridional, e Beltrão faz deste o marco inicial para toda a sua análise:

Escolhi para o marco desta CRONOLOGIA HISTÓRICA a data de 15 de abril de 1787, dia em que José de Saldanha chegou ao Rincão de Santa Maria, conforme está documentado em seu ‘Diário Resumido e Histórico’, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e publicado em seus Anais, vol. LI, pag. 135, ano 1938.<sup>169</sup>

Cabe lembrar ainda a utilização de elementos como jornais telegramas, cartas, recibos e outros tipos de fontes que têm sua historicidade e validade definidas, por um lado, por seu caráter escrito, e por outro, principalmente, pela sua origem, isto é, pela pessoa que as elaborou ou com as quais tenham alguma relação.

Esta historicidade de algumas fontes, não pelo seu conteúdo propriamente dito, mas pela sua elaboração ou ligação com um personagem tido como de importância histórica pelos autores, fica evidente em vários trechos, não apenas das obras de Belém e Beltrão, como também nos trabalhos dos memorialistas cruz-altenses e palmeirenses. Dessa forma, elementos como cartas de cunho pessoal e até mesmo poemas ganham status de fonte histórica de significativa pertinência. E tal característica não se verifica somente com relação às fontes escritas. Como já assinalado acima, os relatos orais têm sua importância e validade balizadas pelo depoente. Somente os relatos de pessoas “idôneas” e “socialmente reconhecidas” são realmente fontes históricas.

Enfim, após todas estas considerações, acabamos por reafirmar a primeira de nossas colocações, isto é, a idéia de abrangência da figura e da utilização das fontes. Mas, além disso, acreditamos também ter elementos suficientes para apresentar uma segunda e também fundamental afirmação acerca da compreensão sobre as fontes dos autores estudados. Demonstramos a multiplicidade das fontes utilizadas: fontes orais, fontes materiais não escritas de vários tipos, fontes escritas de caráter oficial ou não. Todavia, não ignoramos o fato de que são realmente as fontes escritas, sobretudo quando oficiais, as principais e mais recorrentes fontes utilizadas. Isto nos leva a afirmar que há uma espécie de hierarquização entre as fontes.

---

<sup>169</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 14.

De fato, nos parece bastante evidente que não apenas Belém e Beltrão, mas também os demais memorialistas estudados, procedem a uma espécie de hierarquização entre as fontes utilizadas. O primeiro elemento que nos leva a esta afirmação é o evidente predomínio do uso de fontes escritas oficiais sem haver, em contrapartida, o abandono de fontes de outra natureza. Assim sendo, os autores não negam que relatos orais ou elementos materiais não escritos sejam fontes úteis e passíveis de utilização, mas ao dispensar maior atenção às fontes escritas oficiais, colocam-nas num patamar acima das demais. Não obstante, quando da utilização de mais de uma fonte, de naturezas diferentes, num trecho relacionado a um determinado acontecimento, se há acordo entre as fontes, a de caráter escrito é aquela que comprova, isto é, que encerra a questão, dado seu peso maior. É o que ocorre quando Belém, ao tratar da versão lendária do surgimento de Santa Maria, afirma que esta *pode ser bem uma verdade histórica. Em a Poranduba Riograndense do padre Teschauer encontra-se o seguinte...*<sup>170</sup>, transcrevendo em seguida o trecho que teria este poder comprobatório. Trechos da mesma natureza podem ser verificados mais adiante na obra do memorialista santamariense:

Sabemos, por informes, que Costa Pavão, transferindo sua residência para o novel povoado, cedera sua sesmaria de Caiboaté a José Alves Trilha que, pouco antes, casara com Maria Inácia da Pureza, sua primogênita. Realmente, este matrimônio se verificou. Afirmamos, não por ter encontrado o registro de casamento de José Alves Trilha com Maria Inácia da Pureza, mas por termos achado o registro de casamento de uma filha do casal. Conforme o documento que se segue, transcrito do Livro de Registro de Casamentos da Capela de Santa Maria, em 28 de junho de 1820...<sup>171</sup>

Já quando ocorre um choque de versões, a credibilidade recai, automaticamente, sobre a fonte escrita:

Pusemos em evidência, por meio de grifo, o lugar de nascimento de Niederauer Sobrinho (Freguezia de São Domingos de Torres) porque todos os parentes nos informaram ter ele nascido em São Leopoldo, no lugar denominado Três Forquilhas. Acreditamos mais no documento oficial que aqui deixamos, porque, certamente, foi o próprio Niederauer quem deu as notas para o assentamento do batismo transcrito.<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> BELÉM. op. cit., p. 9.

<sup>171</sup> Idem., p. 50.

<sup>172</sup> Idem., p. 253.

Beltrão adota, notadamente, a mesma posição quando afirma que *todas as hipóteses de povoamento anteriores a novembro de 1797 devem ser postas em quarentena até cabal demonstração, à vista de documentos ainda não exumados dos arquivos*<sup>173</sup>, e evidencia de maneira flagrante o peso do caráter oficial do documento quando contrapõe uma fonte desta natureza diante de uma informação proporcionada por um referencial do calibre de Aurélio Porto, pois este teria feito *remontar as origens de Cachoeira e Rio Pardo a 1733, mas é oficialmente admitido que este começou a existir em 1752*<sup>174</sup>.

Esta hierarquização pode ser verificada, também, nas obras de Rocha, Rosa e Soares. De acordo com o memorialista cruz-altense:

Ao propor-me contar a história de Cruz Alta, com base nos documentos pesquisados nas fontes originais, eu parti, de informes orais, de testemunhas que presenciaram o baile de carnaval realizado a 4 de fevereiro de 1913, quando estrugiu o violento episódio com o assalto ao Clube, motivado por precedentes que narraremos de conformidade com os registros oficiais, ainda existentes, das velhas atas da tradicional sociedade...<sup>175</sup>

Sua congênere e conterrânea demonstra compartilhar da mesma postura ao apontar que os *documentos aliados ao conhecimento exato verbal, no relato dos antepassados e à tradição, seriam provas mais do que suficientes daquilo que nos propusemos*<sup>176</sup>. Sendo assim, Isaltina Rosa não dispensa o uso de outros tipos de fontes, mas estas possuem uma função de certa forma auxiliar, de “aliadas” dos documentos, os quais vem primeiro não apenas na expressão da autora, mas em toda a construção de seu trabalho.

Dessa forma, o documento escrito possui tamanho peso que a eventual aparição de duas fontes desta natureza possibilita e até mesmo incentiva a sua combinação, tornando desnecessária a utilização ou mesmo alusão a fontes de outra natureza, tal como faz Soares em determinado ponto de seu trabalho:

---

<sup>173</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 10.

<sup>174</sup> Idem., p. 18.

<sup>175</sup> ROCHA. op. cit., p. 144.

<sup>176</sup> ROSA. op. cit., p. 109.

Talvez nos seja possível deduzir pela combinação de dois documentos: a impressão de um viajante, de 1867 e a estatística comunicada ao Presidente da Província pela Câmara de Cruz Alta em ofício de 21 de janeiro de 1870. [...] O viajante a que nos referimos é Henrique Schutel Ambauer, que no seu “Itinerário de Cruz Alta a Campo Novo”...<sup>177</sup>

Por fim, cabe assinalar o último tipo de fonte que percebemos nas obras de Belém e Beltrão. Deixamo-lo para o final desta relação devido ao seu caráter pouco convencional, tanto para os postulados teóricos positivistas e metódicos, predominantes no contexto de produção dos autores estudados, quanto para as percepções mais abrangentes de fonte características dos meios acadêmicos da atualidade. Esta fonte consiste na figura dos próprios autores. Isto é, os memorialistas colocam-se, não raro, como testemunhas históricas, como elementos capazes de apresentar ou confirmar dados, ou seja, como fontes. Não pretendemos aqui deformar as frases e percepções dos autores, mas acreditamos realmente que estes percebem suas lembranças e relatos como fontes pertinentes e imparciais.

João Belém, ao tratar das Missões, alude a uma tela de tecido, ressaltando como prova de veracidade de suas considerações o fato de que *a preciosa tela teve o prazer de contemplar*<sup>178</sup>. Logo em seguida, ao falar de um determinado personagem, afirma que o mesmo ainda vivia na época de publicação da obra, frisando que o conhecera pessoalmente alguns anos antes<sup>179</sup>.

A presença nos eventos relatados como forma de garantir a credibilidade é também evidenciada por Beltrão:

A descrição do assalto ao quartel será feita à base de informações colhidas em apontamentos de [...]; nos depoimentos que me prestaram [...]; em as notícias dos jornais da época e em minhas reminiscências, pois residia na zona da cidade em que se feriu o combate.<sup>180</sup>

A condição de testemunha histórica, isto é, do autor como fonte, esta presente também nas percepções e trabalhos dos autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões. Isaltina Rosa, ao utilizar um relato do padre Gay como fonte, assinala que *por volta de 1915, chegou a*

<sup>177</sup> SOARES. op. cit., p. 131.

<sup>178</sup> BELÉM. op. cit., p. 91.

<sup>179</sup> Idem., p. 92.

<sup>180</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 154.

*conhecer as salas do colégio de que faz referência o padre*<sup>181</sup>, ou seja, coloca sua presença como elemento comprobatório das afirmações de sua fonte. Mozart Pereira Soares procura ressaltar em certos momentos o fato de que conhecia *a Vila da Palmeira há mais de meio século*<sup>182</sup> e que mesmo com menos de dez anos *já havia assistido* um determinado combate e *recorda perfeitamente a impressão que causaram os combatentes*<sup>183</sup>. A presença e a lembrança são, assim, um recurso recorrente e plenamente válido na percepção dos memorialistas locais:

Temos bem viva na lembrança a impressão que nos causou quando a avistamos (a igreja) pela primeira vez vindos em mudança do sítio para a Vila. Vimo-la depois tantas vezes de perto, desde a nossa 'primeira missa' ali assistida, até o momento em que foi demolida, pelo ano de 1928.<sup>184</sup>

E como foi possível verificar, essa condição do autor como testemunha histórica, ou seja, como fonte, não é exclusividade dos autores santa-marienses. Rosa e Soares também colocam sua presença em certos acontecimentos como forma de registro ou como forma de afiançar a veracidade daquilo que afirmam em seus trabalhos. A memorialista cruz-altense chega a utilizar uma fotografia para fazer menção aos acontecimentos da chamada Revolução de 30, na qual identifica sua presença<sup>185</sup>. Encontramos assim uma postura semelhante, ou seja, que procura registrar e credibilizar pela presença da própria autora.

Enfim, tentamos, através do que foi exposto até este momento, relacionar e tecer as devidas considerações sobre as fontes utilizadas pelos memorialistas santa-marienses. É fundamental, para se compreender que tipo de trabalho histórico e, por conseguinte, de história João Belém e Romeu Beltrão legaram para a cidade de Santa Maria, estar ciente de que tipos de fontes utilizaram. O conhecimento histórico resulta, de fato, da soma entre pesquisador e fontes. Cada um contribui de maneira capital para aquilo que resultará muitas vezes, como neste caso, na própria visão de toda uma comunidade acerca de seu passado histórico.

A análise conjunta e comparada nos permitiu, na mesma medida, visualizar a semelhança de percepções entre os autores de Santa Maria e aqueles que elaboraram e

---

<sup>181</sup> ROSA. op. cit., p. 13.

<sup>182</sup> SOARES. op. cit., p. 118.

<sup>183</sup> Idem., p. 222.

<sup>184</sup> Idem., p. 127.

<sup>185</sup> ROSA. op. cit., p. 150.

publicaram trabalhos da mesma natureza em Cruz Alta e Palmeira das Missões. Como acreditamos ter demonstrado nas colocações e transcrições anteriores, Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares têm uma compreensão de tal maneira semelhante aos autores de Santa Maria com relação às suas fontes, que seria mesmo descabido tratá-las de maneira desarticulada, como se fossem independentes.

Contudo, nossa análise fica bastante incompleta e, por conseguinte, comprometida, se não formos além da constatação de quais eram as fontes utilizadas pelos autores estudados e seu entendimento sobre as mesmas. Precisamos, de fato, perceber como se dava a utilização destas fontes, isto é, os procedimentos metodológicos de sua utilização nas obras.

Nesse sentido, também um outro aspecto será inevitavelmente desenvolvido. Ao trabalharmos com os procedimentos dos autores com relação às suas fontes, estaremos, na mesma medida, compreendendo a sua própria percepção de como deve proceder um pesquisador que escreve uma obra de cunho histórico.

### **2.3. Fontes: utilização**

Como já dito, os trabalhos de João Belém e Romeu Beltrão acerca da história de Santa Maria fazem recurso a um arsenal bastante amplo de fontes, não apenas no caráter qualitativo, mas também quantitativo. Isto significa dizer que são muitas as alusões a diferentes documentos, relatos e autores. Contudo, não há uma uniformidade no tratamento dispensado a estas fontes, tanto na sua utilização enquanto fonte informativa, quanto na sua apresentação para o leitor. Esta espécie de irregularidade nos parece ser uma característica fundamental, pois ela não é verificada apenas numa perspectiva comparativa entre as obras, mas sobretudo em cada uma delas.

Não nos parece haver uma lógica para tanto. Pudemos perceber apenas que há uma maior precisão quanto à natureza das fontes documentais oficiais nos trechos iniciais dos trabalhos, enquanto que as fontes orais são identificadas com maior clareza nos trechos finais. Mas esta não chega a ser uma postura definida e coerente. Poderíamos acreditar que, no caso das fontes orais, a identificação perceptível nos trechos finais dever-se-ia ao fato de que os depoentes seriam contemporâneos dos memorialistas, ou pelo menos terem vivido numa época relativamente próxima. Contudo, muitos dos relatos referentes aos anos finais das pesquisas dos autores são impessoais, isto é, não possuem origem definida. Por outro lado,

ainda que haja uma preocupação maior em precisar a origem dos documentos utilizados nos trechos iniciais das obras, este procedimento logo se dilui em alusões bastante imprecisas ou mesmo no completo silêncio sobre tal origem.

João Belém, logo no início do seu trabalho, ao tratar sobre a versão lendária do surgimento de Santa Maria, recorre a ofícios e cartas precisamente identificados:

Ainda mais: No liv. 7 fls. 729 da correspondência do Vice-Rei com o governador do Rio Grande, Arquivo Público Nacional, encontra-se o ofício de 8 de agosto de 1785 em o qual é determinado ao Brigadeiro Sebastião X. da Câmara, governador do Rio Grande “que procure averiguar sobre a disposição de um chefe ou cacique minuano que quer passar aos domínios de Portugal, trazendo consigo toda a família e gados que possue.

Dando-se cumprimento à determinação do Vice-Rei, foi incumbido de entrevistar o suplicante o tenente José Carvalho da Silva que, em carta de 13 de abril de 1786 dirigida ao coronel Rafael Pinto Bandeira, assim informa ... (Carta original contida no vol. 8º. fls. 206 v. e 207 da Correspondência do Vice-Rei com o governador do Rio Grande. Arquivo Público Nacional).<sup>186</sup>

O mesmo faz Beltrão, também no início de sua obra, pois logo após suas primeiras considerações afirma que estas se dão *conforme está documentado em seu ‘Diário Resumido e Histórico’, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e publicado em seus Anais, vol. LI, pag. 135, ano 1938.*<sup>187</sup>

Os memorialistas santa-marienses mantêm esta postura nas páginas seguintes, mas não se restringem a ela. A precisão, por vezes, é “menos precisa”. Quando menciona uma correspondência do Vice-Rei ao 1º. Comissário da Comissão de Demarcação de Limites, Belém é da mesma maneira detalhado, identificando sua localização entre parênteses como *(Arq. Nac. Livro X, fls. 450. Correspondência)*<sup>188</sup>. Contudo, quando faz uso de trechos do Diário de Demarcação dos Limites da América Meridional de José de Saldanha<sup>189</sup>, Belém cita sua existência no Arquivo Nacional, mas não apresenta maiores detalhes. O mesmo faz Beltrão ao utilizar o registro de sesmarias<sup>190</sup> e o mapa levantado pelo engenheiro da Comissão Demarcadora de Limites<sup>191</sup>, mencionando apenas que estes existem nos arquivos do Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, sem dispensar maiores informações sobre suas localizações.

<sup>186</sup> BELÉM. op. cit., p. 9-10.

<sup>187</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 14.

<sup>188</sup> BELÉM. op. cit., p. 13.

<sup>189</sup> Idem., p. 14-17.

<sup>190</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 10.

<sup>191</sup> Idem., p. 26.



Dessa forma, como apontado, a precisão diminui na medida em que as obras prosseguem. A fim de não nos estendermos demasiadamente, tomaremos aqui apenas alguns trechos destas como exemplo, posto serem ilustrativos nos pontos que nos interessam.

Beltrão após a informação da página 14, onde é extremamente preciso, cita informações presentes no Diário da expedição de Gomes Freire<sup>192</sup>, quando da chamada Guerra Guaranítica, sem mencionar o arquivo em que se encontra tal diário, nem mesmo se seu contato com esta fonte foi direto ou por meio de outra fonte bibliográfica

Por sua vez, Belém cita o Quadro Estatístico Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, organizado por Antônio Eleutério de Camargo, faz uso das informações que o interessam, mas não menciona a origem de tal documento<sup>193</sup>. Logo em seguida, transcreve a provisão de emancipação do Curato de Santa Maria da Boca do Monte da Capela de Cachoeira, além de listar os nomes de todos os “cabeças de casal” que habitavam o lugar na época, citando até mesmo seus locais de origem<sup>194</sup>. Tanto o documento quanto as informações seguintes são apresentadas sem qualquer menção ao arquivo de origem.

Entretanto, ao contrário do que pode parecer numa primeira e apressada leitura da obra de Belém, não há um desleixo ou uma mudança de postura fortuita e não deliberada por parte do autor no decorrer de seu trabalho. É possível perceber que, quando se tratam de documentos oriundos de arquivos distantes, como os do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, ou do Arquivo Público, em Porto Alegre, há uma certa preocupação com uma identificação mais precisa. Já no caso de documentos que, acreditamos, estivessem arquivados junto às principais instituições oficiais locais – a Câmara e a Igreja – esta identificação é considerada pelo autor como desnecessária ou até mesmo óbvia. Sob esta perspectiva, não é de se espantar a inexistência de qualquer menção à origem das informações sobre os primeiros habitantes, como aludido anteriormente. Esta constatação deve ser aplicada também a trechos em que Belém apresenta um documento sobre uma possível greve dos vereadores no século XIX<sup>195</sup>, transcreve telegramas oficiais<sup>196</sup> e até mesmo a receita do município<sup>197</sup>. Nestes últimos casos, é bastante provável que a origem dos documentos e informações fosse o arquivo da Câmara municipal, mas o fato é que tal dado não é citado ou nem mesmo sugerido pelo autor.

---

<sup>192</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 16.

<sup>193</sup> BELÉM. op. cit., p. 43.

<sup>194</sup> Idem., p. 45-46.

<sup>195</sup> Idem., p. 140.

<sup>196</sup> Idem., p. 141.

<sup>197</sup> Idem., p. 143.

Em Romeu Beltrão encontramos uma postura bastante parecida à de Belém, ou seja, muitas das informações ou documentos são apresentados sem menção à fonte<sup>198</sup>. Contudo, como o autor trata de maneira muito mais atenta e significativa dos acontecimentos oficiais, mais precisamente aqueles ligados à administração pública, acreditamos que as fontes por ele utilizadas sejam oriundas, em larga medida, dos arquivos das Câmaras municipais – de Santa Maria e São Martinho da Serra. Dessa forma, utilizamos as mesmas considerações feitas com relação à Belém, isto é, de que Beltrão, provavelmente, considerou desnecessária a menção ou óbvia a percepção. O máximo que o autor faz é, em raros momentos<sup>199</sup> colocar entre parênteses e de maneira abreviada a localização no Arquivo Municipal.

No que diz respeito às fontes orais, a impessoalidade é não apenas uma forma, mas, como já aludido, um recurso utilizado pelos autores. Expressões como “sabemos por informes”<sup>200</sup>, “sabe-se”<sup>201</sup>, “sobre quem já ouvi referências”<sup>202</sup>, ou outras de caráter impessoal predominam, sobretudo, no trabalho de Belém. Mesmo tendo analisado as características das fontes orais utilizadas nas páginas anteriores, não poderíamos deixar de ressaltar tal aspecto como resultante não apenas da percepção acerca dessas fontes, mas também de seu uso. Sabemos, por certo, que a utilização é indissociável da percepção que se tem da fonte, mas muitas vezes tal relação se dá de maneira involuntária, isto é, sem qualquer tipo de reflexão. Não acreditamos ser este o caso de Belém e Beltrão. A impessoalização dos relatos, mesmo que não seja alvo de comentários específicos, parece ser um recurso bastante útil e, portanto, largamente utilizado, servindo convenientemente para as pretensões de imparcialidade que, como adiante veremos, permeavam o trabalho e o pensamento dos autores.

Por sua vez, as referências a outros trabalhos também não são uniformes. Belém, entre todos os autores estudados, é o que menos faz menção a outros autores e obras. Mas seja Belém ou Beltrão, quando fazem menções a outros trabalhos, por vezes mencionam apenas a obra<sup>203</sup> ou apenas o autor<sup>204</sup>, ainda que mencionem o conteúdo ou informações de seu trabalho. Em outras oportunidades, porém, mencionam autor e obra<sup>205</sup>, sendo que Belém chega mesmo a apontar a França como local de publicação de uma das obras que utiliza, ainda que, neste caso, tal menção pareça ser apenas um recurso para apontar que esta não se deu no Brasil.

---

<sup>198</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 113-114, 136, 177.

<sup>199</sup> Idem., p. 60.

<sup>200</sup> BELÉM. op. cit., p. 50.

<sup>201</sup> Idem., p. 176.

<sup>202</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 32.

<sup>203</sup> BELÉM. op. cit., p. 92.

<sup>204</sup> Idem., p. 166; BELTRÃO. op. cit., p. 55.

<sup>205</sup> Idem., p. 74; Idem., p. 32.

Com relação aos jornais utilizados, a falta de uniformidade se repete, principalmente em Belém, onde este tipo de fonte é utilizado com maior frequência. Se em alguns momentos as folhas utilizadas têm citadas não apenas seu nome, mas também o dia, mês e ano de publicação da informação de que os autores fazem uso<sup>206</sup>, em outros dia e mês não são mencionados<sup>207</sup>. Ressaltamos que, no caso de Beltrão, por se tratar de uma cronologia, o ano não é diretamente mencionado, mas facilmente identificável devido à divisão do trabalho, o que não pode ser feito com a mesma segurança com relação ao mês e, principalmente, ao dia, se não houver o devido esclarecimento por parte do autor.

Com relação à referida falta de uniformidade ressaltada em Belém, é exemplar o trecho no qual diz que *narrou o cronista Felicíssimo de Azevedo em artigos publicados na A Federação, de Porto Alegre, no ano de 1905 [...] folhas como a Gazeta dos Tribunais, de Antônio Manoel Cordeiro, em sua edição n.º. 162 de 1848*<sup>208</sup>. Como se vê, o autor cita o jornal A Federação, mencionando apenas o ano de publicação, sendo que em seguida cita o jornal Gazeta dos Tribunais mencionando até mesmo o número da edição, mas não o dia e o mês, como faz com outras folhas.

Se algumas fontes e documentos são, presumivelmente, oriundas dos arquivos da Câmara e da Igreja, sendo talvez esta possível presunção o motivo para que tal origem não seja mencionada por Belém e por Beltrão, outras informações e fontes não possuem esta ligação com tais instituições, mas, da mesma maneira, não têm sua origem citada. Tal postura é verificada de maneira mais flagrante nos capítulos dedicados aos acontecimentos militares<sup>209</sup>. Na obra de Belém, este é intitulado Guerras e Revoluções, onde alguns trechos são exemplares, dado haver expressões como *a respeito de Valença diz um cronista [...]; como no dizer do poeta [...]; Dos abnegados santamarienses que compunham o destemido 7.º. Corpo Provisório de Cavalaria de Santa Maria, conseguimos os seguintes nomes [...]*.<sup>210</sup>

O cronista e o poeta referidos por Belém não têm seus nomes ou obras citados, tampouco a origem dos nomes “abnegados santamarienses” é mencionada. É provável que, neste último caso, a informação tenha partido de documento militar presente em alguma das várias guarnições militares existentes até hoje em Santa Maria, mas o fato é que nenhuma alusão é feita, posto que o dito “Corpo Provisório” diz respeito, como o próprio nome permite

<sup>206</sup> BELÉM. op. cit., p. 148-149, 244; BELTRÃO. op. cit., p. 163.

<sup>207</sup> BELÉM. op. cit., p. 177; BELTRÃO. op. cit., p. 171.

<sup>208</sup> BELÉM. op. cit., p. 177.

<sup>209</sup> BELÉM. op. cit., p. 177; BELTRÃO. op. cit., p. 171.

<sup>210</sup> BELÉM. op. cit., p. 242.

deduzir, ao contexto momentâneo da Guerra do Paraguai, não constituindo uma divisão permanente.

Beltrão, ainda que divida seu trabalho cronologicamente, reserva os anos em que ocorreram conflitos como a chamada Revolução Federalista de 1893-1895 ou a congênere de 1923 totalmente aos fatos a estas relacionados. Dessa forma, em pouco ou nada difere de Belém, posto concentrar-se em acontecimentos político-militares, fazendo em alguns trechos descrições detalhadas sem menção clara às fontes<sup>211</sup>.

Dois outros trechos da obra de Belém são ilustrativos de outras posturas que acreditamos serem dignas de registro. No primeiro, acerca do êxodo populacional provocado pela Guerra Farroupilha, o memorialista santa-mariense afirma que *as famílias de maior representação abandonaram seus lares, deixando-os entregues a escravos. De uma sabemos, com detalhes [...]* <sup>212</sup>. No segundo, sobre um descendente de um personagem contemplado pelo autor, este assinala que *por informação prestada pelo Sr. Aurélio Porto sabemos que Manoel Joaquim morreu em combate em defesa da vida de seu pai*<sup>213</sup>.

Como é possível observar, no primeiro, Belém afirma saber de um determinado caso com detalhes, os quais são apresentados logo em seguida. Contudo, a riqueza de detalhes não vem acompanhada de menção a qualquer fonte. Tendo em vista que o fato mencionado pelo autor ocorreu no contexto da Guerra Farroupilha, as informações detalhadas teriam que, de alguma forma, ter chegado à Belém, a qual ele não menciona. Beltrão assume postura parecida quando se refere ao episódio da morte de Borges do Canto, para o qual apresenta duas versões, mas não cita a origem de nenhuma delas<sup>214</sup>.

O segundo trecho é mais um, senão o mais exemplar, a demonstrar a falta de uniformidade na postura de Belém. Desta vez a fonte, Aurélio Porto, é de fato mencionada. Contudo, ao utilizar a expressão “informação prestada”, Belém deixa aberta a possibilidade de que tal informação seja de natureza oral – deve-se ter em conta que Aurélio Porto era contemporâneo de Belém, viveu parte de sua vida em Santa Maria e ambos eram colegas no IHGRGS. Dessa forma, aquela que seria, presumivelmente, uma informação de natureza bibliográfica, com a expressão utilizada por Belém torna-se presumivelmente oral. O que não há é o esclarecimento desta natureza. Caso extremamente semelhante se verifica em Beltrão não apenas pela postura, mas também pelo autor utilizado, ao falar de Gomes Freire que,

---

<sup>211</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 94-95.

<sup>212</sup> BELÉM. op. cit., p. 78

<sup>213</sup> Idem., p. 47.

<sup>214</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 25.

*segundo uma anotação de Aurélio Porto, deixa no Rincão de Santa Maria uma parte dos índios que traz em sua companhia*<sup>215</sup>.

A expressão “anotação” tem a mesma imprecisão que a “informação prestada” utilizada por Belém, isto é, não esclarece de maneira contundente se o dado foi obtido em uma obra do autor de outra forma. Caso semelhante se dá com a informação creditada ao pastor Paulo Kopp<sup>216</sup>, sobre a qual não há como se deduzir a natureza. Justificamos estas observações, sobretudo nos casos em que se faz alusão à Aurélio Porto, pelo fato de que os autores, como já apontado com relação à percepção das fontes, somente fazem ressalvas quando às acreditam necessárias. Nesse sentido, caso a fonte utilizada fosse de natureza bibliográfica, tanto Belém como Beltrão, ainda que não identificassem, por ventura, especificamente a obra, não utilizariam expressões de tamanha imprecisão.

Enfim, todas estas considerações feitas acerca da forma de escrita de Belém e Beltrão tiveram como objetivo, de fato, demonstrar a falta de uniformidade no trato das fontes e na sua apresentação para o leitor. Contudo, não pretendemos com isto desmerecer os trabalhos dos autores, tampouco sugerir que, nos casos em que as fontes não são mencionadas ou não há precisão nas menções feitas, as informações não sejam calcadas em fontes. Não questionamos aqui o valor das informações apresentadas, posto que, desde o início do nosso trabalho, reconhecemos todas as obras estudadas como base fundamental para o estudo dos municípios a que se referem. O que procuramos é demonstrar que não há uma postura definida, e acreditamos que de fato nem seria possível haver, posto ser a atividade de pesquisa desenvolvida pelos autores fruto não de uma formação específica, mas fundamentalmente da prestatividade e do interesse individual

Não podemos, também, encerrar nossas considerações acerca do trato e apresentação das fontes sem assinalar como os autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões procedem de maneira bastante semelhante aos de Santa Maria, não obstante a já referida e sistematicamente ressaltada distância no tempo e no espaço.

Também estes apresentam momentos de grande precisão na localização das fontes utilizadas. Como no caso de Prudêncio Rocha, que ao se referir à petição para a construção da capela, afirma que este documento *pode ser conferido no Arquivo Histórico do Estado (Lata 201, Dossiê 7, Dec. 203)*<sup>217</sup>, ou então quando menciona alguns documentos oficiais, apontando não apenas suas localizações nos livros de registros, mas até mesmo suas

---

<sup>215</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 17.

<sup>216</sup> Idem., p. 78-79.

<sup>217</sup> ROCHA. op. cit., p. 6.

páginas<sup>218</sup>. A mesma precisão se verifica quando Isaltina Rosa alude a documentos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre<sup>219</sup> e do Registro de Sesmarias no Arquivo Público<sup>220</sup>.

Mas é com Soares que se têm a impressão de uma precisão maior. Isto porque o autor é o único a fazer uso de um sistema de notas, ou seja, números em ordem crescente sobrescritos logo após cada citação de fonte. Ao final da obra está a legenda das 199 notas assinaladas sendo todas aquelas referentes a documentos escritos bastante precisas. São fontes oriundas em sua maioria do Arquivo Público, sobre as quais o autor menciona a lata e até mesmo o número de identificação do documento. Tal constatação poderia levar a crer que Soares é extremamente mais preciso e, portanto, mais metódico com relação à escrita de seu trabalho. Mas o termo inicialmente utilizado não foi empregado de maneira gratuita. De fato, o que há é uma impressão de maior precisão, pois se há um maior número de documentos bem identificados, há também, como em todas as outras obras, dados em que a fonte documental, oral ou bibliográfica não é mencionada, relatos são impessoalizados, etc.

E ao contrário dos autores santa-marienses – sobre os quais ressaltamos que o início de suas obras era caracterizado por uma maior precisão na identificação das fontes documentais e o final por uma maior precisão na identificação dos relatos orais – os autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões não apresentam nenhuma característica mais palpável em termos de organização. Como vimos nos trechos da obra de Rocha, a precisão é verificada tanto no início<sup>221</sup> quanto num ponto adiantado da obra<sup>222</sup>. Rosa, por sua vez, parece ser precisa apenas nos documentos referentes às pessoas ou fatos de alguma maneira ligados a sua própria pessoa, os quais concentram-se nas páginas reservadas à questão da fundação da cidade de Cruz Alta<sup>223</sup>. Em Soares, dado o número maior de documentos identificados, não é possível destacar um trecho onde estes sejam mais significativos. De fato, as notas identificando as fontes estão bem distribuídas pela obra. Mas, da mesma maneira, as informações sem menção de fonte estão também relativamente bem distribuídas caracterizando, ainda que de forma particular, a referida falta de uniformidade no trato com as fontes identificada inicialmente nos trabalhos de João Belém e Romeu Beltrão.

Vejamos, pois, alguns exemplos de trechos nas obras dos autores cruz-altenses e palmeirenses que se encaixam nas considerações feitas sobre os trabalhos dos autores santamarienses.

---

<sup>218</sup> ROCHA. op. cit., p.34, 46.

<sup>219</sup> ROSA. op. cit., 102.

<sup>220</sup> Idem., p. 103.

<sup>221</sup> ROCHA. op. cit., p. 06

<sup>222</sup> Idem., p. 46.

<sup>223</sup> ROSA. op. cit., p. 97-111.

Com relação à gradual perda da precisão, ou seja, quando da identificação da origem das fontes, mas com menos informações, Prudêncio Rocha, ao aludir a certo documento presente no Livro de Registros da Câmara de Vereadores, não cita como em outros momentos a página exata<sup>224</sup>. Faz o mesmo quando menciona uma descrição feita por um antigo padre de Cruz Alta, limitando-se a apontar que fora registrada nos livros da Paróquia, sem maiores detalhes<sup>225</sup>. Isaltina Rosa também abandona em diversos momentos a precisão já demonstrada, mencionando os livros da Câmara Municipal<sup>226</sup> ou o Arquivo Público Estadual<sup>227</sup> como fontes, sem outros pormenores.

As citações exatas às origens dos documentos, com latas e páginas, dão lugar a termos menos precisos, como os livros sem esclarecimento de página por exemplo. Não transcrevemos nenhum trecho da obra de Soares pelo fato de que este autor apresenta, como já aludido, uma certa particularidade com relação aos demais. O uso de um sistema de notas explicativas faz com que não haja momentos de menor precisão, como nos outros casos mencionados. O que há são momentos diametralmente opostos, isto é, na mesma medida em que Soares localiza com precisão alguns dos documentos a que faz menção, também cita informações significativas sem citar qualquer fonte documental ou arquivo de origem. É o que ocorre quando transcreve trechos de telegramas, identificando remetente e destinatário, mas não a origem dos mesmos<sup>228</sup>; ou quando cita dados acerca da produção pecuária em 1877<sup>229</sup> e o contingente eleitoral em 1899<sup>230</sup>. É muito provável, dada a natureza político-administrativa das informações, que as fontes fossem oriundas do Arquivo da Câmara Municipal. Mas o ponto que ressaltamos é que, ao contrário de outros momentos da obra, não há preocupação em mencionar ou esclarecer esta fonte ou este arquivo. Não há, como já dissemos, uma uniformidade na escrita do trabalho.

As obras dos autores cruz-altenses também apresentam muitos trechos em que as informações não têm fonte citada. Prudêncio Rocha, com relação à economia da cidade na metade do século XVIII, afirma categoricamente que se baseava no “tripé” erva-mate, mulas e gado vacum, sendo o primeiro produto o principal em termos de arrecadação<sup>231</sup>. Em outros momentos, apresenta dados numéricos acerca do tráfico negreiro em nível nacional<sup>232</sup>,

---

<sup>224</sup> ROCHA. op. cit., p. 20.

<sup>225</sup> Idem., p. 23.

<sup>226</sup> ROSA. op. cit., p. 110.

<sup>227</sup> Idem., p. 203.

<sup>228</sup> SOARES. op. cit., p. 190-191.

<sup>229</sup> Idem., p. 162-163.

<sup>230</sup> Idem., p. 189.

<sup>231</sup> ROCHA. op. cit., p. 53.

<sup>232</sup> Idem., p. 95.

transcreve telegramas<sup>233</sup> e documentos<sup>234</sup>. À exceção das informações relativas ao tráfico de escravos, as quais devem ter sido obtidas por fonte bibliográfica, as demais informações, como apontamos nos casos de Belém, Beltrão e Soares, têm natureza político-administrativa, sendo presumível que sua origem seja o Arquivo Municipal. O mesmo se verifica em Rosa quando da transcrição de telegramas<sup>235</sup> e documentos<sup>236</sup>, isto é, dados de natureza oficial que, provavelmente, sejam oriundos dos arquivos oficiais, sendo que, no caso desta autora, acreditamos no recurso freqüente aos de natureza eclesiástica. Mas o fato é que o leitor, tal como nós, ficará sempre à mercê de suas próprias presunções, posto não haver preocupação em esclarecer a origem de certos documentos e informações.

Por outro lado, se todos os documentos e informações fossem presumivelmente oriundos dos arquivos oficiais, nossa análise seria desnecessária. Realmente apontamos uma série de trechos nos quais as informações presentes nos levam a crer na origem oficial, mas nem todos os dados trabalhados nas obras são de natureza político-administrativa, ou não estariam nos arquivos locais. Rosa, em dado momento, discorre longamente sobre as cavalladas, fazendo uso de uma ocorrida em 1890 por ter sido aquela que encontrou com maior precisão para transcrever<sup>237</sup>, mas não esclarece onde a “encontrou”. Nos trechos referentes aos eventos político-militares, mais especificamente quanto à Guerra Farroupilha e à chamada Revolução de 1893-1895, a autora não menciona qualquer fonte, a não ser quando diz *este caso me foi contado por uma das filhas de Mello Manso*<sup>238</sup>. No trecho imediatamente seguinte, sobre a chamada Revolução de 1923<sup>239</sup>, as informações mais abrangentes, sobre o contexto estadual de luta, não possuem qualquer menção à fonte bibliográfica, e quanto aos eventos mais localizados, as fontes mencionadas são versos e informações de Heitor Galant, Péricles Silveira e Antero Marques, sem esclarecimento de obra ou algo semelhante.

Prudêncio Rocha também concentra o maior número de dados sem alusão às fontes no trecho reservado aos acontecimentos político-militares, sobretudo quando aborda a chamada Revolução Federalista de 1893-1895<sup>240</sup>. Entre estas dez páginas o autor cita o Almanaque Riograndense e os jornais E’co do Sul e A Federação, sem citar edição, data de publicação ou arquivo de origem de nenhum deles. Logo em seguida, porém, cita artigo publicado no jornal Diário Serrano com data precisa. Ao final, porém, menciona “um jornal da época”, sem

<sup>233</sup> ROCHA. op. cit., p. 99.

<sup>234</sup> Idem., p. 44.

<sup>235</sup> ROSA. op. cit., p. 191.

<sup>236</sup> Idem., p. 117, 78-79.

<sup>237</sup> Idem., p. 91.

<sup>238</sup> Idem., p. 118-119.

<sup>239</sup> Idem., p. 119-129.

<sup>240</sup> ROCHA. op. cit., p. 111-121.



esclarecer sequer seu nome, ainda que faça uso da informação por ele publicada. Além disso, neste espaço de páginas o autor transcreve uma carta sem citar sua origem e faz alusão à chamada Ata Pacificadora de Bagé, também conhecida como Pacto de Pedras Altas. Este documento é transcrito integralmente<sup>241</sup> quando o autor passa a tratar da chamada Revolução de 1923, sem esclarecimento do arquivo de origem ou fonte bibliográfica para tanto.

Tal como se verificou com as menções a Aurélio Porto feitas por Belém e Beltrão, Rocha faz uso da expressão *sabe-se pelas pesquisas do historiador Moacyr Domingues*<sup>242</sup>, sem esclarecer a natureza das informações obtidas. Seria possível deduzir, apressadamente, que tais informações seriam obviamente de natureza bibliográfica, dada a significativa produção de Domingues. Contudo, soubemos através de Rossano Cavalari que à época de elaboração da obra de Prudêncio Rocha, o diretor do Arquivo Público do Rio Grande do Sul era, justamente, Moacyr Domingues, de quem o autor cruz-altense era amigo próximo<sup>243</sup>. Isto leva a crer na possibilidade de que as informações utilizadas por Rocha possam ser de natureza oral e informal, ou originadas do contato com algum trabalho inconcluso de Domingues. O fato é que não há, por parte do autor cruz-altense, preocupação em esclarecer a natureza da fonte. O mesmo não se verifica quando faz uso de informações de Evaristo de Castro e Josino dos Santos Lima<sup>244</sup>, ou João Borges Fortes e Lucídio Ramos<sup>245</sup>, sobre os quais, em nota de rodapé, identifica pelo menos as obras.

Isaltina Rosa, por sua vez, usa sistematicamente as obras de Hemetério José Veloso da Silveira desde o início de seu trabalho, sobretudo porque as obras deste autor prestam-se, justamente, ao argumento principal da autora, de que Vidal José do Pilar, seu antepassado, teria sido o fundador de Cruz Alta. Contudo, apesar das várias menções diretas a Hemetério<sup>246</sup>, a autora cita as obras deste autor de que faz uso apenas em pontos adiantados<sup>247</sup>, após já tê-las utilizado largamente e, dessa forma, sem esclarecer qual faz uso em cada momento, posto ter citado apenas o nome do autor. Ainda nesse sentido, Rosa cita a obra de Prudêncio Rocha, mencionando inclusive a edição, e os trabalhos do Padre Sepp, também com alusão ao nome das obras<sup>248</sup>. Em outro ponto a autora cita a obra Cronologia

<sup>241</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 153-156.

<sup>242</sup> ROCHA. op. cit., p. 20.

<sup>243</sup> Rossano Viero Cavalari (informação verbal). Secretário de Cultura da Cidade de Cruz Alta no período 2004-2007 e autor de “A Gênese da Cruz Alta” (Cruz Alta: UNICRUZ, 2004), obra que procura debater as versões para a fundação e analisar a história da cidade.

<sup>244</sup> ROCHA. op. cit., p. 16.

<sup>245</sup> Idem., p. 14.

<sup>246</sup> ROSA. op. cit., p. 13, 71, 88.

<sup>247</sup> Idem., p. 103, 112.

<sup>248</sup> Idem., p. 51-52, 55.

Religiosa da Diocese de Santa Maria<sup>249</sup>, sem citar sua autoria. Mas, na maioria dos casos, a autora cita apenas os autores utilizados<sup>250</sup>, sem evidenciar suas obras.

Soares poderia constituir-se numa relativa exceção neste aspecto. Isto porque o sistema de notas que utiliza abrange não apenas os documentos e fontes primárias, mas também as fontes bibliográficas, as quais parecem ser significativamente mais numerosas que nas obras dos demais autores estudados. Afirmamos que parecem ser devido à nossa própria constatação, já apontada, de que muitas das informações nas obras dos autores santamarienses e cruz-altenses não têm sua origem e natureza esclarecidas. Contudo, o fato de não mencionarem a fonte não significa, de modo algum, que esta não exista, e muito provavelmente uma parcela significativa destas fontes seja de natureza bibliográfica. Assim, não podemos dizer que as fontes bibliográficas de Soares sejam mais numerosas que as de Belém, por exemplo, ainda que sejam mais evidentes. Por outro lado, Soares não deixa de proceder de maneira parecida à de seus congêneres, ainda que o faça menos frequentemente. Se chega a citar certa obra, que não possui nota de referência, com autor, local, editora e data de publicação<sup>251</sup>, também menciona informações que atribui aos missionários Montoya e Dias Tanho, e a *um viajante inglês*<sup>252</sup>, sem qualquer esclarecimento maior.

A impessoalidade nos relatos orais<sup>253</sup>, como já aludido, também se faz presente de maneira sistemática, mas dividindo lugar com os depoimentos especificados<sup>254</sup>, caracterizando a falta de uniformidade sobre a qual nos concentramos neste momento. O trecho abaixo transcrito é ilustrativo de como o autor consegue, num mesmo momento, aliar as informações impessoalizadas às que possuem atribuição:

O médico Hildebrando Westphalen e seu irmão Cândido (que nos revelou o que agora narramos) haviam passado a noite cuidando do pai enfermo, em companhia de Jayme Borges. Este manifestou seu desacordo com a intenção que surpreendeu, de matarem o prisioneiro...  
Circulava até bem pouco tempo a notícia de que fora degolado. Outros afirmam (versão mais de acordo com a de Cândido Westphalen) que ele fora fuzilado. Logo após sua passagem ouviram-se dois tiros de fuzil.<sup>255</sup>

<sup>249</sup> ROSA. op. cit., p. 79.

<sup>250</sup> Idem., p. 08, 12, 38, 105.

<sup>251</sup> SOARES. op. cit., p. 17.

<sup>252</sup> Idem., p. 68.

<sup>253</sup> Idem., p. 45, 215.

<sup>254</sup> Idem., p. 289.

<sup>255</sup> Idem., p. 220.

Fica evidente como, num mesmo trecho, o autor faz uso de relato devidamente atribuído e de expressões impessoais como “outros afirmam” e “ouviram-se”. As duas formas não são em nada incompatíveis dentro do trabalho e evidenciam esta que parece ser uma das grandes características comuns e, portanto, unificadoras, das obras estudadas, a falta de uniformidade no tratamento e na apresentação das fontes.

Nesse sentido, voltamos a ressaltar que nosso objetivo ao apontar estes elementos nas obras dos autores não é desmerecê-las, sugerindo que estejam repletas de “falhas”. Não percebemos os elementos apontados como tal e nem os tratamos assim. Evidenciamos-los por constituírem traço fundamental na forma de tratar as fontes e, por conseguinte, escrever um trabalho de cunho histórico. Além disso, consideramos pertinente analisar este aspecto das obras, também, pelo fato de que os próprios autores ressaltam imprescindibilidade da menção às fontes, sem o que um trabalho de cunho histórico ficaria comprometido quanto à credibilidade e validade. Beltrão é categórico nesse sentido ao apontar, sobre um dado registrado por Hemetério Veloso da Silveira, *que não documenta o ilustre e honesto historiador sua assertiva nem indica a fonte em que foi colhida a informação*<sup>256</sup>.

Soares deixa evidente a mesma postura:

...folheto ‘O Centenário’, aí publicado em 1922 e comemorativo do 1º Centenário da Independência brasileira, de Oliveira Mesquita, Joaquim Mendes e L. Assis Brasil, os três redatores do citado opúsculo. Os dados aí transcritos, que não constam em nenhum dos resumos históricos sobre Palmeira, faziam-nos desconfiar da existência de uma fonte até então desconhecida...<sup>257</sup>

Dessa forma, a análise sobre a identificação das fontes presentes nas obras não se justifica apenas pela nossa constatação de que não há uma uniformidade neste procedimento, mas também pelas próprias afirmações dos autores acerca desta necessidade.

---

<sup>256</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 9.

<sup>257</sup> SOARES. op. cit., p. 13.

#### 2.4. Quem trabalha com as fontes: “fazer história” e ser historiador

Esta postura, que exige de outros trabalhos, mas não dos seus a precisão na identificação das fontes, é fruto, acreditamos, da própria percepção que os autores têm acerca de si mesmos e de seu trabalho. Como já mencionamos com relação às fontes orais, não há a idéia de que possa haver algum tipo de falha ou mesmo uma postura tendenciosa por parte tanto dos depoentes ou até mesmo da dita “tradição”. Parece-nos que os memorialistas pensavam acerca de si mesmos de maneira bastante semelhante, isto é, de que é evidente ao leitor que, ao apresentar suas fontes, as informações que prestam não são falhas, e quando não o fazem, as informações são verossímeis pelo fato de que não são tendenciosos. Esta postura é uma espécie de compromisso que assumem logo ao início das obras, e que entendem como intrínseco à atividade do pesquisador da história, a imparcialidade.

Belém acredita que o historiador deve ser *sincero e desapassionado*<sup>258</sup>, e considera certos episódios vedados ao seu trabalho, mais especificamente aqueles em que fora *parte interessada*, faltando, pois, *isenção de ânimo para reviver os fatos com as devidas cores*<sup>259</sup>. Beltrão, por sua vez, afirma que fez questão cerrada de ser útil à sua terra e imparcial<sup>260</sup>. O que se pode perceber, portanto, é que a imparcialidade constitui-se numa das poucas posturas definidas e evidenciadas pelos autores quanto ao que consiste o trabalho de um pesquisador da história.

Não foi gratuitamente que procuramos não utilizar, até este ponto, a expressão “historiador”. Quando o fizemos ressaltamos que o termo não fora por nós utilizado, mas sim por João Belém ao tratar da atividade deste tipo de pesquisador. Fizemos uso da expressão “pesquisador da história” e de outras de caráter semelhante devido ao fato de não ter desenvolvido ainda de maneira consistente a percepção de que os autores por nós estudados têm acerca da atividade do historiador. Por certo que estes autores utilizam o termo “historiador” sem qualquer problema, mas o fazem como também o faz o senso comum, sem uma preocupação mais definida em perceber os aspectos que compreende tal figura. A utilização deste termo consiste mais numa associação semântica, de acordo com a qual quem trabalha de alguma maneira com a elaboração de uma obra de cunho histórico seja um historiador.

---

<sup>258</sup> BELÉM. op. cit., p. 13.

<sup>259</sup> Idem., p. 151.

<sup>260</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 07.

Nesse sentido, as definições de Belém e Beltrão acerca da figura do historiador são evidenciadas, justamente, quando falam dos procedimentos e posturas que adotaram durante a elaboração de seus trabalhos. Não procuram definir, de maneira clara, o que é um historiador, mas explicam em diversos pontos como agiram diante das fontes e dos fatos com que trabalharam. Além disso, quando falam de outros autores e lhes atribuem a condição de historiador, deixam entrever seu entendimento sobre esta figura. É através destas considerações que pudemos perceber o entendimento destes autores sobre em que consiste um trabalho de cunho histórico e, por conseguinte, a atividade do historiador.

Sendo assim, as passagens em que há menções à atividade do historiador não são muito numerosas, mas, por outro lado, são extremamente ilustrativas:

Não é ela fruto sazonado de uma inteligência feliz esclarecida por uma vasta cultura; é apenas trabalho de paciência e tenacidade, de amor e dedicação, o qual está ao alcance de qualquer pessoa que saiba ler e escrever mais ou menos [...]  
 [...] Eu fiz o que qualquer outro poderia fazer. Mas quem fez fui eu [...]  
 [...] Está aí, pois, meu modesto trabalho, pondo ante os olhos dos santamarienses a fundação de sua linda cidadezinha, e isso sem conjecturas nem palpites, mas baseada em documentos.<sup>261</sup>

Belém segue mais adiante utilizando expressões que denunciam a forma como acredita que o pesquisador deva proceder, tais como *à vista do documento exposto e de outros que temos encontrado, se depreende que [...]*<sup>262</sup>, ou *compulsando, atentamente, os assentamentos de batismo efetuados na Capela do Acampamento de Santa Maria, os quais eram registrados nos livros da Freguezia de Cachoeira, chegamos a essa incontestável verdade histórica [...]*<sup>263</sup>. Bastante interessante e ilustrativo é o trecho em que o memorialista santa-mariense fala de um *desagradável incidente*, e segue dizendo *reproduzimo-lo porque não queremos ser menos realista do que o rei*<sup>264</sup>. Beltrão, por sua vez, vê no *estudioso do passado*<sup>265</sup> o compromisso de esclarecer dúvidas e perguntas através da *transmissão*<sup>266</sup> daquilo que pesquisou, sendo que *à míngua de fontes informativas e de fatos importantes*<sup>267</sup>, deve se

---

<sup>261</sup> BELÉM. op. cit., p. 3.

<sup>262</sup> Idem., p. 14.

<sup>263</sup> Idem., p. 24.

<sup>264</sup> Idem., p. 166.

<sup>265</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 10.

<sup>266</sup> Idem., p. 32.

<sup>267</sup> Idem., p. 35.

limitar aos dados que possui. Nesse sentido, *para melhor esclarecer*<sup>268</sup>, o pesquisador deve *transcrever a letra fria dos documentos*<sup>269</sup>.

A primeira constatação que fazemos é que, para os autores, a atividade de historiador não requer nenhum tipo de formação específica ou mesmo relacionada. Assim um jornalista – Belém – é tão capaz de desempenhá-la quanto um médico – Beltrão. De acordo com o primeiro, não são necessários inteligência privilegiada ou conhecimentos acima do normal, mas sim “tenacidade, paciência, amor e dedicação”, atributos que estão ao alcance de “qualquer pessoa que saiba ler e escrever mais ou menos”. Isto significa que qualquer um pode elaborar um trabalho histórico e, conseqüentemente, ser um historiador. Para tanto basta apenas que reúna as características mencionadas, pesquise, organize e publique o que encontrou. Fazer um trabalho histórico, ou fazer história, nesse sentido, é a atividade que se inicia com a pesquisa e se conclui com a apresentação, ou seja, publicação daquilo que se encontrou. É procurar fontes, organizá-las e publicá-las. Tanto Belém como Beltrão deixam entrever que ser historiador não é mais, nem menos, do que ser pesquisador.

Mas como deveria proceder tal pesquisador? Ele deveria, como Belém, “expor” aos olhos dos demais a história, mostrá-la, tal como está nas fontes e documentos, “sem conjecturas nem palpites”. É a partir dos documentos que se “depreende”, não das idéias ou percepções do pesquisador, posto que a história está presente naqueles e não neste. É “compulsando os documentos” que se chega “às verdades históricas”, e após chegar a estas, basta apenas “relacioná-las” e “reproduzi-las”. São estes procedimentos que constituem uma “pesquisa histórica”. O historiador “esclarece”, ou seja, ilumina algo que estava obscuro, invisível aos olhos dos demais, mas que estava lá em algum lugar, no silêncio dos arquivos, encerrado nos documentos adormecidos à espera que o pesquisador encantado o despertasse. E se a história está nas fontes e documentos, não há história sem estes. Nas suas “letras frias” repousa a história.

Contudo, o “amor” que Belém diz ser necessário para o historiador não é incompatível com a sua postura “desapaixonada”. O amor refere-se à atividade, mas não pode de maneira alguma estender-se aos fatos de que trata, sob pena de comprometer todo seu trabalho. O historiador, com todo seu amor, deve ser desapaixonado, isto é, completamente imparcial. Mas como sê-lo? Ou melhor, como demonstrar sê-lo, posto ser um compromisso e uma postura fundamentais para a atividade do historiador? A resposta, para os autores, parece bastante simples. O historiador passa a ser, basicamente, um canal, um meio pelo qual a

---

<sup>268</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 8.

<sup>269</sup> Idem., p. 116.

informação e o fato passam da fonte para a obra. Assim, o trabalho do historiador consiste, literalmente, em transcrever aquilo que pesquisou.

De fato, o recurso à transcrição consiste na maneira fundamental de garantir a imparcialidade e, por conseguinte, a credibilidade e veracidade das informações e fatos apresentados. E sendo assim, constitui também, após a já analisada falta de uniformidade, no segundo grande traço característico das obras dos autores santa-marienses quanto ao tratamento das fontes.

O recurso à transcrição é, portanto, sistemático, sendo utilizado com documentos, cartas, jornais ou trechos de outros livros. Tal postura não se dá de modo localizado, isto é, concentrada em determinados pontos dos trabalhos. As transcrições ocorrem de maneira constante e relativamente bem distribuída. No caso de João Belém, logo nas primeiras páginas<sup>270</sup> é possível verificar a transcrição de documentos de caráter oficial, algo que se repete até as páginas finais<sup>271</sup>. Ainda com relação a este autor, é pertinente ressaltar a transcrição freqüente de registros de batismo e casamento<sup>272</sup>, em parte oriundos, acreditamos, dos arquivos eclesiásticos de Cachoeira do Sul – cidade à qual Santa Maria era subordinada administrativamente e eclesiasticamente. A freqüente transcrição destes registros dá-se pela sua primazia, isto é, pelo fato de terem sido o primeiro batizado ou o primeiro casamento num período determinado da trajetória político-administrativa santa-mariense. Beltrão, por sua vez, utiliza menos transcrições se compararmos com Belém, mas as utiliza também de maneira significativa. Este autor transcreve documentos oficiais, sobretudo atas e decretos, de caráter administrativo<sup>273</sup>, e, ao contrário de Belém, pouco recorre a documentos eclesiásticos<sup>274</sup>. Alguns pontos são extremamente semelhantes não apenas pela visão sobre a história de que compartilham, mas principalmente pelas determinações que lhes são externas, isto é, a existência e disponibilidade de determinado tipo de fonte que se pretenda transcrever. Esta observação diz respeito basicamente à transcrição de trechos do Diário de José de Saldanha, única fonte utilizada pelos autores com relação aos anos finais do século XVIII e, portanto, concentrada nas primeiras páginas das obras; e aos jornais e telegramas, que se concentram nas partes finais em ambas as obras, obviamente, devido ao surgimento ou desenvolvimento destes tipos de fonte apenas nas décadas finais do século XIX.

---

<sup>270</sup> BELÉM. op. cit., p. 10, 12.

<sup>271</sup> Idem., p. 186, 194.

<sup>272</sup> Idem., p. 24, 28, 32, 33, 50, 51, 59, 61.

<sup>273</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 27, 44, 62-63, 81, 88-89, 108-113, 115.

<sup>274</sup> Idem., p. 99.

Não apenas os autores santa-marienses acreditam na possibilidade da imparcialidade na pesquisa e na escrita da história. Os autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões compartilham desta perspectiva, mesmo quando não o declaram abertamente. E, sendo assim, recorrem também de maneira constante e sistemática à transcrição de fontes e documentos. Mas antes de localizar de maneira mais clara os pontos e as condições em que tal postura se verifica nestes autores, convém elucidar suas percepções acerca do trabalho e da figura do historiador, a qual, em seus traços fundamentais, coincide com as de João Belém e Romeu Beltrão.

Isaltina Rosa considera seu trabalho *pobre de eloquência e literatura, mas valioso compêndio para os historiadores* afirmando logo em seguida ser este um título que jamais ousou propor a si mesma<sup>275</sup>. Entretanto, pouco adiante afirma que o objetivo principal de seu livro foi *contar a história da atual cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*<sup>276</sup>. Sendo assim, a autora demonstra crer que pesquisar e contar a história não são atividades específicas, ou pelo menos exclusivas, do historiador, posto que alguém que não ousa propor-se tal título pode realizar seu trabalho da mesma maneira. Isaltina Rosa não se considera historiadora, mas sim *atalaia do passado*, ou seja, alguém que vela pela sua preservação e, portanto, manutenção. A tarefa realizada pela autora é descrita pela mesma como *um relato de interesse, de amor ao pago, com documentação de velhos papéis que reunimos em arquivos de antepassados, aqui transcritos para conhecimentos novos*<sup>277</sup>.

A postura de negar a condição de historiadora por parte de Rosa consiste não apenas numa atitude de modéstia. A publicação de seu trabalho se deu no ano de 1981, ou seja, numa época em que o saber histórico acadêmico já está devidamente consolidado, tendo, nesse sentido, se apropriado da maneira exclusiva do título de historiador. Ser historiador na época em que Rosa publica já é, como em nossos dias, ter formação acadêmica em História. Sendo assim, Isaltina não se propõe o título, mas deixa evidente que não percebe a atividade como exclusiva ou com uma sistematização rígida que não permita que outro pesquisador, não especializado, realize-a.

Dessa forma, o “fazer história”, no entender e no proceder da autora, consiste na reunião e na publicação de fonte e documentos, tal como verificamos com Belém e Beltrão:

---

<sup>275</sup> ROSA. op. cit., p. 5.

<sup>276</sup> Idem., p. 7.

<sup>277</sup> Idem., p. 5.



E da Cruz Alta, filha amada do Rio Grande do Sul, resolvemos nós publicar muitas notícias do que se passou sobre sua história bonita e cheia de filhos ilustres[...] É a reunião dos muitos subsídios encontrados, cuidadosamente estudados, que se unem para um documento exato, provado.<sup>278</sup>

E segue no mesmo sentido a memorialista cruz-altense:

Para realizarmos tal objetivo às vezes fomos cronista, de outras limitamos apenas a recolher e compilar o vasto material que acumulamos no correr de nossa vida... E depois de ter feito reviver as “letras adormecidas no pó do alfarrábio”, encerramos aqui as estórias que fazem a História da nossa mui leal cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta.<sup>279</sup>

Isaltina Rosa, em seu trabalho de pesquisadora, publica, ou seja, torna público o que se sucedeu no passado. O faz a partir da reunião de fontes, do recolhimento e compilação do “vasto material que acumulou no correr de sua vida”. Ainda que por vezes tenha sido cronista, não é esta a postura que define seu trabalho, e sim a de buscar, recolher, reunir e organizar as fontes, para então torná-las públicas e, por conseguinte, fazer o mesmo com a história que encerram.

Soares age de maneira similar à Rosa. Não nega para si a condição de historiador, mas também não a assume de maneira explícita. Afirma logo no início de sua obra que objetivou, realmente, escrever a História de Palmeira das Missões, mas ao considerar que não realizou completamente esta tarefa apresenta sutilmente os elementos que no seu entender constituem o trabalho do historiador:

Embora tivesse tentado escrever sua História, sabe que não realizou cabalmente esta tarefa. Faltou-lhe, para tanto, mais do que paciência e vagares para coleta de informações: o entendimento, para além da ordem aparente dos fios, dos segredos de urdidura dos fatos que fizeram de Palmeira uma tela original na paisagem humana do Rio Grande.<sup>280</sup>

O historiador, no entender de Soares, é alguém que coleta informações, com vagar e paciência, mas não é apenas isto. É também alguém que entende “os segredos de urdidura dos

---

<sup>278</sup> ROSA. op. cit., p. 5.

<sup>279</sup> Idem., p. 286.

<sup>280</sup> SOARES. op. cit., p. 9.

fatos”, isto é, as ligações mais profundas entre os fatos históricos. Devemos ressaltar que Soares teve uma convivência bastante consistente com o meio acadêmico e ainda que sua formação seja em área bastante distante da história, o autor certamente não ficou completamente alheio às inovações e contribuições teóricas absorvidas pelo conhecimento histórico acadêmico.

Mas se Soares compreende a figura do historiador acadêmico de maneira um pouco mais ampla que os demais autores estudados, não difere em nada com relação ao entendimento da atividade que realiza. O autor considera que não conseguiu realizar completamente a tarefa de escrever a história de seu município natal, mas, dessa forma, afirma que o fez pelo menos em parte. E esta história que conseguiu realizar consiste basicamente na atividade de pesquisa, coleta e publicação das fontes e documentos. Como ele mesmo afirma, *alguém devia realizar essa primeira etapa, de encontrar fontes, reunir material e, até certo ponto, ordená-lo*<sup>281</sup>.

Poderíamos, dada a data de publicação da obra de Soares, 1974, fazer uso das mesmas considerações acerca de Rosa, ou seja, de que o autor procede com certo cuidado por tratar-se de um momento em que o saber histórico acadêmico já está consolidado e, em larga medida, vigilante quando às suas atribuições e domínios. Mas se Soares não procura demonstrar autoridade quanto ao saber histórico em sua obra, procede de maneira bem distinta em outra:

...consideramos dever de quem escreve hoje sobre temas relacionados a vida de nossas comunas, ajudar a compreensão do grande problema contemporâneo, que é o uso da terra. Dirão alguns que não é função de historiadores. Ao que pediríamos licença para retrucar: a História é precisamente a mestra capaz de iluminar nossos caminhos...<sup>282</sup>

Ao contrário do que faz em sua própria obra, Soares fala com uma autoridade digna de historiador sobre a tarefa da história. Nesse sentido, o caso de Prudêncio Rocha é ao mesmo tempo bastante interessante e ilustrativo.

Diferentemente dos demais autores estudados, que utilizaram considerações próprias no início das obras para esboçar seu entendimento acerca do trabalho que realizaram e de si mesmos, Rocha apresenta como prefácio as considerações de Luiz Luizi, esclarecendo tratar-se de membro do Instituto Brasileiro de Filosofia e ex-professor da Filosofia do Direito da

---

<sup>281</sup> SOARES. op. cit., p. 9.

<sup>282</sup> SOARES. In: VARGAS, Álvaro da Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: nota sobre 300 anos de história (1631-1931)*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1980.

Universidade do Rio Grande do Sul. Antes de prosseguir vejamos algumas das considerações de Luiz:

A tarefa do historiador não é somente pesquisa de fatos do passado. Não se limita à seleção desses fatos e a sua concentração nos quadros do tempo. Esta visão objetiva, rigidamente objetiva, da função do historiador que foi um dos postulados do positivismo e do materialismo presente à concepção de historiografia, dominante no século XIX, pode considerar-se superada... já na centúria passada esta concepção... era contrastada por outra doutrina que via na história, um processo lógico: um jogo de antagonismos (tese e antítese) que se compunham (síntese) para, partindo da composição, que já encerravam seu contraditório, crias um novo processo e assim por diante... A história não pode prescindir do dado, não pode ‘à priori’, enquadrar os fatos em esquemas e categorias lógicas [...]

Prudêncio Rocha... revela-se um historiador... é de salientar-se... o trabalho hercúleo de pesquisa... A busca do dado histórico... já de per si farta a Prudêncio Rocha... Porém, neste livro, não se pode deixar de consignar que o autor não se furtou à missão interpretativa... A história de Cruz Alta de Prudêncio Rocha é, portanto, história da mais autêntica e do melhor quilate. Cruz Alta está efetivamente de parabéns por ter encontrado em Prudêncio Rocha um historiador por todos os títulos merecedor do aplauso...<sup>283</sup>

O prefácio de Luiz é uma sucinta análise acerca do que consiste a história e a atividade do historiador. Acreditamos que a convivência no meio acadêmico, sobretudo numa área bastante afim com a história e numa época em que ainda era possível visualizar profissionais com formação não específica atuando no meio histórico acadêmico, possibilitaram que Luiz realizasse as suas considerações com firmeza e segurança. Quanto a elas, ressaltamos a ênfase sobre a questão da “objetividade x subjetividade” e da tarefa interpretativa num momento em que tais perspectivas ainda estavam um tanto distantes dos ambientes não acadêmicos.

Contudo, destacamos o prefácio de Luiz justamente pelo fato de que não raro a postura de Rocha pouco condiz com os postulados mencionados. Em primeiro lugar, o uso das considerações de um não historiador acerca da história evidencia a semelhança de entendimento com os demais autores estudados, isto é, de que a história não é exclusividade dos historiadores. O próprio Luiz afirma que a atividade do historiador consiste numa união entre “o trabalho hercúleo de pesquisa” aliado à “missão interpretativa”. Dessa forma, historiador é quem pesquisa e analisa o que pesquisou, para, em seguida, tornar de domínio público. Não há nenhuma idéia de sistematização mais profunda de ambos os procedimentos. Pesquisar e analisar são algo que, como Belém afirmava em seu trabalho, “qualquer pessoa

---

<sup>283</sup> ROCHA. op. cit., p. 4.

que saiba ler e escrever mais ou menos é capaz de fazer”. Não queremos com isso supervalorizar a expressão de Belém, mas ela demonstra uma perspectiva, da qual pudemos constatar que Rocha compartilha, de que a atividade do historiador não possui procedimentos consistentemente elaborados nem rigidamente apropriados por um determinado tipo de profissional. Em segundo lugar, a aceitação tácita da condição de historiador, atribuída por Luiz, demonstra que o autor percebe como elemento determinante na constituição de tal profissional o próprio trabalho de elaboração de uma obra de cunho histórico.

No que diz respeito aos procedimentos que deve adotar o historiador para realizar seu intento, Rocha segue em acordo com os demais autores, posto que faz uso das fontes e documentos históricos, fundamentais e incontestáveis, sem os quais não se atreve ir adiante em suas colocações<sup>284</sup>. O trabalho do historiador, após a pesquisa e reunião das fontes e documentos, é finalizado, como já apontado, pela publicação, ou seja, pelo ato de tornar conhecido de todos, a fim de que a informação ou fato se incorpore definitivamente à história<sup>285</sup>. Sendo assim, o historiador não pode deixar dúvidas, ou, mais especificamente, somente pode considerar seu trabalho válido se as eliminou<sup>286</sup>.

A própria atribuição de historiador que Rocha faz a outros autores não obedece a nenhum critério mais elaborado que não seja o fato de se ter produzido algum trabalho de cunho histórico. Nesse sentido, as figuras de Josino dos Santos Lima e Hemetério José Veloso da Silveira são exemplares. Ambos são chamados de historiadores por Rocha, em momentos diferentes de sua obra<sup>287</sup>. Em outros momentos, porém, o autor prefere o uso de outros termos<sup>288</sup> ou mesmo apenas a menção de seus nomes, sem nenhuma titulação, sobretudo com relação à Hemetério, posto ser a versão deste que Rocha procura desmentir:

O historiador Josino dos Santos Lima, atribuiu o João José de Barros a fundação da localidade; o ilustre Hemetério Veloso confere a Vidal José do Pilar essa mesma iniciativa. Josino foi paciente e tenaz pesquisador da história de Cruz Alta. Hemetério Veloso, erudito historiador, cingiu-se à narrativa dos fatos, segundo apontamentos, a tradição oral e a observação pessoalmente recolhida.<sup>289</sup>

---

<sup>284</sup> ROCHA. op. cit., p. 69, 72.

<sup>285</sup> Idem., p. 88.

<sup>286</sup> Idem., p. 200.

<sup>287</sup> Idem., p. 17, 23, 36, 49, 57.

<sup>288</sup> Idem., p. 06, 07.

<sup>289</sup> Idem. p. 18.

Este trecho evidencia a percepção de Rocha sobre a postura de Hemetério e Josino. Ambos são, a seu ver, historiadores. Mas o primeiro peca pela inconsistência da pesquisa, isto é, por “cingir-se à narrativa dos fatos”. O segundo, por outro lado, foi “paciente e tenaz pesquisador”, o que o faz historiador mais digno de credibilidade e seu trabalho dotado de maior validade. Assim, o historiador “melhor” não é apenas o pesquisador, posto que a tradição e a observação pessoal também são fontes, mas o pesquisador imparcial, ou seja, aquele que transmite os dados presentes nas fontes, as quais somente são alcançáveis com o trabalho de pesquisa.

Como apontamos anteriormente, não se faz presente, em nenhum momento, a idéia de que o trabalho ou relato de um pesquisador ou uma fonte possuam algum tipo de parcialidade deliberada. Rocha é ilustrativo neste caso, pois considera o trabalho de Hemetério falho pela inconsistência de pesquisa, ou seja, por uma espécie de incompletude. Não há nenhuma menção ou mesmo insinuação de que o fato de Hemetério Veloso da Silveira e Vidal José do Pilar – a quem este pesquisador atribui a fundação de Cruz Alta – terem sido não apenas contemporâneos, mas mesmo amigos próximos, possua alguma implicação sobre o trabalho e as considerações do dito pesquisador<sup>290</sup>. A obra de cunho histórico, tal como as fontes, tem como característica imanente a imparcialidade de quem as elaborou.

O próprio Rocha, novamente, demonstra como esta perspectiva é fundamental nas percepções dos autores acerca da história e da atividade de historiador ou pesquisador. Este autor comenta em seu trabalho que recebera cartas anônimas sobre determinado episódio que pesquisava para a publicação, mas devido justamente ao anonimato das mesmas, ou seja, da impossibilidade de determinar a idoneidade e, por conseguinte, imparcialidade de quem as escreveu, decidiu por eliminá-las. A fonte histórica, se não é imparcial, não é fonte, percepção que fica evidente quando o memorialista cruz-altense, acerca de um determinado relato, afirma que *a essa fonte, não cabe argüir nenhuma objeção séria, do ponto de vista histórico, posto ter sido um relato feito de forma singela, visando exatamente a posteridade*<sup>291</sup>.

Enfim, após discorrermos acerca da concepção que João Belém e Romeu Beltrão tinham sobre a figura das fontes históricas, acabamos por perceber as semelhanças destas percepções com as de Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares. E como uma análise sobre este aspecto nas obras estudadas não poderia furtar-se ao exame do uso destas fontes, procedemos, em seguida, ao estudo da atividade dos autores de sua própria percepção sobre a mesma.

---

<sup>290</sup> Rossano Cavalari (informação verbal).

<sup>291</sup> ROCHA. op. cit., p. 23.

Acreditamos ter trabalhado suficientemente as informações apresentadas para poder concluir, nesse sentido, que, na visão dos autores estudados, não há distinção clara entre a figura do pesquisador e do historiador. O trabalho de pesquisa histórica, portanto, consistiria na sucessão entre busca e descoberta de fontes – a pesquisa, a organização destas de forma cronológica e sua transformação em domínio público – a publicação. Esta última etapa poderia comportar a análise, conquanto não fugisse aos dados estritamente presentes nas fontes históricas.

Cabe, por último, tomarmos uma postura definida e coerente acerca da própria figura dos autores estudados. Apontamos, desde o início de nosso trabalho, que a análise que se pretendia fazer tinha como um dos objetivos e conseqüências necessárias a reflexão acerca de nossa própria atividade enquanto historiadores. Como profissionais com formação específica, temos consciência que o conhecimento histórico não pode ser fruto apenas do interesse e esforço individual, ainda que alicerçado na pesquisa de fontes e no domínio de diversas formas de conhecimento – algo que aqui chamaremos de erudição.

João Belém e Romeu Beltrão, alvos iniciais do capítulo até aqui desenvolvido, bem como Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares, autores conseqüentemente contemplados dadas suas semelhanças com os congêneres santa-marienses, apresentam exatamente estas características. São competentes pesquisadores, de um pioneirismo que por si já seria digno de nota. São também eruditos, isto é, detentores de uma carga considerável de conhecimentos, não apenas restritos às suas atividades profissionais específicas – algo que as obras estudadas são uma espécie de comprovação. Mas, como já dissemos, a equação de soma entre pesquisa e conhecimento não resulta necessariamente em conhecimento histórico pleno. Falta aos autores estudados, não por negligência ou displicência, mas pelas condições impostas pelos contextos históricos em que viveram e desenvolveram seus estudos, a sistematização teórico-metodológica necessária à constituição do saber histórico de forma integral.

Ressaltamos, novamente, que não desmerecemos o trabalho dos autores. Nosso estudo consiste em larga medida num reconhecimento de sua pertinência histórica. E por isso mesmo pretendemos legar aquela que acreditamos ser a real e mais condizente atribuição a estes. Consideramos, pois, que as obras dos autores estudados consistem na transcrição, isto é na transformação em livro, de uma determinada visão sobre história, que pertence e se refere a grupos sociais específicos, não obstante sejam hoje consideradas a trajetória histórica de toda a comunidade local. Seria uma espécie de memória de uma determinada parcela da sociedade, alçada à condição de história através das obras estudadas e assim assimiladas pelo senso

comum. Seus autores seriam, portanto, memorialistas. Ou melhor, como estas memórias são bastantes localizadas espacialmente, isto é, dizem respeito a um grupo local, e raramente ultrapassam os limites definidos por esta “localidade”, por isso o uso da expressão memorialistas locais.

Considerar as obras dos autores estudados como memórias locais implica, necessariamente em dois procedimentos. O primeiro consiste em perceber que tipo de memória ou de história – se adotarmos a perspectiva dos autores e de quem lê sem maior compromisso suas obras – são apresentadas e de que forma são apresentadas, a fim de compreender que tipo de conhecimento foi legado às comunidades que possuem como alvo. O segundo, por sua vez, trata-se da identificação do grupo ou dos grupos a que pertence esta memória determinada, suas características sociais, bem como as implicações que teria para si mesmos a transformação de sua memória em história de toda a comunidade local. Este procedimento deixaremos para um momento posterior de nosso trabalho, concentrando-nos, agora, na análise do tipo de memória ou de conhecimento histórico presentes e transmitidos pelas obras dos autores estudados.

## **2.5. Os limites do que se entende por história: o tempo e a verdade**

Quando afirmamos que os autores estudados são os portadores e transmissores de um determinado tipo de memória social, que por seus trabalhos é alçado à condição de história, não pretendemos dizer que o fazem de forma “maquiavélica”, consciente e deliberada. Todos acreditam piamente estar realizando um trabalho eminentemente histórico, isto é, no seu ver, imparcial por natureza. Não pretendem e não acreditam estar trabalhando com uma determinada memória social. Percebem as fontes e dados que possuem como informações históricas e que sua publicação consiste, de fato, numa obra de cunho histórico.

Mas o que comporta esta história? Como ela se organiza? O que é realmente histórico, ou seja, que cabe dentro da história enquanto forma de conhecimento, e o que não lhe compete contemplar? Somente percebendo que tipo de história os autores estudados acreditaram estar construindo, compreenderemos que tipo de memória difundiram.

João Belém e Romeu Beltrão compartilham de maneira flagrante das mesmas perspectivas quanto às fontes históricas e quanto à atividade do historiador. Dessa forma, como não poderia deixar de ser, compartilham também da visão acerca do processo histórico

de que tratam. Não seria exagero dizer que, nos pontos fundamentais, Beltrão apenas repete ou confirma Belém. Não queremos dizer com isto, de forma alguma, que a obra de Romeu Beltrão consista apenas numa cópia da de João Belém. Contudo, os fatos destacados, os agentes históricos contemplados, a perspectiva sobre estes, são praticamente os mesmos. A Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho, grosso modo, difere da História do Município de Santa Maria por consistir, realmente, numa cronologia, isto é, numa relação de fatos arrolados de acordo com as datas em que ocorreram, e por acrescentar os assuntos relacionados a São Martinho da Serra. Por certo que João Belém também faça uso da ordem cronológica dos acontecimentos para organizar seu texto, mas sua obra é composta exatamente desta figura, dos textos, enquanto que Beltrão escreve apenas pequenos parágrafos, articulados não pelo assunto a que dizem respeito, mas por sua ocorrência temporal. Também não podemos negar que alguns assuntos contemplados em uma obra não apareçam na outra. Mas a afirmação de semelhança refere-se, como apontamos, aos traços fundamentais de ambas.

O primeiro ponto a destacar é, exatamente, que recorte cronológico comporta a história. Dada a preocupação capital com a idéia de imparcialidade, Belém e Beltrão acreditam não ser possível analisar com a devida equidade os fatos nos quais foram “parte interessada”, ou seja, de que participaram de forma ativa. É importante enfatizar que presença e participação não consistem na mesma postura. A presença possibilita, como já apontamos, o testemunho, a condição de fonte histórica. A participação, por sua vez, impede uma consideração desinteressada, eliminando, dessa forma, a análise histórica. Um historiador, portanto, não pode tratar de eventos dos quais tenha participado. Tais fatos podem até ser história, mas não são história que possa ser trabalhada por determinados historiadores.

Mas a principal distinção entre o que é história e o que não é consiste na sua localização temporal, isto é, depende de quando ocorreu:

A História é o passado. O que vem ocorrendo de 1900 até hoje é o presente porque, na vida de um povo, trinta anos é um momento. Não devemos, pois, não podemos mesmo, esmiuçar as ocorrências daqui para diante porque, em geral, fomos parte interessada, faltando-nos isenção de ânimo para reviver os fatos com as devidas cores. Limitamo-nos, agora, a inserir destas páginas tão laconicamente quanto nos aconselha a experiência, o que houver escrito em documentos e atas que a nossa bisbilhotice encontrar. Nem uma vírgula, nem uma palavra serão nossas, propriamente nossas, mas trazidas, em resumo, dos arquivos.<sup>292</sup>

---

<sup>292</sup> BELÉM. op. cit., p. 152.



João Belém associa o critério temporal com sua presença pelo fato de que, como considera históricos principalmente os fatos político-administrativos, esteve ligado diretamente ao poder público. Mas, como é possível se depreender do trecho transcrito, o ponto fundamental é o tempo. A história é o passado. O presente, “um momento na história de um povo”, não permite uma análise dada sua pouca distância dos olhos de quem o analisa, seja um participante – a quem tal atividade já estaria vedada – ou a um observador.

Romeu Beltrão, ainda que não faça considerações acerca desta restrição temporal, concorda com a mesma, o que fica evidente com o recorte que faz em sua obra, contemplando o período entre 1787 e 1930. Dessa forma, a publicação da obra se deu cerca de 30 anos após os últimos fatos analisados, 28 para sermos exatos. Por outro lado, Beltrão demonstra a diferenciação por nós percebida entre a presença e a participação. Como apontamos anteriormente, este autor calca algumas de suas análises em cima de fatos por ele mesmo presenciados, esclarecendo devidamente que assistiu ou viu tais acontecimentos. Além disso, não lhe preocupa a isenção no relato dos fatos político-administrativos – que entende, como Belém, serem os fatos históricos por excelência – por não ter desempenhado nenhum tipo de função diretamente relacionada a estes.

Sendo assim, a história é o passado. E o passado consiste num período relativamente afastado, que permite uma análise imparcial. Belém e Beltrão consideram trinta anos uma margem suficiente. O que aconteceu em seguida é o presente, não é história e, portanto, não compete à análise do historiador. Isto mesmo, não compete à sua análise, mas não impede, por outro lado, sua apresentação, conquanto que nenhuma palavra seja sua, mas sim vinda dos arquivos<sup>293</sup>. João Belém detém sua “história” em 1900, mas segue a apresentação de dados até 1933, como evidencia o título de sua obra. Beltrão não compartilha dessa postura pelo simples fato de que o recorte que propõe se encerra, justamente, no ano de 1930. O historiador, portanto, pode até ocupar-se do presente, mas não pode analisá-lo, posto não ser ainda história.

Os autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões compartilham também desta perspectiva. Prudêncio Rocha, que publica nos anos 1960, tem como último assunto tratado de maneira mais consistente a chamada Revolução de 30. Isaltina Rosa organiza a parte final da sua obra em rápidas biografias, pelas quais trata também dos acontecimentos a elas relacionados, os quais também não ultrapassam as décadas de 1950 e 1960, sendo que seu trabalho é publicado em 1981. Mozart Pereira Soares, por sua vez, denomina o período

---

<sup>293</sup> BELÉM. op. cit., p. 151-152.

iniciado com a década de 1930 até a década de publicação de seu livro de “Período Contemporâneo”, fazendo a seguinte observação:

Sob este título enfocaremos os principais acontecimentos políticos e administrativos que se processaram nas últimas quatro décadas... Os agentes dessas transformações, em sua maioria, estão vivos e atuando. Os documentos sobre as mesmas estão preservados e são abundantes. Será fácil reconstruir esta fase no futuro. Por isso trataremos destes fatos tão resumidamente quanto possível.<sup>294</sup>

O autor palmeirense deixa assim claro que a tarefa de escrever a história, ou seja, de “reconstruir” este determinado período será fácil, mas no futuro. Na se trata, pois, de tarefa para um historiador no momento em que Soares escreve e publica. Este se restringe apenas à “tratar dos fatos tão resumidamente for possível”, o que significa, na prática, descrever de modo sucinto alguns acontecimentos político-administrativos sem nenhuma consideração mais profunda, e, em seguida, proceder, já em capítulo separado, à apresentação de dados diversos sobre itens como educação, música, cinema, teatro, imprensa, clubes sociais, entre outros.

Dessa forma, tal como Belém e Beltrão, os memorialistas de Cruz Alta e Palmeira das Missões percebem a história como o passado, o qual consiste, por sua vez, numa faixa de tempo que se inicia num mínimo de três décadas antes do presente. É o passado que interessa ao historiador. E como já apontamos, esta definição é calcada, basicamente, na necessidade de imparcialidade por parte do estudioso do passado. Afirmamos que Beltrão não possuía laço direto com a administração pública. Tampouco o tinham Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares. Mas é fundamental que se dimensione devidamente a expressão “direta”. Ainda que não ocupem cargos políticos ou administrativos, os autores estão imersos no grupo social que exerce tais funções. Isto faz com que, ao tratar dos eventos muito recentes, estejam, inevitavelmente, direcionando seu foco sobre a vida e o trabalho de pessoas que lhes são próximas e, certamente em muitos casos, estimadas.

Contudo, este distanciamento não se opera pela lógica simplista da conveniência, ou seja, da procura em não atingir brios amigos ou de personagens influentes socialmente. Mais do que isto, os autores procuram, em última análise manterem-se fiéis a outro postulado fundamental em suas perspectivas acerca da história enquanto forma de conhecimento: a verdade.

---

<sup>294</sup> SOARES. op. cit., p. 268

De fato, esta figura orienta todas as afirmações dos autores estudados. João Belém e Romeu Beltrão não tecem nenhuma consideração filosófica mais consistente acerca da idéia de verdade, pois esta é percebida como algo definido e pacífico. Num trocadilho redundante, para estes autores a verdade é a verdade. Mas nos atermos a esta visão nada nos acrescentaria. Precisamos, para perceber que verdade é esta que os autores buscam e acreditam apresentar, analisar como eles procedem para conseguí-la, bem como os resultados destes procedimentos.

Entretanto, aquilo que poderia parecer de uma complexidade imensa não chega a tanto. Como apontamos anteriormente, para os autores santa-marienses as fontes comportam de maneira plena o processo histórico, sendo nelas que os fatos são buscados e literalmente transcritos para as obras. Dentro desta lógica, que não compreende, como vimos, a crítica documental, os dados e informações presentes nas fontes são por natureza verdadeiros, basta, como diz Belém, “compulsar-lhes atentamente” e “arrancar” a verdade neles contida<sup>295</sup>.

A verdade não apenas está nas fontes e documentos, mas é justamente por estar nestes que se caracteriza como verdade. A verdade histórica é a verdade das fontes. E estando presente nestas, ela é, em sua essência, inquestionável. Preferimos este termo à expressão “absoluta”. Isto porque, apesar de não comportar contestação, a verdade histórica percebida por estes autores pode em certos casos ser incompleta. Fazemos tal afirmação devido ao fato de que nos parece haver um critério qualitativo, ainda que pouco definido e consistente, para a percepção desta verdade. Tal critério consiste na idéia de exatidão ou precisão.

Belém e Beltrão deixam evidente em diversos momentos a relação intrínseca entre a busca pela verdade e o conteúdo das fontes. Quanto mais detalhada a fonte, maior será o grau de exatidão acerca das informações e dados nela presentes, e, conseqüentemente, maior será a precisão no relato dos fatos históricos. A exatidão, dessa forma, é o critério fundamental para se alcançar da verdade histórica, tendo, portanto, importância equivalente na percepção acerca da história destes autores. Logo no início de sua obra, Beltrão considera que *falta ser determinado o dia exato, que os documentos até agora conhecidos silenciam*<sup>296</sup> e mais adiante descreve o episódio de um assassinato fazendo questão de mencionar até mesmo a hora do crime<sup>297</sup>.

As idéias de inquestionabilidade e exatidão implicam necessariamente na idéia de certeza. Se o conhecimento histórico é exato, inquestionável e verdadeiro, ele não pode em hipótese alguma deixar dúvidas. Estas seriam, pois, reflexo de inconsistência documental e,

---

<sup>295</sup> BELÉM. op. cit., p. 3, 24-25.

<sup>296</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 9.

<sup>297</sup> Idem., p. 85.

portanto, de falha no trabalho de pesquisa ou elaboração da obra histórica. De fato, a busca pela eliminação das dúvidas é constante e significativa em ambas as obras, algo que pode ser identificado claramente em certos momentos, como quando Beltrão alude a um *ponto que merece esclarecimento, porque tem suscitado dúvidas e provocado perguntas a este obscuro estudioso do passado santa-mariense*<sup>298</sup>; ou mesmo quando não se mencione tal preocupação de maneira objetiva.

E como temos apontado de maneira sistemática, a similaridade de pensamento entre os autores de Santa Maria e os de Cruz Alta e Palmeira das Missões é flagrante. O prefácio da obra de Prudêncio Rocha, ainda que tenha sido elaborado por outro autor, evidencia a preocupação com a idéia da verdade histórica ao apresentar considerações ressaltando que os valores e as vivências do pesquisador *não podem e não devem determinar o desfiguramento e a perversão da verdade histórica*<sup>299</sup>.

Tal verdade é inequívoca e segura, pois, se obtém com fontes e documentos, *espancando dúvidas acaso existentes*<sup>300</sup> e *comprovando inequivocamente*<sup>301</sup>. Rocha evidencia esta preocupação com a verdade até mesmo num subtítulo, ao utilizar nele a expressão *a verdade em documentos da fundação de Cruz Alta*<sup>302</sup>. Sua importância é de tal maneira fundamental que qualquer alteração consiste num pecado capital por parte do historiador, uma *injustificável deformação da verdade*<sup>303</sup>.

A idéia de existência e conseqüente busca pela verdade histórica, bem como sua relação intrínseca com a idéia de exatidão também estão presentes na obra de Isaltina Rosa, algo flagrante quando a autora afirma que realizou determinada transcrição para *mais uma prova da verdade*<sup>304</sup>, e que o resultado de seu trabalho consiste num *documento exato, provado*<sup>305</sup>. A relação entre exatidão e veracidade permite perceber nos trechos em que se alude à primeira, a preocupação, de fato, se direciona para a segunda<sup>306</sup>. Esta verdade, como em Belém, Beltrão e Rocha, é diametralmente oposta à existência e à própria idéia de dúvida, e a autora se esforça sistematicamente para que *não parem dúvidas*<sup>307</sup> acerca daquilo que afirma.

---

<sup>298</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 10-11.

<sup>299</sup> Idem., p. 4.

<sup>300</sup> Idem., p. 29.

<sup>301</sup> Idem., p. 6.

<sup>302</sup> Idem., p. 8.

<sup>303</sup> Idem., p. 116.

<sup>304</sup> ROSA. op. cit., p. 103.

<sup>305</sup> Idem., p. 5.

<sup>306</sup> Idem., p. 81-91.

<sup>307</sup> Idem., p. 109.

Por sua vez, o caso de Mozart Pereira Soares, ao contrário do que poderia parecer, não foge a estas características. O autor não chega a argumentar de maneira clara acerca desta verdade histórica, mas em alguns raros momentos deixa transparecer que ela existe também em seu trabalho, acompanhada das idéias de necessidade da inquestionabilidade e da exatidão, como quando afirma, em relação a uma nevasca ocorrida em Palmeira das Missões, que não dispõe *de verificações registradas com rigor científico, para que o assunto fique documentado sem contestação*<sup>308</sup>. Mais adiante, o memorialista palmeirense aponta que *não é de hoje a preocupação de se saber a verdade a respeito de uma possível redução jesuítica em Palmeira. E a verdade pura e simples parece ser esta, apurada há longo tempo [...]*<sup>309</sup>.

Portanto, como vimos, os demais autores compartilham das percepções de Belém de Beltrão acerca do caráter fundamental da verdade histórica, a qual deve ser exata e inquestionável, mas não é absoluta.

## **2.6. Como a história deve ser: a linearidade, os fatos e os atores históricos**

Mas a verdade não é, por certo, a única idéia a figurar entre as percepções de João Belém e Romeu Beltrão sobre a história. Podemos elencar entre as características definidoras das obras dos autores santa-marienses a linearidade do processo histórico; a posição determinante dos agentes históricos individuais; o caráter factual da história; o entendimento da história como sucessão de fatos político-administrativos ou de alguma forma ligados às esferas oficiais; a história entendida como processo não propriamente único, mas, sobretudo hierarquizado, porém sempre completo; e a idéia de espaço limitado e, ao mesmo tempo, limitante da história. Trataremos de maneira resumida cada uma destas características.

Em primeiro lugar, a linearidade de que falamos é mais do que evidente na obra de Romeu Beltrão, posto tratar-se justamente de uma cronologia, isto é, de um trabalho totalmente sistematizado de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos que apresenta. Quando falamos em linearidade, queremos dizer que o processo histórico é entendido como algo dotado não apenas de início, meio e fim, mas também de um eixo condutor determinado, sobre o qual o processo histórico de certa forma caminha. Dessa maneira, a história não tem apenas início, meio e fim, mas sim um fim previamente

---

<sup>308</sup> ROSA. op. cit., p. 30-31.

<sup>309</sup> SOARES. op. cit., p. 79.

determinado pelo início e meio que se processaram. O fim, nesta perspectiva, é o presente, a partir do qual escrevem os autores. E este presente é sempre compreendido como auge de um processo evolutivo, ou seja, o presente – o fim – é um período de pleno desenvolvimento, proporcionado pelo início – a origem do município – e o meio – os acontecimentos entre o presente e a origem.

Nesta perspectiva, a origem da cidade tem um caráter fundamental. Não é gratuitamente que ambos os autores iniciam suas obras com longas considerações acerca daquilo que consideram ser o marco de fundação da cidade de Santa Maria<sup>310</sup>. Belém considera abertamente a fundação da cidade o “fio da meada”, isto é, o início necessário para a abordagem da história da cidade<sup>311</sup>. Romeu Beltrão chegou a dispensar o uso de um índice, acreditamos que justamente devido ao formato de cronologia não exigir, ou mesmo não possibilitar, o uso de outro referencial que não seja o das datas, já evidenciadas no próprio andamento da leitura. João Belém, por sua vez, utiliza um índice que faz uso de temas, mas estes obedecem uma ordem cronológica baseada nas transformações e eventos político-administrativos.

Sendo assim, todo o processo histórico das cidades é compreendido, fundamentalmente, como um processo evolutivo, que tem como eixo condutor os acontecimentos político-administrativos. Entretanto, a idéia de linearidade permeia todas as demais colocações dos autores com relação aos acontecimentos históricos e, por conseguinte, à própria história. Não queremos com isso ser redundantes, mas alguns fatos que não se encaixam neste dito eixo, ainda que de modo raro, são abordados pelos autores. Mesmo nestes fatos, porém, a idéia de linearidade permanece flagrante. É o que ocorre, por exemplo, na obra de Belém quando dispensa um trecho à colonização italiana na região de Santa Maria, afirmando ser *certo que os colonos italianos trabalharam, afanosamente, sofrendo, a princípio, privações, para vencer, afinal, por sua laboriosidade perseverante [...] O esforço foi titânico, a luta foi assombrosa. Mas o resultado compensou o sacrifício [...]*<sup>312</sup>.

Outro aspecto que também permite perceber como a linearidade tem presença permanente na obra destes autores é a busca sistemática pelas primazias, ou seja, pelos fatos que aconteceram pela primeira vez e que, nesta perspectiva, deram início e ensejo a outros de mesma natureza. Assim, Belém procura elencar o primeiro batizado e o primeiro casamento,

---

<sup>310</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 09, 20.

<sup>311</sup> BELÉM. op. cit., p. 03.

<sup>312</sup> Idem., p. 166-167

bem como aqueles que se seguiram logo após<sup>313</sup>, ou procura demonstrar o caráter pioneiro de certos acontecimentos<sup>314</sup>. Não obstante, o autor evidencia também esta perspectiva justamente quando, em certos momentos, a abandona. Ao tratar de assuntos que não sejam de natureza político-administrativa ou de certa forma a ela relacionados, procura colocá-los num quadro à parte, ou como ele mesmo diz, entre “parentesis”, sendo que ao finalizar o determinado assunto “retoma o fio”<sup>315</sup>. Por seu turno, no caso de Beltrão a transcrição de passagens ou mesmo o apontamento de determinadas páginas em que seja evidenciada a idéia de linearidade nos parece desnecessária, pois, como já apontamos, é precisamente o eixo linear inerente a uma cronologia que orienta o trabalho deste autor.

Como temos sistematicamente demonstrado, os autores de Cruz Alta e Palmeira das Missões compartilham das perspectivas dos autores de Santa Maria até agora apresentadas. O caso da linearidade, entretanto, merece uma atenção especial no que diz respeito à postura de Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa. Não porque não adotem tal perspectiva, pois a própria organização dos fatos numa ordem cronológica, evidente nos índices ou na leitura dos textos das obras, demonstra esta postura. Não obstante, em diversos momentos estes autores, principalmente Rocha, utilizam expressões que denotam esta idéia de linearidade evolutiva<sup>316</sup>. Mas o que nos chama a atenção é a percepção que Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa demonstram ter desta linearidade. Aliada ao caráter cronológico, evolutivo e de final determinado pelo início e pelo desenvolvimento, há uma espécie de vontade imanente ao processo histórico, isto é, a história parece ter além de uma lógica própria e determinada, algo implícito que a determina. É o que podemos depreender quando nos deparamos com expressões como a de Prudêncio Rocha, ao afirmar que *os missionários retomaram a tarefa histórica de construir uma civilização [...]*<sup>317</sup>, ou quando Isaltina Rosa fala no *instrumento inconsciente deste destino*<sup>318</sup> e na *verdade do momento histórico*<sup>319</sup>.

Não há, como em todos os outros aspectos, uma preocupação em sistematizar as perspectivas apresentadas pelos autores, pois as expressões “instrumento inconsciente do destino”, “verdade do momento histórico” e “tarefa histórica” são utilizadas de maneira pacífica, como idéias que seriam realmente intrínsecas à história. Existe, portanto, na perspectiva de Rocha e Rosa, uma linearidade que não é apenas semelhante à apresentada por

---

<sup>313</sup> BELÉM. Op. Cit., p.53-64.

<sup>314</sup> Idem., p.204.

<sup>315</sup> Idem., p.89.

<sup>316</sup> Idem., p.14, 54, 61, 144.

<sup>317</sup> ROCHA. op. cit., p. 13.

<sup>318</sup> ROSA. op. cit., p. 19.

<sup>319</sup> Idem., p. 31.

Belém e Beltrão, mas que vai além, incorporando a idéia de vontade imanente ao processo histórico. O senso comum, acreditamos, chamaria tal aspecto de destino, algo que não faremos aqui.

O caso de Soares também é interessante, apesar de menos peculiar que o dos autores cruz-altenses. O memorialista palmeirense também utiliza expressões que demonstram seu compartilhamento da perspectiva de linearidade, como *lógica da continuidade social*<sup>320</sup> e *gradual e seguro desenvolvimento*<sup>321</sup>, bem como da idéia de final determinado de acordo com o início. É o que percebemos quando o autor afirma ter sido um certo acontecimento determinante para toda a história posterior do território missioneiro<sup>322</sup>. Mas o traço mais peculiar a demonstrar esta presença da perspectiva de linearidade é a comparação do desenvolvimento político-administrativo do município com a idéia de crescimento humano. Assim, o decreto lei que cria o município é chamado de certidão de nascimento e a ata de posse da câmara municipal é chamada de certidão de batismo<sup>323</sup>.

Soares, dessa forma, demonstra de maneira flagrante compartilhar desta perspectiva de linearidade, que já apontamos nos autores santa-marienses e cruz-altenses, de acordo com a qual o processo histórico é cronologicamente linear, dotado de um eixo condutor que consiste basicamente no caráter político-administrativo dos fatos, que possui um final necessário de acordo com os acontecimentos que o antecederam, e que, no caso de Rocha e Rosa, possui uma lógica subjacente, que não é determinada pela vontade humana, mas sim pela sua própria.

Se por um lado a história apresentada por João Belém e Romeu Beltrão é por natureza verdadeira e linear, por outro ela é constituída de agentes individuais determinantes e fatos singulares de natureza político-administrativa, militares ou relacionados à elite local. Esta afirmação pode parecer um resultado necessário, como realmente é, das posturas anteriormente apontadas com relação às fontes e seu trato, bem como com relação à própria idéia de processo histórico. Mesmo assim, cabe tecer algumas considerações sobre a presença destes elementos nas obras dos autores santa-marienses.

As obras de Belém e Beltrão centram seus focos de maneira sistemática e permanente nas figuras de determinados indivíduos, tidos por estes autores como de relevância histórica suficiente para serem contemplados nos seus trabalhos. Na verdade, a escolha destes indivíduos não implica, no entender dos autores, numa ação deliberada, isto é, numa escolha

---

<sup>320</sup> SOARES. op. cit., p. 82.

<sup>321</sup> Idem., p. 268.

<sup>322</sup> Idem., p. 93.

<sup>323</sup> Idem., p.139, 144.



consciente e orientada a partir dos critérios pessoais do pesquisador. Da mesma maneira que percebem as fontes como fontes à priori e não como elementos transformados e utilizados como fontes históricas, vêem agentes históricos tematizados como personagens históricos por natureza. Não seriam os pesquisadores que atribuíam tal condição, mas a própria história.

Mas quem são estes agentes históricos? São pessoas das elites social e econômica, ou que desempenharam alguma função político-administrativa ou militar. São pessoas que, dessa forma, determinam os fatos históricos pela sua ação ou até mesmo por sua simples presença. Por isso chamaremos esta história escrita por Belém e Beltrão de história de protagonistas, ou seja, de personagens com nome e características determinadas, que agem de maneira individual e influem diretamente sobre o curso da história. Além destes, são considerados também como componentes naturais do processo histórico, e que necessariamente devem figurar numa obra de cunho histórico, aqueles que por laços familiares estão ligados aos seus protagonistas.

Isto significa que muitos dos indivíduos mencionados ou até mesmo que tiveram parte de suas vidas tratadas com mais profundidade nas obras foram alvo destas simplesmente porque eram descendentes de um determinado protagonista histórico. É o que verificamos, principalmente, no trabalho de João Belém, que não raro apresenta genealogias encabeçadas por personagens tidos como de fundamental importância para a história de Santa Maria<sup>324</sup>.

Entretanto, ainda que figurem na história os “personagens menores” – e que só o façam pelos referidos laços de parentesco – são os protagonistas os agentes históricos por excelência. O uso de tal expressão, protagonistas, não busca simplesmente criar um efeito de eloquência. Acreditamos ser seu uso não apenas útil, mas mesmo necessário, pois os agentes históricos apresentados pelos autores são homens que determinaram os acontecimentos de que participaram, devido principalmente às suas características individuais meritórias, e que dessa forma se destacam entre as “pessoas comuns”. É o que se percebe em Belém quando fala que *duas personalidades não podem ser esquecidas nesta obra, pois que influíram, poderosamente, na formação da sociedade que, no local, se desenvolveu e enraizou em quatro anos [...]*<sup>325</sup>; ou então quando afirma que *a esses homens fortes e resolutos deve-se o curioso fato de não ter desaparecido, como aconteceu em outros lugares do interior da Província, o comércio fixo local*<sup>326</sup>. Do mesmo teor é o trecho em que trata da imigração

---

<sup>324</sup> BELÉM. op. cit., p. 47, 49-50.

<sup>325</sup> Idem., p. 29.

<sup>326</sup> Idem., p. 80.

germânica, no qual relaciona aqueles que se fixaram na cidade entre 1846 e 1858 e concorreram *também para o seu progresso material e desenvolvimento comercial*<sup>327</sup>.

Desta maneira, a história é composta por aqueles que influíram de maneira direta em seu desenvolvimento. São fundadores<sup>328</sup>, pioneiros em alguma área<sup>329</sup>, proprietários<sup>330</sup>, heróis militares<sup>331</sup>, políticos destacados, “pessoas ilustres”<sup>332</sup> ou que se notabilizaram por suas atitudes em momentos tidos como críticos<sup>333</sup>. São vários estes protagonistas, mas são sempre individuais. A história não é feita por grupos, sendo aliás raras as menções à classes ou figura parecida. Os protagonistas podem até pertencer a determinados grupos sociais, mas é enquanto agentes individuais que suas ações interessam e são relevantes. Belém e Beltrão chegam a tratar de grupos religiosos, clubes e associações, regimentos militares, entre outros. Mas em todos os casos é a figura do líder religioso, do presidente ou diretor, do oficial comandante, que determina a narrativa e mesmo os próprios fatos que a eles dizem respeito.

Não obstante, além de uma história de protagonistas, as obras de Belém e Beltrão são, em certa medida, histórias biográficas. Isto porque não são apenas os fatos em que influíram estes protagonistas aqueles tidos como históricos. Os acontecimentos “ordinários”, se dizem respeito ou se relacionaram à vida e morte destas figuras, tornam-se automaticamente históricos. Sendo assim, a vida de certos protagonistas é necessariamente também parte da história do município. É por isso que João Belém reserva boa parte de seu trabalho para apresentar as trajetórias de algumas pessoas<sup>334</sup> e que Beltrão dedica muitos trechos aos episódios pessoais de figuras como Borges do Canto<sup>335</sup>, Coronel Valença<sup>336</sup> e João Daudt Filho<sup>337</sup>.

Este tipo de história, de protagonistas e de caráter biográfico é verificado também de maneira flagrante nos trabalhos de Prudêncio Rocha, Mozart Pereira Soares e, principalmente, Isaltina Rosa.

No caso dos autores cruz-altenses o protagonista que centraliza a maior parte das atenções é o pretense fundador da cidade. Como apontamos anteriormente, a identificação da figura do fundador da cidade é essencial, posto ser a partir da fundação que se desenrola o

---

<sup>327</sup> BELÉM. op. cit., 96.

<sup>328</sup> Idem., p. 46.

<sup>329</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 32.

<sup>330</sup> BELÉM. op. cit., p. 75-76; BELTRÃO. op. cit., p. 25-26.

<sup>331</sup> BELTRÃO. op. cit., pp. 25, 51-52.

<sup>332</sup> BELÉM. op. cit., p. 253-262.

<sup>333</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 133.

<sup>334</sup> BELÉM. op. cit., p. 253-262.

<sup>335</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 25.

<sup>336</sup> Idem., p. 51-52.

<sup>337</sup> Idem., p. 90.

processo histórico local na percepção de todos os autores estudados. Para Prudêncio Rocha a atribuição de fundador cabe ao tropeiro João José de Barros<sup>338</sup>. Para Isaltina Rosa tal atribuição pertence ao tenente-coronel Vidal José do Pilar<sup>339</sup>. Como as obras destes autores têm como motivação e eixo fundamental a busca pela legitimação daquele que entendem ser o fundador de Cruz Alta, elas são por essência história de protagonistas. Não obstante, outras passagens demonstram a presença deste caráter nestes trabalhos, como quando Prudêncio Rocha afirma que *ao incluirmos na “História de Cruz Alta” a relação do primeiro corpo de jurados, visamos, além de render homenagem aos primeiros titulares, comprovar a residência e moradia em Cruz Alta, de João José de Barros*<sup>340</sup>, ou quando considera que *dois nomes, todavia, de tal maneira estão vinculados à história de Cruz Alta que devem ser inscritos nas galerias dos primeiros habitantes de nosso território*<sup>341</sup>.

Isaltina Rosa demonstra não apenas compartilhar desta perspectiva como também cultivar um certo romantismo ligado à ela. É o que podemos depreender quando, ao tratar de Cruz Alta, a autora fala de *sua história bonita e cheia de filhos ilustres que dignificam o berço natal*<sup>342</sup>. Além disso, a necessidade de agentes históricos que sirvam de catalisadores da perspectiva e do relato da memorialista cruz-altense fica evidente no momento em que, *para uma homenagem modesta ao valor humano extinto*, expressão pela qual alude à experiência das Missões jesuíticas, registra *o nome de alguns desses filhos de Loyola*<sup>343</sup>.

Tal como Belém e Beltrão, Prudêncio Rocha em diversos pontos associa os episódios particulares de determinados indivíduos percebidos como protagonistas com o próprio processo histórico. Mas entre todos os autores estudados nenhum outro evidencia tanto este aspecto, bem como o caráter biográfico da história, quanto Isaltina Rosa. De fato, a autora realiza uma espécie de inversão bastante interessante. Enquanto os demais autores permeiam o eixo político-administrativo cronológico com a presença de diversos protagonistas, Rosa faz das biografias a própria base para tratar de determinados assuntos. Boa parte de sua obra consiste nos relatos e descrições acerca da vida de determinados personagens, através dos quais são tratados fatos como as lutas militares e políticas que se passaram em Cruz Alta e

---

<sup>338</sup> ROCHA. op. cit., p. 6.

<sup>339</sup> ROSA. op. cit., p. 94.

<sup>340</sup> ROCHA. op. cit., p. 29.

<sup>341</sup> Idem., p. 56.

<sup>342</sup> ROSA. op. cit., p. 5

<sup>343</sup> Idem., p. 16.

mesmo no estado do Rio Grande do Sul<sup>344</sup>. Em outros momentos são as genealogias ou listagens de nomes que orientam a narrativa da autora<sup>345</sup>.

Determinada pela ação dos protagonistas e de caráter biográfico também é a obra elaborada por Mozart Pereira Soares. Tal como os demais, o autor palmeirense permeia seu trabalho com a presença determinante de “vultos históricos”<sup>346</sup>, pioneiros<sup>347</sup>, governantes<sup>348</sup>, famílias<sup>349</sup>, etc; fazendo uso de dados biográficos e genealógicos<sup>350</sup>; listando nomes que considera serem merecedores de menção, pois fariam parte da história de maneira inquestionável e indissociável. Nesse sentido, enquanto Rocha e Rosa dispensam maiores atenções às figuras dos pretensos fundadores de Cruz Alta, Soares, além da figura tida como congênere no caso palmeirense, concentra boa parte de sua obra na descrição e no *exame sociológico*<sup>351</sup> de um chefe político-militar local, Vazulmiro Dutra. Procedendo dessa maneira, Soares acaba por tornar indissociáveis a figura e a trajetória deste coronel e aquilo que apresenta como a história de Palmeira das Missões. Além disso, o autor reserva, tal como Belém, o trecho final de sua obra para as biografias daqueles que considerou serem não apenas presentes, mas pertinentes para a história do município.

Entretanto, ainda que biografem os pioneiros e fundadores, ainda que mencionem familiares e listem genealogias, os grandes protagonistas das histórias dos autores locais, implícita ou explicitamente, são os membros da elite local. E dado o caráter eminentemente rural de Santa Maria até o início do século XX, e dos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões, tanto atualmente quanto nos períodos a que dizem respeito as obras dos autores, esta elite consiste nos grandes proprietários de terras. Portanto, não por acaso os primeiros proprietários de terras são invariavelmente mencionados em todas as obras<sup>352</sup>.

O fato de alçar os membros da elite latifundiária à condição de protagonistas históricos, ainda que por vezes apenas pela simples menção de alguns nomes, implica em conseqüências profundas. Como já apontamos anteriormente, ao eleger um grupo determinado como ator principal de suas histórias, os autores acabam por transformar sua

---

<sup>344</sup> ROSA. op. cit., p. 113-271.

<sup>345</sup> Idem., pp. 81-86, 97, 99-101.

<sup>346</sup> SOARES. op. cit., p. 108.

<sup>347</sup> Idem., p. 111.

<sup>348</sup> Idem., p. 170.

<sup>349</sup> Idem., p. 252.

<sup>350</sup> Idem., p. 108-110.

<sup>351</sup> Idem., p. 241-244.

<sup>352</sup> BELÉM. op. cit., p.75-76. BELTRÃO. op. cit., pp. 20, 26. ROCHA. op. cit., p. 07. ROSA. op. cit., p.74. SOARES. op. cit., p. 88.

memória coletiva em história de toda a comunidade. Este aspecto será tema de capítulo mais adiante.

O outro ponto que salientamos nas obras de João Belém e Romeu Beltrão é sua constituição por fatos singulares, geralmente de natureza político-administrativa, militar ou elitista. Isto significa dizer que a história por estes autores elaborada é eminentemente factual, e os fatos que a compõem são atos administrativos oficiais, acontecimentos políticos e militares, episódios ligados a elite econômico-social local ou qualquer outro evento que a estes se relacione de alguma forma. Por certo que em alguns raros momentos são apresentados fatos que fogem a esta regra, mas os próprios autores se encarregam de fazer as devidas ressalvas. É o caso de João Belém ao colocar que *para amenizar a aridez da História, vamos trazer à esta página o incidente cômico ocorrido entre o cirurgião-mor Joaquim José da Silveira e a Câmara Municipal de então*<sup>353</sup>. Do mesmo teor é o trecho em que menciona *entre os fatos ocorridos em o exercício desta Câmara, um que tem o seu lado cômico e que, por isso mesmo, não nos furtaremos ao gosto de o trazer para estas páginas*<sup>354</sup>. Mais adiante, porém, o autor faz uma espécie de “mea culpa” e reconhece ser, *talvez, um grave defeito nosso não deixar passar os casos cômicos. Mas pensamos com isso quebrar a sisudez da História [...]*, e finaliza de maneira exemplar ao dizer que *é tão austera a História*<sup>355</sup>.

Não deixa de ser digno de nota o fato de que mesmo quando traz ao seu texto um fato que não considera propriamente histórico, este autor não consegue fugir aos acontecimentos ligados ao poder público.

Dessa forma, João Belém se ocupa basicamente da evolução administrativa do município, algo que se percebe pela própria divisão dos capítulos da obra, dos acontecimentos político-administrativos<sup>356</sup>, dos eventos militares<sup>357</sup> e dos fatos relacionados aos indivíduos e grupos que acredita serem os principais agentes históricos, os já referidos protagonistas<sup>358</sup>.

Beltrão, por sua vez, não foge em nada a este quadro. De fato, dada a própria organização cronológica, sua obra é fundamentalmente factual, isto é, consiste na exposição de fatos organizados de acordo com a ordem em que aconteceram no tempo, muitas vezes sem qualquer relação com aqueles que o antecederam ou sucederam. Quando uma relação de continuidade se faz presente é devido à concentração em assuntos de mesma natureza, via de

---

<sup>353</sup> BELÉM. op. cit., p. 88.

<sup>354</sup> Idem., p. 138-139

<sup>355</sup> Idem., p. 150.

<sup>356</sup> Idem., p. 65-74, 108-120.

<sup>357</sup> Idem., p. 240-252.

<sup>358</sup> Idem., 123, 129.

regra atos oficiais<sup>359</sup>, acontecimentos políticos<sup>360</sup>, eventos militares<sup>361</sup>, ou fatos relacionados aos protagonistas<sup>362</sup> tal como verificamos em Belém.

Como apontamos anteriormente, há, por certo, alguns acontecimentos que não se enquadram nos tipos de fatos acima relacionados, mas estes constituem rara exceção<sup>363</sup>. Além disso, Romeu Beltrão, logo ao início de sua obra, dá a impressão de que realizará uma contextualização, algo que relativizaria bastante o carácter factual, posto expor os laços da história local com o processo histórico verificado num âmbito mais amplo. Contudo, o que o autor faz não é nada além de apresentar algumas datas que, de fato, possuem uma certa relação com os acontecimentos locais, mas que são exibidas de forma pontual e sem considerações mais profundas<sup>364</sup>. Não ignoramos o fato de que nas páginas seguintes esta apresentação de datas ganhe mais consistência, mas o trecho por nós apontado se presta, como os demais, aos propósitos ilustrativos que objetivamos.

Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares também procedem, em linhas gerais, da mesma maneira que Belém e Beltrão. Algumas afirmações dos memorialistas de Cruz Alta e Palmeira das Missões são contundentes nesse sentido. Ao tecer considerações sobre suas fontes e as informações que fornecem, Rocha lamenta o fato de *pouco dizerem dos sucessos políticos ou sangrentos*<sup>365</sup>. Para este autor, entretanto, os atos administrativos mais ordinários são *enfadonhos e carecem de valor histórico*<sup>366</sup>. São os acontecimentos político-administrativos e militares que concentram sua atenção<sup>367</sup>. De qualquer forma, esta hierarquização entre os fatos públicos não elimina o carácter factual também presente em sua obra, evidenciado de maneira flagrante em expressões como *histórica reunião*<sup>368</sup>, ou seja, que transformam determinados acontecimentos em fatos singulares e determinantes.

Este carácter factual nos parece relativamente menos recorrente na obra de Isaltina Rosa, o que se deve à organização da obra mais em torno de biografias do que em acontecimentos propriamente ditos. Mas tal aspecto está inegavelmente presente, como é possível verificar na preocupação com a data e o próprio episódio da fundação de Cruz Alta. Além disso, nas biografias muitas vezes a descrição dos protagonistas é entremeadada por

<sup>359</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 24-25, 68, 75.

<sup>360</sup> Idem., p. 35-36.

<sup>361</sup> Idem., p. 17, 31, 94-95, 153, 179.

<sup>362</sup> Idem., p. 51-52, 91, 97, 154.

<sup>363</sup> Idem., p. 26, 119.

<sup>364</sup> Idem., p. 14-15.

<sup>365</sup> ROCHA. op. cit., p. 61.

<sup>366</sup> Idem., p. 47.

<sup>367</sup> Idem., p. 109, 117-121, 132-140, 150-156.

<sup>368</sup> Idem., p. 18, 43.

acontecimentos a estes relacionados. Não obstante, a concentração nos eventos político-administrativos e militares é evidente, sendo que, após a questão da fundação da cidade, são tais assuntos os que ocupam a maior parte da obra, tendo mesmo uma espécie de sub-capítulo reservado, ainda que de limites pouco definidos<sup>369</sup>.

Mozart Pereira Soares possui neste aspecto, tal como Isaltina Rosa, uma certa peculiaridade. O prefácio, intitulado Recado à Palmeira contém a afirmação de que o autor não conseguiu elaborar uma obra histórica completa por ter-lhe faltado *o entendimento para a ordem aparente dos fios, dos segredos de urdidura dos fatos*<sup>370</sup>. O que poderia parecer numa leitura superficial um indício de que esta obra, ao contrário das demais analisadas, não apresentaria um carácter factual ou pelo menos não o faria de maneira tão marcante, não consiste mais do que na consciência por parte do autor de que há realmente uma lógica de relações mais profundas entre os fatos, mas que não é apresentada no trabalho que se segue. A idéia de fato determinante e singular fica flagrante quando o memorialista palmeirense considera ser a *façanha de Borges do Canto o acontecimento-chave que deu margem á lusitanização do planalto rio-grandense*<sup>371</sup>. Termos de significado semelhante utilizados pelo mesmo autor podem ser verificados em outros trechos de sua obra, tais como *data-chave*<sup>372</sup>, *data assinalativa*<sup>373</sup>, ou então expressões que, ainda que não tragam termos tão flagrantes, comportam o mesmo conteúdo, como quando afirma ter sido a visita de Getúlio Vargas, então presidente do estado do Rio Grande do Sul, *decisiva para a transformação de Irai na moderna Estação Balneária de nossos dias*<sup>374</sup>.

Soares evidencia, dessa forma, a idéia de existência de datas ou acontecimentos que possuem força determinante sobre o processo histórico subsequente, e que são, portanto, únicos, “assinalativos”, “decisivos”, “chaves”. Os trechos transcritos, entretanto, não ilustram com a devida clareza o outro aspecto constituinte desta factualidade, tanto em Soares quanto nos demais autores, ou seja, a ligação intrínseca com o carácter político-administrativo, militar ou elitista. Tal como nos demais trabalhos, a própria divisão dos capítulos já demonstra a predominância dos assuntos desta natureza, como marchas militares desbravadoras<sup>375</sup>, acontecimentos relacionados a períodos administrativos<sup>376</sup> e lutas militares<sup>377</sup>.

<sup>369</sup> ROSA. op. cit., p. 118-157.

<sup>370</sup> SOARES. op. cit., p. 9.

<sup>371</sup> Idem., p. 92.

<sup>372</sup> Idem., p. 151.

<sup>373</sup> Idem., p. 306.

<sup>374</sup> Idem., p. 239.

<sup>375</sup> Idem., p. 103.

<sup>376</sup> Idem., p. 237, 268.

<sup>377</sup> Idem., p. 181-185, 195-197, 212-220.

Assim sendo, para João Belém e Romeu Beltrão, bem como para os demais autores analisados, as fontes são insuspeitas e comportam a história de maneira clara e completa, esta história é verdadeira e composta de agentes e fatos que não dependem da ação do pesquisador para serem históricos, e um trabalho que aborde esta história deve limitar-se a transcrever, isto é, passar do passado histórico para as folhas de papel. Nesta perspectiva, a história já existe por si mesma, completamente independente da ação do pesquisador. E como a história já está, portanto, dada, cabe ao historiador apenas relatá-la.

## **2.7. A unicidade e o espaço da história**

Enfim, acreditamos ter apresentado e analisado os principais aspectos componentes das obras e das próprias percepções de João Belém e Romeu Beltrão acerca da história, os quais incluem a busca sistemática pela verdade, a idéia de linearidade, a presença de protagonistas e biografias e o caráter factual, norteados pelos assuntos político-administrativos, militares ou pelo menos relacionados às elites locais. Mas nosso trabalho pecaria se não abordássemos dois últimos elementos que, apesar de muito sutis, são fundamentais em toda a estruturação do pensamento dos autores santa-marienses e, conseqüentemente, de suas obras. Tais elementos não estão expressos em trechos, pelo menos não de maneira clara. Eles são perceptíveis somente quando se procura visualizar as obras de maneira completa. Além disso, como são componentes também dos trabalhos de Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares, não procederemos, como até aqui havíamos feito, à abordagem inicial pelos memorialistas santa-marienses para então prosseguir com os congêneres cruz-altenses e palmeirenses. As considerações que se seguem, dessa maneira, dizem respeito aos autores e obras de maneira conjunta.

O primeiro elemento consiste na percepção da história como um processo, em última instância, único e completo. Pelo menos foi o que concluímos após as primeiras leituras. De fato, os autores acreditam estar apresentando em suas obras “a” história de suas cidades. Os próprios títulos, de forma geral, evidenciam esta assertiva. A “história do município de Santa Maria” e a “história de Cruz Alta” são ilustrativos neste sentido, mas os demais títulos não deixam também de corroborar tal aspecto. A “cronologia histórica de Santa Maria” não passa de uma apresentação alternativa de uma história que permanece sendo entendida como única, algo que a própria escrita no singular – “cronologia” – permite deduzir. Por outro lado, se o



nome “Santo Antônio da Palmeira” não leva a uma conclusão imediata de unicidade da história por parte do seu autor, a afirmação inicial de que teria tentado escrever “a” história de Palmeira das Missões seria suficiente para tal dedução<sup>378</sup>. Mas acreditamos ser o título da obra de Isaltina Rosa aquele que melhor ilustra nossas observações. As “histórias que fazem a história” de Cruz Alta demonstram que a autora não percebe a história como única, posto que há “histórias” que trata em seu livro. Contudo, estas histórias unem-se para fazer “a” história de Cruz Alta. Esta percepção implica, de fato, não propriamente numa unicidade do processo histórico, mas sim numa hierarquização. Há sim outras histórias, mas estas são menores, são apenas componentes de uma história maior, esta sim, se não única, pelo menos a principal, da qual se ocupa, em última análise, a autora. Poderíamos ver na obra de Isaltina Rosa uma exceção com relação à idéia de unicidade presente nas obras dos demais autores.

Contudo, uma leitura mais atenta permitiu perceber que, ao contrário, os demais memorialistas compartilham sim, como já apontamos, de maneira sutil desta idéia de hierarquização da história. Alguns poucos trechos, no caso de Belém e Soares, permitem tal dedução. O memorialista santa-mariense, em certo momento, considera ser *interessantíssima a história desta parte da cidade de Santa Maria a que os antigos deram o nome de Aldeia*<sup>379</sup>. Isto significa que há um determinado pedaço do município que tem uma história que, além de “interessantíssima”, é sua, ou seja, é lhe é peculiar e própria. Não é, pelo que se pode deduzir, a história de Santa Maria, mas sim a “história da Aldeia”. Contudo, esta história, posto ser seu palco um espaço constituinte do território santa-mariense, é parte da história da cidade. É, portanto, uma história, o que evidencia que não há apenas uma história, mas é de natureza menor, subordinada à história com “H” de Santa Maria. Mais adiante Belém procede da mesma maneira ao colocar que *além destas folhas, as mais importantes, que em verdade, constituem a história da imprensa santamariense [...]*<sup>380</sup>, demonstrando assim a percepção de que as histórias dos vários periódicos de Santa Maria são partes constituintes de algo maior, isto é, da história da imprensa local, a qual, por sua vez, é integrante da história do município.

Mozart Pereira Soares, quando apresenta *em rápidos traços a história do “Elite Cine Teatro”*<sup>381</sup>, demonstra também um prisma pelo qual uma entidade ou uma instituição podem ter, de fato, a “sua” história, ou seja, que a história não constitui um bloco monolítico. Contudo, estas histórias estariam todas subordinadas à história do município a que pertenciam.

---

<sup>378</sup> SOARES. op. cit., p. 09.

<sup>379</sup> BELÉM. op. cit., p. 89.

<sup>380</sup> Idem., p. 209.

<sup>381</sup> SOARES. op. cit., p. 410.

Romeu Beltrão e Prudêncio Rocha, ainda que não utilizem expressões claras nesse sentido, também partilham de tal perspectiva. Fazemos tal afirmação tendo como base o fato de que ambos os autores tratam, como já apontamos, de outros assuntos que não aqueles ligados ao eixo factual, ou seja, tratam de “outras histórias”, mas estas são componentes de uma outra, a principal, esta sim consistindo no eixo factual político-administrativo.

O segundo elemento é a idéia de preexistência de um espaço que é, na mesma medida, limitado e limitante. Todos os autores procedem a um recorte espacial que parece ser bem definido, pois consiste no espaço dos municípios. Contudo, este é espaço, ao mesmo tempo, estático e mutante.

Quando Belém fala daquilo que acredita ser a história de Santa Maria, esta história diz respeito aos fatos ocorridos dentro dos limites político-administrativos do município. Ainda que exista certa relação com os eventos verificados fora destes limites, estes últimos são tratados exatamente dentro desta perspectiva, como acontecimentos exteriores. A história do município não ultrapassa seus limites espaciais, sendo assim estática e limitada. Contudo, não há nenhuma consideração maior pelo fato de que a dimensão dos municípios não permaneceu a mesma durante sua trajetória histórica. O espaço destas cidades é percebido como tal mesmo antes destas existirem de fato. Dessa forma, mesmo que em Cruz Alta ainda não existisse qualquer vestígio de povoação urbana, o que ocorreu no espaço onde mais tarde se ergueria a cidade é inquestionavelmente parte integrante da história do município. Por outro lado, os sucessivos desmembramentos territoriais não implicam em qualquer reflexão por parte dos autores no sentido de perceber as fragmentações equivalentes na percepção do processo histórico. O território do município de Palmeira das Missões pertenceu durante um bom tempo ao de Cruz Alta. Dada a idéia de preexistência do espaço, aquilo que se passou no território do primeiro é entendido como história do segundo. Entretanto, quando a emancipação torna o referido território um município independente, o processo histórico que se passa neste espaço perde sua ligação direta. A história de Cruz Alta, que se passava também ali, termina neste instante e passa a existir a história de Palmeira das Missões, a qual, por sua vez, percebe o território onde se instala o município, e apenas ele, como seu espaço histórico mesmo antes de sua existência. Assim os recortes político-administrativos vão criando novas limitações, adquirindo, portanto, um caráter também limitante.

Estes recortes, estas transformações, são entendidos como pacíficos por todos os autores. Isto significa que o espaço está dado. Não cabe tecer considerações ou questionar os limites espaciais. Não é isto que faz o pesquisador ou o historiador. O que este faz é elaborar

um trabalho de cunho histórico, ou seja, a história deste lugar, atendo-se, justamente, aos limites espacialmente vigentes. O que ultrapassa tais limites não é mais história deste local.

Apresentamos, pois, aqueles que percebemos ser os elementos constitutivos da percepção de história dos autores estudados. Partimos das obras de João Belém e Romeu Beltrão, mas dada a similaridade de perspectivas, ressaltamos sistematicamente as obras de Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares. Abordamos a questão das fontes, da escrita de uma obra de história e de visão do processo histórico propriamente dito. Concluímos após ter desenvolvido os aspectos tematizados e com o desejo de que tais aspectos contribuam para a reflexão da comunidade acadêmica de historiadores acerca de sua atividade e de sua postura enquanto tal.

Contudo, nossa análise não se encerra aqui. Da mesma maneira que os aspectos tematizados são mais evidentes nas obras de João Belém e Romeu Beltrão – e por isso mesmo partimos destes autores em nossas considerações – há outros que se mostram mais claros nas obras dos outros memorialistas analisados. Sendo assim, no capítulo seguinte, prosseguiremos nossa análise a partir das obras de Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa. Procederemos, como havíamos apontado, às considerações sobre o documento, tido como a principal entre as fontes, ainda que não a única, bem como sobre sua utilização nas disputa pela legitimidade entre as versões históricas. Em seguida, aprofundaremos também a questão do caráter biográfico das obras estudadas, tendo em vista os critérios de escolha e as formas de apresentação, finalizando o capítulo com as devidas considerações acerca das implicações sociais que tal postura tem dentro das realidades dos municípios tematizados.

### **3. SE O PASSADO TEM DONO, O PRESENTE É HERANÇA DE QUEM?**

*A disputa pela legitimidade da História de Cruz Alta*

#### **3.1. Os autores**

O jornalista Prudêncio Rocha nasceu em Cruz Alta, em 11 de agosto de 1913. Estudou até o 5º. ano na Escola Elementar Venâncio Aires, mas não deu continuidade à vida escolar devido ao fato de não haver o ensino ginasial na cidade naquela época. Mesmo assim, foi aprovado num exame e conquistou o título de Guarda Livros, profissão que deu origem ao atual técnico em contabilidade.

Não temos informação sobre quando e em que instituição teria se dado tal exame, mas consideramos provável que tenha sido entre a segunda metade da década de 1920 e a primeira da década de 1930. Tendo em vista a estrutura curricular dos cursos desta natureza no referido período, Prudêncio Rocha deveria ter familiaridade com um leque bastante abrangente de áreas de conhecimento, bem como um nível considerável de domínio sobre eles.

Em Cruz Alta, trabalhou no então Banco da Província – que após várias mudanças de nome foi vendido e atualmente pertence ao grupo espanhol Santander – durante quatro anos, tendo atuado mais dois anos na capital do estado. Tornou-se diretor do jornal Diário Serrano em 1951, tendo também trabalhado nos periódicos O Semanário e Cruz Alta Urgente, todos de Cruz Alta, além de ter fundado em Santa Maria o jornal O Expresso. Manteve por muitos anos a coluna De Alto Abaixo no Diário Serrano. Sua atuação como jornalista o levou à presidência da Associação de Jornais do Interior (ADJORI).

Prudêncio Rocha manteve constante participação na vida política cruz-altense, tendo sido vereador entre 1956 e 1960 e desempenhado a função de Secretário da Administração da prefeitura municipal por três oportunidades, afastando-se na última delas por motivos de saúde. Escreveu *Terra de Pastores e Guerreiros*, obra que tratava de pessoas que o autor considerava como importantes para a história do município. Mas foi com a publicação de *História de Cruz Alta* que Prudêncio Rocha conseguiu unir pioneirismo e polêmica.

Até 1964, ano de publicação desta obra, não havia nenhum trabalho que tivesse como pretensão tematizar a história de Cruz Alta, pelo menos não de maneira exclusiva e direcionada. Não obstante, ao elaborar seu livro, Prudêncio Rocha deu início a uma grande controvérsia em torno da questão da fundação do município, atacando frontalmente a versão corrente e propondo um novo nome para a condição de fundador.

Ao fazer esta contestação, Prudêncio Rocha instigou a elaboração de uma outra obra, da mesma natureza que a sua, isto é, que pretendia tematizar a história de Cruz Alta, mas que, em contrapartida, tinha como proposta fundamental defender a versão atacada acerca da fundação do município e, principalmente, acerca da figura de seu fundador. Sua autora era Isaltina Vidal do Pilar Rosa.

Nascida em 1º de outubro de 1903, Isaltina provavelmente realizou sua formação primária na década de 1910 no Colégio Elementar Venâncio Aires, atualmente denominado Margarida Pardelhas. Concluiu o grau médio no Instituto Educacional Flores da Cunha por volta dos dezesseis anos, tendo em seguida realizado o Curso de Professores Primários na Escola Elementar de Porto Alegre. Entre o fim da década de 1920 e o início da década de 1930 já havia iniciado as atividades como professora, assumindo em 1933 o cargo de diretora do colégio onde cursara o nível primário.

Em 1939 Isaltina abandonou o cargo de professora para assumir a secretaria da 9ª Delegacia Regional de Educação. Quatro anos mais tarde assumiu o cargo de orientadora de educação dos municípios de Cruz Alta e Tupanciretã. Com a redemocratização, após o Estado Novo, candidatou-se à vereadora pelo Partido Libertador, pelo qual militou de maneira constante, e obteve a maior votação das eleições de 1946. No mesmo ano foi nomeada fiscal da Escola Normal Santíssima Trindade e em 1950 fundou o Educandário Feminino Beneficente, que oferecia ensino gratuito ministrado por irmãs franciscanas. Em 1956 foi eleita, mais uma vez, vereadora, juntamente com Prudêncio Rocha.

As atividades de Isaltina, porém, não se restringiram ao magistério e à política. Em 1914, ainda no ensino primário, fundou com algumas colegas o jornal *O Feminista*. Entre 1921 e 1922 realizou uma série de “trabalhos de ordem política” – os quais não são

objetivamente esclarecidos pelas fontes disponíveis – na cidade de Passo Fundo. Juntamente com outras professoras fundou, em 1934, a Pia União das Solteironas, clube feminino com finalidade filantrópica e comunitária.

Mas foi, de fato, na atividade docente que Isaltina ganhou destaque e reconhecimento em Cruz Alta, sendo homenageada em sessão solene na Câmara de Vereadores em 1959<sup>382</sup> e recebendo a primeira medalha Educadora e Mérito conferida pelo governo do estado, em 1974. A aposentadoria veio somente em 1973, após cinquenta anos de magistério. Sua atuação, porém, não parou.

A publicação de História de Cruz Alta foi algo marcante para Isaltina. Isto porque a versão corrente até então sobre a fundação da cidade era a de que seu bisavô fora o fundador da mesma. Entretanto, a obra de Prudêncio Rocha contestava de modo firme esta versão, propondo um novo nome. A professora então aliou ao magistério a pesquisa documental e passou a reunir material para refutar os argumentos de Rocha, publicando, em 1981, o livro Cruz Alta – Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. A relação com Prudêncio Rocha, porém, não parece ter ultrapassado a controvérsia bibliográfica, mantendo os autores entre si uma convivência respeitosa e cordial, ainda que de certa rivalidade<sup>383</sup>.

Quando da publicação de sua obra, a autora já estava com a visão e a própria saúde bastante comprometidas em função da idade, vindo a falecer poucos anos depois, em 24 de julho de 1984. Prudêncio Rocha viveu ainda mais doze anos, falecendo no dia 04 de maio de 1996. Suas obras, entretanto, permanecem vivas e contundentes, seja por seu pioneirismo, pela controvérsia criada ou pela riqueza documental. E é justamente quanto a este último aspecto que os trabalhos dos memorialistas cruz-altenses merecem um destaque especial.

---

<sup>382</sup> O informativo cedido pela filha de Isaltina Rosa afirma ser a sessão de 1959 comemorativa aos cinquenta anos de magistério. Entretanto, para que completasse meio século de atividade docente neste ano, Isaltina teria que ter iniciado sua carreira aos seis anos de idade. Acreditamos que tal sessão fosse alusiva aos vinte e cinco anos de atividade.

<sup>383</sup> De acordo com Rossano Viero Cavalari, a relação entre Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa teria ganhado contornos de maior rivalidade nos últimos anos de vida da autora, não por acaso época da publicação da obra desta e da segunda edição do trabalho daquele. (informação verbal) Rossano tem formação em Comunicação Social e História; e desempenha a função de Secretário de Cultura de Cruz Alta. As informações por ele prestadas datam de conversa informal realizada em Cruz Alta, no dia 04/05/2006.

### 3.2. O documento como fonte de legitimidade

O conhecimento histórico sobre a cidade de Cruz Alta teve como base, durante muito tempo, obras que não tinham como objetivo ou pretensão tratar especificamente da história do município. As mais utilizadas eram, ao que podemos deduzir do próprio uso feito mais tarde pelos memorialistas cruz-altenses que aqui analisamos, *As Missões Orientais do Uruguai e seus Antigos Domínios*, de Hemetério José Veloso da Silveira; *A Cidade de Cruz Alta – Lenda histórica de sua fundação*, de Josino dos Santos Lima; e *Notícia Descritiva da Província Missioneira*, de Evaristo José Afonso de Castro.

A primeira e a última, como os próprios títulos já denunciavam, tinham como alvo principal as Missões Jesuítas ou a região onde elas se encontravam, sendo Cruz Alta percebida como parte componente deste território, mas não alvo principal das considerações dos autores. A obra de Josino dos Santos Lima, por sua vez, ainda que dirigisse seu foco sobre a cidade, propunha trabalhar com a versão lendária de seu surgimento que, apesar de desfrutar de empatia entre a população local, possuía pouca credibilidade quanto à sua veracidade.

Foi a partir da obra de Hemetério Veloso da Silveira que se construiu a primeira versão “histórica” da fundação de Cruz Alta. De acordo com este autor que vivera na cidade durante o século XIX, o responsável pelo surgimento do povoado que deu origem ao município teria sido o Tenente-Coronel Vidal José do Pilar, rico paulista que possuía terras às margens do rio Jacuí, na região do então extenso município de Rio Pardo. Sua transferência para onde hoje se localiza a cidade de Cruz Alta, por volta da segunda década do século XIX, teria ensejado a fixação dos primeiros moradores que pouco depois, sob sua liderança, teriam requerido a permissão ao governo provincial para a existência oficial do povoado.

Esta versão parece ter se tornado algo de domínio comum e até mesmo reconhecida, tacitamente, pelo poder público.

Em 1964, porém, o jornalista Prudêncio Rocha publicou a primeira edição da obra *História de Cruz Alta*, na qual atacava, frontal e diretamente, a versão até então corrente, propondo como fundador da cidade o tropeiro João José de Barros. A polêmica, porém, somente teve continuidade no meio bibliográfico no início da década de 1980. Isto não significa que o surgimento de uma nova versão para a fundação da cidade de Cruz Alta tenha sido imediatamente aceita e que não houve defesa da versão anterior. Desde a década de 1960, mais especificamente após a publicação da primeira edição da obra de Prudêncio Rocha, a

professora Isaltina Vidal do Pilar Rosa, bisneta do pretense fundador Vidal José do Pilar, passou a reunir e organizar documentos que comprovassem a primazia de seu bisavô quanto à fundação da cidade. Tal esforço resultou na publicação de Cruz Alta – Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, em 1981.

Nesse meio tempo, entretanto, a controvérsia parece ter se desenvolvido de maneira constante, tanto que, mesmo antes de Isaltina publicar o trabalho que contesta a versão de Rocha, este autor já havia lançado a segunda edição da História de Cruz Alta, em 1980. Esta nova edição ressaltava o fato de ser revisada e ampliada, e tinha como principal aspecto a presença dos documentos que provariam, de maneira definitiva, a condição de fundador de João José de Barros.

José João de Barros, o tropeiro que pioneirou os caminhos destes pagos, subscreveu documento, sem data, em que 30 moradores requereram licença para edificar, às suas custas, uma capela onde se praticaria a administração dos Santos Sacramentos. Este documento dirimiu as dúvidas, comprovando inequivocamente os nomes dos verdadeiros fundadores da cidade. Pode ser conferido no Arquivo Histórico do Estado (Lata 201, Dossiê 7, Dec. 203).<sup>384</sup>

Contudo, Isaltina Rosa procurou defender a versão que privilegia seu bisavô somente após reunir a documentação que acreditava necessária para tanto, pois, ao centrar seu foco sobre a fundação da cidade, faz questão de mencionar que se reporta *às provas documentais daquilo que pesquisamos durante anos, percorrendo arquivos e publicações*<sup>385</sup>.

Prudêncio Rocha, por sua vez, com a reedição de seu trabalho procura munir-se de um aparato documental que possibilitasse, da mesma maneira, defender sua versão e desconstruir a que lhe era oposta.

Sendo assim, a figura do documento ocupa lugar fundamental neste embate. Ele é a principal arma, senão a única, válida e aceitável neste embate que parece ser apenas bibliográfico, mas que, como veremos mais adiante, tem uma dimensão muito mais profunda.

Cabe, nesse sentido, esclarecer em que consiste esta figura, ou seja, o que é um documento para os autores cruz-altenses. O termo é bastante traiçoeiro numa leitura rápida e desatenta, até mesmo porque a historiografia atual trata “documento” e “fonte” como sinônimos. Entretanto, como já apontamos no capítulo anterior, para os memorialistas locais tais figuras não consistem na mesma coisa.

---

<sup>384</sup> ROCHA. op. cit., p. 6.

<sup>385</sup> ROSA. op. cit., p. 109.



O documento não é apenas uma fonte. É uma entre as várias fontes possíveis. E achamos pertinente aludir novamente ao caráter bastante amplo que a idéia de fonte possui entre autores que além de não possuírem grande familiaridade com postulados específicos da área da história, publicaram seus trabalhos numa época em que a concepção abrangente de fonte característica dos *Annales* não havia sequer chegado ou ainda estava se difundindo de maneira mais consistente no Rio Grande do Sul.

As fontes poderiam ser escritas, orais, materiais não escritas, entre outras, sendo o critério fundamental para sua validade e utilização o fato de registrarem o acontecimento que se pretendia apresentar na obra de cunho histórico. O termo “documento”, por sua vez, é utilizado em certos momentos de maneira indiscriminada:

Apresentamos um relato de interesse, de amor ao pago, com documentação de velhos papéis que reunimos em arquivos de antepassados, aqui transcritos para conhecimentos novos, para agradecer aos que trabalharam com amor e desprendimento, para o futuro, ao tempo em que viveram neste chão amado. É a reunião dos muitos subsídios encontrados, cuidadosamente estudados, que se unem para um documento exato, provado.<sup>386</sup>

Logo nas primeiras páginas de seu trabalho, Isaltina Rosa chama os “velhos papéis” de documentação, dando a entender que documento seria apenas uma fonte escrita. Em seguida, considera que seu esforço de pesquisa resultava num “documento”. Dessa forma, a autora, ainda que não desminta o caráter necessariamente escrito da figura do documento, deixa a possibilidade de perceber a pretensão de que sua obra seja também considerada uma fonte. Assim, o documento poderia ser algum registro escrito de natureza diversa, desde os “velhos papéis” até os livros. Este é o tratamento dispensado a outras obras como *Memória sobre a Tomada dos Sete Povos de Missões da América Hespânica*, de Gabriel Ribeiro de Almeida<sup>387</sup> e os escritos do Padre Sepp<sup>388</sup>.

Prudêncio Rocha, por sua vez, é mais cauteloso na utilização do termo “documento”. Isto não significa que não tenha feito uso sistemático de fontes escritas de diversas naturezas, tal como Rosa fez. O autor prefere, porém, outras expressões, como “informes históricos”,<sup>389</sup> quando faz menção à outras obras utilizadas como fonte. Mesmo assim, a característica que

---

<sup>386</sup> ROSA. op. cit., p. 5.

<sup>387</sup> Idem., p. 31-50.

<sup>388</sup> Idem., p. 55, 59.

<sup>389</sup> ROCHA. op. cit., p. 7.

diferenciaria o documento das demais fontes seria basicamente o seu caráter escrito. Ele seria, em última análise, um registro, tal como as demais fontes, com o único diferencial de ser um registro escrito.

Entretanto, não podemos nos cingir apenas à maneira pela qual os memorialistas cruz-altenses chamavam seu material de pesquisa. Devemos ir além, analisar, mais do que a nomenclatura, o tratamento que tais autores dispensavam ao documento, pois é nesse aspecto que se evidenciam não apenas seus elementos peculiares, mas também o foro especial que gozava entre as demais fontes.

Nesse sentido nada evidencia mais a percepção de documento que Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa possuíam do que o núcleo de sua polêmica, isto é, a questão da fundação da cidade de Cruz Alta. Como já mencionamos, Rosa aguarda mais de duas décadas para publicar sua obra, a fim de obter a consistência documental que acreditava ser necessária ao propósito de seu trabalho. Uma leitura mais atenta de ambas as obras, sobretudo a de Rosa, permite perceber que esta profunda preocupação com a documentação se concentra justamente nos trechos reservados à apresentação de suas versões quanto à fundação da cidade. Por conseguinte, é nestes pontos que se evidenciam de maneira flagrante as percepções quanto ao documento e o tratamento a ele dispensado.

Enquanto Isaltina Rosa procura traçar um longo retorno ao que acredita ser o passado histórico de Cruz Alta, passando a se ocupar da questão da fundação apenas a partir da página noventa e quatro, Prudêncio Rocha parte imediatamente deste acontecimento. Já na primeira página do trabalho o autor menciona o elemento que vinha “desmantelar o artificialismo em busca de origens mais ilustres”<sup>390</sup>, numa clara alfinetada à versão que contempla Vidal José do Pilar, grande proprietário de terras e escravos, ou seja, membro da elite local do período da fundação da cidade. Dessa forma, na mesma medida em que procura contrapor dois nomes distintos, busca também opor dois prismas, um de caráter épico e outro de natureza singela. Quando aponta que *o diretor do Arquivo Histórico, violando o segredo que os baús de latas encerravam por mais de 100 anos, identificou o documento singelo, simples, que desvenda o mistério da fundação de Cruz Alta*<sup>391</sup>, o autor acaba estendendo a “singeleza” e “simplicidade” do documento ao fato histórico e ao seu protagonista.

O documento de que fala Rocha é um requerimento encontrado por Moacyr Domingues, então diretor do Arquivo Histórico do Estado, no qual o tropeiro João José de Barros e outros trinta moradores pediam licença ao governo para edificar uma capela –

---

<sup>390</sup> ROCHA. op. cit., p. 5.

<sup>391</sup> Ibidem..

lembramos aqui que no período colonial e, sobretudo, no período imperial, o Estado e a Igreja estavam ligados, sendo a “capela” o mais elementar nível administrativo municipal de então. Tal ato, significaria, portanto, o surgimento político-administrativo, a fundação de Cruz Alta.

Ciente do grau de difusão e aceitação da versão na qual Vidal José do Pilar teria sido o fundador da cidade, Prudêncio Rocha afirma que *os historiadores gaúchos se mantinham apegados a um grave equívoco derivado do livro de Hemetério José Veloso da Silveira*<sup>392</sup>. A contestação, ressalta o autor, já havia sido feita na edição de 1964 de História de Cruz Alta, mas mesmo assim *apareciam em publicações esparsas e resumos históricos inseridos em jornais e revistas a versão inexata de que Vidal teria sido o fundador de Cruz Alta*<sup>393</sup>.

Para Rocha, entretanto, a presença, na segunda edição, da petição para a construção da capela *dirimiu as dúvidas, comprovando inequivocamente os nomes dos verdadeiros fundadores da cidade*<sup>394</sup>.

Somente após reproduzir o documento tão caro à sua versão, com o contundente título *a verdade em documentos da fundação de Cruz Alta*<sup>395</sup>, Rocha passa a se ocupar de outros assuntos, retornando aos primórdios do povoamento do Rio Grande do Sul. Não tarda muito, porém, o autor retorna à carga quanto à fundação da cidade, transcrevendo um trecho do livro de Hemetério Veloso da Silveira<sup>396</sup> e alguns documentos de natureza oficial, tal como o requerimento que mencionara anteriormente<sup>397</sup>. Dessa feita a intenção do autor é, na mesma medida em que reafirma a validade de sua versão, desconstruir a versão oposta. Para tanto apresenta requerimentos, ofícios e petições, todos diretamente ligados à figura do poder público. Novamente ressaltando a ligação entre Estado e Igreja, destacamos o trecho em que Rocha afirma ser a descrição feita pelo padre Pompeu, primeiro vigário da povoação, uma espécie de documento inicial da história de Cruz Alta:

Ao Padre Pompeu, devemos a primeira notícia que vale como documento histórico das condições em que se desenvolveu o povoamento destas paragens, os principais acontecimentos destinados a atravessar os tempos. (...) Essa informação constitui a fonte inicial que nos revela os primórdios do povoamento de Cruz Alta e deve ser tomada como pedra angular da história. O relato procede de forma idônea, insuspeita, de quem viveu e acompanhou as lutas da formação desta comunidade...<sup>398</sup>

---

<sup>392</sup> ROCHA. op. cit., p. 6.

<sup>393</sup> Ibidem.

<sup>394</sup> Idem., p. 6.

<sup>395</sup> Idem., p. 8.

<sup>396</sup> Idem., p. 19.

<sup>397</sup> Idem., p. 20-22.

<sup>398</sup> Idem., p. 23.

Antes de transcrever o documento a que tece tamanha carga de considerações, Prudêncio Rocha ainda reafirma ser ele o *documento que forma a base de onde exsurge a história de nossa terra*<sup>399</sup>.

O trabalho de Isaltina Rosa, por sua vez, parte não da pretensa fundação da cidade, mas sim do surgimento dos chamados Sete Povos das Missões. Tal aspecto é compreensível se atentarmos para o fato de que a fonte fundamental da versão que a autora defende é a obra de Hemetério Veloso da Silveira sobre as Missões. Sendo assim, Isaltina parece procurar estabelecer o mesmo encadeamento factual do autor novecentista, pois corroborar suas afirmações consistiria na conseqüente reafirmação da precedência de Vidal José do Pilar quanto à fundação de Cruz Alta. Além disso, ao lançar seu trabalho, a proposta fundamental de Prudêncio Rocha era contestar e revisar a versão corrente sobre a fundação do município. Rosa, entretanto, parece assumir uma postura mais cautelosa, de quem, por pretensamente estar com a razão, não precisaria ir de maneira tão direta ao assunto que, de fato, motivou a elaboração de sua obra. Neste último aspecto nossa colocação não passa de uma mera hipótese, sem possibilidade de confirmação efetiva, mas que acreditamos ser pertinente entre as considerações já tecidas sobre a obra e sua autora.

Dado ser descendente de Vidal José do Pilar, o relato de Isaltina Rosa é permeado por um lirismo indisfarçável. Antes mesmo de apresentar os dados mais consistentes de sua versão e os documentos que a sustentaria, a autora relata um sonho que Vidal, descrito como tropeiro, teria tido antes de vir para a região de Cruz Alta<sup>400</sup>. Neste, o paulista então chamado Vidal José de Oliveira teria sido orientado por Nossa Senhora do Pilar a se dirigir para o sul, onde através de sua ação se formaria um povoado. A mudança de sobrenome de Oliveira para Pilar seria uma forma de agradecimento pela graça da aparição.

Em seguida, Isaltina inicia o capítulo IV, intitulado *Uma cidade...*, pela biografia de Vidal José do Pilar e pela apresentação de seus descendentes, com datas de nascimento e falecimento. Os primeiros documentos transcritos pela autora são a certidão de casamento e o registro das sesmarias de Vidal. Somente a partir de então Isaltina concentra seu foco na “fundação documentada” da cidade, isto é, nos documentos que embasariam sua versão e no ataque à versão de que João José de Barros teria sido o fundador de Cruz Alta.

É interessante notar o esforço da autora – que demonstra grande simpatia pela religião católica e pela Igreja durante toda sua obra – em vincular o surgimento da cidade não apenas ao pretense ato de fundação protagonizado por Vidal, mas mesmo à sua própria figura, ao

---

<sup>399</sup> ROCHA. op. cit., p. 24.

<sup>400</sup> ROSA. op. cit., p. 94-96.

mesmo tempo em que procura relacionar a trajetória de Cruz Alta, desde sua origem, ao catolicismo.

Como já assinalado, a versão mais aceita sobre a fundação do município contemplava, de fato, no nome de Vidal José do Pilar como fundador. Entretanto, mesmo que tal situação tivesse se originado das considerações de Hemetério Veloso da Silveira, a sua difusão parece ter ocorrido mais por meio da oralidade do que pela leitura da obra do autor. A própria bisneta do pretense fundador afirma que *quando saiu em livro, no passado, o nome do senhor João José de Barros, como fundador de Cruz Alta, todo mundo se surpreendeu. Todos sabíamos do nosso passado histórico por ouvir contar e recontar*<sup>401</sup>.

Isaltina, porém, mesmo que afirmasse saber do passado “por ouvir contar e recontar”, tinha plena ciência que, neste caso, a tradição oral familiar não seria o suficiente para defender a versão na qual seu bisavô seria o fundador da cidade. Prudêncio Rocha, quando contesta esta versão, não calca suas considerações em relatos, ainda que esses fossem considerados na maioria das vezes como válidos e confiáveis pelos memorialistas quando os utilizavam. Para os memorialistas cruz-altenses a definição do fundador do município era algo de tamanha importância e delicadeza que não seria qualquer tipo de fonte o necessário para solucionar a polêmica. Era necessário um documento.

Prudêncio Rocha apresentara o seu documento. Um requerimento assinado pelos moradores da povoação para erigir uma capela. Nesse sentido, a contestação da versão proposta por Rocha implicaria, necessariamente, na desconstrução do documento que a embasava, na mesma medida em que demandaria a apresentação de um outro documento, que comprovasse a veracidade da versão defendida por Isaltina. É exatamente isso que a autora procura fazer.

A partir de então a figura do documento assume caráter fundamental nas considerações e percepções dos autores, não somente quanto à polêmica envolvendo a fundação da cidade, mas mesmo com relação à história enquanto forma de conhecimento:

Ao historiador, seriamente interessado em perquirir a verdade dos acontecimentos que se foram esmaecendo na bruma dos tempos não seria lícito fazer taboa rasa de um documento que forma a base de onde exsurge a história de nossa terra. Versões contrárias ou imprecisas referências, vindas a lume, meio século depois, não podem ser sequer apreciadas, desde que desacompanhadas de qualquer documento histórico.<sup>402</sup>

---

<sup>401</sup> ROSA. op. cit., p. 4.

<sup>402</sup> ROCHA. op. cit., p. 24.

A argumentação de Isaltina Rosa possui a mesma perspectiva:

O senhor Prudêncio Rocha, na 2ª. edição do seu livro ‘A História de Cruz Alta’, se apressa em apresentar logo à introdução (pág. 8), um documento que provaria a verdade da sua tese sobre a fundação da cidade, se se tratasse do documento certo, isto é, aquele requerimento dirigido à Junta Governativa, pedindo para criar o povoado, ou, daquele outro que o defere [...].

Tal documento tem validade sim – está reproduzido em fac símile (pelo menos até onde interessa ao propósito do autor) – o que não tem é cabimento sob tal título, não tem adequação ao fato, não se refere à fundação do povoado.<sup>403</sup>

É possível notar que o foco da autora não se concentra sobre a existência ou a figura de João José de Barros, que apenas é citado em nota de rodapé na mesma página da citação acima transcrita. A atenção de Isaltina esta fixada no requerimento utilizado por Rocha. Contudo, o que se percebe não é um ataque à validade ou credibilidade do documento, pois estas são percebidas como pacíficas e afiançadas pela reprodução em “fac símile”. A autora contesta, sim, a utilização que Rocha fez, isto é, a relação que estabelece entre o dito requerimento e o ato de fundação de Cruz Alta.

Feita a contestação ao documento utilizado por Prudêncio Rocha, Isaltina passa a apresentar a documentação que sustenta a sua versão. O primeiro elemento consistia numa carta apresentada como *Carta do Senhor Salathiel de Barros, filho de João José de Barros ou Carta Desmentido*<sup>404</sup>, na qual o referido autor da missiva atesta que seu pai não fora o fundador de Cruz Alta:

Depois de documento tão excludente de qualquer possibilidade de discussão, partindo de testemunho de tal modo insuspeito nada mais nos resta a declarar sobre o assunto. Encerramos aqui o parênteses, e nos consideramos livres de vez do ônus de provar que não fundou a cidade.<sup>405</sup>

Ciente de que a condição de descendente de Vidal poderia levantar suspeitas quanto às suas considerações e à documentação utilizada, Isaltina ressalta que não recorreria em seu trabalho a *documentos caseiros*<sup>406</sup>, preferindo as *fontes incontestáveis dos registros*

<sup>403</sup> ROSA. op. cit., p. 105-106.

<sup>404</sup> Idem., p. 107-108.

<sup>405</sup> Idem., p. 108.

<sup>406</sup> Idem., p. 107-108.

*desinteressados e singelos*<sup>407</sup> de certas pessoas. Cita então algumas publicações que mencionam o nome de Vidal José do Pilar como fundador da cidade<sup>408</sup>. No entanto, a pedra de apoio de sua versão consiste, justamente, no trabalho de Hemetério Veloso da Silveira, *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*, de onde extrai os documentos que acredita serem os pontos finais da polêmica que se estabelecera. São eles um trecho do Livro n.º. 6 do Registro de Sesmarias, que confirmava a existência de uma propriedade concedida à Vidal na região de Cruz Alta antes de 1826<sup>409</sup>; e um ofício da junta governativa, expedido em 1821, deferindo o requerimento que teria sido feito um ano antes sob a orientação de Vidal para a fundação do povoado<sup>410</sup>.

Feita a apresentação deste último documento, Isaltina sequer tece maiores considerações, retornando aos traços biográficos de Vidal José do Pilar e de outras personagens que acredita serem dignas de registro, característica que se verifica em toda a obra daí por diante. Isto significa que, feita a desconstrução da versão oposta e apresentada a documentação que alicerça a sua, não há necessidade de maiores explicações. O documento ali está e, no entender da autora, a história também.

Feitas estas primeiras considerações já podemos perceber em que consistia a figura do documento para os memorialistas cruz-altenses. A expressão utilizada por Isaltina Rosa é bastante ilustrativa. Documento é “papel velho”, ou seja, é fundamentalmente de natureza escrita. É a história transplantada para o papel, o registro fidedigno do que aconteceu no passado. Estes registros, como pudemos notar, vão desde obras bibliográficas até atas, petições, certidões, requerimentos, ofícios, etc. Poderíamos dizer, portanto, que todos os registros escritos seriam documentos na percepção dos autores.

Entretanto, é bastante relevante o fato de que a obra de Hemetério Veloso parece ter um poder menor de comprovação no embate pelas versões sobre a fundação de Cruz Alta. Retornemos rapidamente a este ponto. Prudêncio Rocha, ao contestar a versão corrente, utiliza uma petição para a construção da capela, isto é, um documento de natureza oficial. Isaltina Rosa, por sua vez, faz uso da carta de Salathiel de Barros e do livro de Hemetério, no qual busca não apenas as afirmações do autor, mas principalmente os documentos lá transcritos, ou seja, os registros de natureza oficial. Dessa forma, é possível perceber que os memorialistas cruz-altenses não se restringem ao uso das fontes oficiais, algo que fica ainda mais evidente em outros trechos de seus trabalhos. Contudo, à medida que se torna cada vez mais necessária

---

<sup>407</sup> ROSA. op. cit., p. 107-108.

<sup>408</sup> *Ibidem*.

<sup>409</sup> *Idem.*, p.103.

<sup>410</sup> *Idem.*, p.110-111.

a credibilidade, é ao documento de natureza oficial a que recorrem. O próprio fato de fazerem largo uso de fontes de outra natureza nos demais trechos de suas obras, onde a ausência da disputa permite uma maior liberdade de pesquisa e escrita, aponta neste sentido, pois ao aspecto mais delicado, que ensejou toda a elaboração do trabalho dos autores, o documento escrito e oficial assume a condição de elemento fundamental.

Todos os informes sobre a participação de Cruz Alta, na Revolução Farroupilha, apresentavam-se incompletos, contraditórios e, na maior parte das vezes, desacompanhados dos indispensáveis documentos históricos. As primeiras pesquisas, partiram das “Efemérides Cruz-altenses” as quais constituíam informações fragmentárias, sujeitas à revisões, eis que, seguidamente, em desacordo com os registros oficiais, constantes no Primeiro Livro de Atas da Câmara de Vereadores da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta.<sup>411</sup>

Assim, o documento é um registro escrito, via de regra de caráter oficial ou de alguma maneira ligado às instituições oficiais, principalmente o Estado, mas não apenas ele. Além disso, a comparação entre o uso do documento e das demais fontes permite reforçar a idéia de hierarquização de que já tratamos em capítulo anterior. Nesse sentido, o documento é, ao mesmo tempo, uma entre várias fontes e “a” fonte, pois entre todas é a mais qualificada e pertinente.

Estas características, porém, implicam numa série de outras que, por isso mesmo, são inerentes à percepção da figura do documento que possuem os memorialistas locais. Em outras palavras, além de um registro escrito e preferencialmente oficial, como é o documento e quais são as suas potencialidades? Como o documento exercia a sua tarefa primordial de registrar a história? Belém, ao afirmar categoricamente *acreditar mais no documento oficial*<sup>412</sup>, demonstra como esta visão acerca do documento é compartilhada e evidenciada por todos os memorialistas locais.

De uma forma geral, o registro do documento era algo *definitivo, para todo o sempre, visando a história e a posteridade*<sup>413</sup>. Assim, sendo imutável, era uma espécie de fotografia do fato a que dizia respeito. Nesse sentido, o memorialista santa-mariense João Belém chega mesmo chamar um determinado documento de *fotografia dos costumes da época*<sup>414</sup>.

---

<sup>411</sup> ROCHA. op. cit., p. 41.

<sup>412</sup> BELÉM. op. cit., p. 243.

<sup>413</sup> ROCHA. op. cit., p. 146.

<sup>414</sup> BELÉM. op. cit., p. 124.



De fato, o documento era percebido com uma espécie de registro fotográfico, que captaria o momento histórico e o manteria, preservando seu conteúdo para a posteridade. Era uma ilustração fiel da história, ou seja, ao consultar o documento o pesquisador se depararia diretamente com a história registrada, de maneira plena e definitiva, em suas linhas. Por outro lado, esta idéia de fotografia parece desconsiderar a figura do “fotógrafo” enquanto pessoa. Mais precisamente, o documento seria um registro que de certa forma independeria da pessoa que o registrou. Sendo percebido como algo *insuspeito*<sup>415</sup> e despido de interesses que não fossem única e exclusivamente a preservação para a posteridade daquilo que estava retratado, era, portanto, *excludente de qualquer possibilidade de discussão*<sup>416</sup>.

As considerações de Prudêncio Rocha sobre a petição para a construção da capela são, neste sentido, exemplares:

Essa informação constitui a fonte inicial que nos revela os primórdios do povoamento de Cruz Alta e deve ser tomada como pedra angular da história. O relato procede de uma fonte idônea, insuspeita, de quem viveu e acompanhou as lutas da formação desta comunidade (...). A essa fonte, não cabe argüir nenhuma objeção séria, do ponto de vista histórico, por ter sido um relato feito de forma singela, visando exatamente a posteridade.<sup>417</sup>

Nesta perspectiva, pois, o documento era algo inocente, sem outro objetivo que não fosse o de registrar. E por isso mesmo o fazia de maneira plena, ou seja, captava e comportava o fato histórico em sua totalidade, e sua reprodução serviria para, literalmente, *ilustrar a história*<sup>418</sup>, *esclarecendo os fatos em toda sua plenitude*<sup>419</sup>.

Dessa forma, se o documento comportava a própria história, a escassez de documentos ou sua ausência implicaria, necessariamente, na *falta de elementos para acompanharmos a marcha da evolução social e histórica*<sup>420</sup>. E tal constatação pode ser verificada em dois níveis, o da história enquanto forma de conhecimento e até mesmo enquanto processo humano, o que torna novamente possível perceber a diferenciação entre o documento e as demais fontes. A ausência de fontes bibliográficas, de relatos orais ou fontes escritas não-materiais não é considerada, em momento algum, como empecilho para a elaboração de uma obra de cunho

---

<sup>415</sup> ROSA. op. cit., p. 108.

<sup>416</sup> *Ibidem*.

<sup>417</sup> ROCHA. op. cit., p. 23.

<sup>418</sup> *Idem.*, p. 17.

<sup>419</sup> BELÉM. op. cit., p. 21-22

<sup>420</sup> ROCHA. op. cit., p. 61.

histórico. A inexistência do documento, porém, parece ser de tal maneira determinante que os autores preferem se justificar a tecer algum tipo de especulação. O documento é, portanto, fundamental para a história enquanto forma de conhecimento:

É a primeira vez que tais fatos vêm a lume, e deve ser lastimado o desaparecimento, que acredito haver sido proposital, de parte dos arquivos da câmara e da totalidade dos documentos da Intendência de São Martinho, com o que ficou bastante prejudicada a divulgação e apreciação de outros acontecimentos do histórico município.<sup>421</sup>

Entretanto, os memorialistas evidenciam uma outra perspectiva, bastante peculiar, pela qual até mesmo a história enquanto processo humano depende da figura do documento. Isto porque nem tudo seria história. Beltrão, por exemplo, ao analisar os eventos que poderiam ser considerados como marco do início do povoamento luso-brasileiro na região de Santa Maria, afirma que *todas as hipóteses de povoamento anteriores a novembro de 1797 devem ser postas em quarentena até a cabal demonstração, à vista de documentos ainda não exumados dos arquivos*<sup>422</sup>. Assim, haveria acontecimentos e eventos de natureza ordinária e aqueles fatos que realmente seriam históricos, sendo estes últimos apenas aqueles que foram registrados nos documentos, mesmo que ainda não tenham sido “exumados dos arquivos”. A historicidade destes fatos, portanto, não dependia apenas de sua dimensão e repercussão. Em última análise, o acontecimento somente se tornaria histórico se fosse devidamente documentado. Em certos casos, portanto, era o documento que dava historicidade ao fato.

No período agitado e glorioso da história sulriograndense que vai desta data até a proclamação da paz de Ponche Verde, a 28 de fevereiro de 1845, paupérrima é a crônica santamariense, à míngua de fontes informativas e de fatos importantes, a não ser os que vão ser assinalados nesta Cronologia, que são bem pálidos se comparados aos ocorridos em outros pontos do território gaúcho, empolgado pela Guerra dos Farrapos. Talvez que nos arquivos farroupilhas de Cachoeira, a que pertencia a Santa Maria como 4º distrito, queimados em praça pública, a 11 de julho de 1840, pelo major imperial José Vitor de Oliveira Pinto, por ocasião da tomada da vila pelas forças legais na véspera, muito se tenha perdido para a história santamariense desse período tão obscuro.<sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 7.

<sup>422</sup> Idem., p. 10.

<sup>423</sup> Idem., p. 35-36.

Mozart Pereira Soares também é exemplar neste aspecto, pois sob sua perspectiva a expedição exploradora de Athanagildo Pinto Martins somente ganha pleno significado histórico a partir do momento em que fora encontrada a documentação que lhe dizia respeito:.

...a mais fértil em conseqüências de todas essas marchas, militares ou exploratórias, para o povoamento de Cruz Alta e adjacências, foi a expedição de Athanagildo Pinto Martins. Antes de se conhecer este e outros documentos relativos à citada expedição, o que se sabia da mesma era devido a Hemetério José Veloso da Silveira. Baseou-se ele, num manuscrito que lhe confiou em Porto Alegre o Major João Cipriano da Rocha Loures, filho do Capitão de Milícias Antônio da Rocha Loures, comandante da expedição, segundo o citado documento. É a primeira excursão bem documentada que se realizou nas adjacências da Palmeira primitiva. Pela leitura desse documento o Alferes Athanagildo Pinto Martins teria ...<sup>424</sup>

Em outro ponto de sua obra, ao aludir sobre a importância do Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio da Palmeira como fonte documental, o memorialista palmeirense menciona *dez páginas que, se não forem de seu próprio punho devem ter sido ditadas pelo Cônego que esteve como vigário de Palmeira das Missões de 1871 a 1874 e nos deixou gravada a história da fundação de sua paróquia*<sup>425</sup>. O que segue é única e simplesmente este registro, de forma que o relato de fundação da paróquia é percebido e apresentado como a própria fundação da mesma.

Também podemos perceber este aspecto diante da polêmica que baliza os trabalhos de Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa. O ato de fundação e o fundador propostos por cada um destes autores têm como alicerces os pretensos documentos de fundação. A partir do momento em que uma das versões era tida como comprovada pela figura do documento e, por conseguinte, verdadeira, não apenas o documento oposto perdia sua aplicabilidade, mas o fato que dizia respeito perdia sua historicidade. Isaltina Rosa, por exemplo, ao desqualificar a versão proposta por Prudêncio Rocha, menciona também outras versões sobre a fundação de Cruz Alta, e ao desconstruí-las procede exatamente desta maneira, afirmando que se os pretensos fundadores realmente existiram e antecederam Vidal José do Pilar, nenhum vestígio deixaram para comprovar:

---

<sup>424</sup> SOARES. op. cit., p. 103.

<sup>425</sup> Idem., p. 114.

Mas não nos cabe aqui contestar o inteiro teor do livro que elege outro nome, o de João José de Barros para ser o fundador da cidade e examinar todas as suas contradições. A outros nomes se tentou atribuir o mesmo fato como o do senhor Gabriel Carvalho, o Bulcão e o do Cônego José Napoles Massa. Josino dos Santos Lima na sua “Lenda Histórica da Cidade do Divino Espírito Santo” atribui a fundação a um João Rodrigues que, se de fato existiu não deixou vestígios para comprovar.<sup>426</sup>

Assim, a fundação da cidade seria aquela que fora registrada, que passara da condição de acontecimento ordinário para a de fato histórico. E o responsável por este feito era, fundamentalmente, o documento.

Como já apontado, o documento, nesta perspectiva, comporta a história. Isto resumiria a tarefa do pesquisador da história ao “simples” trabalho de busca e descoberta, organização e publicação das fontes e, principalmente, documentos que obtivesse. Entretanto, mesmo que não haja qualquer tipo de reflexão mais profunda dos memorialistas acerca do próprio trabalho que desempenham, é possível detectar alguns critérios comuns para a utilização do documento. Ainda que fosse algo bastante distante de uma crítica documental tal como a percebemos atualmente, o uso do documento teve, de fato, alguns princípios.

O primeiro e de certa maneira o mais significativo entre eles era a manutenção de sua integridade. Tal procedimento é perfeitamente compreensível e até mesmo previsível se atentarmos para a já aludida concepção dos memorialistas de que o documento comporta plenamente o fato a que diz respeito. Se o documento ilustra fielmente, a sua integridade é essencial para a ilustração integral do fato. A sua reprodução está associada, portanto, à idéia de realidade e, em última instância, veracidade. João Belém é categórico em certo momento quando afirma que reproduziu determinado documento porque não queria *ser menos realista que o rei*<sup>427</sup>. Posto à parte o recurso de eloquência, o que o memorialista santa-mariense procura demonstrar é que o que traz para o leitor é o fato passado reconstituído, transformado em realidade através do “resgate” documental.

Assim, a integridade do documento implica necessariamente na mesma condição da história pesquisada e apresentada ao leitor. Da mesma maneira, qualquer ocultação, mutilação ou deformação no documento acarretaria, necessariamente, no comprometimento do resultado final, posto ter sido não apenas o documento, mas a própria história registrada que sofrera alterações:

---

<sup>426</sup> ROSA. op. cit., p. 106.

<sup>427</sup> BELÉM. op. cit., p. 166.

...mesmo que não pecasse pela base (inadequação), outros pecados teria cometido, em nome de sua verdade particular, o senhor Prudêncio Rocha. Se o documento tão precioso esteve nas suas mãos porque as demais assinaturas não estão em fac símile?<sup>428</sup>

E a constatação desta “falha” não se verifica apenas nos apontamentos de um determinado autor em relação a outro. Esta perspectiva é de tal modo cara aos memorialistas que algumas vezes lhe fazem alusão com relação às suas próprias obras:

Vamos reproduzir na íntegra o documento, que foi copiado do original existente no Arquivo Histórico, de onde se verifica o equívoco do historiador Hemetério Veloso, [...] O documento não apresenta a integral e desejável clareza, mas é definitivo nos pontos a que estamos nos referindo...<sup>429</sup>

Os memorialistas procuram ressaltar constantemente o fato de que um determinado documento utilizado está sendo apresentado, ou no dizer dos próprios autores, reproduzido, de maneira integral, e quando isso não ocorre prontamente apontam tal “falha”. Reproduzir o documento seria, em última análise, reproduzir o próprio fato histórico nas linhas da obra elaborada, e para que este o fosse de maneira plena e completa, o documento em que estava comportado deveria ser apresentado ao leitor da mesma maneira.

Nesse sentido, a integridade é o requisito capital para uma das grandes preocupações dos memorialistas: a autenticidade das suas afirmações e, em última análise, da história que pesquisaram e apresentam. Isto porque o documento, como já vimos, é histórico por natureza e, portanto, sempre válido. O risco estaria então na sua alteração, algo decididamente não recomendado, sob pena de desqualificar e desacreditar o trabalho do autor. O pesquisador não poderia falar nem mais e nem menos do que o documento dissesse, ou melhor, deveria deixar o próprio documento falar, posto ser ele auto-ilustrativo e auto-explicativo, dispensando a sua interpretação.

Não queremos aqui confundir as concepções e pretensões dos memorialistas com o resultado concreto de seus trabalhos. Por certo que a interpretação e a análise dos documentos é uma constante em todas as obras, mesmo que seus autores pretendessem realizar tal

---

<sup>428</sup> ROSA. op. cit., p. 106.

<sup>429</sup> ROCHA. op. cit., p. 36.

procedimento o mínimo possível. Rocha é exemplar nesse sentido ao afirmar que *a mais nos abalçamos em matéria de interpretação política, pela total ausência de documentos, registros ou de jornais da época*<sup>430</sup>. Mas todos os autores parecem ter a consciência de que seria praticamente impossível a simples apresentação de um aparato documental sem tecer as devidas considerações. Estas, porém, não são percebidas como interpretações pessoais, mas sim explicações objetivas sobre em que consistem os documentos apresentados e qual o seu conteúdo. Rocha ressalta em dado momento que sua *dedução apóia-se em documento revestido de definitiva validade histórica*, e afirma também que *a interpretação pode ser contestada*<sup>431</sup>, mas *o dado histórico, nos pontos fundamentais, está amparado em documentos de permanente validade histórica*<sup>432</sup>.

Belém, por sua vez, chega a falar de um “remédio” em determinado trecho, o qual permite perceber que não apenas a análise, mas até mesmo a ironia poderiam se fazer presentes sem que a idéia de objetividade se desvanecesse:

Parece ter havido, em fins do ano anterior, uma espécie de greve, pois adoeceram vários vereadores, não havendo número legal para as sessões, sendo preciso empossar o suplente... É escusado dizer que, com tal remédio, todos os vereadores se restabeleceram da doença que os afastava das sessões da câmara.<sup>433</sup>

Sendo assim, se o documento é sempre válido e se as considerações dos autores somente seriam possíveis se embasadas “objetivamente” nele, o recurso mais recorrente e conveniente aos autores era, como já aludimos, a transcrição literal da documentação utilizada<sup>434</sup>, isto é, sua *cópia textual*<sup>435</sup>. Isaltina Rosa utiliza uma expressão flagrante neste sentido ao afirmar que *para não fazer história já tantas vezes repetida, limitamo-nos a transcrevê-la*<sup>436</sup>.

---

<sup>430</sup> ROCHA. op. cit., p. 72.

<sup>431</sup> Idem., p. 178.

<sup>432</sup> Idem., p. 206.

<sup>433</sup> BELÉM. op. cit., p. 140.

<sup>434</sup> As páginas aqui citadas como exemplos das transcrições feitas pelos memorialistas locais foram selecionadas a fim de ilustrar a presença recorrente e sistemática de tal recurso, havendo pois outras páginas em que o mesmo pode ser verificado. ROCHA. op. cit., p. 20-21, 23, 24, 29, 33, 44-46, 56, 58, 59, 67, 74-75, 77-79, 84, 88, 92, 138-139, 146. ROSA. op. cit., p. 31-50, 103, 107-108, 134, 136-141, 180-183, 186-189. BELÉM, op. cit., p. 14-17, 21-22, 44-46, 85, 140, 186. BELTRÃO. op. cit., p. 12, 21-22, 62-63, 108-114, 171. SOARES. op. cit., p. 94-95, 157.

<sup>435</sup> ROSA. op. cit., p. 103.

<sup>436</sup> Idem., p. 17.

Este procedimento, como já apontamos, tinha como objetivo fundamental garantir a autenticidade, tanto do documento quanto das considerações acerca dele, para o leitor. É interessante notar, porém, que esta integralidade a partir da transcrição comporta, em muitos casos, aquilo que alguns dos autores chamam de “atualização ortográfica”, que nada mais é do que a correção da ortografia de certos documentos muito antigos de acordo com as regras ortográficas vigentes no momento da publicação das obras. Ainda que tal procedimento consista numa alteração, esta não é vista como algo capaz de deformar o conteúdo do documento, ainda que o modifique de certa maneira quanto à forma.

Esta atualização ortográfica somente é possível porque os memorialistas realizam dois procedimentos distintos, apesar de não demonstrarem plena consciência disso, pois utilizam e parecem perceber de maneira indiscriminada tanto o termo transcrição quanto o termo reprodução. Isto porque em alguns casos o que ocorre é, de fato, a reprodução de um documento, através do “fac símile”, ou seja, da fotocópia impressa em meio à obra. Em outros, porém, ainda que falem em reprodução, os memorialistas procedem à transcrição de determinados documentos, estes sim com as ditas atualizações ortográficas. Se esta transcrição é realizada de maneira integral, ou seja, sem deformações de forma e conteúdo – salvo a ortografia – o seu resultado, no entender dos autores que a realizam, é o mesmo que o da reprodução. E este resultado deve ser, necessária e fundamentalmente, a autenticidade do documento e, por conseguinte, da história.

Esta autenticidade está ligada a outra idéia, que por natureza lhe é próxima, mas que não possui o mesmo significado: a de credibilidade. Pouco adiantaria o esforço de pesquisa, os profundos cuidados com a documentação e o tempo despendido com a redação de uma obra se, ao final, o leitor da mesma não se convencesse daquilo que ela apresenta e afirma. Como já apontamos, o alvo de qualquer livro é o leitor. A autenticidade do documento e da história é afiançada por quem escreve, mas a credibilidade do resultado final depende, em última análise, de quem lê. É neste ponto, pois, que a figura do documento ganha todo o seu peso, pois à qualquer pessoa seria possível contestar um dos autores, suas idéias e suas opiniões. Nos trabalhos dos memorialistas, entretanto, não seriam as idéias e opiniões que estariam presentes, mas sim os documentos, e a estes não cabe qualquer objeção, pois são por natureza históricos e verdadeiros. Como exemplo podemos citar o próprio caso da disputa entre Isaltina Rosa e Prudêncio Rocha. A autora cruz-altense contesta e ataca as opiniões e considerações de seu congênere, mas em nenhum momento ataca a figura do documento por ele utilizado e sim sua utilização, isto é, o uso que Rocha teria feito dele.

O documento seria sempre, portanto, histórico e verdadeiro. Sua reprodução ou transcrição afiançariam de maneira incontestável sua autenticidade e, por conseguinte, a validade de sua utilização. Tendo preenchido todos estes requisitos, a obra de cunho histórico elaborada seria necessariamente digna da credibilidade de quem a lesse.

Cabe lembrar ainda que esta credibilidade, de autor e da obra, poderia ser reforçada, de certa forma complementada, através da contribuição de três outros aspectos. O primeiro seria a contemporaneidade do documento ou de quem o elaborou em relação ao acontecimento. O segundo seria o caráter inédito de determinado documento, a *descoberta de elementos que foram surpreendidos na poeira dos arquivos*<sup>437</sup>, o que daria maior destaque à sua utilização e peso ao fato que registra. É dentro destas perspectivas, pois, que Beltrão faz questão de ressaltar o fato de *ter descoberto o registro de nascimento*<sup>438</sup> de um de seus protagonistas e que os documentos sobre São Martinho da Serra eram *todos divulgados pela primeira vez*<sup>439</sup>.

E o último seria a já analisada precisão, isto é, o grau de detalhes factuais presentes no documento, os quais permitiriam maior fidedignidade na reprodução do fato histórico. Todos estes aspectos teriam a capacidade de contribuir, portanto, na credibilidade tão buscada, mas os pontos fundamentais eram, de fato, a integralidade e autenticidade do documento.

Importante ressaltar que todos estes aspectos não são, de fato, exclusividade da figura do documento propriamente dito com relação aos demais tipos de fontes. O elemento que estabelece a diferenciação entre eles é, justamente, a já referida hierarquização. A integralidade e a autenticidade são “mais válidas” ou pelo menos mais valorizadas quando dizem respeito a um documento, da mesma forma que a contemporaneidade, o caráter inédito e a exatidão. Além disso, dado serem a transcrição e a reprodução os recursos preferidos dos memorialistas, estes se aplicam inegavelmente de maneira mais conveniente com relação aos documentos.

Podemos dizer, portanto, que o documento é uma fonte que está mais adiante que as demais fontes. Enquanto estas também têm a capacidade de registrar e de ilustrar, parece que somente o documento tem o poder de provar de maneira cabal. Quando analisamos, no capítulo anterior, a idéia de verdade presente no trabalho dos autores locais, concluímos que esta é percebida como exata e *incontestável*<sup>440</sup>, ainda que não seja absoluta. Podemos agora

---

<sup>437</sup> ROCHA. op. cit., p. 206.

<sup>438</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 31.

<sup>439</sup> Idem., p. 116.

<sup>440</sup> ROCHA. op. cit., p. 200.



completar que esta verdade somente é plenamente alcançável, *superando definitivamente as dúvidas*<sup>441</sup>, através do documento propriamente dito.

É o que se pode perceber a partir da polêmica entre Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa. Ainda que lhes sobre relatos orais e outros elementos passíveis de utilização como fonte, são os documentos escritos e oficiais as pedras angulares de todas as suas construções explicativas. Tal caráter é mais evidente entre os memorialistas cruz-altenses devido à sua disputa, mas também está presente de maneira marcante nos trabalhos dos autores de Santa Maria e Palmeira das Missões.

Sendo assim, se o documento registra, retrata e reconstitui o fato histórico, ele não constitui apenas um vestígio, mas sim uma prova cabal e inquestionável do que se afirma.

A posição de Isaltina Rosa, ao defender a precedência de Vidal José do Pilar quanto à fundação de Cruz Alta, é bastante ilustrativa desta inquestionabilidade. A autora, em suas colocações, ataca basicamente a utilização que Prudêncio Rocha fizera com sua documentação, mas em momento algum os documentos em si. Isaltina afirma que seu congênera se apressa em apresentar um documento que “provaria a verdade” sobre a fundação da cidade, mas que não se tratava do “documento certo”. Era, no dizer da própria autora, um “documento inadequado”. Não obstante, segue Rosa:

E finalmente, mesmo que não pecasse pela base (inadequação), outros pecados teria cometido, em nome da sua verdade particular, o senhor Prudêncio Rocha. Se o documento tão precioso esteve em suas mãos porque as demais assinaturas não estão em fac símile?<sup>442</sup>

Isaltina Rosa não contesta a historicidade do documento, tampouco seu conteúdo. Ataca diretamente a utilização que dele fez Prudêncio Rocha. Isto porque se o documento é sempre histórico e, quando integralmente apresentado, é autêntico, ele por conseguinte é sempre válido e pertinente. Nunca é falso, podendo ser, no máximo, mal utilizado ou “inadequado”.

Esta visão do documento como pleno e autêntico, sempre histórico e passível de utilização decorre da ausência da figura da crítica documental. Como já apontamos anteriormente, não há entre os memorialistas a idéia de que as fontes possam ter sido criadas com outro intento que não fosse o de registrar os fatos para a posteridade, sobretudo com

---

<sup>441</sup> ROCHA. op. cit., p. 200.

<sup>442</sup> ROSA. op. cit., p. 200.

relação aos documentos oficiais. Seriam, por natureza, registros *desinteressados*<sup>443</sup> e *insuspeitos*<sup>444</sup>. E dado serem tais registros, via de regra, estatais, os autores locais partem do pressuposto de uma espécie de “imparcialidade estatal”, isto é, de que o Estado não teria outro interesse que não o de registrar, de maneira inocente e desinteressada, os fatos que lhe diziam respeito e que, na visão dos memorialistas, são por natureza históricos.

Interessante notar que Rocha, ao considerar uma fonte documental como tendenciosa, não titubeia em eliminá-la. Ao não ser inocente e desinteressada ela automaticamente perde sua utilização e até mesmo seu caráter de fonte histórica:

O autor desta obra recebeu, há alguns anos, algumas cartas anônimas em que eram relatados numerosos casos de assassinatos, ocorridos sob o período inicial da República, mas como tais escritos não traziam identificação, foram prontamente destruídos.<sup>445</sup>

Assim, sendo seu conteúdo inquestionável, posto ser a própria história registrada, o documento ganharia todo seu significado e condição basicamente no momento de sua identificação. Isto significa que além de inocente ele também seria algo passivo, ou seja, que aguardava sua descoberta, organização e publicação. É o que demonstra Rocha ao salientar que o documento que eliminaria as dúvidas quanto à fundação de Cruz Alta fora descoberto, achado por Moacyr Domingues, que em seguida o teria identificado, percebendo e divulgando seu valor histórico<sup>446</sup>. Belém chega a ser um tanto dramático, ao afirmar ter arrancado a verdade, isto é, os documentos, das entranhas dos arquivos:

Vencendo, com meu próprio esforço, mil dificuldades que se antepunham o meu firme propósito, fui à Capital Federal onde, horas à fio, dias e dias, vergado sobre a mesa de trabalho, arranquei das entranhas do Arquivo Público e da Biblioteca Nacional a verdade histórica da fundação de Santa Maria.<sup>447</sup>

Há, porém, certos momentos em que o documento não somente deixa de ser passivo como adquire a condição de elemento histórico, isto é, sua elaboração ou sua existência são

---

<sup>443</sup> ROSA. op. cit., p. 109.

<sup>444</sup> Idem., p. 108.

<sup>445</sup> ROCHA. op. cit., p. 117.

<sup>446</sup> Idem., p. 6-8.

<sup>447</sup> BELÉM. op. cit., p. 3.

percebidas e apresentadas pelos memorialistas como fatos históricos. Em outras palavras, dado o fato de interferir ou determinar um acontecimento, o documento acabaria por se tornar uma espécie de agente histórico, que nada teria de passivo neste sentido. É o que se pode deduzir quando Rocha afirma que da petição para a construção da capela *derivou a fundação de Cruz Alta*<sup>448</sup>. Mozart Pereira Soares também evidencia este aspecto ao afirmar que São Borja e Cruz Alta *surgem da resolução do Presidente da Província em conselho*<sup>449</sup> e que *a fisionomia urbana da futura cidade (Palmeira das Missões) muito deve ao Código de Posturas de 1875*<sup>450</sup>.

Para Rocha a fundação de Cruz Alta teria derivado não do esforço humano, do afluxo de famílias, mas sim, do documento que oficializava a existência do povoado. Soares age de maneira extremamente semelhante ao resumir, em sua obra, o surgimento de Cruz Alta e São Borja unicamente ao caráter documental, isto é, à elaboração dos papéis que formalizavam a existência dos dois municípios. É possível perceber como a figura do documento segue como agente histórico em seu trabalho em outros momentos, como quando considera que a fisionomia urbana em muito deveria à legislação municipal, sem mencionar qualquer tipo de ação humana.

Enfim, posto ser um registro diferenciado entre as demais fontes, autêntico, pleno em sua capacidade ilustrativa, prova inquestionável e inocente, o documento encerra qualquer questão histórica. Ao comprovar o fato e a própria história o documento chega, em última análise, à tão perseguida verdade histórica, que como já apontamos não é absoluta, isto é, comporta acréscimos, mas é exata e inquestionável, ou seja, não muda em seu cerne.

Sendo o documento um registro do fato histórico e, por conseguinte, da história, esta pertenceria a quem a registrou, isto é, a documentou. É neste ponto, de fato, que se concentra a disputa entre Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa. Ambos reconhecem a validade dos documentos utilizados, dos eventos aludidos e dos personagens contemplados. A questão gira, portanto, não nestes aspectos, mas nos quais, em seu conjunto, consistiriam na fundação da cidade de Cruz Alta, o que definiria, conseqüentemente, seu fundador. É uma polêmica, portanto, que não apenas depende da figura do documento, mas é provocada pelo mesmo. É ele o elemento que legitimaria uma ou outra versão, pois dele elas emanariam. Esta é a postura e a perspectiva tanto de Isaltina Rosa...

---

<sup>448</sup> ROCHA. op. cit., p. 18.

<sup>449</sup> SOARES. op. cit., p. 132.

<sup>450</sup> ROCHA. op. cit., p. 153.

Vidal “fez” e assinou com os poucos homens alfabetizados que por esta terra andavam, um requerimento à Junta Governativa que administrava o Rio Grande do Sul desde 1820, e em 4 de julho de 1821 foi deferida e atendida a citada petição. O fundador da cidade fez traçar a planta da futura povoação que hoje é a Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta dos nossos dias.<sup>451</sup>

... quanto de Prudêncio Rocha:

Não é verdade que Vidal José do Pilar tenha feito traçar a planta da população muito menos ainda que tenha assinado o requerimento com todos os moradores. Para a edificação de Cruz Alta, pois seu nome não está incluído em qualquer documento e nesse tempo morava em sua estância à margem esquerda do rio Jaguari. Ele só veio para Cruz Alta em 1828, eventualmente em decorrência da invasão de Fructo Rivera nas Missões. De toda a documentação apresentada em Cruz Alta, pelo historiador Moacyr Domingues e dos documentos constantes do Arquivo Público, devidamente identificados neste livro, fica eliminada uma inexplicável distorção histórica.<sup>452</sup>

Por último, cabe ressaltar que esta questão possui uma outra dimensão, pois se o documento define a quem pertence determinada prerrogativa histórica, ou até mesmo a própria história, da mesma forma é necessário perceber que a história pertenceria, em última instância, a quem a registrou. Se foi Vidal José do Pilar quem documentou o ato de fundação do município, ele seria o seu fundador, para com quem os cruz-altenses teriam uma espécie de dívida de gratidão histórica. Se, por outro lado, fora João José de Barros quem documentara o ato oficial de surgimento de Cruz Alta, a ele pertenceriam a prerrogativa e a obrigação de reconhecimento por parte da população. De qualquer forma, ambos são protagonistas de um determinado fato histórico, e como veremos as obras de cunho histórico elaboradas pelos memorialistas são povoadas fundamentalmente por esta figura, a dos protagonistas históricos.

### 3.3. “Muito homem e poucos homens”

Uma das características fundamentais do “fazer história” dos memorialistas locais, como já apontamos, é a presença dos grandes personagens, ou seja, dos protagonistas

---

<sup>451</sup> ROSA. op. cit., p. 96.

<sup>452</sup> ROCHA. op. cit., p. 20.

históricos. Esta última expressão nada tem de fortuito, nem se trata de um recurso semântico que simplesmente ressalta o caráter individual dos agentes históricos. Tal como numa obra de ficção onde a história está atrelada e depende dos protagonistas, a presença e a ação de certos agentes históricos são tidas pelos memorialistas como determinantes dos fatos históricos. É uma história de pioneiros, governantes, líderes, “cidadãos ilustres”.

De certa forma, se esta é uma história que depende dos protagonistas, também é uma história que, na mesma medida, lhes pertence. Diante daquele que “fez” o fato, isto é, fez com que ocorresse, o presente e, principalmente, o futuro deveriam ter uma relação de reconhecimento e de gratidão.

A figura de um protagonista consiste não apenas numa característica fundamental, mas também na motivação capital para a elaboração dos trabalhos de Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa. Houve, de fato, uma espécie de embate “historiográfico” centrado não em perspectivas distintas acerca da percepção e do “fazer história”, tampouco com relação ao processo histórico verificado. Rocha e Rosa não divergem quanto à história, mas sim quanto ao personagem histórico, quanto ao protagonista. Como já apontado, a proposição de Rocha de um novo nome para a condição de fundador da cidade levou Isaltina Rosa à elaboração de sua obra. A demora entre o início do trabalho de pesquisa, nos anos 1960, e a publicação, em 1981, atestam a já analisada preocupação documental presente nas obras e no pensamento dos memorialistas.

Em seu esforço para comprovar a versão de que Vidal José do Pilar teria sido o verdadeiro fundador de Cruz Alta, Isaltina Rosa acaba por fundir a trajetória deste com o surgimento da cidade, tornando-os indissociáveis. A narrativa sobre a fundação tem lugar apenas a partir de um ponto bastante avançado da obra da autora. Antes, Rosa tece considerações sobre as Missões e os territórios que estas abrangiam, e sobre aspectos religiosos, notadamente católicos, descrevendo lendas, cantos e festas. Somente a partir da página noventa e quatro, de um total de trezentas e três, passa a ser tratada a origem do município. Para tanto, a autora utiliza um subtítulo extremamente exemplar de sua percepção sobre a história e, ao mesmo tempo e na mesma medida, conveniente ao objetivo de comprovar sua versão: o sonho do tropeiro<sup>453</sup>.

Dessa forma, a narrativa da fundação de Cruz Alta se inicia não pela trajetória da cidade, mas sim de seu pretense fundador:

---

<sup>453</sup> ROSA. op. cit., p. 94.

... moço corajoso e aventureiro, um tropeiro típico, audaz e destemido. Longa jornada fizera-o sorrir alegremente ao divisar o seu já tão conhecido e simpático “POUSO da CRUZ ALTA”.

Parou na caminhada, desencilhou a sua linda mula, alimentou-se frugalmente, tratou dos indispensáveis cuidados ao animal; e estendendo os arreios, cama magnífica do tropeiro, acomodou-se para um sono reparador.

...sonhou que no local onde parara, aparecia-lhe a Virgem Mãe, rutilante de beleza e firmemente erguida sob tosco pedestal de mármore e olhando-o fixamente e com expressivo carinho, estendeu-lhe as mãos brilhantes de luz, e apontando-lhe um sítio lindo e formado por onduladas colinas, o local onde hoje se ergue a magnífica cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta... “Sou a Virgem do Pilar, tantas vezes invocada e venerada nas fervorosas preces que me diriges. Atenderei teu pedido. Para o local por mim indicado, virás; terás minha proteção, e realizarás teu desejo ardente. Tua vida estabilizar-se-á; será, um dia, o PATRIARCA de abençoada descendência”.<sup>454</sup>

O sonho relatado pela autora parece consistir num misto de premonição e predestinação, que daria existência à cidade no pensamento e na vontade de seu pretenso fundador antes mesmo de ela existir de fato. O grifo feito por Rosa na expressão “pouso da Cruz Alta” não questiona nem altera em nada a idéia de fundação. Logo em seguida, a autora prossegue afirmando que:

VIDAL JOSÉ DE OLIVEIRA era moço tropeiro. Voltou a São Paulo a dar conta do que se passara. E conseguida a licença paterna mudou seu nome de Oliveira para Pilar, em retribuição da insigne graça recebida, formou-se assim o lugarejo onde havia então alguns ranchos de barro cobertos por capim feitos pelos jesuítas.<sup>455</sup>

Como já analisado, a fundação sobre a qual se debruçam e divergem os autores cruzaltenses não consiste propriamente nos primórdios da ocupação humana no território onde mais tarde surgiria o município. A fundação, para ambos, consiste na oficialização da existência do lugar. Portanto, não há nada de paradoxal no fato – não ignorado pelos autores – do “pouso da Cruz Alta” já ser um lugar de passagem de tropeiros onde havia alguns ranchos.

Mas a transcrição deste último trecho tem por finalidade principal não ressaltar o aspecto acima aludido e já analisado anteriormente, ainda que se preste para tanto. Sua leitura deixa evidente o esforço de Isaltina Rosa em fundir a trajetória de Vidal e da cidade de Cruz Alta, pois afirma que, com a troca de sobrenome, “formou-se assim o lugarejo”. Não

---

<sup>454</sup> ROSA. op. cit., p. 94.

<sup>455</sup> Idem., p. 95.

queremos exagerar ou deformar as palavras da autora. Mas nem poderíamos fazê-lo. Isaltina Rosa é categórica e não deixa nenhum espaço entre estes dois atos, isto é, a troca de sobrenome e a “formação do lugarejo”. Pode ter sido uma espécie de desatenção, mas não temos elementos que nos levem a crer nesta hipótese, dada a preocupação com o rigor documental e com a defesa de sua versão, sobretudo neste ponto da obra.

A síntese entre o surgimento de Cruz Alta e a figura de Vidal José do Pilar prossegue a partir de então. A autora encerra o capítulo III, intitulado Uma Cruz, com a descrição do sonho que teria tido o pretense fundador. O capítulo seguinte, intitulado Uma Cidade, tem início justamente com a biografia de Vidal. Dessa forma, Isaltina Rosa ao tratar do surgimento propriamente dito da cidade parte novamente da figura de seu antepassado, tornando-o parte indissociável deste processo histórico. O trecho de introdução do capítulo é expressivo no sentido de demonstrar o peso da figura dos agentes históricos, pois consiste numa espécie de dedicatória *aos bravos de outrora, na caminhada segura em que conduziram nosso futuro*<sup>456</sup>, fazendo assim *a homenagem aos que se foram, na pessoa de Vidal José do Pilar, fundador da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*<sup>457</sup>.

O que a autora propõe é, portanto, uma homenagem “aos bravos de outrora” e “aos que se foram”, através da biografia do “fundador”. Em poucas linhas Isaltina deixa evidente o peso da figura dos protagonistas históricos, mesmo que ainda não mencione claramente outros além de seu antepassado, pois não há qualquer menção ou demonstração velada de preocupação ou atenção para com a história propriamente dita. O alvo inicial das considerações que se seguiriam, fica evidente, eram os personagens e não os fatos, sozinhos ou numa perspectiva de conjunto. Após uma rápida descrição da trajetória individual de Vidal José do Pilar, a autora procede a apresentação dos nomes de seus filhos, que assim se tornam personagens históricos simplesmente pelo fato de descenderem do pretense fundador da cidade. Os primeiros documentos apresentados neste capítulo, que tem como função desmentir a versão de Prudêncio Rocha, não são os documentos que provariam a primazia de Vidal quanto à fundação do município, mas sim sua certidão de casamento e do registro das sesmarias que lhe pertenciam na região.

Somente após todas estas considerações e documentos, centrados unicamente na figura de Vidal José do Pilar, a autora passa a tratar da questão da fundação. Isto, porém, não significa que seu foco se desvie da figura do protagonista para a do fato. O primeiro alvo das

---

<sup>456</sup> ROSA. op. cit., p. 97.

<sup>457</sup> Ibidem.

contestações não é o ato de fundação tido como incorreto, mas sim a figura do fundador, ou seja, de João José de Barros.

A obra de Prudêncio Rocha, por sua vez, inicia-se justamente no que tange a este ponto delicado. Apesar de ter sido publicada antes que a de Isaltina Rosa, a versão que defende é posterior e por isso mesmo procura desde os primeiros momentos se consolidar através da argumentação do autor e da documentação apresentada. A organização do trabalho de Rocha comporta dezoito capítulos numerados, alguns com e outros sem título, além de uma introdução com título flagrante de seus objetivos: os fundadores de Cruz Alta, na qual o autor diz cumprir o dever de homenagear as trinta pessoas que assinaram o requerimento para edificar uma capela no povoado, isto é, os *verdadeiros fundadores de Cruz Alta*<sup>458</sup>. A condição diferenciada de João José de Barros entre os trinta fundadores como “o fundador” seria devido à sua iniciativa de reuni-los para tal fim. Dessa forma, caberia ao tropeiro o reconhecimento como fundador do município pelo seu pioneirismo e por sua liderança, características iminentes a um protagonista histórico.

As figuras de Vidal José do Pilar e João José de Barros consistem em protagonistas históricos não somente pelo fato de serem considerados fundadores. Não é apenas a atribuição que lhes é conferida, mas também o tratamento que lhes é dispensado pelos autores que os torna, dentro de cada trabalho, protagonistas. Seus dados biográficos, suas pretensas características, seus laços familiares, tudo aquilo que lhes é relacionado é trabalhado com mais atenção e detalhamento. Isaltina Rosa, após tratar da fundação através da trajetória de Vidal José do Pilar, apresenta os dados biográficos de um de seus filhos e um de seus genros, posteriormente líderes políticos locais, que teriam *concorrido para o engrandecimento do município*.<sup>459</sup> Prudêncio Rocha, por sua vez, dispensa boa parte do capítulo I, sem título, à pessoa de João José de Barros, ainda que se concentre notadamente ao pretense episódio da fundação.

É importante ressaltar, neste sentido, que a contestação de uma das versões e, por conseguinte, da condição de fundador não retira, em nenhum dos casos, a condição de protagonista. Ainda que Prudêncio Rocha procure desconstruir a versão que privilegia Vidal José do Pilar como fundador de Cruz Alta, seu esforço acaba por colocá-lo num plano privilegiado entre as demais figuras mencionadas em seu trabalho. O mesmo faz Isaltina Rosa com relação a João José de Barros, por mais que procure não mencionar seu nome de maneira

---

<sup>458</sup> ROCHA. op. cit., p. 7.

<sup>459</sup> ROSA. op. cit., p. 97-118.



freqüente. O ataque ou a contestação de uma versão implica necessariamente na contemplação de ambas as figuras, reforçando o caráter individual e a condição de protagonistas.

Por certo que há outros atores históricos que são percebidos e tratados de maneira semelhante nos trabalhos de Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa, mas nenhum recebe tamanho destaque quanto os pretensos fundadores, posto serem, além de protagonistas, de certa forma os próprios motivos fundamentais da elaboração de cada uma das obras. Quando falamos que há “muito homem e poucos homens”, queremos ressaltar o prisma da individualidade pelo qual são apresentados os agentes históricos. Os memorialistas locais não ignoram a existência de grupos sociais específicos e têm plena consciência de que cada um destes agentes pertence a um determinado grupo. Contudo, a ação é percebida num plano individual, sobretudo no que tange às causas ou motivações de um fato histórico – lembrando sempre a percepção da história como um eixo linear de causas e conseqüências.

Assim, Isaltina Rosa, ao se debruçar sobre a presença dos jesuítas no território missioneiro, acredita ser necessária a menção de alguns de seus nomes como forma de homenageá-los, sobretudo quando destaca o Povo de São João Batista, analisado basicamente através da figura do padre Antonio Sepp. De fato, a autora cruz-altense é aquela que, entre todos os memorialistas por nós analisados, apresenta de maneira mais flagrante esta percepção do protagonista enquanto agente histórico fundamental, de tal maneira que em boa parte de sua obra não são os agentes que aparecem através dos fatos, mas sim estes que surgem à medida que determinados protagonistas são biografados. É o que ocorre quando a chamada Guerra Guaranítica é apresentada através da lenda de Sepé Tiaraju<sup>460</sup>, quando a trajetória da Igreja Católica em Cruz Alta é refeita basicamente com a apresentação dos dados biográficos dos padres que se sucederam na paróquia local<sup>461</sup>, ou quando a imprensa e o magistério são tratados por meio da biografia das pessoas ligadas aos respectivos meios<sup>462</sup>.

Mas dada a percepção da história como palco principalmente dos acontecimentos político-administrativos e militares, são os chefes e líderes locais desta natureza aqueles que concentram a maior atenção por parte da autora, ocupando mais de cinquenta páginas do total do trabalho. Para se ter uma idéia, a guerra civil de 1893-1895 – a chamada Revolução Federalista – não ocupa mais do que três parágrafos, sendo um deles dispensado apenas para a menção dos nomes dos líderes de cada facção<sup>463</sup>. Entretanto, um único episódio envolvendo um cidadão considerado por Rosa como *um filho entre os bravos de Cruz Alta* ocupa três

---

<sup>460</sup> ROSA. op. cit., p. 21-30

<sup>461</sup> Idem., p. 78-86

<sup>462</sup> Idem., p. 177-212.

<sup>463</sup> Idem., p. 119.

páginas<sup>464</sup>. O mesmo ocorre com outros chefes locais, como Firmino de Paula e José Gabriel da Silva Lima, personagens que além de ter suas biografias apresentadas, são os eixos condutores de quase toda a narrativa sobre as lutas políticas do município no início do século XX<sup>465</sup>.

Outros personagens são biografados pela autora no decorrer do livro, dentro da perspectiva já aludida de que muitas vezes alguns se tornam agentes históricos pelo simples laço de parentesco com outro considerado da mesma maneira. É o que ocorre com relação aos filhos de Vidal José do Pilar<sup>466</sup> e com alguns membros da família Veríssimo<sup>467</sup>. Algo que denuncia o quanto Isaltina Rosa considera seu trabalho não como algo de natureza biográfica, mas como a história propriamente, é o fato de reservar algumas das páginas finais de sua obra com o subtítulo de Seção Biographica, a qual não tem um limite propriamente definido, posto não haver outro subtítulo subsequente, mas que mescla dados sobre determinadas personalidades com a trajetória de entidades locais<sup>468</sup>. Assim, se há uma seção biográfica, depreende-se que os trechos anteriores não consistiam em biografias, posto não estarem no trecho que lhes seria reservado. Eram portanto, história, isto é, parte da história de Cruz Alta.

Cabe ressaltar também que muitos dos biografados têm, tal como Vidal José do Pilar, laços de parentesco com a autora. É o caso dos membros da família Veríssimo, Laurentina Vidal do Pilar<sup>469</sup> e do tenente-coronel Olympio Antonio dos Santos Rosa, homônimo do esposo de Isaltina Rosa, do qual não conseguimos informações para afirmar se era o próprio ou algum parente bastante próximo, o que da mesma forma estabeleceria os ditos laços<sup>470</sup>.

Prudêncio Rocha é, de certa forma, menos “biográfico” do que Isaltina Rosa, ou seja, não chega a dar mais ênfase aos dados biográficos do que aos fatos, tampouco trata dos acontecimentos através das biografias. Contudo, isto não significa que para este autor a história não seja fruto da ação de agentes históricos privilegiados. A própria iniciativa de escrever “a História de Cruz Alta” para corrigir aquilo que considerou um erro histórico e legar a João José de Barros a condição que lhe seria devida evidencia a percepção deste autor. Não obstante, há outros trechos que reafirmam e reforçam esta visão.

Na segunda edição, de 1980, logo na folha de rosto após a capa há um pequeno aviso do próximo lançamento do autor: Homens que Constroem a História de Cruz Alta. O título da

---

<sup>464</sup> ROSA. op. cit., p. 120-122.

<sup>465</sup> Idem., p. 128-142

<sup>466</sup> Idem., p. 101

<sup>467</sup> Idem., p. 239-248.

<sup>468</sup> Idem., p. 239-272.

<sup>469</sup> Idem., p. 267-268

<sup>470</sup> Idem., p. 151-157

obra que não sabemos se chegou a ser publicada ou se teve seu nome alterado para Terra de Pastores e Guerreiros consiste não apenas num exemplo, mas na própria personificação do prisma que aqui procuramos evidenciar. Além disso, ao contrário de Isaltina Rosa, que divide seu trabalho em apenas quatro capítulos, estando a maioria dos protagonistas no último deles, Rocha os distribui de maneira mais equânime entre os dezoito capítulos de sua obra – ainda que não haja nenhum traço ou indício que leve a crer ser esta uma postura plenamente deliberada. Como já dito, posto ser a questão da fundação o ponto de partida do autor, é a figura de João José de Barros que ocupa o maior destaque nos trechos iniciais do trabalho, secundada pela de Vidal José do Pilar<sup>471</sup>, ou seja, os protagonistas da polêmica sobre a fundação de Cruz Alta.

O segundo capítulo, intitulado A Exploração do Território, tem como destaque as figuras de Cristiano Uflacker e Athanagildo Pinto Martins, percebidos como fundamentais para a configuração territorial do município<sup>472</sup>. Da mesma forma o capítulo seguinte, reservado aos eventos relacionados à Guerra Farroupilha, destaca a ação ou até mesmo a simples presença de chefes políticos e militares como o próprio Vidal José do Pilar, Antônio de Melo Albuquerque, Sebastião Barreto, José Gomes Portinho, entre outros<sup>473</sup>. O quarto capítulo, por sua vez, tem a maior parte de suas páginas reservada aos nomes dos grandes proprietários de terras no período de formação do município, tratados como “primeiros moradores”.

Não pretendemos, por não crer ser necessário, apresentar cada um dos protagonistas em cada capítulo. A postura adotada no trecho anterior tem uma finalidade ilustrativa quanto a algo que se repete de maneira sistemática em toda a obra de Rocha. Os nomes que o autor cita durante todo o trabalho são percebidos e tratados como “de tal maneira vinculados à história de Cruz Alta que devem ser inscritos em suas galerias”<sup>474</sup>. Tal como no caso Isaltina Rosa, é no campo dos acontecimentos políticos e militares que a atenção do autor se concentra, tendo os protagonistas a eles relacionados, dessa forma, seu destaque ampliado. O exemplo mais flagrante é o de José Gabriel, líder político bastante citado no trabalho de Rosa e que na obra de Rocha é tratado com ênfase desde o oitavo até o décimo capítulo, estes reservados aos acontecimentos relacionados às lutas políticas entre o fim do século XIX e o início do século XX. Outro exemplo é o capítulo reservado aos acontecimentos à chamada Revolução de 24,

---

<sup>471</sup> ROCHA. op. cit., p. 10-33.

<sup>472</sup> Idem., p. 33-38.

<sup>473</sup> Idem., p. 39-55.

<sup>474</sup> A expressão em sua forma original diz respeito à “galeria dos primeiros habitantes”, mas acreditamos ser ilustrativa e, portanto, utilizável quanto à percepção do autor acerca dos agentes históricos.

sendo que as suas duas únicas páginas tratam da morte de Aragão Bozano como o evento que personifica a passagem da Coluna Prestes pela cidade de Cruz Alta, sem, no entanto, sobrepor a biografia ao fato histórico propriamente dito<sup>475</sup>.

Por fim, cabe ressaltar também que entre as quatorze fotos apresentadas ao final do trabalho, metade é de intendentes e prefeitos municipais, algo que reafirma e reforça o caráter individual e sua pretensa presença na história de Cruz Alta.

Da mesma forma que os memorialistas cruz-altenses, os autores de Santa Maria e Palmeira das Missões não apenas privilegiam determinados agentes históricos, mas também escolhem alguns dentre eles para ganhar maior destaque ainda, tal como Vidal José do Pilar e João José de Barros entre os demais apresentados por Isaltina Rosa e Prudêncio Rocha.

Sejamos mais específicos. Quando falamos em protagonistas queremos ressaltar o caráter individual pelo qual são percebidos e tratados os agentes históricos, mesmo quando são apresentados como membros de um determinado grupo. Assim, quando algum dos memorialistas fala em fundadores, primeiros moradores, líderes, no plural, isto não descaracteriza o caráter individual, pois aquilo que os diferencia do restante da população na mesma medida os individualiza. Assim sendo, mesmo quando há um tratamento no plural, o que temos é, de fato, uma história de protagonistas. Pode ser até mesmo uma história movida por indivíduos, no plural, mas nunca é uma história movida por um grupo, no singular.

João Belém é exemplar nesse sentido. Ao iniciar sua obra com a chamada Santa Maria lendária identifica dois grupos humanos: os índios minuanos e os luso-brasileiros. Entretanto, estes são personificados por dois personagens, a índia Ymembui e o bandeirante Rodrigues, que teria adotado o nome indígena de Morotin e se casado com esta. Ainda que tal lenda não seja de autoria de Belém, ela se encaixa perfeitamente na visão deste autor, posto proceder da mesma maneira nos capítulos posteriores. Dado o eixo linear cronológico característico do “fazer história” dos memorialistas, o autor parte da demarcação dos limites entre as terras espanholas e portuguesas no sul da América, estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). A cidade de Santa Maria teria se originado do acampamento de uma sub-divisão da comissão demarcadora, instalado em 1787, mas ainda que o contingente humano ali presente ultrapassasse cem pessoas – de acordo com o próprio Belém –, somente os oficiais tem seu nome citado. Quanto aos demais membros – artífices, soldados, peões, mulheres e crianças – é apenas citada sua quantidade, e no caso dos dois últimos grupos numa estimativa aproximada<sup>476</sup>. Assim, se o surgimento da cidade deveria ser lembrado como fruto de um

---

<sup>475</sup> ROCHA. op. cit., p. 157-158.

<sup>476</sup> BELÉM. op. cit., p. 22-23.

acampamento militar, da mesma maneira seria necessário recordar o comandante deste acampamento, cel. Francisco Rossio, que desta forma seria uma espécie de responsável pelo surgimento posterior de Santa Maria, um homem que por sua ação e liderança teria determinado os rumos posteriores da história. Portanto, um protagonista.

O pioneirismo como atributo que consagra um agente histórico como protagonista, e que por conseguinte permite e até mesmo exige a menção de seu nome, aparece de maneira sistemática com relação aos batizados e casamentos. Entretanto, também diante dos chamados fundadores, Belém procura concentrar maiores atenções. Lembremos antes que tal como os memorialistas cruz-altenses, o autor santa-mariense percebe a fundação não como o momento da chegada e estabelecimentos dos primeiros habitantes, mas sim a oficialização da existência do povoado, através da provisão que criava o Curato de Santa Maria<sup>477</sup>. Dessa forma, os protagonistas anteriores, do acampamento, não seriam os fundadores da cidade:

Conforme decorre da provisão transcrita, em princípios de 1812 os ‘moradores e aplicados’ da Capela do Acampamento de Santa Maria (denominação do local, embora não mais existisse ahi capela nem acampamento) requereram ao poder competente, uma capela curada para o povoado que tanto se desenvolvera de 1797 a 1812.

Esses ‘moradores e aplicados’ são, pois, os fundadores de Santa Maria. No ano referido existiam na povoação e seus arredores uma centena ou mais de índios guaranys, número mais ou menos igual de escravos negros e oitenta e quatro famílias das quais eram cabeças de casal os povoadores:...

São citados em seguida os oitenta e quatro chefes de família, ao contrário dos negros e índios. Quanto às mulheres, que ficasse subentendido serem elas parte componente das ditas famílias ou dos outros dois grupos... Por outro lado, entendamos nós que a expressão cabeças de casal significa além do sexo masculino a condição de proprietário de terras. Sendo assim, entre os fundadores há aqueles que merecem ter seu nome mencionado, pois seriam, por sua condição social, parte integrante da história de Santa Maria. Não obstante, o autor segue dizendo:

---

<sup>477</sup> BELÉM. op. cit., p. 43-44.

<sup>478</sup> Idem., p. 44-45.

Entre os fundadores de Santa Maria, alguns notabilizaram-se pelo entranhado amor que dedicaram à terra, esforçando-se para conservar a união do núcleo promissor, auxiliando moral e materialmente o seu desenvolvimento [...].

Entre os esforçados batalhadores, ocupam o primeiro plano: capitão Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, Manoel dos Santos Pedroso, Antonio da Costa Pavão, Bento Gonçalves Chaves e o sargento-mor Manoel da Rocha e Souza.<sup>479</sup>

Tem lugar então uma pequena biografia de cada um destes “fundadores que ocupam o primeiro plano”<sup>480</sup>. João Belém é, de fato, bem menos “biográfico” do que Isaltina Rosa – todos os autores o são – mas não deixa de recorrer às biografias. Quando o faz, não é da maneira fortuita ou casual, mas sim tendo em vista agentes históricos que considera realmente merecedores de maior atenção. Por isso mesmo cita o nome dos oitenta e quatro moradores que considera como fundadores da cidade – agentes históricos – mas entre eles destaca aqueles que notabilizaram-se, que protagonizaram os eventos e até mesmo o contexto em que viveram.

Outro elemento por assim dizer mais atenuado em Belém é o destaque numa figura específica. Exemplo disso é o fato de identificar oitenta e quatro fundadores, destacando entre eles não apenas um, mas sim cinco. Por certo que no decorrer do trabalho os chefes políticos e militares, administradores e autoridades públicas, aparecem com frequência e certo realce. Contudo, o outro grande alvo do foco do autor, elevados assim a condição de protagonistas não apenas históricos, são as famílias de imigrantes alemães.

Recebem destaque as primeiras famílias a chegarem ao município, dado o seu pioneirismo nesta tarefa<sup>481</sup>, mas principalmente aquelas que mantiveram relevo no quadro social local. São elas as famílias Niederauer, Weinmann e Appel, das quais Belém cita matrimônios e descendentes, reservando um bom número de páginas de seu trabalho<sup>482</sup>.

Não obstante, da mesma forma que os autores cruz-altenses, quando fala de aspectos como imprensa, educação, religião, entidades e associações, embates militares, João Belém os trata dando destaque aos dados biográficos daqueles que considera os agentes históricos pertinentes em cada um dos casos – jornalistas e proprietários de jornais, professores, sacerdotes, dirigentes e líderes militares. Mesmo assim, o autor não deixa de reservar o trecho final de sua obra aos que considera “Santamarienses Ilustres”, em sua maioria intelectuais e pessoas ligadas ao meio cultural ou comercial.

---

<sup>479</sup> BELÉM. op. cit., p. 46.

<sup>480</sup> Idem., p. 46-52

<sup>481</sup> Idem., p. 92-96.

<sup>482</sup> Idem., p. 96-108

Por sua vez, o primeiro protagonista apresentado por Romeu Beltrão poderia levar à idéia de que, ao contrário do que já afirmamos, há grandes diferenças, ou pelo menos uma diferença fundamental entre sua percepção acerca da história de Santa Maria e aquela apresentada por João Belém no seu trabalho. Isto porque Beltrão escolhe o ano de 1787 como marco inicial de sua cronologia, dado ter sido nesta data que José de Saldanha, no comando de uma partida da comissão responsável pela demarcação dos limites entre as terras de Portugal e Espanha, chegou ao Rincão de Santa Maria<sup>483</sup>. Contudo, mesmo antes de esclarecer ser este seu ponto de partida, o autor já havia afirmado ser incontestado o fato, posto ser documentado, de que a cidade de Santa Maria teria surgido a partir do acampamento da 2ª. subdivisão da Comissão de Demarcação de Limites, comandada pelo cel. Francisco Rossio<sup>484</sup>.

Mesmo assim, é José de Saldanha – que também é fonte para o autor – e não Francisco Rossio o primeiro protagonista do trabalho de Beltrão. Isto porque é em seu comandante e não na referida partida da comissão que se concentra o foco e o texto do autor. É sempre Saldanha que *atinge*<sup>485</sup> o local determinado, *levanta acampamento*<sup>486</sup>, *cruza o arroio*<sup>487</sup>.

As passagens em que o nome de Saldanha aparece não são, de fato, muitas, mas dado o formato de cronologia adotado por Beltrão, a menção de um determinado nome em mais de uma data ou trecho do trabalho já denota certo destaque. Não obstante, o que nos permite ver no tratamento dispensado a este agente histórico algo que o torne diferenciado, um protagonista, é a sua individualidade no texto, a qual acaba sendo transmitida e percebida como algo natural e intrínseco à história. Por certo que o fato de comandar a referida partida não poderia ser ignorado pelo autor, mas as ações subseqüentes são apresentadas não como da partida, isto é, de um grupo de homens, mas sim de Saldanha, como se os fatos dele dependessem e, por conseguinte, a ele pertencessem.

O mesmo se dá, ainda que com menor destaque, com relação aos fatos ligados à medicina, área de formação do autor. Beltrão faz questão de mencionar fatos como a primeira extirpação de um cisto ovariano<sup>488</sup> e a epidemia de gripe espanhola na cidade<sup>489</sup>. Quanto ao primeiro caso cita o nome dos quatro médicos que realizaram a cirurgia, mas não faz nenhuma alusão à paciente ou aos demais profissionais que por ventura estivessem envolvidos. No segundo, menciona os nomes dos mortos e dos médicos que permaneceram no

---

<sup>483</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 14.

<sup>484</sup> Idem., p. 9.

<sup>485</sup> Idem., p. 19.

<sup>486</sup> Idem., p. 20.

<sup>487</sup> Idem., p. 20.

<sup>488</sup> Idem., p. 125.

<sup>489</sup> Idem., p. 133.

município e enfrentaram a epidemia. Em ambos os casos, o que temos é uma história de nomes, ou melhor, de alguns nomes. De médicos dignos de nota por seu pioneirismo ou por sua coragem. De vítimas heróicas diante de uma peste incontrolável. De protagonistas dos eventos de que participaram.

Entretanto, o formato de cronologia, posto ser mais pontual, não facilita a apresentação de biografias mais extensas ou mesmo dados biográficos que extrapolem em muito os limites temporais de determinado tópico. Por isto mesmo que no trabalho de Beltrão o que encontramos com mais freqüência é a menção de nomes, relacionando-os aos fatos de forma a atrelá-los e tornando-os protagonistas dos mesmos, portanto, mas sem a presença de muitos dados biográficos. Entre todos os memorialistas Beltrão é, de fato, o que menos faz uso destes dados e o que em menor medida mescla os fatos às trajetórias de seus protagonistas. Contudo, isto não quer dizer que em dados momentos, ainda que com menos intensidade, não o faça.

Exemplo disso é a alusão à morte de Manuel dos Santos Pedroso num tópico exclusivo, unicamente por ser pai de Maneco Pedroso, *herói das lutas contras os espanhóis*<sup>490</sup>. O relevo dado à figura deste mais adiante o torna protagonista histórico e, na mesma medida, os fatos à sua vida relacionados adquirem, também, historicidade e importância que os habilitam a serem registrados pelo autor. O mesmo se dá com as figuras do médico Astrogildo de Azevedo e do padre Caetano Pagliuca, que por serem alçados à condição de protagonistas por Beltrão, têm os eventos ligados à sua vida tornados história de Santa Maria, mesmo que lá não tenham ocorrido, como seus nascimentos, em Porto Alegre<sup>491</sup> e na Itália<sup>492</sup>, respectivamente.

Mas como já aludimos, o formato adotado pelo autor dificulta este tipo de relação, e por isso mesmo, quando consegue proceder desta maneira, o resultado é de tal forma evidente que chega a saltar aos olhos não apenas do pesquisador, mas acreditamos que até mesmo aos do leitor casual. É o que ocorre no trecho reservado aos anos da chamada Guerra do Paraguai. Neste ponto a história de Santa Maria se torna a trajetória de seus “ilustres filhos” em terras paraguaias, os militares José Alves Valença e João Niederauer Sobrinho, protagonistas dos acontecimentos relatados.

Ressaltamos novamente que em Beltrão esta idéia de protagonista como o agente histórico individual é menos saliente, menos perceptível do que nos demais trabalhos analisados. Isto, porém, não significa que não esteja presente, e o uso de fotografias ao final

---

<sup>490</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 22.

<sup>491</sup> Idem., p. 53.

<sup>492</sup> Idem., p. 59.



de seu trabalho consiste numa prova relevante para tal afirmação, pois das quarenta e sete imagens registradas, treze são de “homens ilustres”.

Nesse sentido, é interessante notar que o simples registro da imagem de uma pessoa não consiste, por si só, num elemento que torne o indivíduo registrado um protagonista histórico – ainda que contribua em muito para tanto. Voltemos aos casos de Isaltina Rosa e do recém mencionado Romeu Beltrão. Em ambos, a apresentação de fotografias é seguida da exposição do nome do fotografado e por vezes de algumas informações sobre sua vida ou sobre o evento a ele relacionado. No segundo capítulo de sua obra, intitulado *A Civilização Hospedeira*, Mozart Pereira Soares tece considerações sobre os indígenas que habitavam o território de Palmeira das Missões e apresenta três fotografias de indivíduos da nação caingang (ou kaingang), sendo que em duas delas há apenas uma pessoa na foto. Porém, ao contrário do que acontece com os registros de imagens dos militares, políticos e “homens ilustres”, sobre estes indígenas não há qualquer menção muito específica, limitando-se o autor a expressões como *um robusto e altivo caingang*<sup>493</sup>, *índia tecendo um curo-cruchá, coberta usual dos caingang*<sup>494</sup>, ou então *últimos caingangs, nas cercanias de Irati*<sup>495</sup>.

Os indígenas apresentados nas imagens são, dessa forma, apenas exemplares de um grupo, não realizam nenhuma ação em torno de um fato histórico, não o produzem, não tem nome e, portanto, não são protagonistas. O mesmo não acontece com outros indivíduos registrados por Soares, sendo os dizeres abaixo de suas imagens elementos que evidenciam esta postura. A fotografia de um chefe político-militar ocupa cerca de metade de uma página e abaixo dela o memorialista palmeirense faz questão de identificá-lo como *Cel. Serafim de Moura Reis Jr. (Serafinzinho) – Protagonista dos acontecimentos de 1902 e 1923*<sup>496</sup>.

O próprio autor, dessa forma, esclarece ver tal chefe local como protagonista dos fatos históricos que trata em sua obra, e isso se dá não apenas pelo registro de sua imagem, mas também pelo destaque que se dá a mesma e pelas informações que tornam o fotografado agente responsável pelos acontecimentos relatados, ou seja, um protagonista histórico. Outros políticos, líderes militares e chefes locais têm suas fotografias e trajetórias registradas, de forma a tornar sua biografia parte da história. É o que ocorre com a figura de José Borges do Canto, protagonista do *acontecimento-chave que deu margem à lusitanização do planalto rio-grandense*<sup>497</sup>, e que por isso mesmo tem registrada sua vida desde o nascimento, passando

---

<sup>493</sup> SOARES. op. cit., p. 56.

<sup>494</sup> Idem., p. 69.

<sup>495</sup> Idem., p. 80.

<sup>496</sup> Idem., p. 194.

<sup>497</sup> Idem., p. 92.

pela “façanha” realizada, até sua morte. Os dados biográficos do “rústico herói” ocupam mais de quatro páginas, sendo a justificativa do autor para esta *evocação mais profunda não apenas a vinculação afetiva, mas sobretudo as conseqüências de seu feito*<sup>498</sup>.

Soares, como os demais memorialistas, também destaca a figura do fundador da cidade. Entretanto, ao contrário de seus congêneres, o memorialista palmeirense não identifica tal figura no responsável pela oficialização da existência do povoado. Isto porque, na opinião de Soares, a emancipação política de Palmeira das Missões não teria sido fruto de interesses ou pretensões locais, mas sim uma iniciativa de caráter central, efetivada pelo governo provincial numa busca por reorganização político-administrativa após o período da chamada Guerra do Paraguai<sup>499</sup>. Sendo assim, não é possível identificar um cidadão local, como João José de Barros ou Vidal José do Pilar, como o fundador da cidade. Isto não significa, porém, que tal figura inexistia historicamente na obra, pois ao invés de localizar na oficialização o surgimento, Soares busca as origens propriamente ditas, isto é, a chegada e o estabelecimento dos primeiros habitantes luso-brasileiros, independente do reconhecimento oficial. Dessa forma, identifica a expedição liderada pelo alferes Athanagildo Pinto Martins como o marco de início da ocupação e povoamento de Palmeira das Missões, sendo, conseqüentemente, o dito alferes o responsável pelo surgimento da cidade.

O nome de Athanagildo Pinto Martins é tido como de tal importância para a história da cidade que o autor procede, além da apresentação de seus dados biográficos e da menção de seus descendentes, à uma espécie de esclarecimento acerca de um cidadão homônimo, que também teria tido destaque na vida política local durante o século XIX<sup>500</sup>. Através do dito esclarecimento, não apenas o primeiro Athanagildo, da expedição exploradora, é alçado à condição de protagonista histórico, mas sim ambos, posto sobre o outro também serem citados dados biográficos e descendentes. O mesmo ocorre com o capitão Fidelis Militão de Moura, que por ser antepassado de um dos principais chefes políticos locais que existiram na cidade tem citados seus descendentes e até mesmo os bens inventariados de sua esposa<sup>501</sup>.

É possível perceber que, além da figura de Athanagildo, as outras figuras de tal maneira destacadas pelo autor a ponto de poderem ser consideradas protagonistas históricos são os chefes locais do período entre o final do século XIX e o início do XX, mais precisamente entre a guerra civil de 1893-1895 e a revolta paulista de 1932. Soares trata com especial predileção e riqueza de detalhes os acontecimentos relacionados a pessoas como

---

<sup>498</sup> SOARES. op. cit., p. 93-97

<sup>499</sup> Idem., p. 137-138.

<sup>500</sup> Idem., p. 108-112.

<sup>501</sup> Idem., p. 119-121.

Leonel Rocha, Vazulmiro Dutra, Serafim de Moura Assis, João Alberto Correia, entre outros. Vale ressaltar, porém, que em nenhum momento o autor chega a fazer como Isaltina Rosa, isto é, tratar dos fatos através da biografia do protagonista. Soares inegavelmente escolhe seus agentes históricos privilegiados, redige seu texto de forma que se perceba tais agentes como à frente e responsáveis pelos acontecimentos que se desenrolam, indissociáveis dos mesmos. Percebe e transmite uma visão da história, tal como fizeram seus congêneres, movida pela ação individual de pessoas de alguma forma diferenciadas.

Por fim, cabe lembrar que os protagonistas dos memorialistas locais são praticamente os mesmos em todos os casos. Como já aludimos, são exploradores e pioneiros, são grandes proprietários de terras e líderes políticos e militares, são membros de uma elite ou pelo menos do embrião de algo que viria a sê-lo. O que aqui pretendemos evidenciar é que percebemos a postura adotada pelos memorialistas como uma visão de história movida pela ação de protagonistas devido à maneira pela qual os agentes históricos são apresentados e tratados, bem como, por conseguinte, os eventos históricos a eles relacionados. Por certo que em determinados momentos certas figuras adquirem destaque, e que a história pode e deve registrar isto. No entanto, acreditamos que o indivíduo e seu grupo social sejam elementos indissociáveis.

Poderíamos dizer que a história apresentada pelos memorialistas locais é uma história elitista. Tal afirmação não estaria incorreta, posto serem sempre os membros da elite os protagonistas históricos, mas, no entanto, estaria de certa forma incompleta. Isto porque mesmo sendo os protagonistas contemplados membros da elite local de suas cidades e épocas, eles não são assim tratados nem percebidos. Ainda que os memorialistas locais não ignorem serem tais agentes membros de uma camada privilegiada da sociedade tematizada, é enquanto indivíduos únicos e não como membros de um grupo que tais protagonistas são tratados. Lembremos do caso dos indígenas apresentados por Soares. Neste caso sim temos um exemplo de indivíduo enquanto membro de um grupo. Os líderes militares, os políticos e chefes locais, os “homens ilustres”, são sempre individuais, agentes históricos devido justamente à sua singularidade e ação sobre os fatos históricos. São poucos “homem” em meio a muitos homens esquecidos e ignorados.

Ao iniciarmos este capítulo com a disputa em torno da fundação de Cruz Alta, ou mais precisamente em torno de seu pretenso fundador, procuramos demonstrar como tal disputa estivera alicerçada na figura do documento, bem como o foro especial que este desfruta entre os demais tipos de fonte. Além disso, buscamos demonstrar que tal disputa transcende o campo “historiográfico” ou “bibliográfico”, à falta de termos mais apropriados, consistindo

numa disputa pela herança do passado histórico do município, numa lógica de acordo com a qual os herdeiros do passado teriam certas prerrogativas quanto ao presente.

Em seguida, demonstramos que a história na percepção dos memorialistas locais não é apenas povoada, mas sim movida pela ação de agentes históricos únicos, singulares e privilegiados. Optamos por chamá-los de protagonistas porque, tal como numa obra ficcional, os acontecimentos verificados dependem de sua ação e consistem em fatos históricos mesmo pela sua simples presença.

Não obstante, não podemos finalizar nossas considerações sem salientar que, se por um lado, há percepções dos memorialistas locais evidenciadas em nossa análise, por outro, os resultados concretos da difusão destas visões não podem ser ignorados.

Ainda que os protagonistas históricos sejam percebidos e apresentados como agentes singulares, o fato é que, como já aludimos, pertencem a uma determinada camada social, notadamente a elite local em seus vários níveis – econômico, político e social. Assim, ao proceder de maneira que o passado seja entendido como obra e herança de membros da elite, os memorialistas acabam por tornar o presente propriedade legítima deste mesmo grupo social, que via de regra mantém sua posição privilegiada.

Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa, em sua acirrada disputa, procuram definir se a gênese de Cruz Alta pertenceria a João José de Barros ou a Vidal José do Pilar. O produto desta contenda não seria o reconhecimento de Isaltina, por ser descendente de Vidal, como “herdeira” da história cruz-altense – uma megalomania que evidentemente a autora jamais pleiteara –, da mesma forma, não o seria nenhum descendente de João José de Barros. Esta herança pertenceria, em última análise, aos seus congêneres.

Sejamos mais claros. Se Cruz Alta surgira pela ação dos grandes proprietários e dos ricos tropeiros, nada mais justo e legítimo que a posição social de seus descendentes fosse respeitada e preservada. Seriam, afinal, membros do núcleo originário da cidade, ao qual, de certa forma, toda a sociedade teria uma espécie de dívida de gratidão. Não haveria Cruz Alta se não fossem os grandes proprietários ou os ricos tropeiros, representados ou por Vidal José do Pilar ou por João José de Barros.

Não queremos aqui proceder de maneira simplista. Temos plena consciência que tal processo não se dá de maneira declarada e objetiva. Entretanto, é necessário perceber que as obras dos memorialistas locais, não apenas os cruz-altenses, consistem também em instrumentos de dominação, sutis, mas bastante eficientes e convenientes para os grupos dominantes.

Se a eles pertenceu o passado, a eles também pertence o presente...

## **4. SE COMEMORAR É PRECISO, É PRECISO CRIAR O QUE COMEMORAR**

*O esforço de construção da História de Palmeira das Missões*

### **4.1. O autor**

Mozart Pereira Soares nasceu em Palmeira das Missões, no dia 29 de março de 1915. Entre os autores das obras analisadas era o “mais jovem” e faleceu durante a redação desta dissertação, no dia 11 de dezembro de 2006. O primeiro contato com as letras escolares deu-se por ação do próprio pai, que instalou uma aula doméstica para o filho e para as crianças da vizinhança em 1923, devido ao exílio do único professor existente no município motivado pela luta entre maragatos e chimangos. Quatro anos depois, terminadas as atribuições da guerra civil, Mozart foi matriculado no Instituto Rio Branco de Ensino Elementar e Médio de Afonso Hostyn, em Palmeira das Missões. Em 1929 entrou no Instituto Pinheiro Machado da Escola de Engenharia de Porto Alegre, concluindo o curso de operários rurais, que dava acesso ao ensino agrícola de grau médio, no ano seguinte. Em 1932 ingressou no Curso de Técnicas Rurais do Instituto de Zootecnia de Viamão, concluindo-o três anos mais tarde. O grau superior foi obtido em 1943, com a conclusão do curso de medicina veterinária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A vida de Mozart Pereira Soares esteve a partir de então sempre ligada aos meios acadêmicos. Entre 1949 e 1950 realizou um curso de aperfeiçoamento no Instituto de Anatomia Comparada de Buenos Aires e, em 1955, assumiu a cátedra de fisiologia da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Três anos mais tarde acumularia com esta a cátedra de fisiologia na Faculdade de Medicina Veterinária da mesma cidade. Em 1963, Soares tornou-se diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, em Porto Alegre, cargo que, naquele momento, coroava toda a sua atuação no meio universitário.

Até a década de 1970 a produção literária de Mozart havia se concentrado exclusivamente sobre obras de cunho acadêmico, notadamente em sua área de formação, tendo publicado suas teses de doutoramento e de cátedra em 1954. Contudo, o autor já respeitado no meio em que atuava passou a produzir obras de outra natureza. Em 1972 publicou *Erva Cancheada*, coletânea de poemas “missioneiros”, e no ano seguinte *Pastoral Missioneira*. Nesse aspecto, o ano de 1974 mostrou-se de especial produtividade para o escritor, tendo publicado um ensaio sobre *Lendas do Sul*, de Simões Lopes Neto, e *Tempo de Piá*.

Entretanto, a obra que se tornaria mais conhecida pelo grande público, publicada também em 1974, foi *Santo Antônio da Palmeira*, considerada até os dias atuais como a principal fonte bibliográfica para o estudo da história do município de Palmeira das Missões. A obra inseria-se num grande esquema comemorativo elaborado pelo poder público municipal em função do centenário da emancipação política da cidade. Sua repercussão foi, de fato, imediata, e seu alcance mostrou-se também considerável.

Quatro anos mais tarde, em 1978, Mozart assumiu a chefia do Departamento de Fisiologia, Farmacologia e Biofísica do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tornando-se, dois anos mais tarde, diretor do mesmo Instituto. Sua presença no meio acadêmico foi coroada entre 1980 e 1981, período em que ocupou por diversas vezes o cargo de Reitor *pro-tempore* da UFRGS, tendo também coordenado a Comissão de História da Universidade e redigido, em parceria com Pery Pinto Diniz da Silva, a *Memória Histórica da UFRGS*.

Entre outros cargos, funções e atribuições, cabe lembrar que Mozart Pereira Soares foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e membro ocupante da cadeira n.º. 8 da Academia Rio-Grandense de Letras.

Nos últimos anos Mozart viveu em sua propriedade rural em Palmeira das Missões, já retirado da vida acadêmica e em boa medida da vida social, dada a fragilidade de sua saúde, reflexo dos mais de 90 anos de idade.

Entretanto, a presença de *Santo Antônio da Palmeira* é algo sólido e incontestável. Tanto no meio comum quanto no meio acadêmico. Entendida como “a história de Palmeira das Missões”, esta obra reflete de maneira exemplar o que foi – e em muitos casos o que ainda é – entendido como história, tanto enquanto processo humano quanto como forma de conhecimento. Além disso, o trabalho de Mozart traz consigo, e na mesma medida difunde,

uma visão de um determinado grupo acerca da história de toda uma comunidade, o que torna tal visão a própria história da mesma comunidade.

Perceber que história é apresentada e realimentada pela obra de Mozart Pereira Soares é, portanto, fundamental para se perceber a origem e a natureza da visão que boa parte de Palmeira das Missões tem acerca de si mesma.

#### **4.2. A erudição e o conhecimento: a história que não precisa de historiador**

Mozart Pereira Soares, no início de sua obra, é categórico em afirmar que, apesar de não tê-lo conseguido plenamente, tentou escrever “a história” de Palmeira das Missões<sup>502</sup>. Ainda que logo em seguida procure esclarecer que tenha lhe faltado o *entendimento, para além da ordem aparente dos fios, dos segredos de urdidura dos fatos*<sup>503</sup>, ou seja, o conhecimento mais específico que permitisse estabelecer as relações estruturais, o autor segue, no decorrer da obra, descrevendo e analisando “a história” do município citado. O que poderia parecer, num primeiro momento, um reconhecimento da necessidade de domínio das teorias e métodos próprios da história, pode ser percebido, por outro lado, como uma espécie de falsa modéstia também necessária. Isto porque Soares elabora e publica sua obra num momento em que a história, enquanto forma de conhecimento, já fora encampada pelas academias de ensino superior, e realizar um trabalho de história sem ser historiador nos moldes acadêmicos poderia ser uma afronta e uma espécie de desqualificação diante de um grupo que, provavelmente, defenderia de maneira arraigada sua legitimidade e propriedade sobre a elaboração deste tipo de conhecimento.

Nossa afirmação se deve, basicamente, ao já citado prefácio que Soares elaborou, alguns anos depois, para a obra do autor carazinhense Álvaro da Rocha Vargas<sup>504</sup>. Numa obra que possui a mesma natureza das aqui estudadas, ou seja, de um trabalho de cunho histórico elaborado por um não-historiador, Soares, ao prefaciá-la, fala com a autoridade de um historiador, posto que pede licença para retrucar em nome dos próprios historiadores e estabelece de maneira decidida o que seria a função da história enquanto forma de conhecimento. O fato de tal texto ter sido publicado em 1980 dissolve a hipótese de ser ele de

---

<sup>502</sup> SOARES. op. cit., p. 09.

<sup>503</sup> *Ibidem*.

<sup>504</sup> Ver pg. 106

um período em que o conhecimento histórico não tivesse sido, ainda, definitivamente encampado pelas academias de ensino superior. De fato, Soares não toma o mesmo cuidado que tivera menos de dez anos antes. Trata da história com a autoridade de quem pode trabalhar com ela e mesmo produzi-la. Por outro lado, não se intitula, de maneira clara e objetiva, como historiador. Deixa entender, portanto, que a história, a “mestra capaz de iluminar nossos caminhos”, pode ser elaborada por alguém que não seja historiador, como em seu próprio caso. Isto, conquanto se domine uma carga considerável de conhecimento que autorize a escrever e, na mesma medida, credibilize e legitime aquilo que se tenha escrito.

Esta postura não consiste numa peculiaridade de Soares dentre os demais memorialistas por nós estudados. De fato, todos denunciam já no próprio momento em que se propõem a escrever “a história” de seus municípios, uma percepção de acordo com a qual a elaboração do conhecimento histórico não necessita de historiadores. Nesse sentido, os títulos das obras são flagrantes: História do Município de Santa Maria e História de Cruz Alta, ou então o subtítulo Histórias que fazem a história da Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Os outros dois títulos, ainda que não apresentem de forma explícita e direta a expressão “história de”, não fogem à mesma concepção daquelas que o fazem. O título Cronologia Histórica de Santa Maria não apenas se propõe a apresentar “a história” de Santa Maria, mas, na mesma medida, evidencia o prisma sob o qual esta história é percebida e será exposta, ou seja, o de cronologia linear. Santo Antônio da Palmeira, por sua vez, é o único título que não apresenta de forma flagrante nenhuma expressão que faça alusão direta à história. Isto não no título, mas o subtítulo, presente na própria capa, traz a frase “apontamentos para a História de Palmeira das Missões”. Como já evidenciamos anteriormente, Soares teve um cuidado sistemático, em sua obra, em não atribuir a si mesmo a condição de historiador. Contudo, o mesmo não faz com sua própria obra, pois logo nas primeiras linhas sugere que o resultado de seu trabalho consiste numa série de apontamentos para a história do município e, em seguida, afirma ter sido seu intento escrever “a história” de Palmeira das Missões, ainda que não tenha conseguido fazê-lo plenamente.

Mas o que habilitaria estes autores a escreverem “a história” de seus municípios? Que elementos os tornariam aptos a realizar tal tarefa, ainda que não fossem propriamente historiadores? Esta é uma questão que possui dois aspectos concomitantes e ambos devem ser analisados. O primeiro diz respeito à percepção que os próprios autores locais têm acerca dos elementos que permitiriam produzir uma obra de cunho histórico. O segundo, por sua vez, consiste nos fatores externos aos memorialistas, isto é, na visão que a sociedade em que estão



inseridos, cada um, tem sobre a aptidão de determinado indivíduo para trabalhar com a história local. Fazemos as considerações específicas de cada aspecto.

Como já vimos, os memorialistas não chegam a delinear de maneira mais consistente aquilo que entendem ser propriamente um historiador, posto utilizarem esta denominação de maneira um tanto indiscriminada. Para eles, grosso modo, o historiador é um pesquisador da história. Entretanto, a postura assumida ao elaborar um trabalho de cunho histórico denuncia que a recíproca não é necessariamente verdadeira, isto é, nem sempre um pesquisador da história é um historiador. E seria exatamente este o caso destes autores locais, pois todos assumem a condição de pesquisadores da história de seus municípios, ou pelo menos se propõem a tanto, e, ao mesmo tempo, recusam sistematicamente a titulação de historiador.

Contudo, o fato de não ser historiador mas trabalhar com a história exige, ao que parece, uma espécie de justificação ou ao menos uma demonstração de capacidade para realizar tal tarefa. Não que os autores não se acreditassem habilitados para fazê-lo, mas era necessário demonstrar isso àquele que é, invariavelmente, o alvo de qualquer trabalho escrito: o leitor. E para tanto o recurso utilizado foi a demonstração recorrente de erudição e ilustração.

Esta demonstração se dava basicamente através de duas formas, a citação de um determinado referencial teórico ou a utilização de elementos ou traços de uma determinada teoria científica. Como já aludimos anteriormente com relação aos quadros de produção privilegiados ou institucionalizados anteriores aos cursos de formação superior em história, a menção a autores e idéias de diversas correntes científicas, mais do que uma procura por consistência teórica, consistia justamente numa tentativa de demonstração de erudição e ilustração. É possível perceber que os memorialistas por nós analisados comportam-se da mesma maneira, e entre eles nenhum faz uso de tantos autores e elementos teóricos diferentes quanto Mozart Pereira Soares.

As citações feitas por Soares fazem uso de autores do IHGRGS, como Souza Docca, Aurélio Porto e Tupi Caldas<sup>505</sup>, não apenas como fontes, mas como referenciais teóricos – ou “referenciais de postura”, atentando-se para as limitações que a expressão “referenciais teóricos” teria em tal caso. Não obstante, o memorialista palmeirense menciona autores de grande importância e larga utilização entre diversos meios, como Augusto Comte<sup>506</sup> e até mesmo Tomás de Aquino<sup>507</sup>. E quando não cita diretamente determinado autor, faz questão de

---

<sup>505</sup> SOARES. op. cit., p. 54-57.

<sup>506</sup> Idem., p. 74.

<sup>507</sup> Idem., p. 256.

utilizar e demonstrar familiaridade com conceitos bastante elaborados, deixando nas entrelinhas seu contato com o trabalho do responsável pela sua elaboração. É o que se pode perceber quando, antes mesmo de mencionar Comte, fala em “panteísmo fetichista”<sup>508</sup> e “evolução teleológica”<sup>509</sup>, ou quando faz uso de noções weberianas<sup>510</sup>, sem mencionar, em ponto algum, o nome de Max Weber. Outras vezes, porém, a utilização de expressões e noções remete a certas concepções de difícil detecção, dada a amplitude das correntes teóricas a que pertencem. É o que verificamos diante de expressões como “influência incisiva do meio físico”<sup>511</sup>, “estágio social”<sup>512</sup>, “família primitiva” e “civilização hospedeira”<sup>513</sup>. Em certo momento, a procura pela demonstração de ilustração motiva uma postura notadamente anacrônica por parte de Soares, que afirma ter faltado aos jesuítas, para compreender os costumes indígenas, “o relativismo e a postura sociológica indispensáveis”<sup>514</sup>. Dessa forma, na busca por evidenciar sua familiaridade com tais perspectivas, acaba ignorando ou pelo menos negligenciando a impossibilidade não apenas de sua utilização, mas mesmo de sua existência no contexto a que faz alusão.

Tal como apontamos anteriormente, é com Soares que essa procura pela demonstração de erudição e ilustração, através da apresentação ou uso de autores e noções teóricas, se mostra de maneira mais evidente. Isso não significa, porém, que os demais autores locais também não adotem a mesma postura, pois de fato o fazem. Contudo, recorrem raramente à menção de autores, preferindo a utilização de elementos teóricos, de forma geral aqueles ligados às idéias de meio, raça e evolução. Beltrão, logo no início de seu trabalho, procura identificar e caracterizar os *três grupos raciais*<sup>515</sup> entre os indígenas que viviam no território sul-rio-grandense, fazendo uso, para tanto, de Aurélio Porto. Isto significa que, tal como Soares, algumas vezes certos autores são ora fonte e ora referencial teórico. Belém, por sua vez, afirma que os critérios raciais não interessam para sua obra<sup>516</sup>, postura que, longe de negar sua existência, reconhece-a.

Além disso, num trecho adiante de seu trabalho, este autor considera que o indígena teria desaparecido gradualmente no *caldeamento de uma nova raça*<sup>517</sup>, algo que nos sugere a

---

<sup>508</sup> SOARES. op. cit., p. 65.

<sup>509</sup> Ibidem.

<sup>510</sup> Idem., p.256

<sup>511</sup> Idem., p. 12.

<sup>512</sup> Idem., p. 74.

<sup>513</sup> Idem., p. 51.

<sup>514</sup> Idem., p. 74.

<sup>515</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 12.

<sup>516</sup> BELÉM. op. cit., p. 89-90.

<sup>517</sup> Idem., p. 90.

presença da eugenia – ou ao menos traços dela – no pensamento do autor; e dado não somente o caráter tido como científico desta corrente, mas também altamente avançado para a época, Belém não deixaria de mostrar familiaridade com a mesma e, por conseguinte, reafirmar sua erudição. Também com relação ao indígena, o autor santa-mariense aponta para uma pretensa “adaptação ao meio” e fala em “respeito às classes sociais”. Por certo que “meio” e “classe social” são expressões que mesmo na época de elaboração da obra de Belém eram de domínio comum. Contudo, a utilização que este autor faz delas não deixa de sugerir o contato com as idéias de determinismo geográfico, ao modelo de Taine, e de uma espécie de darwinismo social. Não temos segurança, porém, para realizar tal afirmação de maneira categórica. Apenas ressaltamos que, de qualquer forma, tais expressões se prestam convenientemente para a demonstração de ilustração por parte de Belém.

Prudêncio Rocha, ao abordar o Rio Grande do Sul durante o período colonial, fala em *primitivos estágios de civilização*<sup>518</sup>, evidenciando a idéia de evolução. Ainda que tal expressão seja de grande imprecisão, não remetendo necessariamente a uma corrente de pensamento específica, o fato é que comporta noções e termos que não são de uso recorrente ou indiscriminado. Com isso queremos dizer que Rocha, ao utilizá-la, ponderou exatamente sua forma e seu conteúdo, não procedendo de forma casual ou gratuita. Quis demonstrar, por um lado, que percebia a história como um processo linear e evolutivo, e, por outro, que tal percepção decorria do contato com elementos científicos, demonstrando assim sua erudição. Rocha também deixa entrever uma espécie de determinismo geográfico em sua postura, ao apresentar os elementos que considerava como determinantes para a fixação humana no território da futura Cruz Alta: *as aguadas, ótimas pastagens e amenidade do clima*<sup>519</sup>. Reafirma tal postura logo em seguida ao considerar que *o meio oferecia as mais satisfatórias condições geográficas e econômicas*<sup>520</sup>. Desta forma, novamente o autor cruz-altense demonstra contato com noções teóricas variadas, ratificando seu conhecimento e sua ilustração.

Estes resquícios de determinismo geográfico como forma de demonstrar erudição são mais recorrentes e visíveis, de fato, entre os autores cruz-altenses. Isaltina Rosa assume exatamente a mesma postura que Rocha também com relação à fixação humana no território da futura Cruz Alta, salientando como fatores determinantes *a salubridade do clima, a terra*

---

<sup>518</sup> ROCHA. op. cit., p. 11.

<sup>519</sup> Idem., p. 14.

<sup>520</sup> Idem., p. 17.

*fértil, as paisagens magníficas*<sup>521</sup>. Não queremos aqui deformar as expressões e as posturas dos autores, fazendo de qualquer colocação um elemento daquilo que pretendemos evidenciar. Por isso mesmo não fizemos uso de vários trechos, mas sim daqueles que acreditamos serem ilustrativos de nossas considerações. Por certo que a simples menção à elementos geográficos não constitui num traço de determinismo geográfico. Contudo, dentro do contexto em que são utilizados, aqueles por nós escolhidos assumem de maneira flagrante tal condição. E o mesmo podemos dizer com relação aos demais autores e expressões apresentadas como exemplos para nossas afirmações.

Em última análise, porém, o que pretendemos é demonstrar como os memorialistas, de forma geral, buscaram sistematicamente evidenciar seu alto nível de conhecimento, ou seja, sua erudição e sua ilustração. Percebemos tal postura como o único e fundamental meio que tais autores possuíam, de sua parte, para justificar e legitimar seus trabalhos como pesquisadores de história e, por conseguinte, os resultados de suas pesquisas, ou seja, suas obras.

Entretanto, como já aludimos, a aceitação social de seus trabalhos não dependia apenas de seu esforço pessoal, por mais que demonstrassem uma carga considerável de erudição. Era necessário, para tanto, o reconhecimento social da capacidade e do peso intelectual dos autores. Poderíamos considerar que isto adviria justamente da leitura dos trabalhos e da conseqüente constatação da ilustração daqueles que os produziram. Contudo, parece-nos que todos os memorialistas se dispuseram a trabalhar com aquilo que entendiam ser a história de seus municípios somente após a certeza de que já desfrutavam em boa medida deste reconhecimento social.

De fato, todos os autores locais já gozavam de grande destaque e reconhecimento social nos seus respectivos municípios um bom tempo antes de se dedicarem à elaboração de suas obras de cunho histórico, algo que se devia às suas trajetórias profissionais e às suas participações ou contribuições para a vida social local. É fundamental notar que os autores se propõem à elaboração destas obras num ponto já bem avançado de suas vidas. Romeu Beltrão, aquele que contava com menor idade quando publicou seu trabalho, tinha 45 anos; Rocha tinha 51 anos no ano de publicação de sua obra; Belém e Soares contavam com 59 anos; e Rosa, ainda que tenha iniciado a elaboração de seu trabalho por volta dos 60 anos, publicou-a somente aos 78 anos. Isto demonstra como os autores locais aguardaram um momento adiantado de suas vidas, no qual já desfrutavam de um evidente prestígio, para se debruçarem sobre a história local.

---

<sup>521</sup> ROSA. op. cit., p. 76.

Tal espera, porém, tem outro aspecto que não pode ser ignorado e que já foi aludido num ponto anterior de nosso trabalho. Em suas obras, os autores locais, ao tecerem suas considerações sobre as fontes, a história e a figura do historiador ou pesquisador, evidenciam uma percepção de acordo com a qual a contemporaneidade e a longevidade são elementos que contribuiriam em larga medida para a credibilidade e, por conseguinte, validade de seus trabalhos. Ao se encontrarem numa idade já avançada, portanto, estes autores não apenas adquiriram experiência e reconhecimento, mas também vivenciaram boa parte daquilo que relatam e analisam, tornando-se, ao mesmo tempo, fontes históricas – como já apontamos – e pesquisadores aptos a trabalhar com a história, posto terem “vivido-a mais do que muitos outros indivíduos”.

O reconhecimento social de que gozavam os autores advinha, portanto, de suas longas e ricas trajetórias. Sejam mais específicos. João Belém tivera uma atuação reconhecida nos meios culturais e administrativos de Santa Maria desde o início do século XX, algo que após três décadas teve como resultado natural este reconhecimento. Romeu Beltrão, por sua vez, além da atividade de médico, teve uma trajetória acadêmica e científica bastante destacada, o que deve ter contribuído em muito para torná-lo conhecido e prestigiado em outros meios da sociedade santa-mariense.

Prudêncio Rocha, dada a sua longa atuação como jornalista e a visibilidade inerente a tal atividade, deve ter tido desde cedo seu nome associado “às letras” cruz-altenses, tal como Isaltina Rosa, que desempenhara o magistério e outras funções ligadas à educação por mais de meio século. Não obstante, ambos os autores de Cruz Alta tinham notada atuação política, tendo sido vereadores e, no caso de Rocha, secretário de administração do município em três períodos legislativos, atividades que devem ter contribuído também para seu reconhecimento social.

Mozart Pereira Soares, por sua vez, deve seu prestígio, não apenas em sua cidade natal mas em outros lugares e meios, à sua atuação acadêmica, sendo desnecessário retomar aqui as diversas funções desempenhadas neste ambiente. Além disso, o autor passou a ser associado “às letras” sul-rio-grandenses a partir do momento em que passou a se dedicar, paralelamente às suas outras atividades, à poesia e às obras literárias de cunho lírico ou ficcional. Dado o fato de ter sido um dos primeiros e até hoje poucos palmeirenses que obtiveram a titulação acadêmica de doutor e que conseguiu relativo destaque com sua produção literária, o reconhecimento social local pode ser percebido não apenas como um resultado mais que necessário, mas até mesmo natural.

Tal reconhecimento, de que tanto falamos, consiste na percepção das comunidades locais de tais autores como pessoas eruditas e ilustradas, habilitadas para o trabalho com qualquer área relacionada “às letras” e à cultura. Isso não significa que não houvesse consciência de ambas as partes – autores e sociedades – de que havia profissionais específicos e conhecimentos próprios em cada área. Contudo, havia também o entendimento de que as comunidades encontravam-se numa situação de relativo descaso por parte das instituições e profissionais que poderiam contemplá-las. Entre as áreas, podemos dizer, negligenciadas pela produção de conhecimento institucional ou pelo menos mais privilegiada estava, de fato, a história. Nada mais natural, portanto, que legar aos membros de maior destaque e peso intelectual de cada comunidade a tarefa de trabalhar e até mesmo produzir aquilo que se entendia ser a história local.

A obra de Mozart Pereira Soares consiste num bom exemplo para tanto. A elaboração final e publicação da obra se deu no início da década de 1970, mais precisamente em 1974. Nesta época também surgiu o primeiro curso de formação superior em história próximo à Palmeira das Missões, na Universidade de Passo Fundo (UPF). A proximidade a que fazemos alusão consiste em cerca de 145 Km, algo significativo se considerarmos que os cursos de formação em história existentes no estado do Rio Grande do Sul mais próximos de Palmeira das Missões ficavam em Santa Maria, à cerca de 220 Km, e em Porto Alegre, à cerca de 375 Km. Com esses dados queremos demonstrar que a formação superior em história para um palmeirense era um tanto complicada, dependendo de suas condições financeiras.

Não obstante, o seletivo grupo de indivíduos que tinha a oportunidade de acesso a um curso superior optava, normalmente, por três áreas, a da saúde, a jurídica e a rural<sup>522</sup>. Não convém aqui aprofundar as motivações destas escolhas, mas apenas lembrar das possibilidades de rendimento financeiros que as atividades de médico, dentista e bacharel em direito ofereciam em núcleos pequenos como Palmeira das Missões. Além disso, dado o caráter fundamentalmente agro-pecuário do município, a elite local buscava qualificar seus descendentes em cursos ligados às suas fontes de renda ou pelo menos nobilitá-los, e nesse caso não se torna necessário relembrar o peso que a titulação de “doutor”, oriunda das formações em medicina e direito, possuía no meio social.

Mozart Pereira Soares fazia parte dessa elite, em dois sentidos. O primeiro consiste no fato de ser filho de proprietário de terras e, por conseguinte, também proprietário. O segundo,

---

<sup>522</sup> Nossas afirmações, neste caso, se baseiam em nossa própria trajetória como morador da cidade de Palmeira das Missões, no convívio e observação dos diferentes indivíduos e grupos sociais. Ainda que não haja um levantamento específico sobre estes dados, o contato com a realidade palmeirense permite realizar tal afirmação com grande grau de segurança.

porém, é mais peculiar. Mozart, como já apontamos, obteve o nível superior de formação, algo não muito comum em Palmeira das Missões mesmo nas primeiras décadas após a metade do século XX – e acreditamos que assim fosse também em outras cidades pequenas do interior sul-rio-grandense. Como se isso já não bastasse para colocá-lo como membro da seletíssima elite intelectual palmeirense, o professor Mozart, como é chamado pelo senso comum até os dias atuais, pós-graduou-se e obteve a titulação de doutor – provavelmente o primeiro que não era médico nem bacharel em direito. Desde então seu nome passou a ser sinônimo de conhecimento, ilustração e erudição entre a população palmeirense.

O reconhecimento do peso intelectual de Mozart Pereira Soares não se limitou ao seu local de origem, estendendo-se também, com justiça, ao meio acadêmico, onde atuou de maneira constante. Contudo, o que queremos aqui assinalar é o fato de que este reconhecimento acabou por autorizar, por parte do senso comum, o professor Mozart a trabalhar, ou mais precisamente contar, a história de Palmeira das Missões. O relacionamento com a elite política que controlava – e ainda controla – a cidade era de certa forma natural, posto ser Mozart um membro da elite econômica e intelectual, e neste ponto queremos ressaltar que temos consciência da dificuldade em dissociar em que consiste cada um destes grupos, dados os profundos laços de interação e permeabilidade. Mencionamos este ponto porque no ano de 1974 a cidade de Palmeira das Missões completava cem anos de emancipação política, e o poder público organizara uma série de eventos e comemorações alusivas à data. Entre tais eventos estava o lançamento de uma obra que contasse “a história” da cidade. Sendo assim, dado o reconhecimento social e as ligações político-sociais com os grupos dominantes, a escolha de Mozart Pereira Soares para a elaboração de tal obra foi algo quase que natural.

Neste sentido, colocar os memorialistas de Santa Maria e Cruz Alta num mesmo patamar que o de Palmeira das Missões sem apontar as devidas especificidades seria algo simplista e bastante problemático. Em primeiro lugar por serem aquelas cidades, já na época da elaboração dos trabalhos de seus respectivos autores, de dimensões maiores que esta, o que amplia em larga medida o quadro social a ser considerado e, na mesma medida, sua complexidade. Contudo, para tecer as devidas considerações sobre Santa Maria e Cruz Alta faremos um exercício que corrobora uma afirmação já feita em nossa análise, de que a principal fonte bibliográfica para a pesquisa sobre estas cidades, mesmo quando acadêmica, consiste nas obras de João Belém, Romeu Beltrão, Prudêncio Rocha e Isaltina Vidal do Pilar Rosa. É com base nos dois primeiros autores que podemos afirmar ser a elite santa-mariense, até pelo menos a década de 1930, composta por proprietários rurais e, principalmente,

comerciantes, grande parte de ascendência germânica. Da mesma forma, de acordo com os dois últimos autores, a camada economicamente mais privilegiada da sociedade cruz-altense era composta, basicamente, por grandes proprietários de terras, além de alguns comerciantes.

Delinear em que consistiam as elites de Santa Maria e Cruz Alta é fundamental para podermos enquadrar os autores analisados dentro dos respectivos mosaicos sociais em que viviam. Lembremos que João Belém era por formação professor, mas suas principais atividades foram o jornalismo e os serviços burocráticos particular e público. Não seria muito apropriado, acreditamos, considerar um jornalista como membro da elite econômica de um lugar, mas poderia sê-lo em relação à elite intelectual, sobretudo tendo em vista o volume de produção de Belém, como pudemos verificar no trecho reservado aos dados biográficos do autor. Porém, a *Compagnie Auxiliare des Chemins de Fer au Brésil* era a principal empresa existente em Santa Maria, e um emprego em seus escritórios não deveria ser uma atividade pouco rentável. Mas ainda que o fosse, o cargo de tesoureiro do município seria algo suficiente para que pudéssemos perceber João Belém como membro da elite local não apenas em sua vertente intelectual. Isto porque alcançar tal cargo não deveria ser tarefa fácil nem prerrogativa para qualquer pretendente, mas, principalmente, porque o cargo em si o colocava naturalmente entre os núcleos decisórios da vida santa-mariense. Não seria exagero, portanto, considerar João Belém como intimamente ligado à elite local.

Por sua vez, a trajetória de Romeu Beltrão se desenrola numa Santa Maria bastante diferente daquela em que vivera João Belém, pois já havia na cidade as instituições de ensino superior que transformariam suas feições e que deram origem ao que hoje consiste em seu centro nevrálgico: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ainda que tenha tido formação e atuação médica, foi também como pesquisador e professor acadêmico que Romeu Beltrão ganhou relevância no meio social santa-mariense. Devemos reconhecer que aqui padecemos de dados mais consistentes para fazer o mesmo tipo de considerações que tecemos com relação à Belém, pois não podemos afirmar com segurança que a atividade médica ou mesmo acadêmica tenham proporcionado ganhos financeiros que possibilitassem perceber Beltrão como membro da elite econômico-social santa-mariense. Sabemos que tanto no contexto em que vivera este autor quando na atualidade a distância entre o nível de vida de um médico ou de professor universitário e o da grande maioria da população brasileira permite classificá-los como membros de uma restrita elite econômico-social. Mas procuramos levar em consideração a distância entre o patamar econômico dos proprietários rurais e comerciantes santa-marienses da época e o provável patamar de um médico e, sobretudo, de um professor e pesquisador universitário, optando por perceber Beltrão como membro daquilo



que poderíamos chamar de classe média. Não obstante, é fundamental, perceber este autor como membro da elite intelectual de Santa Maria, que possivelmente se alargara com a ampliação das instituições de nível superior ao longo da segunda metade do século XX.

Ainda que, entre todos os autores, os cruz-altenses sejam aqueles sobre os quais conseguimos o menor número de dados, acreditamos que seus casos sejam bastante semelhantes ao de Beltrão. Prudêncio Rocha dedicou a maior parte de sua vida à atividade de jornalista, tendo atuado principalmente no jornal *Diário Serrano*, considerado até hoje como o principal periódico de Cruz Alta. Como já aludimos, a atividade de jornalista não constitui uma fonte de renda que permita incluir um profissional desta área entre os membros da elite econômica de um determinado lugar, e provavelmente foi o que se verificou com Rocha. Entre as poucas informações que conseguimos há um comentário de que em seus últimos anos de vida o autor passava por dificuldades financeiras<sup>523</sup>. Contudo, Rocha já havia desempenhado funções públicas e possuía certo trânsito entre as elites políticas e sociais, dada a sua posição estratégica no principal meio de comunicação escrito do município. Consideramos tal posição como suficiente para perceber Prudêncio Rocha como membro da elite intelectual cruz-altense e ligado aos setores mais privilegiados da cidade.

Quanto à Isaltina Vidal do Pilar Rosa, é difícil tecer afirmações categóricas. Lembremos que entre os autores estudados ela é a única mulher, algo que implicava numa série de condicionamentos sociais durante boa parte do século XX. Com isso queremos dizer que neste caso – e ressaltamos que não se trata de qualquer postura machista, mas sim de atentar para as relações sociais de um determinado contexto – é necessário considerar não apenas a atividade profissional da autora, mas também seus laços familiares. Isaltina era da família de Vidal José do Pilar, pretense fundador da cidade de Cruz Alta e um dos primeiros grandes proprietários de terras, e esposa do Coronel Olympio Antonio dos Santos Rosa. Como já citamos, sua vida profissional foi inteiramente voltada para o magistério, tendo desempenhado as atividades de professora, fiscal de escola, orientadora de educação e secretária regional de educação, este último cargo de natureza pública.

Consideremos agora o conjunto desses dados. A atividade no magistério, ainda que em tempos mais distantes fosse mais valorizada e melhor remunerada que na atualidade, não consistia por si só num elemento que possibilitasse a inclusão de algum profissional dentro da elite econômica de determinado lugar. Entretanto os cargos ocupados por Isaltina não se limitaram à docência, incluindo também funções burocráticas, uma delas com certeza

---

<sup>523</sup> Rossano Viero Cavalari (informação verbal).

significativa – a de secretária regional de educação. Ainda assim, dado o caráter temporário de tais atividades, com exceção da própria docência, é pouco provável que tenham sido suficientes para a inclusão da autora entre os membros da elite econômica local. Por outro lado, o patrimônio deixado por Vidal José do Pilar ou seus descendentes parece não ter chegado – não substancialmente – às mãos de Isaltina, o que inviabiliza também considerá-la como proprietária de terras e, por conseguinte, parte da aludida elite. O matrimônio com o cel. Olympio Antônio dos Santos Rosa pode ser considerado, relativamente, como um elemento capaz de colocá-la entre a elite econômica local, dada a alta patente do marido. O mais seguro, porém, seria afirmar que a autora compunha, de fato, a restrita elite intelectual cruz-altense.

Ressaltamos aqui o caráter eminentemente rural da economia e da sociedade de Cruz Alta durante boa parte do século XX, sendo que quanto à economia tal situação se verifica até a atualidade. Com isso queremos apontar que, tal como em Palmeira das Missões, durante um bom tempo a formação em nível superior se dava em outros lugares, centros urbanos que já possuíam instituições de ensino superior, algo que retirava de Cruz Alta boa parte daqueles indivíduos que poderiam constituir a intelectualidade local. Por isso utilizamos a expressão “restrita”. O trabalho de Isaltina como professora e sua intrínseca ligação com o meio educacional acabaram lhe rendendo um reconhecimento social que a credenciou a integrar o grupo de pessoas ilustradas da cidade, ou seja, a elite intelectual de Cruz Alta.

Antes de continuarmos, queremos destacar que temos plena consciência das limitações que a expressão “elite intelectual” encontra nos contextos aludidos, e por isso mesmo destacamos sistematicamente o caráter restrito que tal grupo social teria em cada uma das cidades a que fizemos referência. Contudo, consideramos a utilização desta expressão não apenas apropriada, mas mesmo necessária, posto serem todos os autores estudados membros de grupos reduzidos mas que realmente existiam, que possuíam um nível de erudição e ilustração por si só considerável, e que em comparação com os demais componentes de seus respectivos quadros sociais ganhavam ainda mais relevo.

Sendo assim, a condição de membros da elite intelectual local e o reconhecimento social de que gozavam habilitou os autores de Santa Maria e Cruz Alta, tal como no caso de Mozart Pereira Soares, à “escreverem a história” de seus municípios. Não poderíamos, como já apontamos, simplesmente taxar todos os autores – inclusive o de Palmeira das Missões – como membros da elite local. Procuramos distinguir o que seriam, de modo geral, as elites em cada um destes municípios para, em seguida, apresentar os dados que possibilitariam ou não incluir os autores estudados nas mesmas. Ao final pudemos perceber que em sua maioria estes

autores não compunham propriamente a elite econômico-social de cada município, mas com ela mantinham laços de interação e contato. Tais laços parecem ter sido fundamentais para a elaboração de suas obras, pois a memória do grupo a que pertenciam ou estavam ligados acabou sendo por eles elevada à condição de história da cidade.

### 4.3. As memórias válidas e as memórias não-válidas

Como apontamos anteriormente, se por um lado as principais fontes utilizadas pelos memorialistas são os documentos escritos e oficiais, por outro, também já ressaltamos que o outro tipo de fonte presente de maneira significativa e sistemática em todas as obras analisadas é de natureza oral. São relatos individuais, obtidos de maneira propriamente oral ou através de seu registro escrito, utilizados como fonte – algumas vezes as únicas – para a ilustração de uma série de fatos históricos.

Estes relatos consistem, de fato, nas lembranças que determinadas pessoas tinham dos fatos a que, de alguma forma, estariam relacionadas. São chamadas pelos autores locais por vezes de “conhecimento oral”, ou até mesmo de “tradição”. Na maioria das vezes, porém, não há grande preocupação em dar um nome específico a este tipo de fonte, ou seja, tal como em outros aspectos, não há qualquer tipo de reflexão por parte dos memorialistas quanto ao que consistiriam as fontes orais utilizadas.

Neste sentido, dado serem estas fontes orais as lembranças de certas pessoas acerca de determinados acontecimentos, elas consistem, em última análise, em memórias:

Num sentido comum, entende-se por memória a faculdade humana de conservar traços de experiências passadas e, pelo menos em parte, ter acesso a essas pelo veio da lembrança. É nesse sentido que a memória parece fazer referência a uma idéia de persistência ou reinvocação de uma realidade e de uma maneira intacta e contínua.<sup>524</sup>

A memória, na perspectiva de Jedlowski, consiste numa espécie de preservação de elementos do passado através de um esforço deliberado da mente<sup>525</sup>. O indivíduo, assim,

---

<sup>524</sup> JEDLOWSKI. apud TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF/UCS, 2004, p. 35.

<sup>525</sup> Idem., p.36.

reúne e seleciona determinados elementos das experiências e eventos pelos quais passou ou teve algum contato, e os preserva mentalmente, através de um esforço contínuo e intencional de lembrança. Torna, dessa forma, tais elementos parte integrante de sua memória.

São estes elementos do passado preservados mentalmente por alguns indivíduos, estas memórias, que os autores locais utilizam como fonte em boa parte de seus trabalhos. E mesmo que tais memórias não tenham sido alvo de reflexões ou considerações específicas por parte daqueles que delas fizeram uso, não podemos, para analisar suas obras, proceder da mesma maneira.

Afinal em que consistiam tais memórias? E porque justamente estas foram utilizadas? Qual o critério de seleção para tanto? O que tornava determinadas memórias válidas, passíveis de utilização como fontes históricas, e outras não, posto não terem sido contempladas na elaboração das obras dos memorialistas?

Em primeiro lugar devemos partir de um pressuposto fundamental, de que a memória – tal como a história – é sempre seletiva<sup>526</sup>. Isto significa dizer que os elementos presentes nos relatos orais consistem, necessariamente, numa seleção de dados, efetivada por critérios próprios justamente de quem os conservou. Por outro lado, esta conservação de lembranças passadas tem, decididamente, uma função, uma finalidade, e acreditamos que seja exatamente seu objetivo que defina os ditos critérios de seleção.

Félix percebe como umas das funções essenciais da memória a busca de identidade, isto é, da identificação diante de um sujeito coletivo, ressaltando que esta identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória de um determinado grupo<sup>527</sup>. Nesse sentido, Halbwachs assinala que a função da memória não está em fornecer uma imagem fiel do passado, mas sim em preservar os elementos do passado que garantem aos sujeitos sua própria continuidade e afirmação identitária<sup>528</sup>.

Ao que parece, este caráter identitário se manifesta notadamente no plano coletivo, isto é, os laços de identidade estabelecidos pelo indivíduo têm sempre como referência um grupo determinado. Sendo assim, as memórias individuais são, em boa medida, reflexo da percepção que certo grupo social tem acerca de si mesmo. Como diz Halbwachs, *cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva*<sup>529</sup>.

---

<sup>526</sup> FÉLIX. op. cit., p. 43.

<sup>527</sup> Idem., p. 35-42

<sup>528</sup> HALBWACHS. apud TEDESCO. op. cit., p. 59.

<sup>529</sup> Idem., p. 50.

Não queremos com isso dizer que a memória em seu plano individual seja simples tributária da memória de um grupo. Temos plena consciência dos chamados processos de memória, tanto em nível individual quanto coletivo, com suas seleções, construções e reconstruções ao longo do tempo<sup>530</sup>. O que procuramos aqui evidenciar é o fato de que os relatos orais, as lembranças utilizadas pelos autores analisados como fontes históricas, devem ser percebidos, por um lado, como memórias individuais, passíveis de lacunas, deformações e interesses; e por outro, como partes e, ao mesmo tempo, canais de difusão da memória coletiva de um determinado grupo social.

Vejamos, nesse sentido, o seguinte trecho da obra do memorialista palmeirense:

Assim fica, pois nossa gratidão a Cândido Westphalen, memória jovem além dos oitenta, pelas fotos, documentos e informações; a Antônio Ribeiro Martins, com a mesma idade, pelos depoimentos que prestou; a Vespasiano Mendes, Serafim de Moura Amado e Cel. Francisco Ferreira Martins, que já venceram nove décadas, pelos relatos escritos ou verbais... às preciosas lembranças e aos arquivos da memorialista ilustre Professora Adelaide Magnus Lopes...<sup>531</sup>

Os depoentes citados por Soares, por exemplo, eram membros de um seletto grupo social, alguns deles até mesmo protagonistas da obra escrita pelo memorialista palmeirense. O critério para sua escolha é evidenciado, em parte, junto aos nomes, ou seja, a idade avançada, requisito fundamental para a contemporaneidade em relação aos fatos relatados. Falamos aqui que tal critério é parcialmente apresentado porque há outro subentendido, mas já analisado anteriormente. A extração social dos depoentes escolhidos é, na maioria das vezes, a mesma, isto é, são todos membros de um mesmo grupo social, percebidos pelo autor como dignos de credibilidade justamente por sua condição social, as chamadas “pessoas idôneas” ou “pessoas ilustres”.

Ao contrário de Soares, que deixa perceber suas fontes orais desde o início de sua obra, os demais autores pouco citam de maneira clara e objetiva seus depoentes, ainda que utilizem de maneira sistemática, como já apontamos, fontes desta natureza. Os memorialistas santamarienses e cruz-altenses preferem a impessoalização dos relatos, também já aludida anteriormente. João Belém não cita nenhum nome durante toda sua obra. Romeu Beltrão menciona seus depoentes de maneira objetiva apenas nos trechos reservados aos acontecimentos militares da década de 1920, sendo quase todos oficiais de alta patente, como

<sup>530</sup> TEDESCO. op. cit., p. 56-109.

<sup>531</sup> SOARES. op. cit., p. 10.

coronéis, majores e capitães<sup>532</sup>. Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa também pouco citam os nomes daqueles que contribuíram com relatos. O primeiro menciona o nome do *venerando cidadão Salatiel de Barros*<sup>533</sup>, mas prefere falar em tradição<sup>534</sup> ou, no máximo, em *pessoas antigas*<sup>535</sup>. O máximo de precisão que sua conterrânea e congênere oferece é quando alude aos laços familiares, como por exemplo quando diz ter sido determinado “causo” relatado por uma das filhas de Melo Albuquerque, um dos protagonistas de seu trabalho<sup>536</sup>. Prefere, porém, falar também em tradição ou apenas em *antepassados*<sup>537</sup>.

Posto não conhecermos todos os depoentes contemplados pelos memorialistas, não podemos afirmar categoricamente pertencerem todos a um mesmo grupo social. Entretanto, mesmo que algumas vezes estes não tivessem uma origem social comum, nem mesmo tenham chegado a conviver num mesmo grupo social, temos certeza de que possuíam os mesmos laços de identidade diante de um determinado grupo. Assim, seus relatos acabavam por compartilhar das mesmas perspectivas com relação aos fatos históricos ocorridos em seus contextos sociais.

Indiretamente e, talvez, de maneira não propriamente deliberada, os memorialistas acabavam excluindo qualquer visão destoante, que pudesse deformar a linearidade estabelecida ou questionar fatos, protagonistas, causas e conseqüências. As outras memórias, daqueles indivíduos e, por conseguinte, grupos que não foram contemplados, não possuíam, dessa forma, condições de se tornarem história, nem mesmo de contestar a história tida como “legítima”.

Não buscamos aqui apresentar uma visão maniqueísta acerca da figura dos memorialistas locais. Devemos ter sempre em mente que o trabalho de construção e de seleção são tão próprios dos processos de memória quanto dos trabalhos de cunho histórico acadêmicos. Nesse sentido, Tedesco lembra que nos processos históricos e políticos das sociedades, em diversas temporalidades, sempre se fizeram presentes memórias condicionadas, reprimidas, não enquadradas e não lembradas no coletivo histórico<sup>538</sup>. O caso dos memorialistas não se mostra diferente.

O que procuramos evidenciar é o fato de que a busca de fontes orais tornava-se, portanto, extremamente simples e cômoda aos memorialistas, pois mesmo quando os

---

<sup>532</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 154-171.

<sup>533</sup> ROCHA. op. cit., p. 131.

<sup>534</sup> Idem., p. 117.

<sup>535</sup> Idem., p. 101.

<sup>536</sup> ROSA. op. cit., 118.

<sup>537</sup> Idem., p. 109.

<sup>538</sup> TEDESCO. op. cit., p. 33.

depoentes fossem de grupos sociais distintos, as suas memórias individuais refletiam uma visão comum e, de certa forma, predominante. O resultado era ainda mais conveniente, pois de tais fontes se extraía sempre uma mesma história, de forma a confirmar ser esta “a” história do município tematizado pelos autores locais.

#### **4.4. A história que se tem e a memória que se quer**

Sendo assim, se estamos diante não de lembranças meramente individuais e singulares, mas sim de visões acerca do passado próprias de um determinado grupo social, é possível afirmar decididamente que estamos trabalhando com aquilo que se pode chamar de uma memória social coletiva.

De fato, as várias sociedades, ao longo do tempo, elaboraram para si sistemas articulados de idéias e imagens de representação coletiva. Não há nem houve apenas um destes sistemas elaborados numa mesma sociedade, da mesma forma que não há nem houve apenas uma memória coletiva, própria de todos os grupos sociais que habitam um determinado espaço comum. A expressão por nós elaborada logo acima não é fortuita, e por isso mesmo fazemos questão de reafirmá-la, enfatizando seu ponto fundamental. Estamos trabalhando com aquilo que se pode chamar de “uma” memória social coletiva, e não com “a” memória social coletiva, posto ser aquela que, entre outras tantas, foi contemplada pelos memorialistas. Mas antes de prosseguir com o tipo de memória social coletiva, acreditamos ser necessário tecer mais algumas considerações acerca do que consiste esta figura em si.

Em seu nível individual, como já apontamos, a memória constitui uma forma deliberada de manutenção e reinvoação de experiências passadas. Poderíamos, nesse sentido, dizer que a memória coletiva seria apenas a conservação dos elementos do passado que por algum motivo interessam ao grupo social. Mas perceber a memória coletiva como a mescla ou a síntese das memórias individuais seria algo bastante problemático.

Tal como no nível individual, a memória social coletiva também é resultado de complexos processos de construção, reconstrução, transmissão e seleção de elementos do passado, tendo como finalidade última o estabelecimento de laços identitários entre os

indivíduos – entre si e com relação ao grupo social – de forma a dar coesão ao grupo<sup>539</sup>. Dessa forma:

...a memória, tanto no plano individual, quanto no coletivo, constitui-se como processo de reconstrução. Ela não é um depósito, mas é algo que comporta um aspecto social ineliminável, que conserva tanto os processos de sedimentação dos acontecimentos passados na consciência quanto os de sua conservação e de seu reconhecimento. A memória deve ser entendida como manifestação de um conjunto dinâmico, espaço não só de seleção, mas de reinterpretação e reformulação do passado, portanto, em transformação/renovação do sentido.<sup>540</sup>

A necessidade de criar e reforçar os laços de identidade, porém, fazem com que esta memória vá mais adiante, tornando o passado comum uma espécie de entidade que contribui para dar forma e definição ao grupo social. Nesse sentido, podemos dizer que a memória social coletiva constitui uma sacralização do vivido de um determinado grupo<sup>541</sup>, pois não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, e, sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantém a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social<sup>542</sup>.

Sendo assim, para prosseguirmos, adotaremos a percepção da memória social coletiva como o resultado dos processos inerentes de memória sobre elementos do passado, elaborado por um grupo social específico.

Ao utilizar os já analisados relatos orais, as lembranças de determinados indivíduos em suas obras, os autores locais acabam por contemplar, transmitir e consolidar a visão comum acerca da história e de mundo que tais memórias trazem consigo. Entretanto, não é apenas a utilização das fontes orais que faz dos trabalhos de João Belém, Romeu Beltrão, Prudêncio Rocha, Isaltina Rosa e Mozart Pereira Soares, exemplares de uma determinada memória social coletiva alçada à condição de história.

Todos os aspectos até aqui analisados apontam no mesmo sentido. A percepção da história como eixo linear sobre o qual se assentam, via de regra, acontecimentos político-administrativos e militares, acaba por contemplar apenas aqueles ligados à estas duas esferas, notadamente poucos e “bem nascidos” homens. Pelo prisma dos autores locais, tais agentes

<sup>539</sup> HALBWACHS apud TEDESCO. op. cit., p. 58.

<sup>540</sup> Idem., p. 59.

<sup>541</sup> FÉLIX. op. cit., p. 43.

<sup>542</sup> Idem., p. 42.



históricos têm sua participação nos fatos históricos efetivamente ampliada, tornando-os protagonistas dos mesmos, determinando sua ocorrência e suas conseqüências. Além disso, ainda que sejam percebidos e tratados de maneira individualizada, minimizando, de certa forma, seu pertencimento a um grupo social específico, não podemos ignorar que estes protagonistas são, de fato, membros das elites locais, em seus níveis político, econômico e social. Não obstante, as fontes utilizadas para escrever esta história linear, factual e individualista são, notadamente, aquelas oriundas das memórias e dos arquivos do mesmo grupo social do qual fazem parte aqueles alçados à condição de agentes históricos pelos autores locais. Mesmo que a maior parte das fontes escritas seja de natureza oficial, não podemos perceber o Estado de outra forma senão como um braço desta elite, posto ser controlado pela mesma.

Não é, portanto, a história que está transcrita para as páginas dos livros dos autores de Santa Maria, Cruz Alta e Palmeira das Missões, mas sim a visão de um determinado grupo, a elite, acerca de seu próprio passado e de si mesmo. É uma memória social coletiva alçada, na percepção do contexto em que foram elaboradas e publicadas as obras, à condição de história. E posto serem os autores aqui analisados os responsáveis por esta tarefa, nada mais justo e apropriado que tratá-los de acordo, ou seja, como memorialistas.

Seria negligente, porém, ficar apenas na conclusão de que os autores locais contemplam uma memória social coletiva e transformam-na, ou pelo menos tiveram tal intento, na história de toda a sociedade local. Os memorialistas devem ser percebidos, sobretudo, como canais de difusão desta memória, e não como seus produtores, mesmo que façam parte da elite local ou com ela possuam laços de afinidade.

A publicação de Santo Antônio da Palmeira no ano de 1974 nada teve de fortuito ou casual. O próprio autor, na primeira página, esclarece ser seu trabalho algo comemorativo em função do primeiro centenário de emancipação política de Palmeira das Missões. Em seus agradecimentos, no trecho intitulado Recado à Palmeira, presta reconhecimento ao prefeito municipal de Palmeira das Missões na época da publicação e ao presidente da Cooperativa Tritícola Palmeirense (COPALMA), como dirigentes das entidades que custearam a edição de seu trabalho<sup>543</sup>. Fica assim evidente ser a obra de Soares algo de iniciativa do poder público e que, portanto, deveria atender aos seus interesses. A comemoração, no entanto, não ficou restrita à obra. O autor dispensa oito páginas no trecho final de seu livro para descrever a programação e citar os envolvidos nas festividades alusivas aos cem anos de vida política

---

<sup>543</sup> SOARES. op. cit., p. 10.

autônoma<sup>544</sup>. Foram nove dias de eventos coordenados e presenciados por autoridades políticas e militares, bem como por membros da elite local.

É esta elite, pois, que controla não apenas os ditos festejos locais mas o próprio poder público, que ira encomendar a obra elaborada por Soares, e sendo por ela encomendada, sua “história” por ela também será contada e a ela será voltada.

Lembremos, mais uma vez, o caráter de coesão social que pode ser criado através do estabelecimento de laços identitários, os quais, por seu turno, dependem fundamentalmente da idéia de um passado comum, ou seja, de uma memória coletiva. A comemoração do centenário de emancipação política de Palmeira das Missões tinha, inegavelmente, um significado e, ao mesmo tempo, uma finalidade. Podemos dizer, grosso modo, que seu significado era o fato de que a cidade havia “dado certo”, de que na trajetória de seus cem anos o município caminhara de maneira constante e linear em direção ao sucesso, do qual as comemorações eram a demonstração. A finalidade, por sua vez, era demonstrar que todo este processo fora obra dos “homens ilustres” do passado, dos quais os “homens ilustres” do presente eram herdeiros – políticos e até mesmo sangüíneos.

As chamadas comemorações cívicas buscam agregar toda a sociedade em torno de certos elementos pretensamente comuns. Ao comemorar o centenário da cidade, o poder público pretendia, de fato, tornar não apenas a data, mas todo o passado que havia resultado na mesma, em patrimônio de toda a sociedade local. Um passado que, mais do que ser resgatado ou descoberto, deveria ser elaborado de acordo com as finalidades comemorativas e, em última instância, legitimadoras do grupo social que ainda mantinha o controle das estruturas político-administrativas.

De fato, não havia ainda qualquer trabalho no município que pretendesse abarcar sua história de maneira ampla, tanto no que diz respeito ao recorte temporal quanto às pretensões de difusão. Por outro lado, o grupo que controlava politicamente a cidade, basicamente o mesmo desde a emancipação política, passou a buscar elementos que legitimassem “historicamente” seu poder, isto é, que trouxessem, ao mesmo tempo, reconhecimento dos feitos passados e aceitação da situação presente. Era necessário, portanto, criar uma história para Palmeira das Missões. E esta história seria a memória coletiva do grupo social que controlava a vida local.

---

<sup>544</sup> SOARES. op. cit., p. 310-317.

Dessa forma, torna-se necessário retornar à questão da memória coletiva, a fim de percebê-la através de um outro prisma, que não é propriamente o da identidade grupal, ainda que com este possua pontos de convergência.

Sendo a memória um modo socialmente regulado de apropriação do passado<sup>545</sup>, é fundamental frisar que, justamente por isso, ela é marcada pelas fronteiras e disputas de poder, passível, portanto, de manipulações por interesses políticos e de grupos sociais<sup>546</sup>. Nesse sentido, o controle sobre a memória coletiva constitui-se num eficiente instrumento de poder, pois, como Halbwachs aponta, ela se enraíza e se liga às comunidades sociais concretas<sup>547</sup>, o que permitiria, na mesma medida, a influência e até mesmo o controle sobre as mesmas. A memória coletiva é ao mesmo tempo, portanto, um instrumento e um objeto de poder<sup>548</sup>. Quem consegue estabelecer seu domínio sobre a memória coletiva, ou melhor, o grupo que consegue impor sua memória como um passado comum a toda uma sociedade, acaba por justificar e legitimar sua posição, pois, via de regra, os grupos que realizam tal intento são as elites sócio-econômicas e políticas. De acordo com Tedesco, os processos de memória constituem-se numa seleção, numa construção, abrindo grande espaço para as estratégias de poder, para a construção de uma identidade útil ao poder e à legitimação do mesmo<sup>549</sup>.

Assim, a memória coletiva deve ser entendida não como uma expressão espontânea, mas sim como a formalização de um pretense passado comum, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições de diversas naturezas<sup>550</sup>. Esta manipulação exercida sobre a memória consiste, grosso modo, na procura por estabelecer uma continuidade entre um passado determinado e o “status quo” do presente. Jedlowski assinala a capacidade da memória de institucionalizar-se em práticas sociais de comemoração, de escrita, arquivamento, as quais implicam no consentimento de determinadas versões do passado, as quais eventualmente são impostas sobre outras<sup>551</sup>. Complementamos esta afirmação ao assinalar que tal capacidade somente se torna realidade efetiva através da ação de determinados grupos sociais, que têm interesse justamente na seleção e imposição de uma determinada versão do passado, a sua, que corrobora sua posição na estrutura de poder

---

<sup>545</sup> NEDEL, L. op. cit., p. 25.

<sup>546</sup> FÉLIX. op. cit., p. 43.

<sup>547</sup> HALBWACHS. apud NEDEL, L. op. cit., p. 4.

<sup>548</sup> LE GOFF. op. cit., p. 476.

<sup>549</sup> TEDESCO. op. cit., p. 106.

<sup>550</sup> PORTELLI. apud MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: ELMIR, Cláudio P.; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *Mitos e Heróis – Construção de Imaginários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p. 80.

<sup>551</sup> JEDLOWSKI apud TEDESCO. op. cit., p. 58.

vigente na sociedade em que se situa. Isto significa que a seleção e a reconstrução intrínsecas à memória coletiva não são apenas um fator identitário, mas também uma manifestação dos interesses e das relações sociais de poder do presente em que se dão estes processos de memória<sup>552</sup>.

Neste quadro, como já apontamos, o papel dos memorialistas locais deve ser entendido de maneira cuidadosa, pois ainda que pertençam ou tenham afinidade com os grupos sociais que representam e contemplam em suas obras, o mais apropriado é percebê-los como instrumentos, canais de difusão da visão e dos objetivos destes grupos.

Tal como no caso de Mozart Pereira Soares, a publicação do trabalho do santamariense Romeu Beltrão, em 1958, teve como motivação o centenário da emancipação político-administrativa de Santa Maria, ainda que seu autor afirme tê-lo movido o gosto pela pesquisa histórica e a ausência de uma resenha dos anos após 1900<sup>553</sup>. Insere-se, portanto, num quadro bastante semelhante ao da publicação da obra do memorialista palmeirense, ainda que não chegue a apresentar dados sobre uma eventual série de festividades alusivas à data. Por outro lado, não há menção sobre qualquer participação do poder público no financiamento ou na idealização de seu trabalho. Entretanto, a escolha da data feita por Beltrão evidencia uma posição bastante afim com o poder instituído, posto ser a elevação à categoria de município uma efeméride fundamentalmente político-administrativa – ainda que seja em qualquer cidade apresentada como uma comemoração cívica e popular. Dessa forma, mesmo que a motivação para a elaboração de Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho não tenha sido de origem governamental, ela se coaduna com os interesses dos grupos dirigentes na medida em que resgata, reconhece e reafirma a trajetória político-administrativa oficial como a história dos municípios tematizados.

As motivações dos demais memorialistas, por sua vez, não se inserem em contextos comemorativos, mas devem ser percebidas da mesma maneira que as de Soares e Beltrão. João Belém é recorrente em afirmar que seu objetivo era *não deixar se perder a lembrança*<sup>554</sup>, ou *não deixar que fique sem eco no silêncio tumular dos arquivos*<sup>555</sup> e, em última análise, buscar a *verdade histórica da fundação de Santa Maria*<sup>556</sup>. Dessa forma, tal como Prudêncio Rocha e Isaltina Rosa, foi a questão da fundação da cidade a motivação capital para a elaboração de seu trabalho.

<sup>552</sup> HALBWACHS apud TEDESCO. op. cit., p. 58

<sup>553</sup> BELTRÃO. op. cit., p. 7.

<sup>554</sup> BELÉM. op. cit., p.138.

<sup>555</sup> Idem., p.128.

<sup>556</sup> Idem., p.3.

Podemos dizer, nesse sentido, que as motivações de Belém, Rocha e Rosa eram “corrigir erros históricos”. No caso do memorialista santa-mariense não há maiores considerações sobre o porquê da comemoração, em 1914, do centenário do município. Mesmo assim, Belém é bastante claro, logo ao início de sua obra, em afirmar que *vencera as dificuldades que se antepunham ao seu propósito e arrancara das entranhas do Arquivo Público e da Biblioteca Nacional a verdade histórica da fundação de Santa Maria*<sup>557</sup>. Da mesma forma agira Prudêncio Rocha, ao acreditar estar incorreta a versão corrente sobre a fundação de Cruz Alta. Isaltina Rosa, por sua vez, acreditava estar corrigindo um erro criado justamente pela “correção” de Rocha.

As motivações destes últimos memorialistas locais citados não teriam, nesse sentido, ligações com o poder público. Mas não podemos aqui tratar e perceber o Estado em sua instância municipal como uma entidade acima da sociedade, pois, como já mencionamos, são as elites locais que, via de regra, o controlam. Sendo assim, as ligações e afinidades que evidenciamos entre as motivações de Soares e Beltrão em relação ao poder público são, em última instância, laços com a elite local. Da mesma forma, ainda que Belém, Rocha e Rosa não apresentem nenhuma motivação diretamente relacionada aos meios oficiais, os eventos e indivíduos contemplados não apenas no decorrer de suas obras, mas sobretudo no núcleo originário das mesmas – a questão da fundação – vêm convenientemente ao encontro das visões de história e de mundo da camada social mais privilegiada de seus municípios.

Dessa maneira, os memorialistas locais se enquadram de maneira contundente dentro das percepções que Gramsci teceu acerca dos intelectuais. No início de nosso trabalho, ao mesmo tempo em que evidenciamos nossos critérios para denominar tais autores como memorialistas locais, procuramos defini-los, na mesma medida, como intelectuais e eruditos, dado seu reconhecido nível de conhecimento não apenas em suas áreas de formação ou profissionais específicas, sendo as próprias obras de cunho histórico que elaboraram provas patentes disso. Dadas nossas finalidades de análise nos capítulos subseqüentes, optamos por utilizar de maneira mais sistemática os termos autores locais e, sobretudo, memorialistas. Isto não significa, porém, que as primeiras atribuições não sejam ainda válidas ou pertinentes.

De fato, os memorialistas locais são, inegavelmente, intelectuais. É possível dizer que não poderiam ser memorialistas se não fossem intelectuais, pois é justamente o elevado nível de conhecimento que permitiu – tanto do ponto de vista individual quanto do reconhecimento social – aos autores elaborarem suas obras de cunho histórico.

---

<sup>557</sup> BELÉM. op. cit., p.3.

Mas a figura do intelectual não pode ser compreendida simplesmente como o indivíduo que reuniu uma grande carga de conhecimento e que, por isso, seria reconhecido como tal. De acordo com Gramsci, os intelectuais têm, inexoravelmente, uma posição e uma função social:

Quais são os limites ‘máximos’ da acepção de ‘intelectual’? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. [...] Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.<sup>558</sup>

Ainda de acordo com o mesmo autor, o exercício da função intelectual tem conexão com todos os grupos sociais, mas em especial com os grupos sociais mais importantes, sofrendo elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante<sup>559</sup>. A origem daqueles que desempenham tal função ganha, agora maior clareza. Como apontamos anteriormente, os memorialistas locais poderiam ser considerados de certa forma como “bem nascidos”, longe de compor uma camada social subalterna; entretanto, também não podem ser considerados, em sua maioria, como membros da elite dominante propriamente dita. Nesse sentido, Gramsci assinala serem as camadas que “produzem” intelectuais, na maioria das vezes, a pequena burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades<sup>560</sup>, ou seja, aquilo que poderíamos chamar, grosso modo, de setores médios da sociedade.

Dessa forma, os intelectuais, mais precisamente os memorialistas em nosso caso, constituem um elo de ligação entre o grupo social dominante e o restante dos grupos sociais subalternos, que assim têm essa condição reafirmada e legitimada:

De acordo com Pesavento:

---

<sup>558</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.06-07

<sup>559</sup> Idem., p.08-09.

<sup>560</sup> Idem., p.10.

Os intelectuais vinculados a um bloco histórico dado constituem um grupo social que teoriza, torna coerente e difunde as idéias e os valores da classe dominante junto à massa da população... O vínculo que une o intelectual a esta classe não implica que possua a mesma extração social da classe que representa.<sup>561</sup>

Contudo, esse processo de difusão não pode ser percebido como algo direto e imediato, mas sim como “mediatizado”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais seriam justamente os “funcionários”<sup>562</sup>. Um destes níveis, destes canais de difusão seria, precisamente, a história, ou, nos casos aqui analisados, aquilo que os autores das obras pretendiam que elas fossem e que pelos seus contemporâneos foi notadamente percebido como tal.

É nesse sentido, também, que a obra Santo Antônio da Palmeira deve ser entendida. Além de ser um exemplar de um “fazer história” característico do interior do Rio Grande do Sul durante boa parte do século XX, este trabalho consiste no resultado do esforço da elite local em transformar sua memória em história de toda a sociedade. Constitui, portanto, não apenas um canal de difusão de um modo peculiar de se perceber e “fazer” a história, mas, na mesma medida, um poderoso instrumento de disseminação da visão de mundo do grupo social que, em última instância, foi o responsável pela sua elaboração.

Não obstante, dadas as similaridades sistematicamente apontadas entre as obras dos memorialistas locais durante toda nossa análise, fica evidente que esta última consideração deve ser aplicada, da mesma forma, aos trabalhos que tematizaram Santa Maria e Cruz Alta. Temos as elites locais ciosas pela manutenção das estruturas sociais e políticas vigentes, nas quais ocupam posição de domínio. Temos também obras que buscam tornar memoráveis certas figuras e acontecimentos, ou seja, comemorativos. Temos, portanto, memórias transformadas em história, que transmitem e reafirmam a visão de mundo de um grupo social privilegiado, reforçando, na mesma medida, sua condição como tal.

---

<sup>561</sup> PESAVENTO. In: DACANAL; GONZAGA (orgs.). op. cit., p. 61-62.

<sup>562</sup> GRAMSCI. op. cit., p.10.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de conhecimento histórico no Rio Grande do Sul pode ser observada sob duas perspectivas, uma já relativamente bem analisada por alguns trabalhos acadêmicos e outra que ainda não teve suas potencialidades de estudo devidamente percebidas e aproveitadas.

A primeira delas consiste no quadro de produção sucintamente tematizado no início desse trabalho, ou seja, o conjunto dos trabalhos elaborados nos meios ou instituições mais privilegiados do ponto de vista cultural e econômico. Dentro deste quadro se incluem as poucas e esparsas obras elaboradas no século XIX, os trabalhos realizados sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a produção acadêmica surgida a partir da criação das primeiras faculdades de formação em História. A maior parte deste conjunto de obras foi elaborada, notadamente, em Porto Alegre.

A segunda perspectiva é aquela que aqui nos propomos tematizar e analisar. Consiste num amplo leque de obras elaboradas durante boa parte do século XX em meios e condições bastante contrastantes com aqueles verificados no primeiro caso, posto não desfrutarem da condição de pólos de atração econômicos ou culturais, mesmo que periféricos. Este quadro se verificou, portanto, nas cidades do interior do Rio Grande do Sul e foi desenvolvido por uma série de profissionais de diversas áreas, que tinham em comum o fato de não possuírem formação ligada à História e, ao mesmo tempo, se disporem a elaborar obras desta natureza.

Dada a amplitude de obras que a análise deste quadro poderia acarretar, optamos por escolher apenas algumas, por conseguirem abarcar um recorte espacial e temporal extremamente útil e conveniente aos nossos propósitos. No estudo destes trabalhos procuramos fazer uso sistemático do método comparativo, buscando ora semelhanças e ora diferenças, posto serem ambos os aspectos importantes para a elaboração das considerações pertinentes, evidentemente que cada um a seu tempo e ao seu modo.



A análise das obras escolhidas nos possibilitou um maior aprofundamento quanto às maneiras de se perceber a “fazer história” em ambientes não acadêmicos, ou melhor, tendo em vista o fato das academias de ensino superior serem relativamente recentes, em ambientes não institucionalizados ou privilegiados. Entretanto, na mesma medida, ajudou-nos a refletir sobre nossa própria forma de perceber e “fazer história”, isto é, sobre as formas institucionalizadas, elaboradas e difundidas pelos meios acadêmicos.

Posto ser nosso trabalho de natureza fundamentalmente historiográfica, um importante questionamento surge. Até que ponto seria válido e pertinente analisar obras que se pretendiam de cunho histórico, mas que não possuíam um arcabouço teórico-metodológico específico e coerentemente sistematizado?

Segundo Le Goff, a história da história não deve apenas se preocupar com a produção de natureza profissional, mas também com todo o conjunto de fenômenos que constituem da mentalidade histórica de uma época<sup>563</sup>. Além disso, tendo em vista o fato de que cada época produz sua própria interpretação do passado histórico<sup>564</sup>, é necessário termos plena consciência da transitoriedade, do caráter historicamente dinâmico de nossas teorias e metodologias. Em outras palavras, o conceito de historicidade obriga a inserir a própria história numa perspectiva histórica<sup>565</sup>. Isto significa que a história enquanto forma de conhecimento possui formas e finalidades próprias do contexto histórico em que foi concebida. Falamos de Heródoto como o “pai da história”, mas sabemos que o tipo de história produzido na antiguidade clássica não possui a mesma forma, o mesmo conteúdo e o mesmo objetivo que aqueles verificados em outras realidades, inclusive a nossa. Contudo, não lhe retiramos a condição de história, nem percebemos suas características como falhas, mas sim como algo oriundo dos propósitos para os quais fora criada e desenvolvida.

Por outro lado, não podemos adotar uma postura absolutamente relativista e considerar qualquer registro do tempo realizado em uma determinada realidade como conhecimento histórico. Devemos perceber a história como uma forma de conhecimento historicamente construída, dotada de critérios próprios para sua elaboração e que tem por fim a explicação e a compreensão dos eventos humanos verificados ao longo do tempo. Nesse sentido, podemos considerar a atual configuração do conhecimento histórico como a mais bem acabada entre todas as já verificadas, mas de forma alguma como completa, definitiva ou única em sua própria realidade.

---

<sup>563</sup> LE GOFF. op. cit., p. 33.

<sup>564</sup> Idem., p. 26.

<sup>565</sup> Idem., p. 19.

A percepção e a análise de outras formas de registro e conhecimento histórico, caracterizadas por uma sistematização diferente ou menos consistente que a acadêmica, contribui para uma reflexão dentro do meio acadêmico devido ao fato de oferecer outras perspectivas acerca do perceber e do “fazer história”. A consciência destas outras perspectivas leva, certamente, ao questionamento sobre em que consiste a história, que elementos lhe caracterizam, quais são seus objetos, seus materiais, suas técnicas e seus objetivos. Acreditamos ser este tipo de reflexão algo fundamental para o aprimoramento de um tipo de ciência em permanente construção como é, de fato, a história.

Como apontado de maneira sistemática durante nosso trabalho, não objetivamos em momento algum desqualificar as obras e o próprio quadro de produção aqui analisado – e acreditamos realmente não tê-lo feito. Contudo, após examinar os principais elementos dos trabalhos elaborados e algumas características do pensamento e da vida de seus autores, torna-se necessário proceder à referida reflexão.

Primeiramente, poderia parecer um contra-senso perceber o conjunto das obras analisadas como parte de um quadro de produção histórico e, ao mesmo tempo, considerar seus produtores não como historiadores, mas sim memorialistas. Entretanto, como bem assinala Le Goff, a história tem a propriedade de poder ser elaborada convenientemente por pessoas que não sejam propriamente profissionais da área, ou, mais do que isso, ela tem a necessidade de vulgarização, tarefa nem sempre assumida pelos historiadores com formação acadêmica<sup>566</sup>.

Logo ao início de nosso trabalho, antes de tecer as considerações que nos levaram a classificá-los como memorialistas, identificamos os autores locais como intelectuais e eruditos, e tais termos não devem ser entendidos como sinônimos nem como redundantes. Acerca da figura do intelectual já assinalamos em que consiste, ressaltando a necessidade de percebê-lo não apenas como um indivíduo dotado de grande carga de conhecimento, mas algo além disso, com posição e função social. O erudito sim pode ser entendido como um indivíduo culto, ilustrado, sábio; como alguém que domina uma série de conhecimentos e que é reconhecido como apto para fazer uso dos mesmos.

Nesse sentido, devemos lembrar que não há história, isto é, produção de conhecimento histórico, sem erudição<sup>567</sup>. Isto significa que todo historiador deve ser, necessariamente, também um erudito.

---

<sup>566</sup> LE GOFF. op. cit., p. 50.

<sup>567</sup> Idem., p. 9.

Não obstante, consideramos ser o tratamento mais conveniente e apropriado aos autores estudados o de memorialistas locais, utilizado de maneira mais recorrente em todo o nosso trabalho. É preciso ressaltar, porém, que os “verdadeiros lugares da história”, segundo Le Goff, são aqueles onde se realiza a criação das memórias coletivas – Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações<sup>568</sup>. Dessa forma, de acordo com o mesmo autor, a história seria a forma científica da memória coletiva<sup>569</sup>. Portanto, o historiador traria em si sempre algo de memorialista, posto trabalhar com memórias coletivas e transformá-las em história.

Sendo assim, se o historiador é, também, um erudito e um memorialista, porque não considerar os memorialistas locais como historiadores? Não responderemos este questionamento com o argumento simplista de que não haviam realizado a formação acadêmica específica, isto é, não tinham um diploma na área. O que não nos permite classificar os autores analisados de tal maneira consiste em dois elementos: a forma pela qual “fazem” a história e a finalidade de seus trabalhos.

Como já assinalado, não há história sem erudição. Da mesma forma, porém, não há história apenas com erudição. A elaboração da história enquanto forma de conhecimento necessita de procedimentos metodológicos e alicerces teóricos coerentes e bem definidos – ainda que não demasiadamente rígidos. A construção e o uso dos pressupostos teórico-metodológicos se deu através de constantes reflexões e reelaborações, determinadas pelas finalidades do conhecimento histórico em certos contextos e, na mesma medida, pela percepção que se tinha das formas de conhecimento científico, bem como da possibilidade e da pertinência da história ser enquadrada como tal.

Nesse sentido, o procedimento metodológico que acabou por garantir o caráter científico da história foi, de fato, a crítica documental<sup>570</sup>. E é justamente este aspecto a grande ausência no “fazer história” dos memorialistas, pois a utilização das fontes, como evidenciamos, se dava de maneira indiscriminada e sem reflexões específicas. De acordo com Marc Bloch, é preciso ao historiador a familiaridade com as principais técnicas de seu ofício<sup>571</sup>. Entre elas, a técnica fundamental é inegavelmente a crítica documental, sem a qual todo o esforço de construção do conhecimento histórico fica consideravelmente comprometido, senão inválido. Além disso, o objeto da história é, por natureza, o homem,

---

<sup>568</sup> LE GOFF. op. cit., p. 473.

<sup>569</sup> Idem., p. 535.

<sup>570</sup> Idem., p. 109.

<sup>571</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 81.

mas isto em sua acepção plural, ou seja, os homens<sup>572</sup>. É o homem em sociedade, são os grupos humanos e as comunidades que devem interessar ao historiador. Os memorialistas, no entanto, percebem e tratam os agentes históricos sob o prisma da individualidade, alçando-os à condição de protagonistas históricos, negligenciando tanto seus grupos de origem quanto as relações estabelecidas com outros.

Portanto, podemos dizer que os aspectos acima arrolados comprometeriam de maneira capital a capacidade explicativa dos trabalhos dos memorialistas locais. Entretanto, a finalidade destes autores não era esta mesmo.

Segundo Marc Bloch, primeira necessidade da história enquanto forma de conhecimento é, sem dúvida, o questionamento<sup>573</sup>, aquilo que chamamos atualmente de problemática. Podemos dizer que sem esta, o trabalho de cunho histórico esvazia-se de sentido, pois não se propõe a explicar nada. Le Goff aponta na mesma direção quando afirma que a história, como todas as ciências, deve generalizar e explicar<sup>574</sup>. Os memorialistas, contudo, em nenhum momento se propõem a explicar algo. Buscam, de fato, encontrar, resgatar, manter vivo, celebrar, mas nunca explicar. Quando o fazem, é em relação ao um evento específico, e colocam sua explicação num nível imediato e localizado, não tendo ela validade para a história, mas apenas para o fato em questão.

Sendo assim, sem uma metodologia pautada pela crítica documental, sem direcionar seu foco sobre os grupos humanos, sem buscar a explicação ou a compreensão de forma generalizada, os autores analisados não podem ser percebidos nem tratados como historiadores. Devem ser, sem dúvida, entendidos como memorialistas, intelectuais e eruditos. Mas não como historiadores.

Não obstante, estes não-historiadores foram responsáveis pela elaboração de uma série de obras que, em seu conjunto, constituem o quadro de produção de cunho histórico analisado em nosso trabalho. Mas seria válido, posto seus produtores não serem historiadores, perceber tal quadro de produção como de cunho histórico?

Como já aludido, a história tem a propriedade de poder ser elaborada por indivíduos que não sejam propriamente profissionais da área. Além disso, mesmo que o resultado final do trabalho dos memorialistas consista na escolha de uma determinada memória social coletiva, não podemos esquecer que a própria elaboração do conhecimento histórico consiste num trabalho de seleção. Ainda assim, a ausência da crítica documental, o objeto estudo e as

---

<sup>572</sup> BLOCH. op. cit., p. 54.

<sup>573</sup> Idem., p. 79.

<sup>574</sup> LE GOFF. op. cit., p. 40.

finalidades da produção são elementos que não apenas descaracterizam os autores como historiadores, mas comprometem o resultado de seu trabalho, ou seja, suas obras.

Mesmo assim, optamos por trabalhar com as obras dos memorialistas locais sob a perspectiva de que compõem, de fato, um quadro de produção de conhecimento histórico. Em primeiro lugar procuramos levar em consideração a realidade de produção em que tal quadro se desenvolveu e que na mesma medida o configura como tal. Além disso, não podemos ignorar que os elementos constitutivos do pensar e do “fazer história” dos memorialistas, se não são aqui encarados como falhas, são critérios próprios, ainda que pouco sistematizados.

Por outro lado, mesmo que as finalidades dos memorialistas não consistissem na busca pela explicação ou pela compreensão de viés generalizante, o trabalho de pesquisa documental, a reunião e organização de dados é suficiente para tornar suas obras importantes fontes de subsídios e informações para a elaboração de obras de cunho acadêmico. De certa forma, os trabalhos acadêmicos de cunho histórico que tematizassem os municípios do interior teriam um longo e penoso caminho por percorrer, não fosse a existência dos trabalhos dos autores analisados e de seus congêneres que, pelas limitações da pesquisa, não foram diretamente contemplados.

Sendo assim, as obras dos memorialistas locais são elementos constitutivos da produção de conhecimento histórico, que como já assinalamos, está sempre em construção. São, portanto, os embriões de uma realidade de produção que ainda está se desenvolvendo, que teve suas peculiaridades e especificidades, e que ainda pode ser verificada, tanto em sua existência quanto em suas conseqüências. Deste modo, não se pode ignorar a contribuição dada pelos trabalhos pioneiros, que não consistiam ainda em obras de cunho histórico em seu caráter pleno, mas que compõem um quadro de produção marginal em relação àquele que geralmente concentra nossas atenções e considerações.

## BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797-1933*. Santa Maria: UFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Santa Maria: Pallotti, 1958.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. 2ª. Ed. Lisboa: Publicações América, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

BRIGNOLI, Héctor Pérez; CARDOSO, Ciro F. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; THEML, Neyde. “História Comparada: olhares plurais.” In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIX, n. 2, p.7-22, dezembro 2003.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CAVALARI, Rossano Viero. *A Gênese da Cruz Alta*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o Incomparável*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

DIEHL, Astor. *A Cultura Historiográfica Brasileira – Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: UPF, 1998.

ELMIR, Cláudio. FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

FALCON, Francisco. *A Identidade do Historiador*. In: XVIII Simpósio Nacional da ANPUH. Recife, 1995.

\_\_\_\_\_. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. “A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história”. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 23, n. 1, 2001, p. 157-166.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FIGLIARELLI, Zélia. *A Invenção do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Clio, 2002.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus, 1995.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONTE, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José Hildebrando; \_\_\_\_\_ (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUAZELLI, César Augusto B. et. al. (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. Francisco Adolpho de Varnhagen. In: MOTTA, L. Dantas (org). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo, Ed.SENAC, 2000, v.2. p. 75-96.

GUTFREIND. Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

\_\_\_\_\_. Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano. In: GRAEBIN; LEAL (coord.). *Revisitando o Positivismo*.

LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_; NORA, Pierre. *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEITE, Miriam Moreira. *O Ensino de História no Primário e no Ginásio*. São Paulo: Cultrix, 1969.

LIMA, Josino dos Santos. *A Cidade de Cruz Alta* (lenda histórica de sua fundação). Santa Maria: Livraria do Globo, 1931.

MACHADO, Ironita Policarpo. *Cultura Historiográfica e Identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: UPF, 2001.

MACIEL, Maria Eunice. Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: BRASCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In: ELMIR, Cláudio P.; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *Mitos e Heróis – Construção de Imaginários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MAROBIN, Luiz. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. Aspectos temáticos e estéticos. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MAROBIN, Luiz. *Painéis da Literatura Gaúcha*. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.

MARTINS, Estevão de Rezende. *A época dos grandes paradigmas*. Disponível em: [http://www.criticanarede.com/fil\\_historia](http://www.criticanarede.com/fil_historia). Acesso em: 20 jun 2006.

NEDEL, Letícia Borges. “O Rio Grande do Sul e a construção da identidade regional no espaço platino: a memória de um lugar em um lugar de memória, o caso Sepé e o IHGRS.” In: *Ciclo de Palestras “Revisão Histórica do Rio Grande do Sul: O Rio Grande do Sul e a Região Platina”*, 5, 2002.



NORA, Pierre. *Entre a memória e a história*. A problemática dos lugares. Projeto história, São Paulo, v.10, 1993.

PESAVENTO, Sandra. Historiografia e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PETERSEN, Sílvia Regina. Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (coord.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

PINSKY, Jaime. Nação e Ensino de História no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2000.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: Ediupf, v.1, n.1, p. 15-22, 1999.

ROCHA, Prudêncio. *História de Cruz Alta*. 2ª. Ed. Cruz Alta: Mercúrio, 1980.

RODRIGUES, José Honório. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/UFRGS – 1943-1950*. 2002. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2002.

ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. *Cruz Alta – Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHAPOCHNIK, Nelson. As Figurações do Discurso da História. In: MALERBA, Jurandir. *A Velha História*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da. (org.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. 1 ed. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SILVEIRA, R. M. G. . Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. (org.). *República em migalhas: história regional e local*. 1ª ed. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1990.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

TARGA, Luiz R. P. “Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional”. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991, p. 256-271.

TEDESCO, João Carlos. *Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF/EDUCS, 2004.

THELM, Neide; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. v. 29, n. 2, 2003, p. 7-22.

VARGAS, Álvaro da Rocha. *Do Caapi ao Carazinho: nota sobre 300 anos de história (1631-1931)*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1980.

VISCARDI, Claudia. “História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas.” *Lócus*. Juiz de Fora, [s.d.], v. 3, n. 1, p. 84-97.

WEBER, Regina. “O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local?” *Escala e legitimidade no saber histórico: desafios da pesquisa na Pós-Graduação*. São Leopoldo, 2003.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. 3ª. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

\_\_\_\_\_. *Literatura Gaúcha. Temas e Figuras da Ficção e da Poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DE SANTA MARIA, CRUZ ALTA E PALMEIRA DAS MISSÕES NO MAPA DO RIO GRANDE DO SUL



## **ANEXOS B ao F**

### **BIBLIOGRAFIA UTILIZADA PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS**

#### LEGENDA:

Autor. (x) Número de autores em que é utilizado

Autor. \* Membro do IHGRGS.

Autor. \*\* Autor com trabalho publicado na Revista do IHGRGS.

Autor. \*\*\* Membro do IHGRGS com trabalho publicado na revista.

Autor. \*\*\*\* Autores citados de maneira incidental, sem menção à trabalhos em específico.

Parece haver a idéia de referencial dado, inquestionável e, portanto, sem necessidade de explicação ou especificação.

**ANEXO B – BIBLIOGRAFIA APRESENTADA POR JOÃO BELÉM**

ANCARINI  
AZEVEDO, Felicíssimo.  
BORGES FORTES, Gal. João. (2)\*\*\*  
CAMARGO, Antônio Eleutério de.  
IZABELLE, Arsène. (2)  
PORTO, Aurélio. (4)\*\*\*  
SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. (5)  
TESCHAUER, Carlos. (3)\*\*\*

*De 08 autores, 05 em comum com outros memorialistas.  
Utilização de 03 autores membros do IHGRGS*

**ANEXO C**  
**BIBLIOGRAFIA APRESENTADA POR ROMEU BELTRÃO**

AMARAL, Átila do.  
AMEGHINO  
BÁLEN (ou BÁLEM), João Maria\*\*\*  
BELÉM, João.\*  
CIDADE, Francisco de Paula.\*\*\*  
DUADT Fº, João.  
ESCOBAR, Venceslau. (2)  
GARMENDIA (historiador argentino)  
IZABELLE, Arsène. (2)  
JAEGER, Luiz Gonzaga. (2)\*\*\*  
KOPP, Paulo.  
MONTEIRO, Jônatas do Rego.\*\*\*  
PORTO, Aurélio. (4)\*\*\*  
RODRIGUES, Alfredo Ferreira.  
SAINT HILAIRE, Auguste. (4)\*\*  
SALDANHA, José de.  
SANTOS, Zósimo Lopes.\*  
SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. (5)  
TESCHAUER, Carlos. (3)\*\*\*  
\*\*\*\* LUND, Peter.\*\*

*De 20 autores, 07 em comum com outros memorialistas.  
Utilização de 06 autores membros do IHGRGS e de 02 com publicação na Revista sem ser membro.*

**ANEXO D**  
**BIBLIOGRAFIA APRESENTADA POR PRUDÊNCIO ROCHA**

ALMEIDA LEME, Francisco Theodósio. (2)  
BORGES FORTES, Gal. João. (2)\*\*\*  
CASTRO, Evaristo José. (2)  
DOMINGUES, Moacyr. (2)\*\*\*  
GOMES, Aristides Moraes  
LUIZI, Luiz.  
PORTO, Aurélio. (4)\*\*\*  
RAMOS, Lucídio.  
SAINT HILAIRE, Auguste. (4)\*\*  
SANTOS, Josino dos.  
SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. (5)  
VERÍSSIMO, Érico.  
WAGNER, João Batista Santiago (faz uma espécie de revisão de pontos da obra)

*De 13 autores, 07 em comum com outros memorialistas.*

*Utilização de 03 membros do IHGRGS e 01 com publicação na revista sem ser membro.*



**ANEXO E**  
**BIBLIOGRAFIA APRESENTADA POR ISALTINA ROSA**

ALMEIDA, José Feliciano Fernandes.  
COELHO, Manoel Joaquim de Almeida.  
GALANT, Heitor.  
GAY, João Pedro.\*\*  
LEÃO, Gaspar da Silveira Martins.  
LOPES NETO, João Simões. (2)  
MARQUES, Antero.  
OLIVEIRA, Antonino Xavier.\*\*\*  
ORNELLAS, Manoelito de.\*\*\*  
ROCHA, Prudêncio. (2)  
SALDANHA, João Carlos.  
SAINT HILAIRE, Auguste. (4)\*\*  
SEPP, Antônio. (2)  
SILVEIRA, Péricles.  
SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. (5)  
\*\*\*\*SOUTHEY

*De 16 autores, 05 em comum com outros memorialistas.  
Utilização de 02 autores membros do IHGRGS e 02 autores com publicação na Revista sem ser membro*

**ANEXO F**  
**BIBLIOGRAFIA APRESENTADA POR**  
**MOZART PEREIRA SOARES**

**MOZART PEREIRA SOARES**

- ABREU, Brício de. Esses populares tão desconhecidos.
- ALMEIDA LEME, Francisco Theodósio. Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio da Palmeira. (2)
- ASSIS, Franklin de Moura. Vilinha da Palmeira. Artigo publicado no Diário da Tarde. Palmeira das Missões.
- BARRETO, Abeilard. Bibliografia sul-riograndense.\*
- BATISTELLA, Vítor. Painéis do Passado – História de Frederico Westphalen.
- BEUREM, José. O Tenente Portela na Marcha da Coluna Revolucionária.
- BEZERRA DOS SANTOS, Lindalvo. Floresta-galeria in: Tipos e aspectos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.
- CASTRO, Evaristo José Afonso de. Notícia Descritiva da Província Missioneira. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1877. (2)
- CASTRO NOGUEIRA, Paulo de. Regiões Fisiográficas do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Selbach, 1951.
- CÉSAR, Guilhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)\*
- COSTA FRANCO, Sérgio da.\*
- COUSSIRAT DE ARAÚJO, Ladislau. Memória sobre o clima do Rio Grande do Sul.\*\*
- DIAS FERREIRA, S. A Marcha da Coluna Prestes.
- DOCCA, Souza. História do Rio Grande do Sul.\*\*\*
- DOMINGUES, Moacyr. A ligação Missões-Vacaria, mistério desfeito. Diário Serrano: Cruz Alta. (2)\*\*\*
- ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a História da Revolução Rio Grandense de 93. (2)
- FERREIRA FILHO, Arthur. Revoluções e Caudilhos.\*\*\*
- FONSECA, Flávio. Animais Peçonhentos.
- FORTES, João Borges. Geografia Física do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1959.\*\*\*
- FORTES, Myr Borges e SANTIAGO, João Batista. História Administrativa, Eclesiástica e Jurídica do Rio Grande do Sul. \*\*\*
- FRAU, S. Canals. Pré-histoire de L’Amerique.
- FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala.
- JAEGER, Luiz Gonzaga. O Rio Grande Antigo. (2)\*\*\*
- JAEGER, Luiz Gonzaga. Os Heróis de Caaró e Pirapó. (2)\*\*\*
- LINHARES, Temístocles. História econômica do mate.
- LOPES NETO, João Simões. Terra Gaúcha. (2)
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Urbanização do Rio Grande do Sul. Série de artigos publicados no Correio do Povo.\*\*\*
- MAGALHÃES, Otávio de. Escorpionismo.
- MARIANTE, Hélio Moro. Crônica da Brigada Militar.\*\*\*
- MENDES, Nicolau. O Pé-no-Chão.
- OSÓRIO, Fernando Luiz. História do General Osório.
- PEIXOTO MACHADO, Floriano. Contribuição ao estudo do clima no Rio Grande do Sul.
- PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais. (4)\*\*\*
- RAMBO, Balduino. A Fisionomia do Rio Grande do Sul.\*\*\*
- RAMOS, Arthur. Introdução à Antropologia Brasileira.

- ROCHA, Prudêncio. História de Cruz Alta. (2)  
ROQUETTE PINTO, E. Rondônia.  
SAINT HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821). Rio de Janeiro: Ariel, 1935. (4)\*\*  
SAMPAIO JR. Anacreonte Ávila de. Principais gramíneas do Rio Grande do Sul.  
SAN MARTIN, Olyntho. Bandeirantes no sul do Brasil.\*\*\*  
SCHULTZ, Alacich. Aspectos peculiares da flora sul-rio-grandense; fundamentos da cultura rio-grandense.  
SCHUTEL, Henrique Ambauer. Itinerário de Cruz Alta ao Campo Novo. Revista do IHGB, 31, II, 1868.  
SEPP, Antônio. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. (2)  
SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. As Missões Orientais e seus antigos domínios. (5)  
TESCHAUER, Carlos. Poranduba riograndense. (3)\*\*\*  
TUPI CALDAS, J. A. L. Etnologia sul-riograndense. Revista do IHGRGS.\*\*\*  
VELLINHO, Moyses. O Continente de São Pedro amanhece.\*\*\*  
VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Rio: Livraria José Olympio, 1952.  
XAVIER, Paulo. Floresta e Ecologia.\*\*  
\*\*\*\* COMTE, Auguste.

*De 50 autores, 13 em comum com outros memorialistas. Utilização de 17 membros do IHGRGS e 03 autores com publicação na Revista.*

**ANEXO G**  
**QUADRO DE AUTORES UTILIZADOS POR MAIS DE UM**  
**MEMORIALISTA LOCAL**

Autor utilizado por todos os memorialistas: HEMETÉRIO JOSÉ VELOSO DA SILVEIRA

Autores utilizados por quatro dos cinco memorialistas: AUGUSTE DE SAINT HILAIRE e AURÉLIO PORTO\*

Autor utilizado por três dos cinco memorialistas: CARLOS TESCHAUER\* e JOÃO BORGES FORTES\*

Autores utilizados por dois dos cinco memorialistas:

EVARISTO JOSÉ AFONSO DE CASTRO

FRANCISCO THEODÓSIO ALMEIDA LEME

MOACYR DOMINGUES \*

ARSÈNE IZABELLE

VENCESLAU ESCOBAR

LUIZ GONZAGA JAEGER\*

JOÃO SIMÕES LOPES NETO

ANTÔNIO SEPP

PRUDÊNCIO ROCHA

\* Membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

**ANEXOS H a L**  
**TABELAS COMPARATIVAS DA BIBLIOGRAFIA UTILIZADA**  
**PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS**

**ANEXO H**  
**QUADRO COMPARATIVO DOS AUTORES UTILIZADOS EM**  
**COMUM PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS**

	João Belém	Romeu Beltrão	Prudêncio Rocha	Isaltina Rosa	Mozart Pereira Soares
Hemetério José Veloso da Silveira	X	X	X	X	X
Auguste de Saint Hilaire		X	X	X	X
Aurélio Porto	X	X	X		X
Carlos Teschauer	X	X			X
João Borges Fortes	X		X		X
Francisco Theodósio Almeida Leme			X		X
Evaristo José Afonso de Castro			X		X
Moacyr Domingues			X		X
Arsène Izabelle	X	X			
Venceslau Escobar		X			X
Luiz Gonzaga Jaeger		X			X
João Simões Lopes Neto				X	X
Antônio Sepp				X	X
Prudêncio Rocha				X	X

### ANEXO I – NÚMERO DE AUTORES EM COMUM

	João Belém	Romeu Beltrão	Prudêncio Rocha	Isaltina Rosa	Mozart Pereira Soares
João Belém	----- -	04	03	01	04
Romeu Beltrão	04	----- -	03	02	06
Prudêncio Rocha	03	03	----- -	02	07
Isaltina Rosa	01	02	02	----- -	05
Mozart Pereira Soares	04	06	07	05	----- -

**ANEXO J**  
**AUTORES COM MAIOR NÚMERO DE REFERENCIAIS COMUNS**

MOZART PEREIRA SOARES e PRUDÊNCIO ROCHA (07)
MOZART PEREIRA SOARES e ROMEU BELTRÃO (06)
MOZART PEREIRA SOARES e ISALTINA ROSA (05)
JOÃO BELÉM e ROMEU BELTRÃO (04)
JOÃO BELÉM e MOZART PEREIRA SOARES (04)
JOÃO BELÉM e PRUDÊNCIO ROCHA (03)
ROMEU BELTRÃO e PRUDÊNCIO ROCHA (03)
ISALTINA ROSA e PRUDÊNCIO ROCHA (02)
ISALTINA ROSA e ROMEU BELTRÃO (02)
ISALTINA ROSA e JOÃO BELÉM (01)



**ANEXOS K a N**  
**AUTORES UTILIZADOS PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS E**  
**SUAS EVENTUAIS LIGAÇÕES COM O INSTITUTO HISTÓRICO E**  
**GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANEXO K – QUADRO COMPARATIVO DOS AUTORES  
UTILIZADOS PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS E SUAS  
EVENTUAIS LIGAÇÕES COM O IHGRGS**

Autores	Publicação(ões) na Revista do IHGRGS	Membro do IHGRGS
1. ABREU, Brício de.		
2. <b>ALMEIDA LEME, Francisco Theodósio.</b>		
3. ALMEIDA, José Feliciano Fernandes.	X	
4. AMARAL, Átila do.		
5. AMEGHINO (historiador argentino)		
6. ANCARINI (cronista italiano)		
7. ASSIS, Franklin de Moura.		
8. AZEVEDO, Felicíssimo.		
9. BÁLEN (ou BÁLEM), João Maria	X	Benemérito e Honorário – Efetivo
10. BARRETO, Abeilard.		Efetivo
11. BATISTELLA, Vítor.		
12. BELÉM, João.*	X	Fundador
13. BEUREM, José.		
14. BEZERRA DOS SANTOS, Lindalvo.		
15. <b>BORGES FORTES, João.</b>	X	Correspondente
16. CAMARGO, Antônio Eleutério de.		
17. CASTRO NOGUEIRA, Paulo de.		
18. <b>CASTRO, Evaristo José Afonso de.</b>		
19. CÉSAR, Guilhermino.		Benemérito e Honorário – Efetivo
20. CIDADE, Francisco de Paula.	X	Correspondente
21. COELHO, Manoel Joaquim de Almeida.		
22. COMTE, Auguste.		
23. COSTA FRANCO, Sérgio da.		Efetivo
24. COUSSIRAT DE ARAÚJO, Ladislau.	X	
25. DIAS FERREIRA, S.		
26. DOCCA, Souza.	X	Fundador
27. <b>DOMINGUES, Moacyr.</b>	X	Efetivo
28. DUADT Fº, João.		
29. <b>ESCOBAR, Venceslau.</b>		
30. FERREIRA FILHO, Arthur.	X	Efetivo
31. FONSECA, Flávio.		
32. FORTES, Amyr Borges.	X	Efetivo
33. FRAU, S. Canals.		
34. FREIRE, Gilberto.		
35. GALANT, Heitor.		
36. GARMENDIA (historiador argentino)		
37. GAY, João Pedro.	X	
38. GOMES, Aristides Moraes		
39. <b>IZABELLE, Arsène.</b>		

40. <b>JAEGER, Luiz Gonzaga.</b>	X	Efetivo
41. KOPP, Paulo.		
42. LEÃO, Gaspar da Silveira Martins.		
43. LINHARES, Temístocles.		
44. <b>LOPES NETO, João Simões.</b>		
45. LUIZI, Luiz.		
46. LUND, Peter.	X	
47. MACEDO, Francisco Riopardense de.	X	Efetivo
48. MAGALHÃES, Otávio de.		
49. MARIANTE, Hélio Moro.	X	Efetivo
50. MARQUES, Antero.		
51. MENDES, Nicolau.		
52. MONTEIRO, Jônatas do Rego.	X	Correspondente
53. OLIVEIRA, Antonino Xavier.	X	Fundador
54. ORNELLAS, Manoelito de.	X	Efetivo
55. OSÓRIO, Fernando Luiz.	X	Fundador
56. PEIXOTO MACHADO, Floriano.		
57. <b>PORTO, Aurélio.</b>	X	Fundador
58. RAMBO, Balduino.	X	Efetivo
59. RAMOS, Arthur.		
60. RAMOS, Lucídio.		
61. <b>ROCHA, Prudêncio.</b>		
62. RODRIGUES, Alfredo Ferreira.		
63. ROQUETTE PINTO, E. Rondônia.		
64. <b>SAINT HILAIRE, Auguste de.</b>	X	
65. SALDANHA, João Carlos.		
66. SALDANHA, José de.		
67. SAMPAIO JR. Anacreonte Ávila de.		
68. SAN MARTIN, Olyntho.	X	Efetivo
69. SANTIAGO, João Batista.		
70. SANTOS, Josino dos.		
71. SANTOS, Zósimo Lopes.		Correspondente
72. SCHULTZ, Alacich.		
73. SCHUTEL, Henrique Ambauer.		
74. <b>SEPP, Antônio.</b>		
75. <b>SILVEIRA, Hemetério José Veloso da.</b>		
76. SILVEIRA, Péricles.		
77. SOUTHEY		
78. <b>TESCHAUER, Carlos.</b>	X	Fundador
79. TUPI CALDAS, J. A. L.	X	Efetivo
80. VELLINHO, Moyses.	X	Efetivo
81. VERÍSSIMO, Érico.		
82. VIANNA, Oliveira.		
83. WAGNER, João Batista Santiago		
84. XAVIER, Paulo.	X	

**ANEXO L – QUADRO COMPARATIVO NUMÉRICO DOS  
AUTORES UTILIZADOS PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS E A  
NATUREZA DE SUAS EVENTUAIS LIGAÇÕES COM O IHGRGS**

Total de autores utilizados	84	100%
Total de membros do IHGRGS	25	29,7%
Total de autores com trabalhos publicados na Revista do IHGRGS	27	32,1%
Total de autores com trabalhos publicados na Revista sem ser membro do IHGRGS	06	5,04%
Total de membros com publicação na Revista do IHGRGS	21	25%
Autores utilizados como fonte ou referencial sem publicação ou condição de membro do IHGRGS	53	63%
Autores utilizados por mais de um memorialista:	14	16,6%
Autores utilizados por mais de um memorialista que tiveram alguma publicação na Revista do IHGRGS	06	7,1%
Autores utilizados por mais de um memorialista, que foram membros do IHGRGS	05	5,9%
Autores utilizados por mais de um memorialista que foram membros e publicaram na Revista do IHGRGS	04	4,7%
Autor utilizado por mais de um memorialista com publicação na Revista mas sem condição de membro do IHGRGS (Auguste de Saint Hilaire).	01	0,84%

**ANEXO M**  
**QUADRO COMPARATIVO NUMÉRICO DOS AUTORES**  
**UTILIZADOS EM COMUM PELOS MEMORIALISTAS LOCAIS E A**  
**NATUREZA DE SUAS EVENTUAIS LIGAÇÕES COM O IHGRGS**

Dos autores utilizados em comum	14	100%
Publicaram na Revista do IHGRGS	06	42%
Eram membros do IHGRGS	05	35%
Eram membros e publicaram na Revista do IHGRGS	04	28,5%
Não eram membros do IHGRGS mas publicaram na Revista	01	7,1%

**TABELA N – QUADRO COMPARATIVO NUMÉRICO DOS  
AUTORES UTILIZADOS EM COMUM POR TRÊS OU MAIS  
MEMORIALISTAS LOCAIS E A NATUREZA DE SUAS  
EVENTUAIS LIGAÇÕES COM O IHGRGS**

Dos 05 utilizados por três ou mais memorialistas: Hemetério José Veloso da Silveira, Auguste de Saint Hilaire, Aurélio Porto, Carlos Teschauer e João Borges Fortes

Eram membros do IHGRGS com publicação na Revista	03	Aurélio Porto, Carlos Teschauer e João Borges Fortes
Teve publicação na Revista sem ser membro	01	Auguste de Saint Hilaire
Não teve publicação na Revista nem foi membro do IHGRGS	01	Hemetério José Veloso da Silveira

- ⇒ Hemetério José Veloso da Silveira está presente em todas as obras
- ⇒ Auguste de Saint Hilaire está ausente apenas na obra de João Belém
- ⇒ Ambos os autores acima citados viveram no século XIX, antes do surgimento do IHGRGS
- ⇒ Aurélio Porto Está ausente apenas na obra de Isaltina Vidal do Pilar Rosa
- ⇒ Carlos Teschauer está presente nas obras dos memorialistas de Santa Maria e Palmeira, ausente em ambos os memorialistas de Cruz Alta.
- ⇒ João Borges Fortes está presente em João Belém, Prudêncio Rocha e Mozart Pereira Soares.

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Tiago Martins Goulart

**As Histórias Marginais:**  
Os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no  
interior do Rio Grande do Sul

Passo Fundo, fevereiro de 2007

---

G694h Goulart, Tiago Martins

As histórias marginais : os memorialistas e a produção de conhecimento histórico no interior do Rio Grande do Sul / Tiago Martins Goulart. – 2007.

230 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo

Fundo, 2007.

Orientação: Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Historiografia. 3. Memória social coletiva. 4. Historiadores – Rio Grande do Sul. I. Reckziegel, Ana Luiza Gobbi Setti, orient. II. Título.

CDU 981.65

---

Catálogo: bibliotecária Daiane Citadin Raupp - CRB 10/1637